



• MULHERES QUE TRANSFORMAM •
O CLIMA E A VIDA EM IGARAPÉ-MIRI

DIAGNÓSTICO

DIAGNÓSTICO

MULHERES QUE TRANSFORMAM
O CLIMA E A VIDA EM IGARAPÉ-MIRI



EXPEDIENTE

PROMOÇÃO

MINISTÉRIO DAS MULHERES

Ministra Márcia Helena Carvalho Lopes

REALIZAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ-MIRI

Prefeito Municipal

Roberto Pina Oliveira

Secretário Municipal de Governo

Edson de Jesus Antunes Corrêa

Coordenadoria da Mulher e Equidade de Igarapé-Miri

Maria Antônia Paixão Feitosa

EXECUÇÃO TÉCNICA

SG CONSULTORES ASSOCIADOS

Coordenação-Geral e Coordenação Técnica

Sonia M. F. Gama

Elaboração do Diagnóstico

Carla Ramirez

Jadson Chaves

Mariluz Coelho

Sonia M. F. Gama

Equipe de Pesquisa de Campo

Nara Núbia Gomes

Patrícia Teixeira Cardoso

Ingrid de Souza Pamplona

Silvia Driele Mendonça

Registro Fotográfico Documental

Sonia M. F. Gama

Jadson Chaves

Comunicação Socioambiental e Registro Fotográfico Artístico

Instituto Socioambiental e Cultural VerAmazônia

João Ramid

Vívian Ramos

Preparação Textual e Revisão

Juliana de Araujo

DIAGRAMAÇÃO

Gabriela Bueno

Apresentação Institucional “Mensagem do Prefeito”

A nossa luta no território do baixo-tocantins na região nordeste paraense é intrínseca a própria formação socioeconômica do Vale do Tocantins que instalou municípios como Cametá, Igarapé-Miri, Mocajuba, Baião, Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará, seja pelo acesso pelo rio Tocantins ou pela PA 151. Somos povos nativos, ribeirinhos, pescadores, agricultores familiares, benzedeiras, curandeiras, negros, extrativistas, imigrantes, indígenas etc. dessa ocupação antiga de mais de 400 anos.

Presente em todos os momentos emancipatórios, a luta das mulheres é uma luta histórica de muitos anos, que nasce junto com a própria humanidade e a vida em sociedade da região. Esse diagnóstico é fruto da luta das mulheres de Igarapé-Miri que ao longo dos anos vem buscando se organizar pela efetivação de políticas públicas efetivas, que oportunize novos horizontes ao papel dos entes federados do Estado.

Este diagnóstico avança na execução de ações relacionadas ao eixo estratégico do governo Cuidar das Pessoas com inclusão social, que se articula ao Programa Municipal “Minha Terra Bem Cuidada”, indicando a necessidade de consolidar plano setorial específico para a política pública municipal para as mulheres.

Sabemos que é desafiador a efetivação dos diversos planos municipais no âmbito das políticas públicas sociais, pois somos um município de diversos territórios como versa a Lei Municipal nº 4.948, de 06 de outubro de 2006, que implementou o Plano Diretor Participativo de Igarapé-Miri, composto de oito (08) distritos administrativos, a saber: DISTRITO ALTO-MERUÚ, DISTRITO ANAPU, DISTRITO CAJI, DISTRITO CIDADE, DISTRITO MAIAUATÁ, DISTRITO MERUÚ-AÇÚ, DISTRITO PANACAUERA e DISTRITO PINDOBAL, mas com Fé, Unidade e Trabalho seguiremos nosso compromisso de transformar a vida do nosso povo.

Roberto Pina Oliveira
Prefeito de Igarapé-Miri.

Mensagem da Coordenadora da Coordenadoria de Mulheres e Inclusão de Igarapé-Miri:

“Ela era antes uma mulher que procurava um modo, uma forma. E agora tinha o que na verdade era tão mais perfeito: era a grande liberdade de não ter modos nem formas.”

Clarisse Lispector, 1998.

Início essa mensagem com Clarisse, compreendendo que para nós – Mulheres – ter em nossas mãos um diagnóstico que parte de um processo de escuta das mulheres mirienses é um passo de liberdade. É transformar informações em evidências compreendendo as realidades diversas, mapeando as potencialidades, desafios e oportunidades em mitigar as desigualdades, contribuindo com o desenvolvimento de Políticas Públicas que fomentem o protagonismo e a participação feminina.

Neste processo de escuta nos deparamos com um lastro processo de desigualdades ou inequidades entre homens e mulheres, inclusive quando tratamos de oportunidades de crescimento e valorização, seja na educação, saúde, emprego, remuneração etc. Contudo, podemos traçar estratégias através da promoção da equidade de gênero, para lidar com os sistemas desequilibrados a partir de ações intersetoriais de curto, médio e longo prazo.

Não ter modo e nem forma, nos permite enxergar (o diagnóstico nos mostrou) as diferentes realidades e necessidades com a representatividade das múltiplas mulheres: ribeirinhas, extrativistas, urbanas, atípicas, com deficiência, LGBTQ+, Negras, idosas, jovens etc., mulheres impactadas pelas mudanças climáticas, pela economia do cuidado e pela sustentabilidade de seus territórios. Mulheres que se tornam as protagonistas no processo da Justiça Climática.

Compreender a situação das mulheres em Igarapé-Miri impele articular, planejar e promover políticas públicas que diminua a violência contra meninas e mulheres, que promovam a autonomia econômica, a saúde integral, a formação, a participação, a diversidade e a inclusão.

Entendendo que nosso compromisso é honrar cada voz que participou desse processo de escuta, respeitando as diferenças territoriais para que possamos seguir juntas transformando esse legado em um futuro de mais direitos, dignidade e igualdade para todas as mulheres de Igarapé-Miri.

Maria Antonia Paixão Feitosa

Coordenadoria da Mulher e Equidade de Igarapé-Miri.

NOTA METODOLÓGICA

O presente diagnóstico foi desenvolvido com o objetivo de compreender a realidade das mulheres do município de Igarapé-Miri, analisando as relações entre gênero, território, mudanças climáticas e desenvolvimento, de modo a produzir evidências capazes de subsidiar a formulação, o aperfeiçoamento e o monitoramento de políticas públicas voltadas à promoção dos direitos das mulheres.

A pesquisa foi realizada no município de Igarapé-Miri, localizado na região do **Baixo Tocantins**, estado do Pará, abrangendo mulheres residentes em áreas urbanas, rurais – ribeirinhas e insulares. Partiu-se do entendimento de que as condições de vida das mulheres são fortemente influenciadas pelas características territoriais da Amazônia, onde rios, florestas, atividades produtivas, formas de mobilidade e modos de vida estruturam o acesso aos direitos, aos serviços públicos e às oportunidades de desenvolvimento.

O estudo integra as ações do Projeto **Mulheres que Transformam o Clima e a Vida**, fundamentado na perspectiva da justiça climática, reconhecendo que os impactos das mudanças climáticas incidem de maneira diferenciada sobre homens e mulheres e que a construção de respostas mais eficazes depende da participação ativa das mulheres, da valorização de seus conhecimentos territoriais e do fortalecimento de sua autonomia.

Do ponto de vista metodológico, o diagnóstico adotou uma abordagem de natureza **quanti-qualitativa**, articulando dados primários e secundários. A produção dos dados primários ocorreu por meio da aplicação de questionários estruturados junto às mulheres do município, complementados por observações de campo e registros das equipes de pesquisa. Os dados secundários foram obtidos em bases oficiais de informações demográficas, socioeconômicas e institucionais, bem como em documentos e políticas públicas produzidos pelos governos federal, estadual e municipal.

A composição da amostra observou a distribuição territorial da população feminina do município, buscando assegurar representatividade das diferentes realidades existentes em Igarapé-Miri. Foram contempladas mulheres residentes na sede municipal, em comunidades rurais – ribeirinhas e insulares, permitindo incorporar ao diagnóstico a diversidade de experiências, condições de vida e formas de organização presentes no território.

A investigação contemplou diferentes dimensões da realidade das mulheres, entre elas educação, saúde, trabalho e renda, autonomia econômica, participação social, segurança alimentar, mudanças climáticas, violência contra a mulher, acesso às políticas públicas e proteção social. Além de identificar vulnerabilidades e

desigualdades, buscou reconhecer capacidades locais, estratégias comunitárias de enfrentamento, conhecimentos tradicionais e potencialidades capazes de contribuir para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável e da justiça climática.

A análise dos resultados foi orientada por uma perspectiva territorial e intersetorial, compreendendo que as desigualdades observadas não podem ser interpretadas de forma isolada. Aspectos relacionados ao território, à economia, ao gênero, às mudanças climáticas, à mobilidade, à organização comunitária e ao acesso às políticas públicas interagem entre si, produzindo diferentes níveis de vulnerabilidade e diferentes capacidades de adaptação.

Nesse contexto, a realidade de Igarapé-Miri ultrapassa a tradicional divisão entre urbano e rural. As relações estabelecidas entre cidade, rios, ilhas, florestas e comunidades conformam um território integrado, no qual as atividades relacionadas ao açaí, à agricultura familiar, ao extrativismo e à pesca influenciam diretamente as formas de vida, de trabalho e de organização social das mulheres. Essa compreensão orientou tanto o desenho da pesquisa quanto a interpretação dos resultados.

Os resultados apresentados neste diagnóstico devem ser compreendidos como evidências produzidas em determinado contexto temporal e territorial, constituindo importante subsídio para o planejamento, a implementação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas. Mais do que retratar a realidade das mulheres mirienses, o estudo busca fortalecer a capacidade institucional do município e contribuir para a construção de estratégias intersetoriais voltadas à promoção da igualdade de gênero, da justiça climática e do desenvolvimento sustentável.

Por fim, este diagnóstico integra um conjunto mais amplo de ações do Projeto **Mulheres que Transformam o Clima e a Vida**, que compreendeu, além da pesquisa, a realização de formações com mulheres em diferentes territórios do município e a promoção de um Seminário Municipal destinado à socialização dos resultados e ao fortalecimento do diálogo entre sociedade civil e poder público. Assim, a pesquisa constitui a base técnica e metodológica sobre a qual se estruturaram as etapas subsequentes de devolutiva, formação, aprofundamento participativo e construção de proposições para o fortalecimento das políticas públicas.

SG Consultores Associados

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – População masculina e feminina por faixa etária em Igarapé-Miri (2022)	58
Gráfico 2 – Faixa etária das entrevistadas	72
Gráfico 3 – Estado civil das entrevistadas	73
Gráfico 4 – Cor/raça e etnia das entrevistadas	74
Gráfico 5 – Religião das entrevistadas	74
Gráfico 6 – Taxa de frequência escolar por sexo, por sexo e grupo de idade em Igarapé-Miri (2022)	83
Gráfico 7 – Percentual de mulheres estudando	96
Gráfico 8 – Como você ou seus filhos vão para a escola	98
Gráfico 9 – Tem de deslocamento até à escola	99
Gráfico 10 – Grau de escolaridade das entrevistadas	100
Gráfico 11 – Há crianças na residência das entrevistadas	102
Gráfico 12 – Das residências com crianças, quantas estão matriculadas em escola ou creche	103
Gráfico 13 – Algum evento climático já impediu sua família de ir à escola	104
Gráfico 14 – Problemas apresentados na escola da comunidade	106
Gráfico 15 – As crianças aprendem sobre meio ambiente ou mudanças climáticas na escola	108
Gráfico 16 – É importante que as crianças aprendam sobre meio ambiente e mudanças climáticas na escola	108
Gráfico 17 – Meninas deixaram de estudar por responsabilidades domésticas produtivas	110
Gráfico 18 – A alimentação escolar pode ser considerada a principal refeição para suas crianças	112
Gráfico 19 – A alimentação escolar é importante para sua família	114
Gráfico 20 – Onde as entrevistadas buscam atendimento quando apresentam problemas de saúde	124
Gráfico 21 – Você realiza exames periódicos de saúde	126
Gráfico 22 – Quais exames periódicos de saúde realiza	128
Gráfico 23 – Alguma condição de saúde que limita suas atividades	131
Gráfico 24 – Qual a condição física limita suas atividades	131
Gráfico 25 – Faz uso de algum método contraceptivo ou de proteção a IST	134
Gráfico 26 – Eventos climáticos já afetaram sua saúde	138
Gráfico 27 – Quais eventos climáticos já afetaram sua saúde	140
Gráfico 28 – Em eventos climáticos, consegue acessar serviços de saúde	140
Gráfico 29 – Renda familiar	151
Gráfico 30 – Você possui renda própria	154
Gráfico 31 – Quem é o principal responsável financeiro para o sustento da casa e dos filhos	156
Gráfico 32 – A renda da casa é suficiente para a manutenção da família	159
Gráfico 33 – Nos últimos 3 meses, faltou comida em uma das 3 refeições na sua casa?	161
Gráfico 34 – De onde vem a sua alimentação principal	164
Gráfico 35 – As condições climáticas impactam sua renda	166
Gráfico 36 – Qual sua atividade produtiva	169
Gráfico 37 – Qual a sua principal ocupação	171
Gráfico 38 – Quem realiza a maioria das tarefas domésticas	174
Gráfico 39 – Você recebe algum benefício social	178
Gráfico 40 – Que tipo de benefício social você possui	178
Gráfico 41 – Você acha que o clima mudou nos últimos cinco anos na sua região	193
Gráfico 42 – Quais os principais impactos percebidos dessas mudanças no seu cotidiano	194

Gráfico 43 – Sua casa já foi afetada por eventos climáticos	196
Gráfico 44 – Com que frequência sua casa é afetada por eventos climáticos	197
Gráfico 45 – O clima afeta o seu bem-estar	198
Gráfico 46 – Quais os principais impactos no seu bem-estar	199
Gráfico 47 – Você faz alguma atividade relacionada ao meio ambiente ou sustentabilidade em sua casa, trabalho, comunidade, escola, igreja, entre outras	201
Gráfico 48 – Qual a forma de destinação do seu lixo doméstico	203
Gráfico 49 – Você participa de decisões na sua comunidade em associações, conselhos, grupos de igreja e outros	214
Gráfico 50 – Gostaria de participar mais das decisões na sua comunidade	216
Gráfico 51 – Você acredita que ter renda própria facilita a participação das mulheres nas decisões da comunidade?	218
Gráfico 52 – Você se sente segura para participar de reuniões ou decisões na comunidade	220
Gráfico 53 – O que dificulta a participação das mulheres nas decisões da comunidade	222
Gráfico 54 – Você sente que sua opinião é ouvida na comunidade	224
Gráfico 55 – As mulheres participam das decisões relacionadas ao meio ambiente ou a problemas climáticos na sua comunidade	226
Gráfico 56 – Há mulheres em posições de liderança na sua comunidade	229
Gráfico 57 – Você já exerceu ou exerce algum papel de liderança na sua comunidade (formal ou informal)	231
Gráfico 58 – Você se sente segura na sua comunidade	241
Gráfico 59 – Você já sofreu discriminação/preconceito pela sua identidade de gênero	242
Gráfico 60 – Você já sofreu ou sofre algum tipo de violência moral, ou física, psicológica ou de qualquer outra forma	246
Gráfico 61 – Você já sofreu ou sofre algum tipo de violência moral, física, psicológica ou de qualquer outra forma	249
Gráfico 62 – A violência sofrida deixou em você algum tipo de sequelas, consequências, traumas resultantes da agressão? Que tipo?	249
Gráfico 63 – Se fez algum tipo de denúncia em relação à violência sofrida e se sim, qual foi o resultado da denúncia?	251
Gráfico 64 – Você conhece algum serviço ou local no seu município onde mulheres podem buscar ajuda em casos de violência	254
Gráfico 65 – Você já se envolveu em situação de violência que teve dificuldade para conseguir ajuda?	256
Gráfico 66 – Qual foi a principal dificuldade em uma situação de violência	257
Gráfico 67 – Problemas causados pelo clima, como enchentes, secas, calor forte ou tempestades, aumentam conflitos ou violência	

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Região pesquisada em Igarapé-Miri	47
Tabela 2 – Distribuição amostral por localidades/bairros/vilas em Igarapé-Miri	53
Tabela 3 – Distribuição percentual entre mulheres, segundo a autodeclaração de cor ou raça no município de Igarapé-Miri (PA)	56
Tabela 4 – Distribuição percentual por faixa etária e sexo no município de Igarapé-Miri	57
Tabela 5 – Distribuição percentual por faixa etária e sexo e razão de sexo no município de Igarapé-Miri	59
Tabela 6 – Distribuição das mulheres por grupos de idade, segundo características do território no Pará (2022)	60
Tabela 7 – Distribuição das mulheres por grupos de idade, segundo características do território em Igarapé-Miri (2022)	61
Tabela 8 – Pessoas de 10 anos ou mais por cor ou raça, segundo o sexo e a religião – percentual em Igarapé-Miri	61
Tabela 9 – Taxa de Fecundidade Total e Idade Média da Fecundidade no Brasil, Pará e Igarapé-Miri ..	62
Tabela 10 – Taxa de Fecundidade Total de 2019 a 2023 em Igarapé-Miri, Pará e Belém	63
Tabela 11 – Taxa Específica de Fecundidade por faixa etária de 2019 a 2023 no Pará	63
Tabela 12 – Taxa Específica de Fecundidade por faixa etária de 2019 a 2023 em Igarapé-Miri	64
Tabela 13 – Taxa de natalidade Brasil, Pará e Igarapé-Miri	64
Tabela 14 – Pessoas de 10 anos ou mais por estado conjugal Pará e Igarapé-Miri	65
Tabela 15 – Pessoas de 10 anos ou mais, por estado conjugal Pará e Igarapé-Miri – percentual do total geral (%)	66
Tabela 16 – Famílias únicas e conviventes principais, residentes em domicílios particulares permanentes, exceto as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado(a) doméstico(a) ou sem parente, por tipo de composição familiar (Brasil, Pará e Igarapé-Miri, 2022)	67
Tabela 17 – Pessoas responsáveis pelas famílias em Igarapé-Miri, por faixa etária, nível de instrução e sexo (2022)	67
Tabela 18 – Cruzamento: qual o seu estado civil versus qual a sua idade	73
Tabela 19 – Cruzamento: qual a sua religião versus qual o seu estado civil	75
Tabela 20 – Cruzamento: qual a sua renda familiar versus qual a sua idade	76
Tabela 21 – Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais (%) em Igarapé-Miri em 2022	80
Tabela 22 – Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais por sexo masculino, faixa etária e cor ou raça (%)	81
Tabela 23 – Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais por sexo feminino, faixa etária e cor ou raça (%)	81
Tabela 24 – Distribuição percentual das pessoas de 18 anos ou mais por nível de instrução, segundo o sexo Igarapé-Miri (2022)	82
Tabela 25 – Taxa de frequência escolar em Igarapé-Miri por grupo de idade e sexo (%)	83
Tabela 26 – Número de creches por dependência administrativa (Pará)	85
Tabela 27 – Número de creches por dependência administrativa (Igarapé-Miri)	85
Tabela 28 – Número de matrícula em creches por dependência administrativa no Pará entre 2019 e 2023	86
Tabela 29 – Número de matrícula em creches por dependência administrativa em Igarapé-Miri entre 2019 e 2023	

Tabela 30 – Taxa bruta e taxa líquida de matrículas de crianças de 0 a 3 anos em creches (Pará)	88
Tabela 31 – Taxa bruta e taxa líquida de matrículas de crianças de 0 a 3 anos em creches (Igarapé-Miri)	88
Tabela 32 – Número de pré-escola por dependência administrativa no Pará	89
Tabela 33 – Número de pré-escola por dependência administrativa em Igarapé-Miri	89
Tabela 34 – Número de matrículas por dependência administrativa no Pará	90
Tabela 35 – Número de matrículas por dependência administrativa em Igarapé-Miri	90
Tabela 36 – Taxa bruta e taxa líquida de matrículas de crianças de 4 a 5 anos na pré-escola (Pará) ..	91
Tabela 37 – Taxa bruta e taxa líquida de matrículas de crianças de 4 a 5 anos na pré-escola (Igarapé-Miri)	91
Tabela 38 – Percentual de escolas da rede pública municipal de Igarapé-Miri e do Pará com disponibilidade de equipamentos de infraestrutura escolar por categoria (Censo Escolar, 2025)	93
Tabela 39 – Distribuição percentual das mulheres de 10 anos ou mais, ocupadas na semana de referência, por meio de transporte no deslocamento ao trabalho principal, segundo cor ou raça (2022)	95
Tabela 40 – Cruzamento: você está estudando atualmente versus qual a sua idade?	97
Tabela 41 – Cruzamento: algum evento climático já impediu sua família de ir à escola? (chuva, enchente etc.) versus área delimitada	105
Tabela 42 – Cruzamento: as crianças aprendem sobre meio ambiente ou mudanças climáticas na escola? versus área delimitada	108
Tabela 43 – Cruzamento: as crianças aprendem sobre meio ambiente ou mudanças climáticas na escola versus idade	109
Tabela 44 – Cruzamento: as meninas de sua casa já deixaram de estudar por responsabilidades domésticas ou produtivas (por exemplo, na safra do açaí) versus área delimitada	111
Tabela 45 – Cruzamento: a alimentação escolar pode ser considerada a principal refeição para suas crianças versus área delimitada	113
Tabela 46 – Taxa de cobertura da APS no Pará e no município de Igarapé-Miri (2021 a 2024)	115
Tabela 47 – Postos e centros de saúde por 10.000 habitantes no Pará e Igarapé-Miri	116
Tabela 48 – Razão de mortalidade materna (óbitos por 100 mil nascidos vivos)	117
Tabela 49 – Taxa de Mortalidade Materna em Igarapé-Miri	117
Tabela 50 – Taxa de Mortalidade Infantil no Brasil, Pará e Igarapé-Miri	118
Tabela 51 – Percentual de nascidos vivos com 7 ou mais consultas pré-natal no Pará e Igarapé-Miri (2019 a 2023)	119
Tabela 52 – Número e taxa de mulheres internadas por doenças sensíveis ao clima em Igarapé-Miri entre 2021 e 2025 (por 100.000 habitantes)	121
Tabela 53 – Número e taxa de mulheres internadas por DRSAl em Igarapé-Miri entre 2021 a 2025 (por 100.000 habitantes)	122
Tabela 54 – Cruzamento: quando você tem problemas de saúde, onde costuma buscar atendimento versus idade	125
Tabela 55 – Cruzamento: você realiza exames periódicos de saúde versus área delimitada	127
Tabela 56 – Cruzamento: idade versus você realiza exames periódicos de saúde	127
Tabela 57 – Cruzamento: Se sim, quais exames versus área delimitada	128
Tabela 58 – Cruzamento: se sim, quais exames versus qual a sua idade	

Tabela 59 – Cruzamento: você possui alguma condição de saúde que limita suas atividades versus qual a sua idade	131
Tabela 60 – Cruzamento: estado civil versus você faz uso de algum método contraceptivo ou de proteção a DSTs?	134
Tabela 61 – Cruzamento: idade versus você faz uso de algum método contraceptivo ou de proteção a ISTs?	135
Tabela 62 – Cruzamento: religião versus você faz uso de algum método contraceptivo ou de proteção a ISTs?	136
Tabela 63 – Cruzamento: eventos climáticos já afetaram sua saúde tipo: (enchentes, alagamentos, seca, calor extremo, tempestades, ventos fortes etc.) versus área delimitada	139
Tabela 64 – Cruzamento: eventos climáticos já afetaram sua saúde versus idade	139
Tabela 65 – Cruzamento: em eventos climáticos, consegue acessar serviços de saúde versus área delimitada	141
Tabela 66 – Pessoas empregadas no trabalho formal, total e distribuição percentual, segundo o sexo	142
Tabela 67 – Remuneração média nominal dos empregados em 31 de dezembro de 2024, segundo o sexo	142
Tabela 68 – Média de horas contratuais dos empregados em 31 de dezembro de 2025, segundo o sexo	143
Tabela 69 – Número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos das pessoas de 14 anos ou mais, na semana de referência, por sexo, no Brasil e no Pará em 2022	144
Tabela 70 – Número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos das pessoas de 14 anos ou mais, na semana de referência, por sexo, no Brasil e no Pará	144
Tabela 71 – Número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos das pessoas de 14 anos ou mais, na semana de referência, por sexo e cor ou raça, no Brasil e no Pará em 2022	144
Tabela 72 – Proporção percentual de mulheres em domicílios particulares permanentes com presença de máquina de lavar roupa e com conexão domiciliar à Internet, por cor ou raça (2022)	145
Tabela 73 – Pessoas de 14 anos ou mais, por situação de ocupação na semana de referência, segundo sexo – 2022 (%)	145
Tabela 74 – Distribuição das pessoas cadastradas no CadÚnico por faixa etária e sexo – Igarapé-Miri, julho de 2026	147
Tabela 75 – Distribuição das pessoas cadastradas por função e sexo – CadÚnico em julho de 2026	148
Tabela 76 – Distribuição das pessoas cadastradas segundo atividade extrativista, por sexo – CadÚnico, Igarapé-Miri (julho de 2026)	149
Tabela 77 – Cruzamento: cor/etnia (como você se vê?) versus qual a sua renda familiar?	152
Tabela 78 – Cruzamento: área delimitada versus na sua casa, quem é o principal responsável financeiro para o sustento da casa e dos filhos?	156
Tabela 79 – Cruzamento: área delimitada? versus a renda da casa é suficiente para a manutenção da família?	159
Tabela 80 – Cruzamento: qual a sua idade? versus a renda da casa é suficiente para a manutenção da família?	

Tabela 81 – Cruzamento: área delimitada versus nos últimos 3 meses, faltou comida em uma das 3 refeições na sua casa	162
Tabela 82 – Cruzamento: área delimitada versus de onde vem a sua alimentação	164
Tabela 83 – Cruzamento: as condições climáticas impactam sua renda versus faixa etária	166
Tabela 84 – Cruzamento/ Área delimitada? X as condições climáticas impactam na sua renda	166
Tabela 85 – Cruzamento: faixa etária versus qual a sua atividade produtiva?	169
Tabela 86 – Cruzamento: área delimitada versus qual a sua atividade produtiva	169
Tabela 87 – Cruzamento: faixa etária versus qual a sua principal ocupação	172
Tabela 88 – Cruzamento: quem realiza a maioria das tarefas domésticas versus qual a sua idade	176
Tabela 89 – Moradores em domicílios particulares permanentes ocupados, por forma de abastecimento de água e canalização em Igarapé-Miri em 2022	182
Tabela 90 – Moradores em domicílios particulares permanentes ocupados por tipo de esgotamento sanitário em Igarapé-Miri (2022)	183
Tabela 91 – Domicílios particulares permanentes ocupados por destino do lixo em Igarapé-Miri – dados absolutos e percentual	184
Tabela 92 – Proporção percentual de mulheres em domicílios particulares permanentes, com ocorrência de características dos domicílios selecionadas, segundo características selecionadas do território no Pará e Igarapé-Miri (2022)	185
Tabela 93 – Índice de risco de impacto de estresse hídrico no Pará e Igarapé-Miri em 2020,2030 e 2050	187
Tabela 94 – Índice de risco de impacto disponibilidade de alimentos em Igarapé-Miri em 2020, 2030 e 2050	188
Tabela 95 – Índice de risco de impacto da instabilidade na disponibilidade de alimentos para o acesso e consumo em Igarapé-Miri em 2020, 2030 e 2050	188
Tabela 96 – Índice de risco à disponibilidade de energia elétrica em Igarapé-Miri em 2020 e 2041– 2070	189
Tabela 97 – Índice de risco ao acesso de energia elétrica em Igarapé-Miri em 2020 e 2041–2070	189
Tabela 98 – Índice de risco para deslizamento de terra em Igarapé-Miri em 2020, 2030 e 2050	190
Tabela 99 – Índice de risco para inundações, enxurradas e alagamentos em Igarapé-Miri em 2020, 2030 e 2050	190
Tabela 100 – Índice de risco à integridade do bioma no Pará	190
Tabela 101 – Cruzamento: área delimitada versus você acha que o clima mudou nos últimos cinco anos na sua região	193
Tabela 102 – Cruzamento: área delimitada versus quais os principais impactos percebidos dessas mudanças no seu cotidiano	194
Tabela 103 – Cruzamento: área delimitada versus sua casa já foi afetada por eventos climáticos: (enchentes, ventania, seca, alagamento etc.)	196
Tabela 104 – Cruzamento: área delimitada versus o clima afeta o seu bem-estar	199
Tabela 105 – Cruzamento: o clima afeta o seu bem-estar versus qual a sua idade	199
Tabela 106 – Cruzamento: qual a forma de destinação do seu lixo doméstico Versus área delimitada	204
Tabela 107 – Cruzamento: qual a forma de destinação do seu lixo doméstico? X Faixa Etária	204
Tabela 108 – Eleitores inscritos por sexo em Igarapé-Miri nas eleições de 2024	

Tabela 109 – Candidatos(as) aptos(as) inscritos(as) nas eleições municipais por sexo em Igarapé-Miri nas eleições de 2024	208
Tabela 110 – Candidatos(as) aptos(as) inscritos(as) nas eleições municipais por sexo, segundo o cargo em Igarapé-Miri nas eleições de 2024	208
Tabela 111 – Candidatos(as) aptos(as) inscritos(as) nas eleições municipais por sexo, segundo o cor ou raça em Igarapé-Miri nas eleições de 2024	209
Tabela 112 – Candidatos(as) eleitos(as) nas eleições municipais por sexo, segundo o cargo	209
Tabela 113 – Candidatas (os) eleitas (os) nas eleições municipais por sexo, segundo o cargo	209
Tabela 114 – Participação das mulheres nos cargos gerenciais, Brasil e Pará (2022)	211
Tabela 115 – Participação das mulheres nos cargos gerenciais, Brasil e Pará (2021)	211
Tabela 116 – Participação das mulheres nos cargos gerenciais, Brasil e Pará (2020)	211
Tabela 117 – Participação das mulheres nos cargos gerenciais, Brasil e Pará (2019)	211
Tabela 118 – Cruzamento: área delimitada versus você participa de decisões na sua comunidade em associações, conselhos, grupos de igreja e outros?	214
Tabela 119 – Cruzamento: gostaria de participar mais das decisões na sua comunidade versus idade	216
Tabela 120 – Cruzamento: você acredita que ter renda própria facilita a participação das mulheres nas decisões da comunidade versus área delimitada	218
Tabela 121 – Cruzamento: você acredita que ter renda própria facilita a participação das mulheres nas decisões da comunidade versus idade	218
Tabela 122 – Cruzamento: área delimitada versus as mulheres participam das decisões relacionadas ao meio ambiente ou problemas climáticos na sua comunidade	226
Tabela 123 – Cruzamento: qual o seu estado civil versus as mulheres participam das decisões relacionadas ao meio ambiente ou problemas climáticos na sua comunidade	227
Tabela 124 – Cruzamento: qual o seu grau de escolaridade versus você já exerceu ou exerce algum papel de liderança na sua comunidade (formal ou informal)?	231
Tabela 125 – Taxa de homicídios de mulheres e feminicídios no Brasil e Pará	233
Tabela 126 – Homicídios de mulheres no Brasil e no Pará (2012–2022): número absoluto e taxa por 100 mil habitantes	234
Tabela 127 – Taxa de homicídios de mulheres comparativa por raça/cor: Brasil e Pará (por 100 mil mulheres) – 2012–2022	236
Tabela 128 – Cruzamento: cor/etnia versus você já sofreu discriminação/preconceito pela sua identidade de gênero	243
Tabela 129 – Cruzamento: área delimitada versus você já sofreu ou sofre algum tipo de violência moral, física, psicológica ou de qualquer outra forma	246
Tabela 130 – Cruzamento: você já sofreu ou sofre algum tipo de violência moral, física, psicológica ou de qualquer outra forma versus qual a sua idade	246
Tabela 131 – Cruzamento: você já sofreu ou sofre algum tipo de violência moral, física, psicológica ou de qualquer outra forma versus estado civil	247
Tabela 132 – Você já sofreu ou sofre algum tipo de violência moral, física, psicológica ou de qualquer outra forma versus religião	247
Tabela 133 – Cruzamento: se fez algum tipo de denuncia em relação à violência sofrida e, se sim, qual foi o resultado da denúncia versus qual a sua idade	

Tabela 134 – Cruzamento: área delimitada versus você conhece algum serviço ou local no seu município onde mulheres podem buscar ajuda em casos de violência	254
Tabela 135 – Cruzamento: área delimitada versus problemas causados pelo clima, como enchentes, secas, calor forte ou tempestades, aumentam conflitos ou violência?	259
Tabela 136 – Cruzamento: problemas causados pelo clima, como enchentes, secas, calor forte ou tempestades, aumentam conflitos ou violência versus qual a sua idade	259
Tabela 137 – Cruzamento: você já sofreu ou sofre algum tipo de violência moral, física, psicológica ou de qualquer outra forma versus problemas causados pelo clima, como enchentes, secas, calor forte ou tempestades, aumentam conflitos ou violência?	261

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação e nível do Índice de Risco da Plataforma Adapta Brasil	186
Quadro 2 – Principais atribuições dos serviços da rede de atendimento à mulher em situação de violência	237
Quadro 3 – Rede de atendimento à mulher em situação de violência no Pará	238
Quadro 4 – Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência no município de Igarapé-Miri	239

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AA Amostragem por Áreas
AAS Amostragem Aleatória Simples
AC Amostragem por Conglomerados
AE Amostragem Estratificada
AEP Amostragem Estratificada Proporcional
APS Atenção Primária à Saúde
AS Amostragem Sistemática
BO Boletins de Ocorrência
BPC Benefício de Prestação Continuada
CAPS Centro de Atenção Psicossocial
CEAME Centro Especializado de Atendimento a Meninas e Mulheres Marajoaras
CEBs Comunidades Eclesiais de Base
CID-10 Classificação Internacional de Doenças
CNES Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
CRAM Centro de Referência de Atendimento à Mulher
CREAM Centro de Referência Especializado de Atendimento à Mulher
CREAS Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DATASUS Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
DCNT Doenças crônicas não transmissíveis
DEAM Divisão Especializada no Atendimento à Mulher
DEED Diretoria de Estatísticas Educacionais
DIU Dispositivo intrauterino
DPE-PA Defensoria Pública do Estado do Pará
DRSAI Doenças Relacionadas ao Saneamento Ambiental Inadequado
eAP Equipes da Atenção Primária
EC Emenda Constitucional
ECA Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA Educação de Jovens e Adultos
ESF Estratégia de Saúde da Família
FAPESPA Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

FBSP Fórum Brasileiro de Segurança Pública
GAR Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction
GEPEM Grupo de Estudos e Pesquisa “Eneida de Moraes” sobre Mulher e Relações de Gênero
IAS Instituto Água e Saneamento
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMF Idade Média da Fecundidade
IML Instituto Médico Legal
INPE Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISA Instituto Água e Saneamento
ISCO International Standard Classification of Occupations
IST Infecções Sexualmente Transmissíveis
JVDFM Juizados Especiais de Violência Doméstica/Familiar contra a Mulher
LDB Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO Lei de Diretrizes Orçamentárias
MCTI Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC Ministério da Educação
MPU Medidas Protetivas de Urgência
NUGUEN Núcleo de Prevenção e Enfrentamento à Violência de Gênero
ODS Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS Organização Mundial da Saúde
ONU Organização das Nações Unidas
PBF Programa Bolsa Família
PcD Pessoas com Deficiência
PIA População em idade ativa
PLANSAB Plano Municipal de Saneamento Básico
PNAB Política Nacional de Atenção Básica
PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAISM Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher
PNE Plano Nacional de Educação
PPA Plano Plurianual

PNPM Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAIS Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher
RAIS Relação Anual de Informações Sociais
RI Região de Integração
RMB Região Metropolitana de Belém
RMM Razão de Mortalidade Materna
SAGI Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único
SAN Segurança Alimentar e Nutricional
SEMU Secretaria de Estado das Mulheres
SIH Sistema de Informações Hospitalares
SINAN Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SINISA Sistema Nacional de Informação em Saneamento Básico
SIM Sistema de Informações sobre Mortalidade
SM Salário-mínimo
SNIS Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SPM Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
STR Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUS Sistema Único de Saúde
TEF Taxa Específica de Fecundidade
TFT Taxa de Fecundidade Total
TI Terras Indígenas
TJPA Tribunal de Justiça do Estado do Pará
TSE Tribunal Superior Eleitoral
UBS Unidades Básicas de Saúde
UFES Universidade Federal do Espírito Santo
USP Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
1 CONTEXTO TERRITORIAL E SOCIOAMBIENTAL	26
1.1 Ruralidade amazônica e a urbanização diferenciada de Igarapé-Miri	28
1.2 A formação socioeconômica de Igarapé-Miri e a trajetória histórica das mulheres	30
1.3 O açáí, a bioeconomia e o protagonismo feminino na economia da sociobiodiversidade	34
1.4 Contexto político-institucional, capacidade estatal e governança pública em Igarapé-Miri	38
2 METODOLOGIA	43
2.1 Pesquisa documental e bibliográfica	44
2.2 Pesquisa de campo	46
2.2.1 Abordagem e desenho da pesquisa	46
2.2.2 Articulação teórica e conceitual	47
2.2.3 Instrumento de coleta e eixos temáticos	47
2.2.4 Plano de amostragem e fluxo de execução	48
2.2.5 Tipologia de amostragem e critérios de seleção	49
2.2.6 Universo, enquadramento legal e rigor estatístico	50
2.2.7 Dimensionamento estatístico da amostra	50
2.2.8 Logística de campo e parâmetros de dispersão	51
3 ESTRUTURA DEMOGRÁFICA	55
4 ANÁLISE POR EIXOS	77
4.1 Eixo educação como fator de adaptação climática	77
4.2 Saúde e resiliência climática	114
4.3 Renda, autonomia e gênero	141
4.4 Meio ambiente, clima e vulnerabilidade territorial	179
4.5 PROTAGONISMO FEMININO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	205

4.6. EIXO TRANSVERSAL – VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	232
5 MULHERES EM REDE EM IGARAPÉ-MIRI: PROTAGONISMO FEMININO, TERRITÓRIO E JUSTIÇA CLIMÁTICA	263
6. DAS EVIDÊNCIAS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS: PROPOSIÇÕES E RECOMENDAÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DA AÇÃO PÚBLICA	269
6.1 Eixo I – Educação como fator de adaptação climática	270
6.2 Eixo II – Saúde e resiliência climática	275
6.3. Eixo III – Renda, autonomia e gênero	279
6.4 Eixo IV – Meio ambiente, clima e vulnerabilidade territorial	282
6.5. Eixo V – Protagonismo feminino e participação social	286
6.6 Eixo transversal – Enfrentamento da violência contra a mulher	289
CONCLUSÃO	294
REFERÊNCIAS	298
APÊNDICE	303
APÊNDICE 1 - GLOSSÁRIO	304

INTRODUÇÃO

A mudança climática¹ é uma das questões mais urgentes da atualidade: ameaça reverter direitos humanos conquistados; compromete o desenvolvimento sustentável, inclusivo; e aprofunda as desigualdades estruturais existentes. É necessário compreender, portanto, que não se trata de uma crise neutra, na medida em que mulheres e meninas são afetadas de maneira desigual, sofrendo ameaças diretas aos seus meios de subsistência, saúde e segurança. Sob o pior cenário, estima-se que até 158,3 milhões de mulheres e meninas sejam empurradas para a pobreza extrema, além de outras 236 milhões que deverão enfrentar severa insegurança alimentar (UN WOMEN; UN DESA, 2025).

Essas desigualdades não se manifestam de forma isolada. De acordo com Turquet et al. (2023), normas sociais e leis discriminatórias reduzem o acesso das mulheres à renda, ao financiamento, ao emprego e aos recursos produtivos como a terra, limitando sua capacidade de adaptação e reconstrução após desastres climáticos. Olivera et al. (2021) identificam que eventos extremos, como ondas de calor e inundações, intensificam a carga de trabalho de cuidado não remunerado, contexto em que as mulheres ocupam a linha de frente do cuidado familiar, enfrentam significativa exposição a doenças e, em áreas com infraestrutura precária, são as principais responsáveis pelo abastecimento de água e energia para o lar.

1. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) (2024), as mudanças climáticas são “transformações a longo prazo nos padrões de temperatura e climas”. Essas mudanças podem ser naturais, decorrentes de variações no ciclo solar. No entanto, desde 1800, as atividades humanas têm sido o principal impulsionador das mudanças climáticas, principalmente, em vista da queima de combustíveis fósseis como carvão, petróleo e gás. Fonte: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. O que são as mudanças climáticas? ONU Brasil, 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/175180-o-que-sao-mudancas-climaticas>. Acesso em: 21 maio 2026.



Foto: João Ramid

A segurança alimentar também é atingida, pois os impactos climáticos na agricultura exigem mais tempo para a produção de subsistência, enquanto a elevação dos preços recai com peso expressivo sobre os lares chefiados por mulheres em situação de pobreza (Olivera et al., 2021). Igualmente, Turquet et al. (2023) acrescentam que a crise agrava a violência baseada em gênero, estimulando práticas como o casamento infantil em regiões afetadas por secas e aprofundando a exclusão das mulheres das instâncias de tomada de decisão: globalmente, apenas 15% dos ministros do meio ambiente são mulheres.

Diante desse panorama, as soluções puramente tecnológicas mostram-se insuficientes. Compreender a mudança climática em sua complexidade demanda expor o conceito de desenvolvimento como liberdade, formulado pelo economista e filósofo Amartya Sen (2010). Nessa obra, o autor compreende que a liberdade é o principal fim do desenvolvimento, de forma que o crescimento do PIB e o avanço tecnológico não devem ser entendidos como um fim em si mesmos, mas como meios de expansão das liberdades de determinada comunidade. Sen (2010) define o desenvolvimento como um processo de eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas. Para o autor:

[...] o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (Sen, 2010, p. 12).

Sen (2010) aborda, ainda, a importância do papel ativo da condição de agente das mulheres, sustentando que o aspecto do bem-estar e o da condição de agente devem estar inevitavelmente interligados. Como exemplo, o autor menciona que o fortalecimento da agência feminina, através da alfabetização, é um dos fatores mais relevantes para a redução da mortalidade infantil e o aumento do bem-estar social.

Sob a ótica da justiça climática², evidencia-se uma assimetria estrutural, à medida que os maiores agentes poluidores concentram os recursos econômicos, os impactos ambientais mais severos recaem desproporcionalmente sobre as populações do Sul Global, as comunidades tradicionais e os grupos historicamente marginalizados que menos contribuíram para o aquecimento do planeta.

Torna-se, assim, fundamental transitar para o modelo de justiça climática Feminista, que propõe a superação de sistemas extrativistas voltados ao lucro em favor de economias baseadas na equidade e no cuidado, fundamentando-se na garantia dos direitos humanos, na distribuição justa de recursos produtivos e na inserção real de lideranças femininas nos espaços de governança e na tomada de decisão (UN WOMEN; UN DESA, 2025).

No Brasil, a vulnerabilidade climática se concentra, de forma particular, na Amazônia, território historicamente marcado por imagens de “vazio demográfico” e “natureza intocada” que, conforme analisa Porto-Gonçalves (2001), funcionam como construções ideológicas que justificam intervenções externas e invisibilizam as populações tradicionais que habitam a região há milênios, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos e extrativistas.

Para o autor, a Amazônia não é uma, mas múltiplas Amazônias, constituídas por territorialidades em conflito entre a lógica extrativista do capital e as formas de vida dos povos da floresta. Esse processo de invisibilização territorial, como expõe o autor, aprofundou-se com a expansão do desenvolvimentismo a partir da década de 1960, que acelerou a transformação dos recursos amazônicos em mercadorias, intensificando conflitos socioambientais e ampliando a precariedade das populações locais.

2. De acordo com Milanez e Fonseca (2011), o conceito de justiça climática surge como um desdobramento do paradigma da Justiça Ambiental e da percepção de que os impactos das mudanças climáticas atingem de forma e intensidade diferentes grupos sociais distintos.

No estado do Pará, esse quadro se aprofunda pela sobreposição entre desigualdades de gênero e dinâmicas territoriais marcadas pela expansão de grandes projetos, pelo desmatamento e pela precariedade de serviços públicos. Miranda e Barroso (2020) demonstram empiricamente essa realidade ao analisar o acesso das mulheres às políticas públicas nos estados do Amazonas, Pará e Tocantins, cujas políticas voltadas às mulheres estão primordialmente concentradas nas capitais e não chegam às cidades periféricas. De tal forma que os organismos estaduais responsáveis apresentam limitações estruturais e orçamentárias que distanciam as mulheres do interior de uma vida digna.

O isolamento da Amazônia em relação aos grandes centros econômicos e de poder faz com que as mazelas da desigualdade social sejam percebidas de forma mais intensa pelas mulheres, expressas no desemprego, na baixa escolaridade, na sub-representação nos cargos de decisão, na exploração sexual, no tráfico de pessoas e nos altos índices de violência e feminicídio (Miranda; Barroso, 2020). Esse padrão revela que, mesmo quando as mulheres são reconhecidas como as principais afetadas pelos impactos ambientais, raramente são incorporadas como sujeitas políticas nos processos de formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas e das instâncias de decisão.

Nesse cenário, Igarapé-Miri se apresenta como um território relevante por reunir características territoriais, sociais e ambientais atravessadas pelos desafios climáticos da Amazônia. Localizado no Baixo Tocantins, sua economia extrativista do açaí, a presença de comunidades quilombolas e ribeirinhas e sua exposição a eventos climáticos extremos tornam-no um campo privilegiado para a análise das intersecções entre gênero, clima e vulnerabilidade social. Contexto em que as mulheres mirienses, residentes nas áreas urbanas, comunidades rurais de terra firme, territórios ribeirinhos e quilombolas, encontram-se simultaneamente expostas aos impactos das mudanças climáticas e às limitações de acesso às políticas públicas que deveriam protegê-las, configurando uma dupla privação de liberdades, nos termos de Amartya Sen (2010): a privação ambiental e a privação política.

Diferentemente dos diagnósticos convencionais, este trabalho adota uma abordagem territorial, interseccional e orientada pela justiça climática, compreendendo que as desigualdades de gênero não se distribuem de forma homogênea no território. Em Igarapé-Miri, fatores como ruralidade, mobilidade fluvial, extrativismo, pertencimento étnico-racial, condições socioeconômicas e acesso às políticas públicas produzem diferentes formas de vulnerabilidade e distintas capacidades de adaptação às mudanças climáticas.

No cerne desse contexto, a análise busca entender a situação das mulheres e de que modo o território influencia suas oportunidades, desafios e estratégias de resistência e desenvolvimento. Para tanto, objetiva-se:

1. Levantar e sistematizar dados existentes sobre a população feminina local, transformando-os em informações qualitativas e quantitativas estruturadas;
2. Identificar e analisar as principais vulnerabilidades sociais, desigualdades de gênero, riscos climáticos e políticas públicas direcionadas às mulheres em Igarapé-Miri;
3. Analisar indicadores desagregados por eixos temáticos, território e características sociodemográficas, evidenciando as desigualdades que afetam as mulheres mirienses; e
4. Produzir subsídios técnicos para o fortalecimento da autonomia econômica, política e social das mulheres mirienses.

A estrutura deste relatório está organizada em uma seção de fundamentação teórica e descritiva que contém: o contexto territorial e socioambiental; a ruralidade amazônica e a urbanização diferenciada de Igarapé-Miri; a formação socioeconômica de Igarapé-Miri e a trajetória histórica das mulheres; o açáí, a bioeconomia e o protagonismo feminino na economia da sociobiodiversidade; contexto político-institucional, capacidade estatal e governança pública em Igarapé-Miri, seguida da análise dos resultados da pesquisa, estruturada em cinco eixos temáticos estratégicos: educação como fator de adaptação climática; saúde e resiliência climática; renda, autonomia e gênero; meio ambiente, clima e vulnerabilidade territorial; e protagonismo feminino e participação social.

Além desses eixos, optou-se pela inclusão de um eixo transversal dedicado à violência contra a Mulher, tendo em vista sua relevância para o entendimento das múltiplas vulnerabilidades que afetam as mulheres mirienses. A violência de gênero constitui um problema estrutural da sociedade brasileira e compromete o exercício pleno dos direitos humanos, da autonomia econômica, da participação social e da capacidade de adaptação às mudanças climáticas.

A incorporação desse tema fundamenta-se, também, no agravamento dos indicadores nacionais. Segundo dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública (2026)³, compilados pelo Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp), registrou-se, no Brasil, um feminicídio a cada 5 horas e 25 minutos durante o primeiro trimestre de 2026. Em comparação com o mesmo período de 2025, houve aumento de 7,55% no número de vítimas. Em uma década, os registros do primeiro

3. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Dados do Sinesp sobre feminicídio no primeiro trimestre de 2026. Brasília, 2026. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil/brasil-tem-1-trimestre-mais-letal-da-historia-para-mulheres-em-2026/>. Acesso em: 09 ago. 2026.

trimestre passaram de 125 vítimas, em 2015, para 399 vítimas em 2026, superando, inclusive, os números observados em 2022 (372 vítimas) e 2024 (384 vítimas). No Estado do Pará, foram registrados 17 casos de feminicídio no primeiro trimestre de 2026.

Nesse contexto, a inclusão da violência contra a mulher como eixo transversal amplia a capacidade analítica deste estudo, permitindo assimilar como as desigualdades de gênero se articulam às vulnerabilidades territoriais, às mudanças climáticas e às limitações de acesso às políticas públicas. Essa abordagem reforça a compreensão de que a promoção da justiça climática pressupõe também o enfrentamento das diferentes formas de violência e discriminação que afetam as mulheres amazônidas de Igarapé-Miri.

1. CONTEXTO TERRITORIAL E SOCIOAMBIENTAL



Foto: João Ramid

O município de Igarapé-Miri localiza-se na Amazônia brasileira e integra um dos 144 municípios do Estado do Pará. Situado na Região de Integração (RI) Tocantins, divisão territorial adotada pelo Governo do Estado para fins de planejamento e gestão de políticas públicas, integra a microrregião homônima e faz limites com municípios como Abaetetuba, Moju, Mocajuba, Cametá e Limoeiro do Ajuru. Encontra-se a cerca de 76,9 km, em linha reta, da capital Belém.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2025), o município possui área territorial de 1.996,798 km², correspondendo a aproximadamente 0,16% do território paraense (FAPESPA, 2023). No Censo Demográfico de 2022, a população era de 64.831 habitantes, entre os quais se somam 559 pessoas quilombolas e 23 indígenas. A densidade demográfica era de 32,47 habitantes por quilômetro quadrado.

Para 2025, estima-se uma população de 69.446 habitantes, sendo 51,3% homens e 48,7% mulheres, o equivalente a cerca de 35.625 homens e 33.821 mulheres.

Do ponto de vista histórico-administrativo, permanecem como principais núcleos populacionais os distritos de Igarapé-Miri (sede), Anapu, Maiauatá e Meruú, cuja configuração remonta à divisão territorial de 1937-1938, conforme registros históricos da Câmara Municipal.

A configuração territorial de Igarapé-Miri é fortemente condicionada pela presença da água. O município é atravessado por uma extensa rede hidrográfica composta por rios, furos, igarapés e canais que articulam áreas urbanas, comunidades rurais, ilhas e o estuário do rio Tocantins. Essa estrutura hidrográfica constitui o principal elemento organizador da ocupação humana, da mobilidade, da economia e da vida cotidiana.

Entre os principais cursos d'água, destacam-se os rios Igarapé-Miri, Tocantins, Meruú, Maiauatá, Moju, Anapu, Pindobal, Panacauera e Cataiandeuá, além do igarapé Carutauá. Também fazem parte da paisagem territorial diversos furos e canais naturais, como o Furo Velho, o Canal de Igarapé-Miri, o Furo Rebibio e o Furo Grande, além de numerosas ilhas fluviais, entre elas, Maúba, Paruru, Marapatá e Ilha do Furo Grande, formando um complexo sistema hidroográfico característico da Amazônia estuarina.

Predominantemente rural, o município abriga comunidades ribeirinhas, quilombolas e agricultores familiares que mantêm estreita relação com os recursos naturais e com a dinâmica dos rios. Nessa atmosfera, a urbanização não rompeu a integração entre campo e cidade. Ao contrário, consolidou um território híbrido, no qual as relações econômicas, sociais e culturais articulam permanentemente espaços urbanos, rurais e fluviais.

Essa configuração territorial influencia as condições de acesso da população aos serviços públicos, às oportunidades de trabalho e renda, à mobilidade, à educação, à saúde e às estratégias de adaptação frente às mudanças climáticas. Diante disso, em Igarapé-Miri, compreender as desigualdades sociais exige compreender, simultaneamente, as desigualdades territoriais.

Essa interpretação dialoga com importantes referenciais da Geografia crítica e dos estudos amazônicos. Para Castro (2018), o território amazônico constitui o resultado de processos históricos de ocupação marcados por disputas, apropriações e resistências, nos quais as populações tradicionais exercem protagonismo na construção e na reprodução de seus modos de vida. Becker (2007) demonstra que a Amazônia deve ser compreendida como um espaço estratégico de transformações econômicas, políticas e ambientais, em que diferentes projetos de desenvolvimento disputam permanentemente o uso do território. Milton Santos (2006), por sua vez, afirma que o espaço geográfico é um "conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de

ações”, evidenciando que as desigualdades territoriais resultam da interação entre infraestrutura, organização social, economia e relações de poder.

No caso das mulheres mirienses, o território constitui um determinante das condições de vida. A localização das comunidades, a dependência da mobilidade fluvial, a distância dos equipamentos públicos, a dinâmica da economia do açaí e da agricultura familiar e a oferta desigual de serviços influenciam o acesso à educação, à saúde, ao trabalho, à renda, à autonomia econômica e à participação social. Assim, o território representa um espaço físico e um elemento estruturante das desigualdades de gênero e das diferentes capacidades de adaptação às mudanças climáticas observadas no município.

1.1 RURALIDADE AMAZÔNICA E A URBANIZAÇÃO DIFERENCIADA DE IGARAPÉ-MIRI



Foto: João Ramid

A realidade das mulheres de Igarapé-Miri pode ser compreendida tão somente a partir das especificidades do território amazônico. Contrapondo-se à dicotomia clássica entre urbano e rural, predominante em grande parte da literatura sobre desenvolvimento, o município apresenta uma configuração territorial híbrida, caracterizada pela integração permanente entre cidade, comunidades rurais, rios e

ilhas. Nesse contexto, o território constitui um vetor de organização das condições de vida, do acesso aos direitos e das oportunidades de desenvolvimento das mulheres.

As mulheres mirienses vivenciam múltiplas territorialidades, ao atuarem, simultaneamente, como agricultoras familiares, extrativistas, pescadoras, comerciantes, trabalhadoras do setor de serviços, donas de casa e lideranças comunitárias, mantendo intensos fluxos de circulação entre a sede municipal, as comunidades rurais, os territórios ribeirinhos e as ilhas. Dessa forma, as relações econômicas, familiares e sociais não se organizam em espaços rigidamente separados, na medida em que se configuram em redes territoriais articuladas pelos rios e pelos sistemas de mobilidade fluvial.

Essa perspectiva dialoga com Castro (2018), para quem o território amazônico resulta de processos históricos de ocupação, apropriação e resistência, envolvendo diferentes grupos sociais e formas de uso dos recursos naturais. Sob essa ótica, Igarapé-Miri é constituído por múltiplas territorialidades, nas quais comunidades ribeirinhas, quilombolas, agricultores familiares, extrativistas, comerciantes e moradores da sede municipal estabelecem relações de interdependência mediadas pelos rios, pela circulação de pessoas e pela economia do açaí.

Da mesma forma, Trindade Júnior (2008) demonstra que a urbanização amazônica não reproduz o modelo clássico observado em outras regiões brasileiras. As cidades amazônicas mantêm fortes vínculos funcionais, econômicos e culturais com os espaços rurais e com os rios, configurando uma urbanização diferenciada, marcada pela intensa circulação entre comunidades e núcleos urbanos. Em Igarapé-Miri, essa dinâmica manifesta-se na dependência do transporte fluvial, na centralização dos serviços públicos na sede municipal e na permanência das atividades produtivas nas áreas rurais e ribeirinhas.

Essa configuração territorial produz oportunidades e, ao mesmo tempo, amplia vulnerabilidades. Enquanto a produção econômica concentra-se predominantemente no meio rural, sobretudo nas cadeias do açaí, da agricultura familiar e do extrativismo, os principais serviços públicos, equipamentos de saúde, instituições de ensino e estruturas administrativas permanecem centralizados na sede municipal. Como consequência, o acesso das mulheres à educação, à saúde, ao trabalho, à assistência social e às políticas públicas depende das condições de mobilidade territorial, da navegabilidade dos rios e da qualidade da infraestrutura de transporte.

As mudanças climáticas intensificam essas desigualdades ao comprometerem a mobilidade fluvial, a produção agrícola, o extrativismo e a segurança alimentar, afetando, de forma distinta, as mulheres conforme o território onde vivem. Assim, as desigualdades de gênero observadas em Igarapé-Miri devem ser analisadas sob a

perspectiva socioeconômica e como expressão das desigualdades territoriais que caracterizam a Amazônia.

Nesse sentido, o relatório adota o conceito de territorialidades amazônicas como categoria analítica central. Essa abordagem permite compreender que as condições de vida das mulheres são determinadas pela interação entre território, gênero, economia, clima e políticas públicas, elucidando que as estratégias de promoção da autonomia feminina e de adaptação às mudanças climáticas precisam considerar a diversidade dos modos de vida amazônicos e as especificidades das comunidades urbanas, rurais, ribeirinhas e quilombolas de Igarapé-Miri.

1.2 A FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE IGARAPÉ-MIRI E A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS MULHERES



Foto: João Ramid

A trajetória socioeconômica de Igarapé-Miri evidencia que os diferentes ciclos econômicos da Amazônia foram sustentados pelos recursos naturais e pelo trabalho das mulheres. Embora historicamente invisibilizadas pelas estatísticas, com incipientes políticas públicas e pela fragilidade nos processos de decisão, elas exerceram papel de destaque na reprodução econômica, social e cultural do território, atuando

simultaneamente na produção, no cuidado, na organização comunitária e na manutenção da segurança alimentar das famílias

Os ciclos econômicos de Igarapé-Miri e seus impactos sobre as mulheres mirienses está fundamentado em diferentes campos teóricos interdisciplinares, em particular em temas relacionados à história da Amazônia, à economia regional amazônica, aos estudos de gênero, à Sociologia rural, à Geografia territorial, ao feminismo decolonial e aos estudos sobre trabalho invisível e divisão sexual do trabalho.

Os primeiros núcleos produtivos vieram durante o século XVIII (1701–1800), com a expansão da agricultura colonial na região e o surgimento de engenhos e fazendas, com o desenvolvimento da navegação fluvial e a consolidação de comunidades ribeirinhas e rurais. Esse ciclo consolidou uma divisão sexual do trabalho marcada pela concentração da propriedade da terra e pela invisibilização do trabalho feminino, padrão que se manteria presente nos ciclos econômicos posteriores.

Posteriormente, Igarapé-Miri viveu o ciclo da cana-de-açúcar e dos engenhos, período em que o município se tornou importante polo açucareiro regional com a produção de açúcar, aguardente e melado. Além disso, houve o crescimento econômico impulsionado por rios e igarapés, o que possibilitou a expansão do trabalho escravo indígena e negro e a formação de amplas estruturas agrárias concentradas.

Nesse contexto, a literatura existente descreve a realidade das mulheres negras, indígenas e caboclas escravizadas que atuavam na produção agrícola, no preparo de alimentos, nos engenhos, nos cuidados domésticos, na manutenção da economia familiar. Expressão de um trabalho intenso sem reconhecimento econômico, marcado pela violência estrutural e patriarcal com exclusão do acesso à terra e ao patrimônio.

No ciclo da borracha, a economia amazônica se viu aquecida com o boom da borracha. De tal forma que Igarapé-Miri fortaleceu o comércio fluvial a partir do abastecimento regional com a circulação de mercadorias, que ampliaram as conexões econômicas com Belém e, assim, a ocupação ribeirinha.

Nesse período, as mulheres foram inestimáveis na sustentação social das famílias amazônicas. Enquanto os homens atuavam em atividades extrativistas, as mulheres assumiam a gestão da sobrevivência familiar, cuidando dos filhos, da produção alimentar, além de realizarem pequenas atividades comerciais. Como consequência, houve um aumento da sobrecarga feminina com dependência econômica. Por outro lado, redes femininas comunitárias iam se fortalecendo.

Com o declínio do ciclo da borracha, a economia migrou e fortaleceu a exploração madeireira, da pesca artesanal, do extrativismo vegetal e da agricultura familiar. As comunidades rurais e nas ilhas cresceram junto com as desigualdades sociais e a

precariedade de infraestrutura. Na mesma proporção, cresceu, também, a pobreza rural, o extrativismo, a resistência feminina e a agricultura familiar, além da pesca e da exploração madeireira.

As mulheres intensificaram sua participação em múltiplas funções com a agricultura de subsistência, a coleta do açaí, a pesca artesanal, a gestão da casa, inclusive, o cuidado doméstico e a educação informal dos filhos. Essa sobreposição de funções evidencia aquilo que Silvia Federici⁴ (2019) denomina de trabalho reprodutivo ou trabalho invisível. Para a autora, atividades como o cuidado da família, a produção de alimentos para o consumo doméstico, a organização da vida cotidiana e a manutenção da força de trabalho constituem parte indissociável da economia, ainda que permaneçam historicamente desvalorizadas por não serem remuneradas nem reconhecidas pelas estatísticas oficiais.

No contexto amazônico, essa invisibilidade é ampliada, uma vez que as mulheres acumulam, simultaneamente, atividades produtivas ligadas ao extrativismo, à agricultura familiar e à pesca artesanal, além das responsabilidades domésticas e comunitárias. Sob a visão da economia feminista, Federici (2019) denomina esse conjunto de atividades de trabalho reprodutivo ou trabalho invisível, destacando que sua desvalorização constitui uma das principais bases das desigualdades de gênero.

Na perspectiva de Castro (2000, 2012)⁵, essa realidade evidencia a divisão sexual do trabalho presente nas economias amazônicas. Nas comunidades rurais e ribeirinhas da Amazônia, as atividades produtivas, domésticas e comunitárias encontram-se profundamente articuladas, fazendo com que o trabalho das mulheres ultrapasse a produção econômica propriamente dita.

Além da participação na agricultura, no extrativismo e na pesca, elas assumem funções relacionadas ao cuidado, à segurança alimentar, à organização comunitária e à transmissão de conhecimentos tradicionais, atividades essenciais para a reprodução social dos territórios, mas invisibilizadas, com frequência, pelas estatísticas econômicas e pelas políticas públicas.

O isolamento geográfico do município, dentre outros fatores, propiciou desafios como ausência de políticas públicas de educação, saúde e socioeconômica, dentre outras, o que resultou na baixa escolarização e na dificuldade de acesso à saúde e invisibilidade econômica, fatores ainda presentes na vida das mulheres.

Mesmo sem reconhecimento institucional, as mulheres ribeirinhas mantiveram as redes de solidariedade, a organização em movimentos e a segurança alimentar nas

4. Para Silvia Federici (2019), o trabalho reprodutivo (ou trabalho invisível) corresponde ao conjunto de atividades necessárias para a reprodução da vida e da força de trabalho, realizadas majoritariamente por mulheres e que, embora sejam essenciais para o funcionamento da economia e da sociedade, não são reconhecidas nem remuneradas como trabalho produtivo

comunidades, fortalecendo, cada vez mais, sua organização e movimentos sociais. Conforme Castro (2018), as redes de solidariedade constituem importante mecanismo de reprodução social nas comunidades amazônicas, permitindo que mulheres compartilhem conhecimentos, organizem formas coletivas de trabalho e fortaleçam estratégias de permanência nos territórios diante das limitações impostas pelo isolamento geográfico e pela insuficiência das políticas públicas

Parte dos movimentos sociais em Igarapé-Miri, desde a década de 1970, conforme Gonçalves (2011), recebeu significativa influência da Igreja Católica. No que se refere ao movimento de mulheres, a autora identifica duas interpretações para explicar sua origem. A primeira sustenta que a organização das mulheres teve início no âmbito das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), vinculadas à Igreja Católica, por volta de 1966. A segunda interpretação defende que a politização das mulheres foi impulsionada por sua participação no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), o que ampliou suas perspectivas de atuação para além das questões religiosas, incorporando pautas socioeconômicas e ambientais.

Nessa direção, é possível relacionar a organização das mulheres ao processo de mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras de Igarapé-Miri, momento em que as mulheres consolidaram seus protagonismos e atuaram como sujeito coletivo na defesa de direitos e na construção de pautas próprias. Essas duas interpretações, no entendimento de Gonçalves (2011), não são excludentes, mas complementares, visto que tanto a atuação das CEBs quanto a participação sindical contribuíram para a formação e o fortalecimento do movimento de mulheres no município.

A trajetória histórica apresentada demonstra que a participação das mulheres acompanhou as transformações econômicas do município, assumindo diferentes funções em cada ciclo produtivo. Entretanto, é com a consolidação da cadeia produtiva do açaí, nas últimas décadas, que ocorre uma mudança qualitativa em seu papel econômico e territorial. As mulheres deixam de atuar predominantemente como sustentação invisível da economia familiar para assumir funções crescentes na produção, no beneficiamento, na comercialização, na organização coletiva e na gestão de empreendimentos da sociobiodiversidade, inserindo-se nos debates contemporâneos sobre bioeconomia, desenvolvimento sustentável e justiça climática.

5. Edna Castro dialoga diretamente com a Amazônia, enquanto Silvia Federici trabalha em uma perspectiva mais ampla da economia feminista. Na verdade, as duas autoras se complementam muito bem. A diferença é que Federici discute o conceito de trabalho invisível, enquanto Edna Castro demonstra empiricamente como esse trabalho se manifesta nos territórios amazônicos.

1.3 O AÇAÍ, A BIOECONOMIA E O PROTAGONISMO FEMININO NA ECONOMIA DA SOCIOBIODIVERSIDADE



Foto: João Ramid

A partir das últimas décadas do século XX, essencialmente dos anos 2000, a cadeia produtiva do açaí consolidou-se como principal eixo da economia de Igarapé-Miri, integrando o município aos mercados nacional e internacional. Esse processo intensificou a produção, o beneficiamento, a comercialização e a agregação de valor ao fruto, ampliando sua importância econômica e inserindo o território nas novas dinâmicas da bioeconomia amazônica.

Conforme Becker (2005, 2013), a Amazônia ocupou posição estratégica nas políticas de desenvolvimento sustentável, em razão de sua biodiversidade e do potencial das cadeias produtivas baseadas no uso sustentável dos recursos naturais. Nesse cenário, o açaí tornou-se um dos principais produtos da sociobiodiversidade amazônica. A coleta, o beneficiamento e a comercialização regional foram intensificados e o município começou a ser reconhecido nacionalmente pela produção desse fruto amazônico.

A expansão da agroindústria do açaí modificou profundamente a economia local. O crescimento das unidades de beneficiamento, do processamento da polpa e da

inserção do produto em mercados externos ampliou a circulação de capital e agregou valor à produção regional. Em outro olhar, Rodrigues (2022, p. 142) revela que:

[...] em Igarapé-Miri a cadeia produtiva do açaí, especificamente quanto ao desenvolvimento do reaproveitamento dos caroços, ainda está em fase embrionária, precisando de maiores articulações sociais, econômicas, políticas e culturais, para ter um ambiente favorável ao desenvolvimento a partir da ação conjunta dos atores locais.

Ao analisar a cadeia produtiva do açaí, o estudioso apontou produtos que podem ser manufaturados com os resíduos deste, em vista de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental local, conectado com a conjuntura político-institucional-econômica do município de Igarapé-Miri.

Na percepção de Costa (2012, 2019), o fortalecimento da agricultura familiar e dos sistemas agroflorestais representa uma das principais bases do desenvolvimento rural amazônico. No caso do açaí, a produção familiar gera renda e contribui para a conservação da floresta, a diversificação econômica e a valorização dos conhecimentos tradicionais. Em Igarapé-Miri, essa dinâmica fortaleceu os pequenos produtores e ampliou a participação das mulheres nas diferentes etapas da cadeia produtiva.

Nesse panorama, as famílias dos pequenos produtores passaram a depender da cadeia produtiva do açaí quando ampliaram sua participação no beneficiamento e na comercialização nos pequenos empreendimentos, contribuindo com a renda familiar.

Por sua vez, o crescente número de mulheres chefes de família e a participação informal feminina na economia local e no protagonismo contribuíram para a promoção do desenvolvimento local. Não obstante, os benefícios econômicos tenham sido distribuídos de forma desigual, permaneceram limitações relacionadas ao acesso ao crédito, à assistência técnica, à formalização dos empreendimentos e à valorização do trabalho feminino.

Apesar do avanço econômico proporcionado pelo açaí, parcela significativa das mulheres continua inserida em atividades informais, conciliando, amiúde, produção, comercialização, trabalho doméstico e cuidado familiar. Essa condição limita o acesso à previdência, ao crédito, à capacitação técnica e às políticas públicas de fortalecimento da economia da sociobiodiversidade, conforme comprovado em pesquisa primária a seguir.

Em que pese a maior participação econômica feminina, permaneceu a desigualdade de renda e a baixa valorização do trabalho feminino, além de persistir a dupla jornada, o que levou as mulheres a se organizarem politicamente. Tal realidade confirma a análise de Federici (2019), segundo a qual a ampliação da participação feminina na economia não elimina, necessariamente, a divisão sexual do trabalho, pois as mulheres continuam responsáveis pela maior parte das atividades de cuidado e reprodução social, caracterizando a chamada dupla jornada de trabalho.

Em agosto de 1993, mais de 150 mulheres reuniram-se em Igarapé-Miri para debater temas relacionados à questão de gênero, conforme relata Gonçalves (2011). A partir dos anos 2000, reconhecido como “Capital Mundial do Açaí”, o município de Igarapé-Miri experimentou um pequeno crescimento econômico ligado à exportação, à agroindústria e ao comércio fluvial. Internamente, houve expressiva inserção das mulheres em cadeias produtivas e associações comunitárias.

Sob essa perspectiva, a trajetória das mulheres mirienses não pode ser compreendida apenas pela participação nos ciclos produtivos da cana-de-açúcar, da borracha ou do açaí. É igualmente necessário reconhecer o trabalho invisível desenvolvido na reprodução da vida cotidiana, na manutenção das famílias, na segurança alimentar e na organização comunitária, dimensões que, conforme Federici (2019), constituem parte basilar da economia, embora permaneçam pouco valorizadas pelas políticas públicas e pelas estatísticas econômicas.

O protagonismo da mulher e o açaí tornam-se símbolo da bioeconomia amazônica, de tal modo que crescem iniciativas relacionadas ao empreendedorismo feminino e ao fortalecimento das cadeias sustentáveis e da agricultura familiar. Nessa ótica, Becker (2013) defende que o futuro do desenvolvimento amazônico depende da construção de uma economia baseada na valorização da biodiversidade, da inovação e do conhecimento local. O fortalecimento das cadeias produtivas sustentáveis, como a do açaí, amplia oportunidades para agricultores familiares, populações tradicionais e mulheres, desde que acompanhado por políticas públicas promotoras de inclusão produtiva, agregação de valor, sustentabilidade e redução das desigualdades territoriais.

As mulheres, principalmente da cidade, ocupam as associações comunitárias, as cooperativas, os grupos produtivos a partir de iniciativas de economia solidária, por meio de projetos com temas emergentes, como a autonomia financeira, o empreendedorismo feminino e o fortalecimento do protagonismo rural. Elas deixam de ser vistas apenas como apoio familiar, ao serem reconhecidas como agentes econômicas e territoriais, embora na informalidade e enfrentando desafios como a violência em todas as formas.

No entendimento de Castro (2012), a valorização das cadeias produtivas amazônicas depende do reconhecimento dos saberes locais e das territorialidades construídas pelas populações tradicionais. Nesse contexto, o protagonismo feminino na cadeia do açaí ultrapassa sua dimensão econômica, constituindo-se como elemento indissociável para a conservação dos recursos naturais, a reprodução social das comunidades e o desenvolvimento territorial sustentável.

Na atualidade, há avanço das discussões sobre gênero, justiça climática, vulnerabilidade social, impactos e desafios que as mulheres enfrentam. Especificamente os debates contemporâneos sobre justiça climática demonstram que mulheres de territórios tradicionais ocupam posição estratégica na conservação ambiental, na segurança alimentar e na adaptação às mudanças climáticas. Entretanto, também são desproporcionalmente afetadas pelos impactos ambientais, sobretudo quando persistem desigualdades no acesso à terra, à renda, ao crédito, à mobilidade, à assistência técnica e à participação política.

De forma incipiente, as mulheres deixam de ocupar apenas espaços invisíveis da economia ao reivindicarem a voz, o território, a renda, a representação e o reconhecimento social em espaços público. Se, por um lado, houve progresso no protagonismo feminino, na inclusão da mulher na defesa da floresta e dos rios, com liderança comunitária e participação em projetos territoriais, por outro, ainda há muito o que enfrentar.

As mudanças climáticas, a insegurança alimentar, a precarização econômica, a violência contra a mulher, a dificuldade de mobilidade fluvial, a desigualdade econômica, o trabalho invisível, a sobrecarga na economia do cuidado e o acesso limitado a crédito e a políticas públicas desafiam o bem-viver das mulheres. A contribuição de Milton Santos (2006) viabiliza conceber o território como uma construção social dinâmica, resultante da interação entre sistemas de objetos e ações. Essa abordagem possibilita analisar Igarapé-Miri como um espaço em que economia, cultura e natureza se articulam de forma indissociável.

A trajetória socioeconômica de Igarapé-Miri demonstra que as mulheres sempre exerceram função primordial nos principais ciclos econômicos da Amazônia, embora invisibilizadas pelas estatísticas e pelos processos de decisão. Atualmente, a consolidação da cadeia produtiva do açaí, da agricultura familiar e das iniciativas de bioeconomia amplia seu protagonismo econômico e territorial. No entanto, permanecem desafios relacionados às desigualdades de gênero, à sobrecarga da economia do cuidado, à informalidade, à violência e aos impactos das mudanças climáticas.

Em vista do exposto, a trajetória histórica constitui a base para compreender os resultados apresentados nos capítulos seguintes. Os indicadores levantados pela

pesquisa de campo, relativos ao trabalho, à renda, à divisão sexual das tarefas domésticas, à participação política, à violência, às mudanças climáticas e ao acesso às políticas públicas, revelam que muitas desigualdades identificadas permanecem estruturando a realidade das mulheres mirienses, ainda que coexistam com importantes processos de organização social, fortalecimento comunitário e ampliação do protagonismo feminino.

1.4 CONTEXTO POLÍTICO-INSTITUCIONAL, CAPACIDADE ESTATAL E GOVERNANÇA PÚBLICA EM IGARAPÉ-MIRI



Foto: João Ramid

A análise do contexto político-institucional recente de Igarapé-Miri contribui para interpretar parte dos desafios enfrentados pelo município na implementação de políticas públicas. Sob a perspectiva da administração pública, a continuidade institucional se configura como um dos principais fatores para o fortalecimento da capacidade institucional e da efetividade das ações do Estado.

A literatura sobre administração pública e federalismo brasileiro mostra que a efetividade das políticas públicas depende da existência de recursos financeiros ou de competências legais, como também da capacidade institucional dos governos locais. Nesse sentido, Bresser-Pereira (1998) destaca que a continuidade administrativa, o

planejamento estratégico e a profissionalização da gestão são imprescindíveis para a capacidade institucional do Estado. Políticas públicas estruturantes dependem de planejamento, coordenação, estabilidade administrativa e capacidade gerencial, elementos que tendem a ser fragilizados em contextos marcados por elevada rotatividade dos dirigentes públicos.

Complementarmente, Arretche (2000, 2004) elucida que, após a descentralização das políticas públicas promovida pela Constituição Federal de 1988, os municípios assumiram responsabilidades crescentes, cujo desempenho depende de sua capacidade administrativa, técnica e institucional. A efetividade das políticas públicas começou a depender da capacidade institucional dos governos locais para planejar, coordenar, financiar, executar e monitorar suas ações.

Municípios com limitações administrativas e elevada instabilidade política tendem a enfrentar mais dificuldades na implementação de políticas públicas de caráter estruturante. Para Bresser-Pereira (1998), a capacidade institucional do Estado depende da disponibilidade de recursos financeiros e da existência de instituições capazes de assegurar continuidade administrativa, planejamento estratégico e implementação eficiente das políticas públicas. A continuidade administrativa é indispensável para o planejamento governamental, sobretudo em áreas que demandam ações permanentes, como saúde, educação, assistência social, meio ambiente e políticas para as mulheres.

No caso de Igarapé-Miri, essas reflexões adquirem relevância, uma vez que o município vivenciou, entre 2013 e 2018, um período de elevada instabilidade político-administrativa, marcado por sucessivas alterações na chefia do Poder Executivo em decorrência de afastamentos judiciais, substituições por vice-prefeitos e presidentes da Câmara Municipal, totalizando sete gestores no período. A sucessiva alternância na chefia do Poder Executivo produziu um ambiente de instabilidade político-administrativa, extensivamente repercutido pelos órgãos de controle e pela imprensa, com potenciais reflexos sobre a continuidade da gestão pública.

Sob a perspectiva da governança pública, tal contexto, provavelmente, fragilizou a capacidade institucional do município de formular, implementar e monitorar políticas públicas de forma contínua, sobretudo aquelas que exigem planejamento de longo prazo, estabilidade administrativa e coordenação intersetorial. Embora não seja possível afirmar a interrupção completa das políticas públicas, a elevada rotatividade na gestão municipal tende a comprometer sua continuidade, o acompanhamento dos resultados e a consolidação de ações estruturantes. Os efeitos dessa instabilidade podem ser observados em estudos produzidos sobre a realidade municipal.

A realidade de Igarapé-Miri oferece evidências que dialogam com essa literatura. Ao analisar a implementação do Programa Saúde na Escola no município, Feitosa

(2020) relata dificuldades de acesso aos registros administrativos concernentes ao período de 2014 e parte de 2015, atribuídas aos “percalços políticos” vivenciados pela administração municipal. Ainda que a pesquisa tenha como objeto uma política pública específica, seus resultados evidenciam como a instabilidade institucional pode comprometer processos de registro, monitoramento, memória administrativa e avaliação das ações governamentais, afetando a própria capacidade institucional local.

Assim, a experiência documentada por Feitosa (2020) constitui evidência local de que a descontinuidade administrativa produz impactos concretos sobre a capacidade institucional do município, corroborando os pressupostos teóricos apresentados por Bresser-Pereira (1998) acerca da continuidade administrativa como elemento basilar da gestão pública.

Superado o período de maior instabilidade institucional, torna-se relevante analisar de que forma o planejamento governamental recente incorpora as demandas sociais identificadas no município, em particular, aquelas relacionadas às mulheres.

O Programa de Governo do mandato, apresentado nas eleições de 2024 e iniciado em 2025, incorpora, explicitamente, a agenda de igualdade de gênero, contemplando propostas voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres, ao fortalecimento da autonomia econômica, à ampliação do acesso à saúde, à promoção da participação política, à inclusão digital, à qualificação profissional, ao empreendedorismo feminino e ao fortalecimento institucional da política municipal para as mulheres.

Essa orientação evidencia maior centralidade da pauta de gênero no planejamento governamental quando comparada aos períodos anteriores. A existência de previsão orçamentária representa avanço institucional importante, pois demonstra que parte das propostas foi incorporada aos instrumentos formais de planejamento governamental.

A análise do Plano Plurianual (PPA) (2026–2029) de Igarapé-Miri, instituído pela Lei Municipal nº 5.321/2025 para atender ao compromisso do chefe do Executivo, demonstra avanço institucional ao prever ações específicas voltadas às políticas públicas para as mulheres, incluindo recursos destinados à implantação de espaço de acolhimento e ao funcionamento da Coordenação da Mulher, Direitos Humanos e Equidade. A incorporação dessas propostas ao PPA evidencia que parte dos compromissos assumidos eleitoralmente integra os instrumentos formais de planejamento.

Em contrapartida, quando comparado às necessidades identificadas neste diagnóstico, observa-se que os recursos ainda são limitados, indicando que a

consolidação dessa agenda dependerá do fortalecimento progressivo do orçamento público municipal e da captação de recursos junto aos governos estadual e federal.

Em Igarapé-Miri, a elevada dependência das transferências constitucionais, associada à limitada capacidade de arrecadação própria e aos episódios recentes de instabilidade político-administrativa, acentua os desafios já presentes para a implementação de políticas públicas. Conforme demonstrado por Feitosa (2020), a fragilidade institucional produziu impactos concretos sobre a gestão pública municipal.

Esse cenário evidencia os limites da formulação de políticas públicas quando não há articulação entre vontade política, capacidade estatal, continuidade administrativa e estruturas institucionais permanentes. Como indicam Arretche (2004) e Bresser-Pereira (1998), a efetividade das políticas depende de sua criação normativa e das condições concretas de planejamento, execução, monitoramento e avaliação ao longo do tempo.

Na atualidade, observa-se expressiva estabilidade político-administrativa, condição que amplia as possibilidades de planejamento governamental de médio e longo prazo. Sob essa visão, o fortalecimento das políticas públicas voltadas às mulheres, ao desenvolvimento territorial e à adaptação às mudanças climáticas depende da formulação de novas ações e da capacidade institucional do município de assegurar sua continuidade, monitoramento e avaliação, conforme defendem Arretche (2004) e Bresser-Pereira (1998).

Em conjunto, os argumentos desenvolvidos por Arretche (2000, 2004) e Bresser-Pereira (1998) e a evidência empírica apresentada por Feitosa (2020) permitem conceber que a efetividade e a sustentabilidade das políticas públicas municipais dependem da combinação entre estabilidade institucional, capacidade administrativa municipal, financiamento adequado e mecanismos permanentes de planejamento, monitoramento e avaliação.

O contexto político-institucional descrito neste capítulo não explica, isoladamente, os desafios enfrentados por Igarapé-Miri, mas constitui elemento essencial para assimilar as condições de governança nas quais são formuladas e implementadas as políticas públicas municipais.

À luz da literatura sobre capacidade institucional estatal e descentralização (Arretche, 2000, 2004; Bresser-Pereira, 1998), bem como das evidências apresentadas por Feitosa (2020), observa-se que a promoção de políticas voltadas às mulheres, ao desenvolvimento territorial, à adaptação às mudanças climáticas e à redução das desigualdades depende da vontade política dos governos e da existência de instituições públicas que viabilizem continuidade administrativa, capacidade técnica,

financiamento adequado, monitoramento permanente e coordenação entre os diferentes níveis federativos.

No contexto amazônico, essa efetividade também depende da participação social e da governança territorial, compreendida como a articulação entre governo, sociedade civil, comunidades tradicionais e demais instituições para enfrentar desafios comuns e promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

2. METODOLOGIA



Foto: João Ramid

Este diagnóstico foi desenvolvido por meio de uma abordagem metodológica integrada, combinando pesquisa secundária, pesquisa primária de natureza quantitativa e qualitativa e observação de campo. A articulação dessas estratégias possibilitou apreender a realidade das mulheres de Igarapé-Miri a partir da integração entre indicadores oficiais, evidências empíricas e as percepções das próprias mulheres, conferindo robustez às análises e às conclusões apresentadas neste estudo.

Enquanto a pesquisa secundária favoreceu a caracterização do contexto demográfico, socioeconômico, ambiental e institucional do município com base em dados oficiais e literatura especializada, a pesquisa primária facilitou a captação das

experiências, percepções e condições de vida das mulheres em seus diferentes contextos territoriais.

A integração dessas duas abordagens amplia a capacidade explicativa do diagnóstico, permitindo confrontar os indicadores oficiais com a realidade vivenciada pelas entrevistadas e oferecendo subsídios mais consistentes para a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas voltadas à promoção da igualdade de gênero e da justiça climática.

2.1 PESQUISA DOCUMENTAL E BIBLIOGRÁFICA



Foto: João Ramid

A pesquisa fundamenta-se no levantamento e análise de dados secundários, provenientes de fontes documental e bibliográficas, produzidos por instituições governamentais e de pesquisa e mobilizados para a construção de um diagnóstico socioterritorial das mulheres de Igarapé-Miri.

Conforme Jannuzzi (2005), esse tipo de fonte, sobretudo, as estatísticas do IBGE e os registros administrativos públicos, oferece dados desagregados em nível municipal com rigor metodológico e comparabilidade territorial, sendo indispensável para diagnósticos sociais detalhados.

As principais fontes utilizadas foram o IBGE, por meio do Censo Demográfico 2022 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), para dados demográficos e de renda; o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), em especial o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), para informações sobre saúde e violência; a FAPESPA, por meio do Anuário Estatístico do Pará, para a caracterização do contexto estadual; a plataforma Data Mulheres, do Ministério das Mulheres, para indicadores de gênero; o Atlas da Violência, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), e o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, para dados sobre violência contra a mulher; o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), para informações sobre infraestrutura de saúde; e a Plataforma Adapta Brasil, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), para dados relacionados aos riscos climáticos.

De forma complementar, foram consultados o Observatório Obstétrico Brasileiro, da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); o Observatório da Criança e do Adolescente, da Fundação Abrinq; o QEDu; e o Instituto Água e Saneamento (IAS).

A coleta de dados foi orientada por três filtros: recorte geográfico municipal, com comparações ao estado do Pará, sempre que possível; desagregação por sexo, raça/cor e faixa etária, em alinhamento com a perspectiva da Justiça Climática Feminista; e recorte temporal focado nos anos de 2020 a 2024, com ênfase nos dados definitivos do Censo 2022.

O levantamento apresentou três limitações principais, explicitadas como condição de rigor científico. A primeira delas refere-se a municípios com menos de 100 mil habitantes que apresentam restrições amostrais em pesquisas do IBGE, o que inviabilizou a obtenção de alguns indicadores, como horas dedicadas ao cuidado doméstico e à participação em cargos gerenciais, na escala municipal.

A segunda compreende os dados sobre violência que estão disponíveis apenas na escala estadual, situação agravada pelo sub-registro estrutural decorrente da ausência de equipamentos especializados no município (DEAM, Casa Abrigo e IML). A terceira limitação refere-se ao fato de que os territórios quilombolas e indígenas aparecem como “sem dados” nas plataformas oficiais, criando uma invisibilidade estatística que compromete a análise interseccional proposta. Tais lacunas reforçam o protagonismo da pesquisa primária como etapa complementar, indispensável para superar o limite fundamental dos dados secundários, os quais falam sobre as mulheres mirienses, mas não com elas.



Foto: João Ramid

2.2 PESQUISA DE CAMPO

2.2.1 ABORDAGEM E DESENHO DA PESQUISA

A investigação adota uma abordagem metodológica mista, articulando análises quantitativas, qualitativas ao levantamento por observação direta em campo. A pesquisa examina a realidade socioeconômica de mulheres sob a ótica da justiça climática no município de Igarapé-Miri, localizado na mesorregião do Nordeste Paraense.

A coleta de dados foi realizada em ambiente natural, por meio de estudo de campo, nas próprias residências das pesquisadas (Ferreira, 2015), abrangendo 25 localidades, entre bairros da zona urbana e vilas da zona rural. A amostra totalizou 405 mulheres entrevistadas, distribuídas de forma proporcional à realidade demográfica do município, conforme registrado na Tabela 1 a seguir.

A utilização de múltiplos materiais de campo, como fotografias, vídeos e depoimentos, permitiu capturar, de forma sensível, o contexto das falas e refletir, com precisão, a vivência e a perspectiva das moradoras em sua própria região (Ferreira, 2015).

Tabela 1 – Região pesquisada em Igarapé-Miri

Região pesquisada	%	Total de entrevistas
Zona Rural (Vilas e comunidades)	55%	222
Zona Urbana (Bairros)	45%	183
Total	100%	405

Fonte: Elaborado pela SG Consultores com base na pesquisa de campo.

2.2.2 ARTICULAÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL

A escolha pela integração de métodos justifica-se pela complexidade do objeto de estudo, conforme aponta Minayo (2009, p. 21), ao asseverar que:

[...] a pesquisa qualitativa responde a questões referentes a um conjunto de fenômenos humanos entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Enquanto a vertente qualitativa aprofunda a compreensão desses fenômenos sociais, a abordagem quantitativa atua de forma complementar, medindo opiniões e extraindo dados estatisticamente comprovados a partir de uma amostra representativa.

Para mitigar os desafios analíticos decorrentes do volume de informações coletadas, a equipe técnica adotou os cuidados recomendados por Minayo (2009), evitando conclusões precipitadas originadas pela familiaridade prévia com o objeto de pesquisa.

2.2.3 INSTRUMENTO DE COLETA E EIXOS TEMÁTICOS

O instrumento de coleta consistiu em um questionário estruturado, desenvolvido a partir de indicadores sugeridos pelo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), marco estrutural de fortalecimento institucional de políticas de gênero no Estado democrático (Firmino et al., 2013), combinado a uma ampla pesquisa secundária sobre a cultura local.

O questionário foi desenhado para atender às diretrizes formuladas pelo Governo Federal e à demanda da Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri no sentido de pautar

futuras políticas econômicas e sociais voltadas às mulheres em situação de vulnerabilidade.

Por sua vez, a investigação foi estruturada em torno de seis eixos centrais, conforme metodologia do estudo. O desenho metodológico implementado aponta para três fatores estratégicos de significativa relevância:

Inovação pelo conceito de justiça climática: o projeto inova ao cruzar as diretrizes tradicionais do PNPM com vulnerabilidade territorial e meio ambiente, reconhecendo que a crise climática não afeta a todos de forma igual, sendo as mulheres vulneráveis as mais impactadas;

Controle de parâmetros estatísticos de aleatoriedade: a realização de alinhamentos prévios com a representante da Prefeitura e o alerta metodológico sobre a “ilusão dos primeiros contatos com os dados” (Minayo, 2009) indicam rigor científico, evitando que a familiaridade da equipe com a região gerasse conclusões precipitadas.

Forte representação da Amazônia ribeirinha/interiorana: ao direcionar 55% da amostra para a zona rural (222 entrevistas) e 45% para a zona urbana (183), conforme proporção do censo IBGE (2022), o estudo garante que o principal impacto das mudanças climáticas seja capturado onde ele é mais severo, isto é, nas comunidades tradicionais, extrativistas e ribeirinhas de Igarapé-Miri;

A integração de métodos permitiu medir dados estatísticos precisos (vertente quantitativa) e, simultaneamente, capturar a profundidade das vivências locais por meio de depoimentos, fotografias e vídeos (vertente qualitativa), garantindo a análise dos fenômenos sociais em seu ambiente natural.

2.2.4 PLANO DE AMOSTRAGEM E FLUXO DE EXECUÇÃO

O plano amostral objetivou estimar a dimensão da amostra e a definição dos critérios de seleção dos elementos, certificando a representatividade do universo em estudo. Conforme apontam Dancey e Reidy (2006, p. 156), “os pesquisadores utilizam amostras por várias razões, principalmente porque são mais baratas, mais rápidas de se obter e mais convenientes para examinar do que toda a população”.

Para proteger a validade científica, a eficiência orçamentária e a eficácia das informações, a estrutura amostral buscou o equilíbrio: garantir um número de entrevistas suficiente para contemplar a heterogeneidade e as diferenças entre os grupos sociodemográficos, evitando o desperdício de recursos. A implementação desse plano respondeu de forma sistemática a três perguntas-chave: quem selecionar? (perfil da população-alvo); quantos selecionar? (tamanho estatístico da amostra); e como/onde selecionar? (logística de abordagem e dispersão geográfica).

O desenho amostral desenrolou-se em 11 etapas cronológicas divididas em três fases, quais sejam:

FASE I – CONCEPÇÃO E PLANEJAMENTO

(a) **Identificação do universo:** delimitação da população-alvo e conceituação do conjunto de elementos a serem estudados (mulheres residentes no município);

(c) **Definição dos critérios de estratificação:** organização do processo de seleção com base em variáveis geográficas e sociais;

(b) **Sistematização dos dados:**

Levantamento de informações secundárias disponíveis sobre a base censitária e demográfica da região;

(d) **Cálculo do tamanho da amostra:** aplicação de fórmulas estatísticas para a definição da cota amostral ideal (definida em 405 casos);

FASE II – DIMENSIONAMENTO E ESTRUTURAÇÃO

(e) **Alocação da amostra:** distribuição proporcional do número de questionários entre as zonas urbanas (45%) e rurais (55%) conforme censo IBGE/2022;

(f) **Seleção dos elementos:** determinação das técnicas de sorteio aleatório e do intervalo amostral sistemático por domicílio;

FASE III – PREPARAÇÃO OPERACIONAL E VALIDAÇÃO

(g) **Construção do instrumento:** desenvolvimento do questionário estruturado conforme as variáveis sugeridas pelo PNPM e a pesquisa secundária;

(i) **Alinhamento institucional:** reunião técnica e político-institucional com membros da Secretaria de Governo e da Coordenadoria de Mulheres de Igarapé-Miri para expor a importância do projeto, validar o instrumento e alinhar a logística;

(k) **Início do levantamento:** execução oficial da pesquisa de campo, combinando as entrevistas individuais e as pesquisas por observação direta no período de 1º a 5 de junho de 2026.

(h) **Teste piloto (pré-teste):** aplicação inicial em campo para verificar a conformidade das perguntas, o dinamismo da abordagem e o tempo médio de resposta;

(j) **Treinamento e alinhamento da equipe:** instrução final dos pesquisadores de campo quanto às rotas e às abordagens metodológicas;

2.2.5 TIPOLOGIA DE AMOSTRAGEM E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

A estruturação do plano amostral constitui etapa fundamental para a realização da inferência estatística, uma vez que estabelece os critérios de definição, distribuição e seleção das unidades pesquisadas. O desenho amostral combinou estratificação

territorial e seleção sistemática de domicílios, buscando assegurar adequada dispersão geográfica da amostra e reduzir possíveis vieses decorrentes da seleção por conveniência.

A inferência estatística deve ser interpretada à luz das limitações decorrentes da ausência de informações completas sobre as probabilidades individuais de seleção. Dessa forma, o desenho amostral busca assegurar representatividade dos diferentes contextos territoriais contemplados pela pesquisa e aumentar a comparabilidade entre os grupos analisados, sem pressupor que a amostra reproduza integralmente todas as características da população-alvo.

A integração dos critérios de estratificação territorial e de amostragem por áreas permitiu estruturar a distribuição da amostra considerando variáveis de controle como faixa etária, renda familiar e localização geográfica. Como a população-alvo da pesquisa é constituída exclusivamente por mulheres, gênero não foi utilizado como variável de estratificação entre os indivíduos pesquisados.

Assim, os procedimentos adotados buscaram assegurar adequada cobertura territorial e aumentar a comparabilidade dos resultados entre os diferentes segmentos analisados, devendo os resultados ser interpretados considerando as limitações inerentes ao desenho amostral e às informações disponíveis sobre as probabilidades individuais de seleção.

2.2.6 UNIVERSO, ENQUADRAMENTO LEGAL E RIGOR ESTATÍSTICO

O universo amostral foi delimitado a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE (2022) para o município de Igarapé-Miri (PA), que contabiliza uma população total de 31.557 mulheres. Recortando-se o público-alvo de interesse para a pesquisa, estabeleceu-se o seguinte parâmetro:

Universo (mulheres de 15 anos ou mais): 23.347 pessoas.

Critério de inclusão e amparo legal: a inclusão de jovens a partir de 15 anos atende às diretrizes de desenho de políticas públicas de juventude, em conformidade com a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 (Brasil, 2013) (Estatuto da Juventude). Em campo, todas as oitavas com menores de 18 anos ocorreram estritamente após a assinatura do Termo de Assentimento e mediante autorização explícita e presença física dos pais ou responsáveis legais.

2.2.7 DIMENSIONAMENTO ESTATÍSTICO DA AMOSTRA

Considerando que a população-alvo configura um universo finito (inferior a 100.000 elementos), o cálculo do tamanho mínimo da amostra seguiu a formulação matemática para populações finitas (Vicente, 2012):

FÓRMULA PARA CÁLCULO DO TAMANHO DA AMOSTRA

$$n = \frac{z^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2 \cdot (N - 1) + z^2 \cdot p \cdot q}$$

Para a calibração do modelo, foram fixados os seguintes parâmetros:

n = tamanho calculado da amostra.

N = universo populacional de referência (23.347 mulheres).

z = nível de confiança em desvios-padrão. Adotou-se o coeficiente de 95% de confiança (z = 1,96).

P = prevalência estimada do fenômeno. Diante da ausência de estudos prévios, adotou-se o critério de máxima variância de 50% (P = 0,5).

q = proporção complementar de variância (1 - P = 0,5).

e = margem de erro amostral máxima tolerada, estipulada em 4,9% (e = 0,049).

A resolução da equação estabeleceu a necessidade de uma amostra mínima de 394 entrevistas. Para mitigar potenciais perdas em campo (inconsistências ou dados omissos), foram coletados e validados 405 questionários, superando o patamar de segurança exigido pelo modelo estatístico.

2.2.8. LOGÍSTICA DE CAMPO E PARÂMETROS DE DISPERSÃO

A coleta de dados primários seguiu regras operacionais estritas para assegurar a aleatoriedade e evitar vieses de conveniência:

Unidade amostral: restrição de apenas uma entrevista por unidade domiciliar visitada;

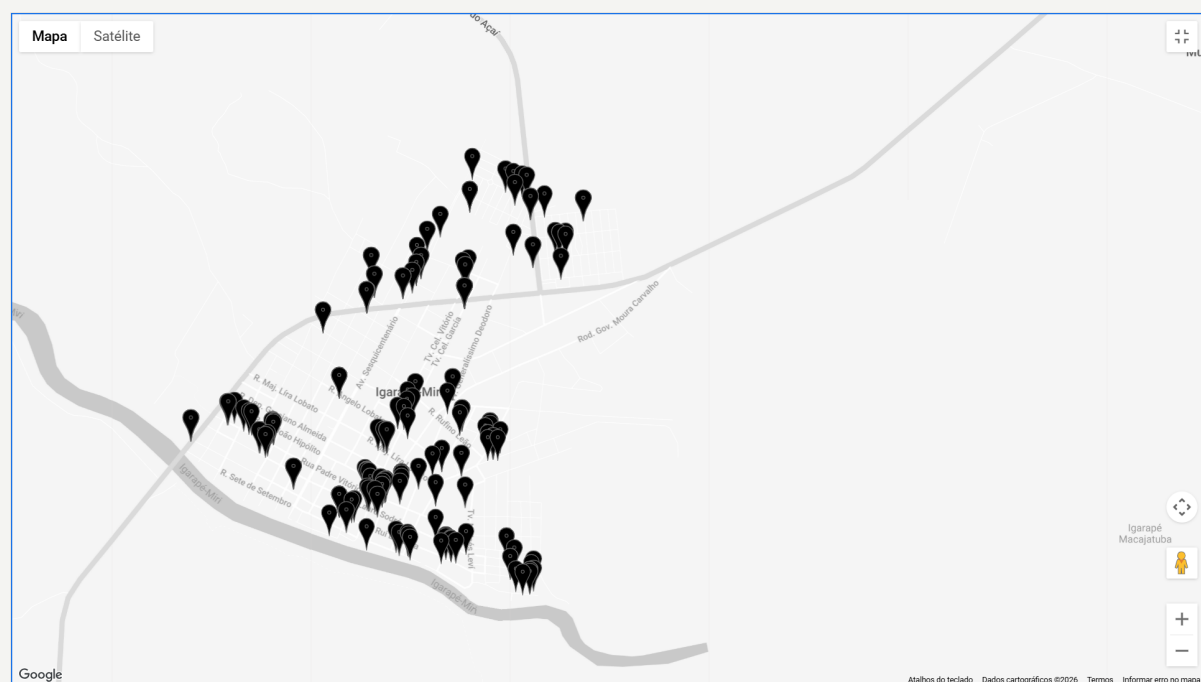
Capilaridade territorial: distribuição da coleta em 25 setores geográficos estratégicos da mesorregião do Nordeste Paraense, compreendendo 12 bairros do núcleo urbano e 13 vilas, comunidades ou áreas ribeirinhas da zona rural.

Figura 1 – Visão georreferenciada dos locais das pesquisas – geral



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Figura 2 – Visão georreferenciada dos locais das pesquisas – zona urbana



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Ponderação temática e espacial: a definição da amostra observou a distribuição territorial da população feminina do município, de modo que 45% das entrevistas (183) foram realizadas na área urbana e 55% (222) na zona rural. Essa estratégia metodológica permitiu representar adequadamente a diversidade territorial de Igarapé-Miri e incorporar às análises as diferentes realidades vivenciadas por mulheres residentes em áreas urbanas, rurais, ribeirinhas e de base extrativista,

fortalecendo a consistência das evidências produzidas para subsidiar a formulação de políticas públicas.

Tabela 2 – Distribuição amostral por localidades/bairros/vilas em Igarapé-Miri

Área urbana	Quant. entrevistas	%
Santa Clara	28	6,9%
Boa Esperança	25	6,2%
Centro	22	5,4%
Cidade Nova (Macapá/Rola Papo)	19	4,7%
Perpétuo Socorro	17	4,2%
Matinha	14	3,5%
Jatuíra	14	3,5%
Orla da Marambaia	9	2,2%
Residencial Açai do Lar	9	2,2%
Tucumã	9	2,2%
Ticiano Miranda	9	2,2%
Cinco Bocas	8	2,0%
Total urbano	183	45%
Área rural	Quant. entrevistas	%
Vila Maiuatá	38	9,4%
Panacauera	23	5,7%
Anapú	21	5,2%
Meruí Central (Nazarezinho)	19	4,7%
Rio São Lourenço	19	4,7%
Santa Maria do Icatu	18	4,4%
Rio Caji	16	4,0%
Meruí-Açu (Mutirão)	13	3,2%
PA 151 (às margens da rodovia)	13	3,2%
Boa União (Rio das Flores)	12	3,0%
Pindobal	10	2,5%
Ilha Maubá	10	2,5%
Ilha Cotijuba	10	2,5%
Total rural	222	55,0%
Total geral	405	100%

Fonte: Elaborado por SG Consultores com base na pesquisa de campo (2026).

Nota: Os dados acima podem sofrer modificações conforme pesquisa in loco.

Ao longo da análise dos eixos temáticos, o leitor encontrará situações em que os resultados da pesquisa primária – questionário estruturado aplicado a 405 mulheres residentes em Igarapé-Miri – diferem dos indicadores oficiais produzidos pelo IBGE. Essas diferenças não representam inconsistências metodológicas, mas refletem as distintas finalidades, escalas de análise e estratégias de coleta adotadas por cada fonte de informação.

O Censo Demográfico do IBGE produz dados representativos da população em geral, utilizando questionários padronizados e categorias previamente definidas. Por sua natureza censitária, oferece um panorama amplo das condições demográficas, sociais e econômicas do município, mas não foi concebido para captar especificidades territoriais internas nem percepções relacionadas às desigualdades de gênero, tampouco fenômenos frequentemente subnotificados, como a violência contra as mulheres.

A pesquisa primária, por sua vez, foi desenvolvida especificamente para o contexto de Igarapé-Miri, com amostra de 405 mulheres distribuídas entre áreas urbanas, rurais, ribeirinhas e quilombolas. Seu instrumento de coleta foi elaborado para identificar experiências, percepções e condições de vida relacionadas às desigualdades de gênero, permitindo captar aspectos que dificilmente seriam observados por levantamentos estatísticos de caráter geral.

Dessa forma, eventuais diferenças entre os resultados das duas fontes devem ser compreendidas como elementos analíticos complementares. Enquanto os dados oficiais fornecem um retrato estrutural do município, a pesquisa primária aprofunda a compreensão das realidades vivenciadas pelas mulheres nos diferentes territórios de Igarapé-Miri, enriquecendo a análise e ampliando a capacidade do diagnóstico de subsidiar políticas públicas territorializadas, sensíveis às questões de gênero e às especificidades locais.

3. ESTRUTURA DEMOGRÁFICA



Foto: João Ramid

Este capítulo aborda a composição demográfica do município, considerando a distribuição percentual da população segundo a autodeclaração de cor ou raça, a razão de sexo, a pirâmide etária, as taxas de fecundidade e natalidade, a composição das famílias e a nupcialidade. De acordo com o Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023), o total de habitantes em 2022 foi de 64.831 habitantes, registrando um crescimento de 11,63% em relação ao último levantamento feito em 2010 (58.077). Em 2022, a população feminina total do município registrada foi de 31.557 mulheres, representando aproximadamente 48,68% da população total.

No que concerne à distribuição percentual entre as mulheres, segundo a autodeclaração de cor ou raça, a Tabela 3 revela que o grupo de mulheres pardas é o mais numeroso, correspondendo a 65,6% da população feminina total. Em seguida,

figuram as mulheres brancas (18,6%) e as pretas (15,7%). As declarações para as cores ou raças amarela e indígena apresentam representatividade estatística mínima, embora não devam ser desconsideradas nas análises de vulnerabilidades específicas.

A soma dos grupos parda e preta revela que as mulheres negras⁶ representam 81,3% da população feminina de Igarapé-Miri, proporção consideravelmente superior à observada entre as mulheres brancas (18,6%). Essa predominância de mulheres negras reforça a necessidade de que os eixos subsequentes, como saúde, educação e renda, sejam analisados sob o recorte da interseccionalidade, considerando que gênero e raça são fatores combinados que estruturam as oportunidades e os desafios enfrentados pela mulher miriense (Tabela 3).

Tabela 3 – Distribuição percentual entre mulheres, segundo a autodeclaração de cor ou raça no município de Igarapé-Miri (PA)

Cor ou raça	População feminina	Distribuição percentual (%)
Parda	20.702	65,6
Branca	5.878	18,6
Preta	4.956	15,7
Amarela	12	0,04
Indígena	9	0,03
Total	31.557	100

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base no Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023).

A análise da estrutura etária complementa a caracterização demográfica ao favorecer a identificação das demandas específicas de cada ciclo de vida. De forma que a Tabela 4 apresenta a distribuição da população de Igarapé-Miri por faixa etária e sexo. Conforme o Censo Demográfico (IBGE, 2022), a maior concentração populacional encontra-se na faixa de 15 a 19 anos, representando 9,80% do total de habitantes (4,75% mulheres e 5,05% homens). Esse dado é relevante, na medida em que Igarapé-Miri possui um grande contingente de jovens em idade escolar e em transição para o mercado de trabalho.

A soma das faixas etárias de 15 a 64 anos indica que 67,06% corresponde à população em idade ativa (PIA). Estatisticamente, isso significa que o município possui uma baixa razão de dependência, em que há mais pessoas em idade de produzir do que crianças e idosos dependentes, configurando um momento estratégico para investimentos em autonomia econômica feminina (Tabela 4).

6. A população negra é definida pelo IBGE como o resultado da soma de pessoas autodeclaradas pretas e pardas (Brasil, 2023).

Tabela 4 – Distribuição percentual por faixa etária e sexo no município de Igarapé-Miri

Faixa etária	Mulheres (%)	Homens (%)	Total da faixa (%)
0 a 4 anos	3,73%	4,05%	7,78%
5 a 9 anos	4,29%	4,62%	8,91%
10 a 14 anos	4,64%	5,00%	9,65%
15 a 19 anos	4,75%	5,05%	9,80%
20 a 24 anos	4,26%	4,37%	8,63%
25 a 29 anos	4,23%	4,50%	8,74%
30 a 34 anos	4,09%	4,15%	8,24%
35 a 39 anos	3,84%	3,91%	7,76%
40 a 44 anos	3,34%	3,73%	7,07%
45 a 49 anos	2,75%	2,92%	5,67%
50 a 54 anos	2,17%	2,38%	4,55%
55 a 59 anos	1,75%	1,88%	3,62%
60 a 64 anos	1,47%	1,52%	2,99%
65 a 69 anos	1,17%	1,18%	2,35%
70 a 74 anos	0,85%	0,92%	1,77%
75 a 79 anos	0,59%	0,54%	1,13%
80 a 84 anos	0,37%	0,31%	0,68%
85 a 89 anos	0,19%	0,18%	0,37%
90 a 94 anos	0,11%	0,06%	0,17%
95 a 99 anos	0,04%	0,02%	0,06%
100 anos ou +	0,04%	0,02%	0,05%

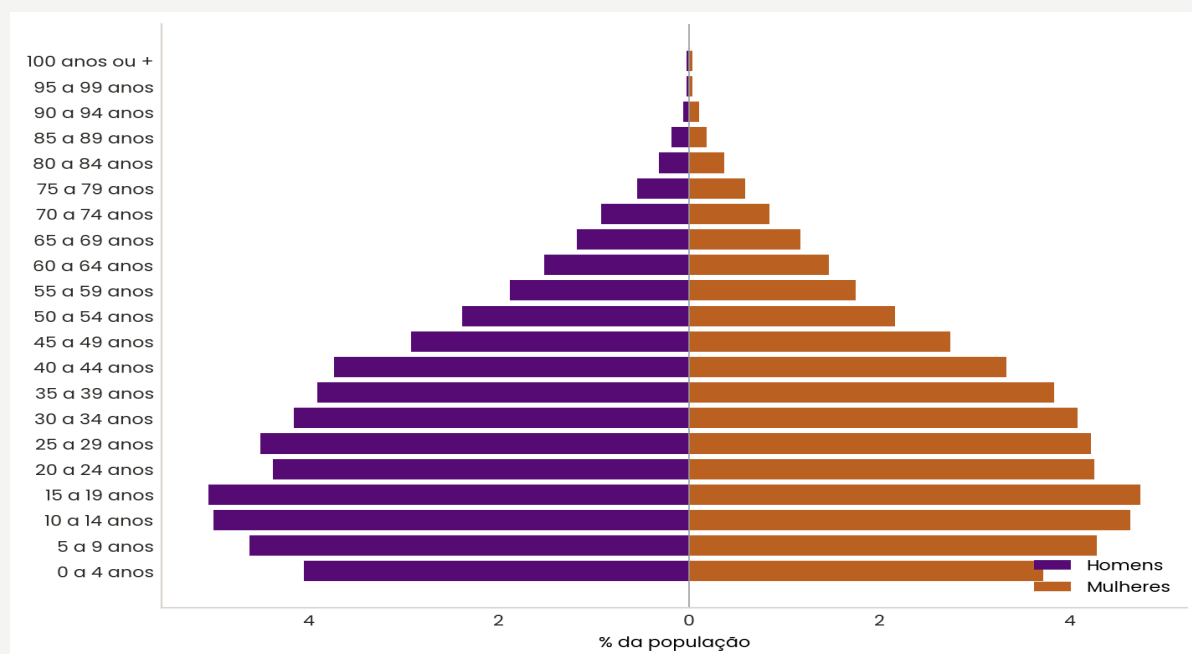
Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base no Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023).

Observa-se que até a faixa dos 69 anos, a participação masculina é ligeiramente superior à feminina em quase todos os estratos. No entanto, a partir dos 75 anos, ocorre uma inversão, na qual as mulheres representam uma parcela maior da população idosa. Tal fenômeno é conhecido como feminização da velhice (Sobrinho et al., 2024).

Por sua vez, na faixa de 90 a 94 anos, a proporção de mulheres (0,11%) é quase o dobro da masculina (0,06%). Entre os centenários (100 anos ou +), a presença feminina é também o dobro da masculina, reforçando a necessidade de políticas públicas focadas na mulher idosa miriense (Gráfico 1).

O indicador razão de sexo expressa a relação quantitativa entre os sexos de forma que, se for igual a 100, o número de homens e de mulheres se equivalem; acima de 100, há predominância de homens e, abaixo, predominância de mulheres. De acordo com o Censo de 2022, a razão de sexo no Brasil é de 94, ou seja, para cada 100 mulheres havia 94 homens.

Gráfico 1 – População masculina e feminina por faixa etária em Igarapé-Miri (2022)



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base no Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023).

Em Igarapé-Miri, existem aproximadamente 105,44 homens para cada 100 mulheres. Já a análise por ciclos de vida revela que no município segue o seguinte cenário: há predominância masculina desde o nascimento até as faixas etárias mais avançadas, com razões de sexo superiores a 100 em todas as faixas de 0 a 74 anos.

Contudo, o quadro muda a partir dos 75 anos, quando a realidade da mulher miriense ganha centralidade no envelhecimento, visto que a longevidade feminina passa a se sobressair, resultando em uma população idosa composta majoritariamente por mulheres. Essa predominância feminina se mantém, com oscilações, ao longo das faixas etárias mais avançadas, chegando a uma razão de sexo de 50,00 tanto na faixa de 95 a 99 anos quanto na faixa de 100 anos ou mais (Tabela 5).

De acordo com os dados do Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023), a distribuição da população feminina por grupos de idade e situação de domicílio revela especificidades estruturais em Igarapé-Miri, evidenciando um perfil demográfico de transição, embora marcadamente jovem quando comparado aos panoramas estadual e nacional.

Na área urbana de Igarapé-Miri, a proporção de mulheres jovens atinge 30,6%, situando-se ligeiramente acima da média do estado do Pará (29,1%). Esse indicador reflete a persistência de uma estrutura populacional rejuvenescida, característica endêmica dos municípios do interior da Amazônia Legal, região que, conforme aponta o Censo Demográfico 2022, ainda se mantém proporcionalmente mais jovem do que

as demais, em razão de taxas de fecundidade historicamente mais elevadas e de uma transição demográfica ainda em curso (IBGE, 2023)⁷.

Tabela 5 – Distribuição percentual por faixa etária e sexo e razão de sexo no município de Igarapé-Miri⁸

Faixa etária	Mulheres (%)	Homens (%)	Razão de sexo
0 a 4 anos	3,73%	4,05%	108,73
5 a 9 anos	4,29%	4,62%	107,69
10 a 14 anos	4,64%	5,00%	107,74
15 a 19 anos	4,75%	5,05%	106,33
20 a 24 anos	4,26%	4,37%	102,68
25 a 29 anos	4,23%	4,50%	106,38
30 a 34 anos	4,09%	4,15%	101,51
35 a 39 anos	3,84%	3,91%	101,77
40 a 44 anos	3,34%	3,73%	111,63
45 a 49 anos	2,75%	2,92%	106,17
50 a 54 anos	2,17%	2,38%	110,04
55 a 59 anos	1,75%	1,88%	107,33
60 a 64 anos	1,47%	1,52%	103,04
65 a 69 anos	1,17%	1,18%	100,79
70 a 74 anos	0,85%	0,92%	107,80
75 a 79 anos	0,59%	0,54%	91,64
80 a 84 anos	0,37%	0,31%	83,47
85 a 89 anos	0,19%	0,18%	94,40
90 a 94 anos	0,11%	0,06%	54,00
95 a 99 anos	0,04%	0,02%	50,00
100 anos ou +	0,04%	0,02%	50,00

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base no Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023).

O cenário de juventude acentua-se ao analisar o recorte de favelas e comunidades urbanas⁹. Nesse segmento, Igarapé-Miri apresenta 18,3% de jovens de 0 a 18 anos, superando o índice observado no Pará (15,1%). Essa concentração sinaliza uma pressão considerável sobre as demandas por políticas públicas de juventude, saúde

7. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: Idade e Sexo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

8. Nota metodológica: a razão de sexo representa o número de homens para cada 100 mulheres. Valores acima de 100 indicam maioria masculina; abaixo de 100, maioria feminina.

9. De acordo com IBGE (2022), favelas e comunidades urbanas são caracterizadas pela predominância de domicílios com graus diferenciados de insegurança jurídica da posse e, pelo menos, um dos demais critérios que é a ausência ou a oferta incompleta de serviços públicos, predomínio de edificações arruamento e infraestrutura que, usualmente, são autoproduzidos ou orientam-se por parâmetros urbanísticos e construtivos distintos dos definidos pelos órgãos públicos, localização em áreas de restrição à ocupação definidas pela legislação ambiental ou urbanística. Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Favelas e Comunidades Urbanas: IBGE muda denominação dos “aglomerados subnormais”. Agência de Notícias, Rio de Janeiro, 23 jan. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38962-favelas-e-comunidades-urbanas-ibge-muda-denominacao-dos-aglomerados-subnormais>. Acesso em: 29 maio 2026.

reprodutiva e educação, além de evidenciar uma acentuada vulnerabilidade socioespacial nessas áreas territoriais.

No intervalo de 19 a 39 anos, a participação das mulheres na área urbana é quase idêntica entre o município e o estado, registrando 35,9% em Igarapé-Miri e 35,4% no Pará. Ambas as proporções significativamente superior à média nacional de 32,1%. Na área rural, a dinâmica municipal ganha ainda mais relevância, alcançando 35,0% e superando a média rural do estado (32,8%), o que demonstra o protagonismo da força de trabalho feminina jovem e adulta no campo miriense.

Em contrapartida, a proporção de mulheres de meia-idade (40 a 59 anos) em Igarapé-Miri apresenta-se levemente inferior à do Pará em ambas as situações de domicílio (urbana e rural), corroborando a base piramidal mais jovem do município. No segmento de mulheres idosas (60 anos ou mais) residentes na área urbana, os índices de Igarapé-Miri (11,2%) e do Pará (11,7%) situam-se visivelmente abaixo da média nacional. Esse comportamento demográfico é esperado em territórios que, historicamente, combinam taxas de fecundidade mais elevadas no passado recente com uma menor expectativa de vida ao nascer (Tabelas 6 e 7).

Tabela 6 – Distribuição das mulheres por grupos de idade, segundo características do território no Pará (2022)

Faixa etária	Área urbana	Área rural	Terras indígenas	Território quilombola	Favelas e comunidades
0 a 10	16,1	21,3	32,7	22,3	15,1
11 a 18	13	16,3	20,2	17,1	12,5
19 a 39	35,4	32,8	30,8	33,5	34,9
40 a 59	23,8	20,1	12	18,1	25,7
60 a 79	10	8,2	3,7	7,6	10,2
80 ou mais	1,7	1,2	0,7	1,4	1,6

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base no Censo de 2022 (IBGE, 2023).

Tabela 7 – Distribuição das mulheres por grupos de idade, segundo características do território em Igarapé-Miri (2022)

Faixa etária	Área urbana	Área rural	Terras indígenas	Território quilombola	Favelas e comunidades
0 a 10 anos	16	19,8	–	–	18,3
11 a 18 anos	14,6	17,3	–	–	15,1
19 a 39 anos	35,9	35	–	–	34,9
40 a 59 anos	22,3	19	–	–	21,7
60 a 79 anos	9,4	7,5	–	–	8,2
80 anos ou mais	1,8	1,3	–	–	1,8

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base no Censo de 2022 (IBGE, 2023).

No que tange às denominações religiosas, cerca de 24.368 pessoas (45,1%) da população em Igarapé-Miri se consideram evangélicos, sendo o maior grupo religioso do município, superando os católicos por apenas 3 pontos percentuais (42,1%). Isso coloca o município entre as 16 cidades paraenses com maioria evangélica, na contramão do perfil do Pará, onde 54% da população é católica¹⁰. Cerca de 6.111 pessoas (11,3%) se declaram sem religião, cuja maioria é masculina com 13,7% contra 8,8% das mulheres. Já as religiões de matriz africana (Umbanda e Candomblé) têm presença muito pequena (56 pessoas, 0,1%), assim como outras religiosidades (666 pessoas, 1,2%). Espírita e tradições indígenas não foram registradas na amostra, o que pode refletir tanto baixa presença quanto limitações da amostragem do Censo em populações (Tabela 8).

Tabela 8 – Pessoas de 10 anos ou mais por cor ou raça, segundo o sexo e a religião – percentual em Igarapé-Miri

Religião	Total	%	Homem		Mulheres	
			Número absoluto	%	Número absoluto	%
Evangélico	24.368	45,1	11.534	41,7	12.835	48,7
Católica	22.751	42,1	11.917	43,1	10.834	41,1
Sem religião	6.111	11,3	3.791	13,7	2.320	8,8
Outras religiosidades	666	1,2	354	1,3	311	1,2
Umbanda e Candomblé	56	0,1	11	0	46	0,2
Sem declaração	56	0,1	44	0,2	12	0,0
Espírita	–	–	–	–	–	–
Tradições indígenas	–	–	–	–	–	–
Total	54.008	100	27.650	100	26.358	100

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base no Censo de 2022 (IBGE, 2023).

¹⁰. Pará: 54,35% católicos e 35,27% evangélicos, diz IBGE; confira sua cidade. Ver-o-Fato, [S.l.], 11 dez. 2024. Disponível em: <https://ver-o-fato.com.br/para-5435-catolicos-e-3527-evangelicos-diz-ibge-confira-sua-cidade/>. Acesso em: 1 jun. 2026.

A taxa de fecundidade representa o número médio de filhos nascidos vivos, tidos por uma mulher ao final de seu período reprodutivo, na população residente em determinado espaço geográfico. Trata-se de um dos fatores de maior efeito na dinâmica da população brasileira e, portanto, de grande importância na elaboração de políticas públicas que considerem os novos perfis demográficos (UNFPA, 2018).

No Brasil, a Taxa de Fecundidade Total (TFT) em 1960 era de 6,28 filhos por mulher, chegando a 8,56 na região Norte do país. Em 2022, os dados mostram que a taxa caiu para 1,55 por mulher e para 1,89 na região Norte. Esse cenário mostra que as mulheres brasileiras estão tendo menos filhos e adiando cada vez mais a maternidade (IBGE, 2025).

A Tabela 9 apresenta a TFT e a Idade Média da Fecundidade (IMF) no Brasil, no Pará e em Igarapé-Miri, com base no Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023) e no Anuário Estatístico do Pará 2024 (Pará, 2024). Observa-se que tanto o Pará quanto o município de Igarapé-Miri registram taxas de fecundidade superiores à média nacional, embora todas as localidades se encontrem abaixo do nível de reposição populacional (2,1 filhos por mulher), sinalizando tendência de envelhecimento demográfico a longo prazo.

O Pará apresenta uma das menores idades médias de fecundidade do Brasil (26,8 anos), indicando que as mulheres paraenses tendem a ter filhos mais cedo do que a média nacional. Por seu turno, Igarapé-Miri acompanha e aprofunda essa tendência estadual, com idade média de 26,5 anos, sugerindo a necessidade de atenção às políticas de saúde reprodutiva e à prevenção da gravidez na adolescência no município (Tabela 9).

Tabela 9 – Taxa de Fecundidade Total e Idade Média da Fecundidade no Brasil, Pará e Igarapé-Miri

Localidade	Taxa de Fecundidade Total	Idade Média da Fecundidade
Brasil	1,55	28,1 anos
Pará	1,83	26,8 anos
Igarapé-Miri	1,84	26,5 anos

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base no Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023) e Pará (2024).

O Anuário Estatístico do Pará 2024 (Pará, 2024) (Tabela 9) apresenta a evolução da TFT entre 2019 e 2023 em Igarapé-Miri, no estado do Pará e em Belém e permite observar que Belém registrou taxas sistematicamente abaixo da média estadual em todo o período, com queda acentuada em 2020 e 2021, possivelmente relacionada aos efeitos da pandemia de Covid-19 sobre a fecundidade urbana.

O município de Igarapé-Miri, por sua vez, manteve índices superiores à média estadual na maior parte do período, chegando a valores próximos, porém ainda abaixo do nível de reposição populacional, como nos anos de 2019 (2,05) e 2021 (2,07). Todavia, nota-se uma tendência de queda recente no município, com a TFT recuando de 2,07 em 2021 para 1,80 em 2023, aproximando-se progressivamente da média estadual e sinalizando uma transição demográfica em curso em Igarapé-Miri, conforme Tabela 10.

Já o indicador Taxa Específica de Fecundidade (TEF) por faixa etária entre os anos de 2019 e 2023 no Pará (Ver Tabela 11) e em Igarapé-Miri (Ver Tabela 12) revelam que o município apresentou taxas de fecundidade na faixa de 15 a 19 anos, sistematicamente acima da média estadual em todo o período. Em 2019, enquanto o Pará registrava taxa de 0,0739, o município marcava 0,0969, ou seja, a incidência de fecundidade juvenil era 31% maior que a média estadual. Esse padrão se manteve ao longo dos anos, embora com tendência de convergência: em 2023, a diferença recuou para aproximadamente 14,6% (Pará: 0,0657; Igarapé-Miri: 0,0753), sinalizando avanços, ainda assim indicando vulnerabilidade relevante nessa faixa etária.

Dessa forma, pode-se inferir que a fecundidade mais concentrada nas faixas jovens, de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos, e menor nas faixas de 30 a 34 anos e de 35 a 39 anos reforça o padrão de fecundidade precoce do município, coerente com a idade média de fecundidade de 26,5 anos já identificada. Esse perfil demográfico evidencia a necessidade de políticas públicas voltadas à saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens, incluindo programas de educação sexual nas escolas e ampliação do acesso a serviços de planejamento familiar.

Tabela 11 – Taxa Específica de Fecundidade por faixa etária de 2019 a 2023 no Pará

Ano	15–19 anos	20–24 anos	25–29 anos	30–34 anos	35–39 anos	40–44 anos	45–49 anos
2019	0,0739	0,1017	0,0836	0,0572	0,0307	0,0085	0,0007
2020	0,0698	0,0973	0,0805	0,0549	0,0296	0,0089	0,0007
2021	0,0714	0,0993	0,0831	0,0562	0,0307	0,0093	0,0007
2022	0,0687	0,1057	0,0920	0,0613	0,0321	0,0095	0,0008
2023	0,0657	0,1025	0,0912	0,0618	0,0330	0,0099	0,0007

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base em Pará (2024).

Outro indicador importante no planejamento de políticas públicas é a taxa de natalidade¹¹, a qual apresentou uma queda de aproximadamente 7,19% entre 2019 e 2023, passando de 13,35 % para 12,39 %. Essa redução reflete uma tendência nacional

11. Cabe traçar uma diferença entre a taxa de fecundidade e a de natalidade: a natalidade mede o número de nascimentos em todo o conjunto da população, enquanto a fecundidade mede o número de nascimentos sobre a população, porém considera apenas a parte que está ligada diretamente ao fenômeno, isto é, a população feminina em idade de reprodução (15 e 50 anos). De forma que a diferença entre a taxa de natalidade e a de fecundidade está relacionada à abrangência. À medida que a taxa de fecundidade corresponde à média de filhos por mulher em idade de procriar, a taxa de natalidade considera os nascimentos anuais e a população total, expressa por mil habitantes.

de diminuição da natalidade, conforme demonstrado pelo Censo de 2022, em que o Brasil registrou 2,54 milhões de nascimentos, uma queda de 3,5% na comparação com 2021, chegando ao menor patamar desde 1977¹².

Tabela 12 – Taxa Específica de Fecundidade por faixa etária de 2019 a 2023 em Igarapé-Miri

Ano	15–19 anos	20–24 anos	25–29 anos	30–34 anos	35–39 anos	40–44 anos	45–49 anos
2019	0,0969	0,1346	0,0986	0,0464	0,0221	0,0105	0,0007
2020	0,0908	0,1210	0,0889	0,0398	0,0216	0,0040	0,0013
2021	0,0984	0,1277	0,0963	0,0571	0,0265	0,0067	0,0006
2022	0,0867	0,1247	0,0882	0,0449	0,0177	0,0055	0,0011
2023	0,0753	0,1098	0,0951	0,0502	0,0257	0,0046	0,0000

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base em Pará (2024).

O estado do Pará, ao contrário do Brasil, não apresentou uma queda consistente na taxa de natalidade no período analisado. No estado, registrou um aumento de 1,21% na taxa de natalidade no período, passando de 14,86% em 2019 para 15,04% em 2023. Já Igarapé-Miri registrou uma queda mais modesta que a nacional, de 1,78%, com a taxa caindo de 16,33% para 16,04%. Apesar dessa leve redução, Igarapé-Miri segue com as taxas de natalidade mais elevadas entre as três localidades analisadas, tanto em 2019 quanto em 2023 (Tabela 13).

Tabela 13 – Taxa de natalidade Brasil, Pará e Igarapé-Miri

Ano	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	13,35	12,62	12,33	12,49	12,39
Pará	14,86	13,87	14,43	15,05	15,04
Igarapé-Miri	16,33	14,29	15,79	15,62	16,04

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base no Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023) e Pará (2024).

Ademais, o Censo de 2022 apresenta um panorama dos estados conjugais no Brasil, evidenciando transformações nas formas de união e nos novos arranjos da vida familiar. Trata-se de uma variável central nos estudos sociodemográficos, dada a estreita relação entre a configuração das estruturas familiares e seus efeitos sobre a fecundidade (IBGE, 2025).

Segundo Medeiros (2021), a compreensão da nupcialidade, ou seja, os padrões de casamento, união estável e outras formas de união conjugal é imprescindível na formulação de políticas públicas eficazes, tendo em vista que esses dados oferecem uma perspectiva da estrutura familiar e das relações sociais que são pilares para o planejamento e a implementação de ações governamentais.

12. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Em 2022, o número de nascimentos caiu pelo quarto ano e chegou ao menor patamar desde 1977. Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 27 mar. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39560-em-2022-numero-de-nascimentos-cai-pelo-quarto-ano-e-chega-ao-menor-patamar-desde-1977>. Acesso em: 1º maio 2026.

As Tabelas 14 e 15 apresentam a distribuição da população de 10 anos ou mais segundo o estado conjugal no Pará e em Igarapé-Miri, comparando os Censos Demográficos de 2010 e 2022. Em ambas as localidades, observa-se crescimento da proporção de pessoas vivendo em união – mais expressivo em Igarapé-Miri (+5,14 p.p.) do que no Pará (+2,33 p.p.), acompanhado de redução no percentual de pessoas que nunca viveram em união (Pará: -5,79 p.p.; Igarapé-Miri: -6,71 p.p.), indicando que uma parcela crescente da população está experienciando vínculos conjugais ao longo da vida.

Paralelamente, cresceu em ambas as localidades a proporção de pessoas que já viveram em união, mas não vivem mais, sugerindo expressiva instabilidade ou transitoriedade dos vínculos conjugais, tendência que demanda atenção no planejamento de políticas de assistência social e na proteção à família.

Tabela 14 – Pessoas de 10 anos ou mais por estado conjugal Pará e Igarapé-Miri

Localidade	Categoria	Censo 2010	Censo 2022	Variação absoluta
Pará	Total	6.062.304	6.780.546	718.242
Pará	Viviam em união	2.915.418	3.419.089	503.671
Pará	Não viviam em união	3.146.886	3.361.457	214.571
Pará	Já viveram em união	815.056	1.145.812	330.756
Pará	Nunca viveram em união	2.331.830	2.215.645	-116.185
Igarapé-Miri	Total	45.035	54.008	8.973
Igarapé-Miri	Viviam em união	22.415	29.654	7.239
Igarapé-Miri	Não viviam em união	22.620	24.354	1.734
Igarapé-Miri	Já viveram em união	5.267	7.167	1.900
Igarapé-Miri	Nunca viveram em união	17.353	17.187	-166

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base no Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023).

Sobre a distribuição dos arranjos familiares em Igarapé-Miri, no Pará e no Brasil, com base no Censo Demográfico 2022, os dados revelam que Igarapé-Miri o arranjo de casal com filhos é o predominante (52,7% das famílias, chegando a 58,40% quando somadas as famílias que também convivem com outros parentes), maior do que as médias estadual (50,28%) e nacional (45,22%).

Tabela 15 – Pessoas de 10 anos ou mais, por estado conjugal Pará e Igarapé-Miri – percentual do total geral (%)

Localidade	Categoria	Censo 2010	Censo 2022	Variação
Pará	Total (10 anos +)	100	100	–
Pará	Viviam em união	48,09	50,42	+2,33
Pará	Não viviam em união	51,91	49,58	-2,33
Pará	Já viveram em união	13,44	16,90	+3,46
Pará	Nunca viveram em união	38,47	32,68	-5,79
Igarapé-Miri	Total (10 anos +)	100	100	–
Igarapé-Miri	Viviam em união	49,77	54,91	+5,14
Igarapé-Miri	Não viviam em união	50,23	45,09	-5,14
Igarapé-Miri	Já viveram em união	11,69	13,27	+1,57
Igarapé-Miri	Nunca viveram em união	38,53	31,82	-6,71

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base no Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023).

Em contrapartida, Igarapé-Miri registra menor proporção de famílias monoparentais femininas (mulher sem cônjuge com filhos: 13,38%, incluindo as com parentes) em relação ao Pará (16,50%) e ao Brasil (17,34%), o que pode indicar maior estabilidade dos vínculos conjugais no município, embora esse grupo ainda demande atenção de políticas públicas como acesso à creches.

A presença de famílias que convivem com parentes (casal com filhos e com parentes: 5,83%) sugere também uma estrutura familiar mais ampliada, com significativa convivência intergeracional. A menor proporção de casais sem filhos (21,29%) reforça o perfil de município com fecundidade mais elevada e famílias mais jovens (Tabela 16).

Com base no Censo Demográfico 2022, os responsáveis pelas famílias em Igarapé-Miri foram analisados segundo faixa etária, nível de instrução e sexo. O município registra 15.544 responsáveis familiares, dos quais 9.639 são homens, correspondendo a 62,0%, e 5.905 são mulheres, equivalentes a 38,0%. Esses dados revelam a predominância masculina na chefia familiar do município.

Tabela 16 – Pessoas de 10 anos ou mais, por estado conjugal Pará e Igarapé-Miri – percentual do total geral (%)

Tipo de arranjo familiar	Brasil		Pará		Igarapé-Miri	
	N	%	N	%	N	%
Total de arranjos	58.143.535	100,00	2.084.532	100,00	15.544	100,00
Casal sem filhos	13.960.717	24,01	384.115	18,43	2.549	16,40
Casal sem filhos e com parentes	1.674.985	2,88	91.324	4,38	760	4,89
Casal com filhos	24.300.695	41,79	923.267	44,29	8.172	52,57
Casal com filhos e com parentes	1.996.871	3,43	124.765	5,99	907	5,83
Mulher sem cônjuge com filhos	7.810.826	13,43	237.829	11,41	1.338	8,61
Mulher sem cônjuge com filhos e com parentes	2.273.434	3,91	106.167	5,09	741	4,77
Homem sem cônjuge com filhos	1.184.615	2,04	47.251	2,27	328	2,11
Homem sem cônjuge com filhos e com parentes	371.739	0,64	19.154	0,92	129	0,83
Outro	4.569.655	7,86	150.661	7,23	622	4,00

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base no Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023).

Observa-se ainda que 65,7% dos responsáveis pelas famílias têm, no máximo, Ensino Fundamental incompleto, o que corresponde a 10.209, do total de 15.544 responsáveis familiares do município. Nesse grupo, os homens representam 69,1%, ao passo que as mulheres correspondem a 30,9%. Trata-se de dado importante para o planejamento de políticas públicas de educação, trabalho e renda no município.

Enquanto os homens são majoritários entre os responsáveis com baixa escolaridade, as mulheres predominam nas categorias de Ensino Médio completo e Ensino Superior incompleto, com 57,9%, chegando a uma situação de equilíbrio no Ensino Superior completo, com 50,3%. Nas faixas mais avançadas, a diferença entre os sexos se reduz progressivamente, reflexo da maior longevidade feminina, conforme observado anteriormente. Por fim, entre os responsáveis com 70 anos ou mais, nota-se concentração expressiva na categoria sem instrução ou com Ensino Fundamental incompleto, evidenciando uma geração marcada pelo acesso historicamente limitado à educação (Tabela 17).

Tabela 17 – Pessoas responsáveis pelas famílias em Igarapé-Miri, por faixa etária, nível de instrução e sexo (2022)

Faixa etária	Nível de instrução	Total	Homens		Mulheres	
		N	N	%	N	%
Total geral	Total	15.544	9.639	62,0	5.905	38,0

Faixa etária	Nível de instrução	Total	Homens		Mulheres	
		N		%	N	%
Total geral	Sem instrução e ensino fundamental incompleto	10.209	7.052	69,1	3.157	30,9
Total geral	Ensino fundamental completo e médio incompleto.	1.967	1.100	55,9	867	44,1
Total geral	Ensino médio completo e superior incompleto	2.455	1.033	42,1	1.422	57,9
Total geral	Superior completo	914	454	49,7	460	50,3
15 a 19 anos	Total	88	35	39,8	52	59,1
15 a 19 anos	Sem instrução e ensino fundamental incompleto	47	23	48,9	24	51,1
15 a 19 anos	Ensino fundamental completo e médio incompleto.	23	12	52,2	11	47,8
15 a 19 anos	Ensino médio completo e superior incompleto.	18	–	–	18	100,0
20 a 24 anos	Total	610	252	41,3	358	58,7
20 a 24 anos	Sem instrução e ensino fundamental incompleto	215	122	56,7	93	43,3
20 a 24 anos	Ensino fundamental completo e médio incompleto	183	78	42,6	105	57,4
20 a 24 anos	Ensino médio completo e superior incompleto.	162	52	32,1	110	67,9
20 a 24 anos	Superior completo	49	–	–	49	100,0
25 a 29 anos	Total	1.458	868	59,5	590	40,5
25 a 29 anos	Sem instrução e ensino fundamental incompleto	686	472	68,8	214	31,2
25 a 29 anos	Ensino fundamental completo e médio incompleto	281	163	58	118	42
25 a 29 anos	Ensino médio completo e superior incompleto	362	173	47,8	189	52,2

Faixa etária	Nível de instrução	Total	Homens		Mulheres	
		N		%	N	%
25 a 29 anos	Superior completo	130	61	46,9	69	53,1
30 a 34 anos	Total	1.878	1.133	60,3	745	39,7
30 a 34 anos	Sem instrução e ensino fundamental incompleto	855	572	66,9	283	33,1
30 a 34 anos	Ensino fundamental completo e médio incompleto.	315	164	52,1	151	47,9
30 a 34 anos	Ensino médio completo e superior incompleto.	520	283	54,4	236	45,4
30 a 34 anos	Superior completo	189	114	60,3	75	39,7
35 a 39 anos	Total	2.062	1.207	58,5	854	41,4
35 a 39 anos	Sem instrução e ensino fundamental incompleto	992	720	72,6	272	27,4
35 a 39 anos	Ensino fundamental completo e médio incompleto.	382	244	63,9	139	36,4
35 a 39 anos	Ensino médio completo e superior incompleto.	500	158	31,6	342	68,4
35 a 39 anos	Superior completo	187	86	46,0	101	54,0
40 a 44 anos	Total	1.955	1.315	67,3	640	32,7
40 a 44 anos	Sem instrução e ensino fundamental incompleto	1.376	1.032	75,0	344	25,0
40 a 44 anos	Ensino fundamental completo e médio incompleto.	237	119	50,2	119	50,2
40 a 44 anos	Ensino médio completo e superior incompleto.	234	98	41,9	136	58,1
40 a 44 anos	Superior completo	107	66	61,7	42	39,3
45 a 49 anos	Total	1.824	1.134	62,2	690	37,8
45 a 49 anos	Sem instrução e ensino fundamental incompleto	1.317	930	70,6	387	29,4

Faixa etária	Nível de instrução	Total	Homens		Mulheres	
		N		%	N	%
45 a 49 anos	Ensino fundamental completo e médio incompleto.	130	66	50,8	65	50,0
45 a 49 anos	Ensino médio completo e superior incompleto.	297	94	31,6	203	68,4
45 a 49 anos	Superior completo	81	45	55,6	36	44,4
50 a 54 anos	Total	1.302	904	69,4	398	30,6
50 a 54 anos	Sem instrução e ensino fundamental incompleto	913	675	73,9	239	26,2
50 a 54 anos	Ensino fundamental completo e médio incompleto.	179	132	73,7	47	26,3
50 a 54 anos	Ensino médio completo e superior incompleto.	151	89	58,9	62	41,1
50 a 54 anos	Superior completo	59	8	13,6	50	84,7
55 a 59 anos	Total	1.232	810	65,7	422	34,3
55 a 59 anos	Sem instrução e ensino fundamental incompleto	958	637	66,5	321	33,5
55 a 59 anos	Ensino fundamental completo e médio incompleto.	122	73	59,8	49	40,2
55 a 59 anos	Ensino médio completo e superior incompleto.	97	48	49,5	49	50,5
55 a 59 anos	Superior completo	56	53	94,6	3	5,4
60 a 64 anos	Total	1.065	658	61,8	406	38,1
60 a 64 anos	Sem instrução e ensino fundamental incompleto	943	614	65,1	329	34,9
60 a 64 anos	Ensino fundamental completo e médio incompleto.	52	24	46,2	29	55,8
60 a 64 anos	Ensino médio completo e superior incompleto.	42	10	23,8	32	76,2
60 a 64 anos	Superior completo	28	11	39,3	17	60,7

Faixa etária	Nível de instrução	Total	Homens		Mulheres	
		N		%	N	%
65 a 69 anos	Total	717	459	64,0	258	36,0
65 a 69 anos	Sem instrução e ensino fundamental incompleto	608	420	69,1	188	30,9
65 a 69 anos	Ensino fundamental completo e médio incompleto.	24	1	4,2	23	95,8
65 a 69 anos	Ensino médio completo e superior incompleto.	59	27	45,8	32	54,2
65 a 69 anos	Superior completo	26	11	42,3	15	57,7
70 a 74 anos	Total	665	487	73,2	178	26,8
70 a 74 anos	Sem instrução e ensino fundamental incompleto	636	474	74,5	163	25,6
70 a 74 anos	Ensino fundamental completo e médio incompleto.	13	13	100	0	0,0
70 a 74 anos	Ensino médio completo e superior incompleto.	14	1	7,1	13	92,9
70 a 74 anos	Superior completo	2	—	—	2	100,0%
75 a 79 anos	Total	318	180	56,6	138	43,4
75 a 79 anos	Sem instrução e ensino fundamental incompleto	306	167	54,6	138	45,1
75 a 79 anos	Ensino fundamental completo e médio incompleto.	13	13	100,	0	0,0
80 anos ou mais	Total	359	195	54,3	164	45,7
80 anos ou mais	Sem instrução e ensino fundamental incompleto	357	194	54,3	163	45,7
80 anos ou mais	Ensino fundamental completo e médio incompleto.	1	—	—	1	100
80 anos ou mais	Ensino médio completo e superior incompleto.	1	1	100	—	—

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base no Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023).

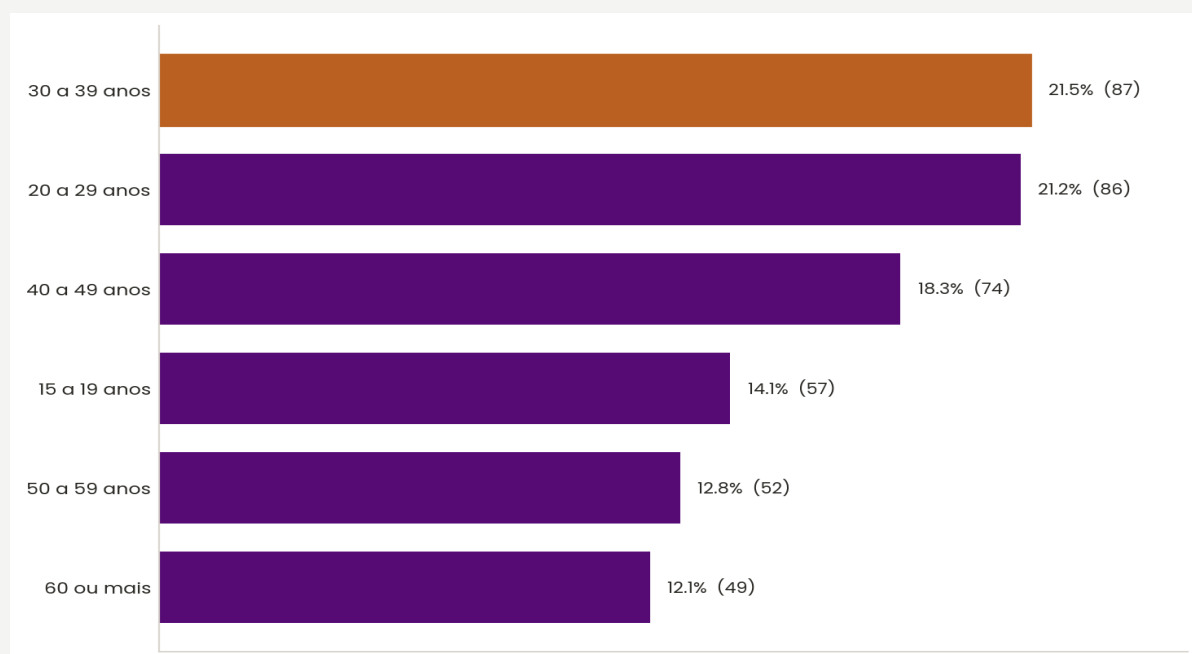
Nota: A faixa etária de 12 a 14 anos, com 12 casos, não foi apresentada separadamente por sua baixa expressividade numérica, estando incluída no Total geral.

A pesquisa de campo, a seguir, complementa esta análise ao apresentar o perfil das 405 mulheres entrevistadas, permitindo verificar a distribuição da amostra segundo características demográficas e socioeconômicas, como idade, cor ou raça, escolaridade, estado civil, religião, renda e localização territorial.

Faixa etária e estado civil

Na representatividade da amostra de campo, as pessoas jovens, de 20 a 39 anos, formam um dos maiores grupos etários (42,7%), seguidos pelo grupo etário de 50 a 60 ou mais (24,9%), já as mulheres mais jovens (14,1%) do total (Gráfico 2).

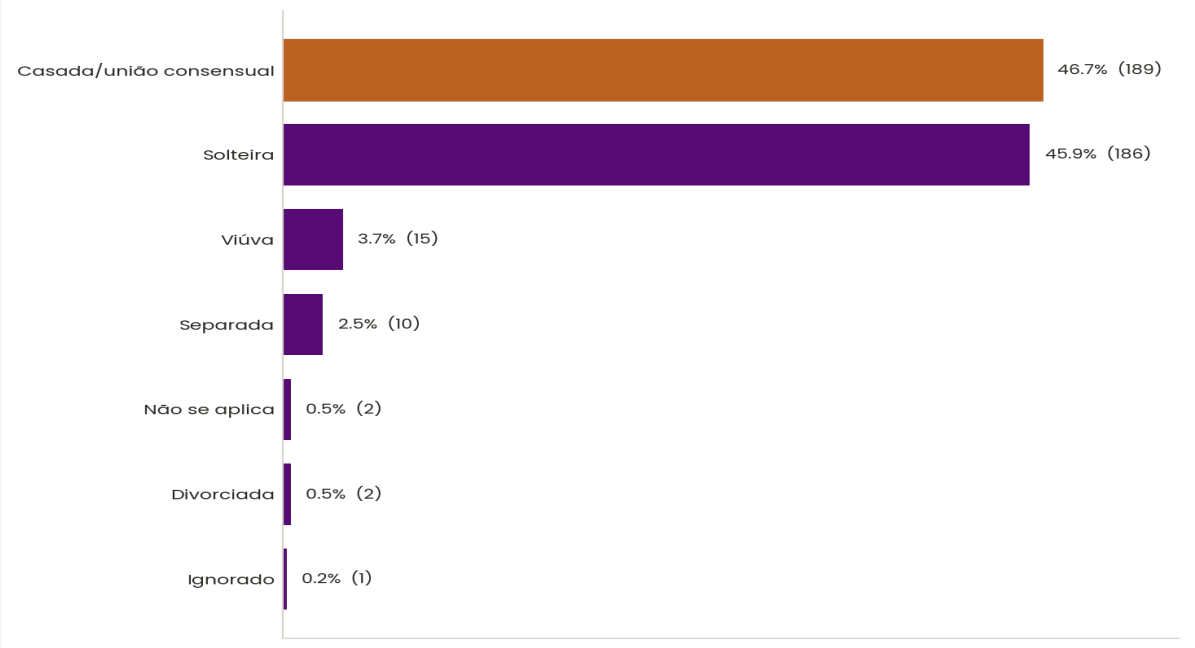
Gráfico 2 – Faixa etária das entrevistadas?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

As mulheres que se declaram casadas ou em união consensual formam a maioria na comunidade (46,7%). A faixa etária que prevalece é a de 30 e 39 anos (25,9%) (Gráfico 3 e Tabela 18).

Gráfico 3 – Estado civil das entrevistadas



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 18 – Cruzamento: qual o seu estado civil versus qual a sua idade?

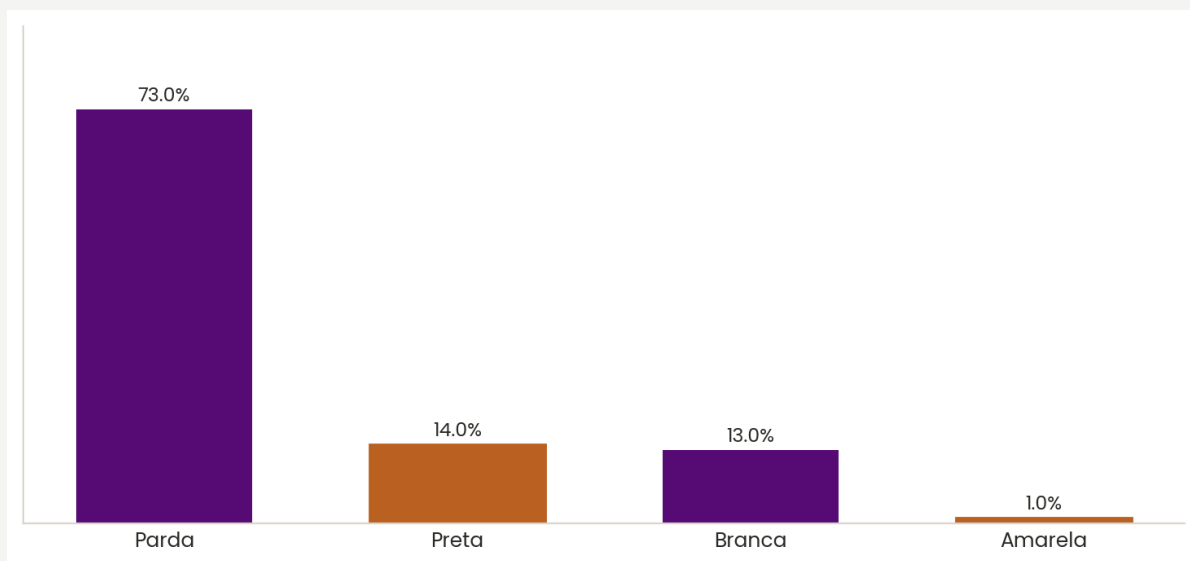
Qual o seu estado civil?	Qual a sua idade?					
	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 ou mais
Casada/união consensual – 189 respostas	5,8% – 11 respostas	20,6% – 39 respostas	25,9% – 49 respostas	22,8% – 43 respostas	14,8% – 28 respostas	10,1% – 19 respostas
Divorciada – 2 respostas	0,0% – 0 resposta	0,0% – 0 resposta	50,0% – 1 resposta	0,0% – 0 resposta	50,0% – 1 resposta	0,0% – 0 resposta
Ignorado – 1 resposta	0,0% – 0 resposta	100,0% – 1 resposta	0,0% – 0 resposta	0,0% – 0 resposta	0,0% – 0 resposta	0,0% – 0 resposta
Não se aplica – 2 respostas	50,0% – 1 resposta	0,0% – 0 resposta	0,0% – 0 resposta	0,0% – 0 resposta	50,0% – 1 resposta	0,0% – 0 resposta
Separada – 10 respostas	0,0% – 0 resposta	10,0% – 1 resposta	20,0% – 2 respostas	50,0% – 5 respostas	10,0% – 1 resposta	10,0% – 1 resposta
Solteira – 186 respostas	24,2% – 45 respostas	23,7% – 44 respostas	18,3% – 34 respostas	14,0% – 26 respostas	10,8% – 20 respostas	9,1% – 17 respostas
Viúva – 15 respostas	0,0% – 0 resposta	6,7% – 1 resposta	6,7% – 1 resposta	0,0% – 0 resposta	6,7% – 1 resposta	80,0% – 12 respostas

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Cor/raça e etnia

Quando se analisa a cor das entrevistadas em relação à pesquisa de campo, verifica-se que 73% se veem parda, ou seja, de cada 10 entrevistadas sete têm essa percepção (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Cor/raça e etnia das entrevistadas

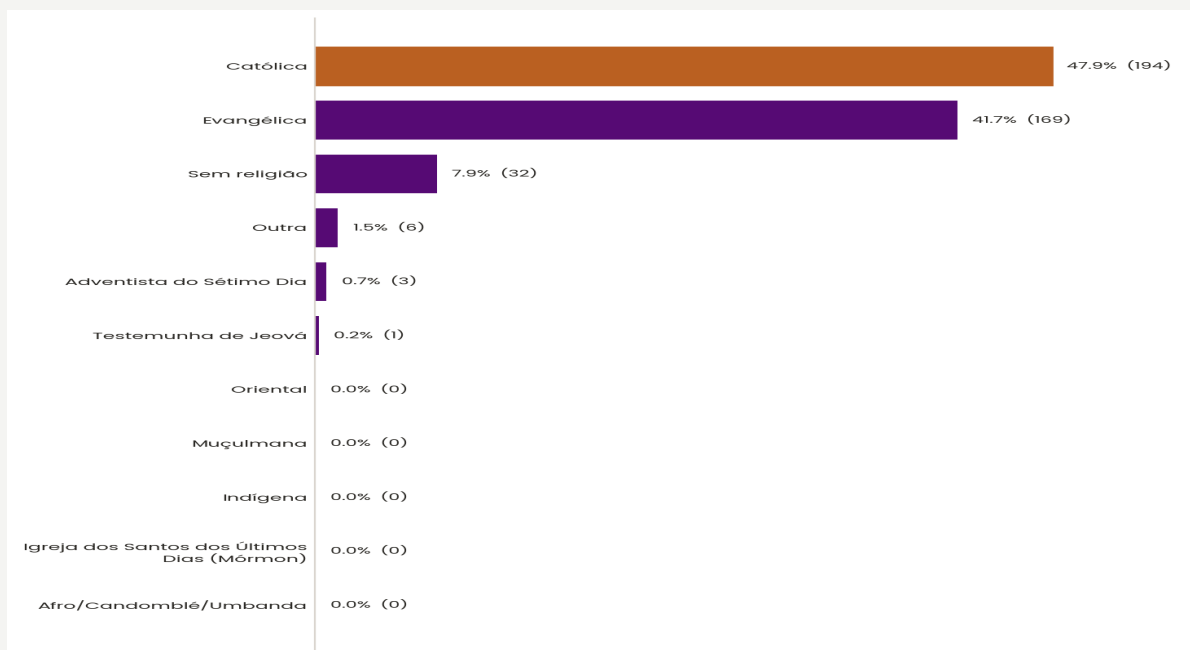


Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Religião

A maioria das mulheres entrevistadas declarou ser católica, correspondendo a 47,9% do total. As evangélicas aparecem em seguida, com 41,7%, grupo em que predomina o estado civil casado, com 55,6%. Já 7,9% das entrevistadas afirmaram não possuir religião; entre elas, observa-se maior proporção de solteiras, correspondente a 59,4% (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Religião das entrevistadas



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 19 – Cruzamento: qual a sua religião versus qual o seu estado civil?

Qual a sua religião?	Qual o seu estado civil?						
	Solteira	Casada/ união consensual	Viúva	Separada	Divorciada	Não se aplica	Ignorado
Adventista do Sétimo Dia – 3 respostas	33,3% – 1 resposta	66,7% – 2 respostas	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta
Afro/Candomblé/ Umbanda – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta
Católica – 194 respostas	51,5% – 100 respostas	41,2% – 80 respostas	5,2% – 10 respostas	1,0% – 2 respostas	0,5% – 1 resposta	0,5% – 1 resposta	0% – 0 resposta
Evangélica – 169 respostas	36,7% – 62 respostas	55,6% – 94 respostas	3,0% – 5 respostas	3,6% – 6 respostas	0,6% – 1 resposta	0,6% – 1 resposta	0% – 0 resposta
Igreja dos Santos dos Últimos Dias (Mórmon) – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta
Indígena – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta
Muçulmana – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta
Oriental – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta
Outra – 6 respostas	66,7% – 4 respostas	33,3% – 2 respostas	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta
Sem religião – 32 respostas	59,4% – 19 respostas	34,4% – 11 respostas	0% – 0 resposta	3,1% – 1 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	3,1% – 1 resposta
Testemunha de Jeová – 1 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	100,0% – 1 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

A pesquisa revela que as mulheres mais vulneráveis com renda inferior a um salário-mínimo e até um salário-mínimo estão concentradas no grupo etário entre 30 a 49 anos (43,4%), já as que possuem um poder aquisitivo maior de 4 a 5 salários-mínimos estão na faixa etária de 40 a 49 anos, enquanto as mulheres com maior idade de 50 ou mais estão na faixa de renda entre 1 a 3 salários-mínimos (Tabela 20).

Tabela 20 – Cruzamento: qual a sua renda familiar versus qual a sua idade?

Qual a sua renda familiar?	Qual a sua idade?					
	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 ou mais
De 1 até 2 SM – 78 respostas	12,8% – 10 respostas	17,9% – 14 respostas	19,2% – 15 respostas	14,1% – 11 respostas	19,2% – 15 respostas	16,7% – 13 respostas
De 2 até 3 SM – 7 respostas	0% – 0 resposta	14,3% – 1 resposta	14,3% – 1 resposta	0% – 0 resposta	42,9% – 3 respostas	28,6% – 2 respostas
De 3 até 4 SM – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta
De 4 até 5 SM – 3 respostas	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	33,3% – 1 resposta	66,7% – 2 respostas	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta
Menos de 1 SM e até 1 SM – 294 respostas	11,6% – 34 respostas	22,8% – 67 respostas	23,1% – 68 respostas	20,4% – 60 respostas	11,2% – 33 respostas	10,9% – 32 respostas
NS/SR – 6 respostas	83,3% – 5 respostas	16,7% – 1 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta
Sem renda – 17 respostas	47,1% – 8 respostas	17,6% – 3 respostas	11,8% – 2 respostas	5,9% – 1 resposta	5,9% – 1 resposta	11,8% – 2 respostas

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).



Foto: João Ramid

4. ANÁLISE POR EIXOS

Na sequência, apresenta-se a sistematização dos resultados elencados por eixos, considerando os dados documentais e a realidade atual das mulheres mirienses a partir das pesquisas primárias.

4.1 EIXO EDUCAÇÃO COMO FATOR DE ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA



Foto: João Ramid

A educação ocupa posição de destaque nas estratégias de adaptação e resiliência climática, sobretudo em territórios marcados por elevada vulnerabilidade socioambiental. Para além de sua condição de direito fundamental assegurado pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a educação é condição basilar para que mulheres, crianças e comunidades tradicionais

compreendam os riscos climáticos que enfrentam, acessem seus direitos e participem ativamente das decisões que moldam seus territórios.

Esse eixo objetiva mapear as condições educacionais da população de Igarapé-Miri com recorte de gênero e território, identificando desigualdades de acesso, cobertura e infraestrutura que incidem sobre a autonomia e o protagonismo das mulheres mirienses.

A análise considera os diferentes territórios do município urbano e rural, reconhecendo que as desigualdades educacionais não são homogêneas e que as barreiras enfrentadas por uma mulher na zona urbana diferem daquelas vividas por mulheres em comunidades agroextrativistas e ilhas.

Preliminarmente, apresentam-se os indicadores sociodemográficos de educação de Igarapé-Miri, utilizados para caracterizar o perfil educacional da população e identificar desigualdades no acesso, na permanência e no nível de instrução alcançados pelos diferentes grupos sociais. Esses indicadores incluem taxas de alfabetização e distribuição da população por nível de escolaridade, com recortes de gênero, classe, faixa etária e território. Sua análise contribui para o diagnóstico da realidade educacional do município e para o planejamento, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas voltadas à melhoria das condições de vida da população.

A taxa de alfabetização mede a proporção de pessoas de 15 anos ou mais que sabem ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhecem, sendo um indicador acompanhado pelo IBGE desde o primeiro Censo do Brasil, datado de 1872 (IBGE, 2024)¹³. Trata-se de um dos indicadores mais básicos e, ao mesmo tempo, mais reveladores do desenvolvimento humano de um território, pois expressa o grau de acesso que a população teve à educação formal ao longo de sua vida.

A alfabetização é considerada uma condição fundamental para o exercício da cidadania, visto que permite que o indivíduo compreenda seus direitos, acesse informações, participe de processos políticos e interaja com instituições públicas e privadas. No campo econômico, populações mais alfabetizadas tendem a ser mais produtivas, a ter melhores condições de inserção no mercado de trabalho e mais capacidade para geração de renda. Na saúde, a alfabetização está associada à significativa compreensão de orientações médicas, ao uso adequado de medicamentos e à adoção de hábitos preventivos.

Para gestores e formuladores de políticas públicas, esse indicador é valioso ao viabilizar a identificação de grupos e territórios mais vulneráveis, tais como populações idosas, comunidades rurais e regiões com menor oferta de serviços educacionais,

13. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Alfabetização. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/territorio/22321-alfabetizacao.html>. Acesso em: 3 jun. 2026.

orientando a definição de prioridades e o investimento em programas como a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Com base nos dados do Censo de 2022, a taxa de alfabetização das pessoas com 15 anos ou mais em Igarapé-Miri é de 84,59%, índice inferior à média nacional. No Brasil, entre os 163 milhões de pessoas nessa faixa etária, 151,5 milhões sabiam ler e escrever um bilhete simples, ao passo que 11,4 milhões não sabiam, resultando em uma taxa de alfabetização de 93,0% e uma taxa de analfabetismo de 7,0% em 2022. No Pará, a taxa de alfabetização chegou a 91,24% no mesmo ano, colocando o estado na 16ª posição no ranking nacional (IBGE, 2024).

Quando se analisa a alfabetização por faixa etária, observa-se que os grupos mais jovens, de 15 a 24 anos, apresentam taxas próximas de 95% a 96%, enquanto entre as pessoas com 80 anos ou mais esse percentual chega a apenas 49,83%. Isso indica que cerca de metade da população mais idosa não é alfabetizada, refletindo as limitações históricas de acesso à educação entre as gerações mais velhas, essencialmente em municípios do interior do Pará (Tabela 21).

Em quase todas as faixas etárias, as mulheres apresentam taxas de alfabetização superiores às dos homens, cuja diferença mais expressiva se apresenta nas faixas intermediárias (entre 35 e 54 anos), em que se chega a cerca de 7 a 8 pontos percentuais. Nos grupos mais velhos (75 anos ou mais e 80 anos ou mais), essa vantagem feminina se inverte, uma vez que os homens apresentam taxas maiores, evidenciando padrão comum em gerações em que o acesso masculino à escola era relativamente mais comum, conforme Tabela 21.

Ao analisar a taxa de alfabetização por sexo, observa-se que, em Igarapé-Miri, o percentual entre os homens é de 82,70%, enquanto entre as mulheres chega a 86,56%, diferença de quase 4 pontos percentuais favorável à população feminina. Quando se considera a distribuição por faixa etária, homens e mulheres seguem padrão semelhante, com taxas mais elevadas entre os grupos jovens e queda progressiva com o avanço da idade.

Entre as mulheres, as faixas de 15 a 19 anos (97,27%) e 20 a 24 anos (97,14%) são as mais elevadas, superando, inclusive, as dos homens nas mesmas faixas (94,32% e 94,46%). Esse dado reflete um avanço importante na escolarização feminina nas gerações mais recentes. Entre as mulheres com 80 anos ou mais, a taxa cai para 39,14, enquanto entre os homens da mesma faixa, a taxa é de 63,31%. Pode-se inferir que a diferença entre os sexos nas faixas mais velhas expressa um padrão histórico comum no Brasil, pois, nas gerações passadas, o acesso à escola era mais restrito às mulheres do meio rural.

Tabela 21 – Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais (%) em Igarapé-Miri em 2022

Idade	Sexo		
	Total	Homens	Mulheres
Total	84,59	82,70	86,56
15 a 19 anos	95,75	94,32	97,27
20 a 24 anos	95,78	94,46	97,14
25 a 34 anos	93,49	92,65	95,50
35 a 44 anos	82,46	81,92	83,03
45 a 54 anos	70,33	77,03	79,77
55 a 64 anos	68,33	68,04	68,37
65 anos ou mais	64,07	64,31	63,81
75 anos ou mais	58,19	59,09	57,42
80 anos ou mais	49,86	63,31	39,14

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base no com base no Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023)

Ao traçar um olhar para as desigualdades por raça, observa-se que, em praticamente todas as faixas etárias e para ambos os sexos, as populações preta e indígena apresentam as menores taxas de alfabetização, enquanto a população branca registra os maiores percentuais. Entre os homens, a população preta apresenta taxa total de 76,64% e a indígena, de 66,67%, sendo esta última a menor taxa registrada na tabela masculina. Entre as mulheres, a população preta registra 80,58%, à medida que a indígena alcança 85,71%. Nesse caso, as mulheres indígenas superam as pretas, possivelmente em razão do menor grupo e de sua composição etária mais jovem (Tabelas 22 e 23).

Tabela 22 – Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais por sexo masculino, faixa etária e cor ou raça (%)

Faixa etária	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
Total	82,7	88,09	76,64	80	83,25	66,67
15 a 19 anos	94,32	96,36	92,55	100	94,29	50
20 a 24 anos	94,46	95,49	92,56	–	94,68	100
25 a 34 anos	91,35	94,79	88,73	75,00	91,33	100
35 a 44 anos	82,05	85,89	76,61	100	82,99	–
45 a 54 anos	70,94	82,46	61,06	–	71,55	100
55 a 64 anos	66,91	78,25	60,29	–	66,52	–
65 anos ou mais	62,83	71,20	54,51	50	63,45	–
75 anos ou mais	63,01	70,80	55,37	–	63,83	–
80 anos ou mais	63,31	66,18	53,54	–	66,82	–

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base no Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023).

Tabela 23 – Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais por sexo feminino, faixa etária e por cor ou raça (%)

Faixa etária	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
Total	86,56	89,35	80,58	80	87,36	85,71
15 a 19 anos	97,27	97,47	95,61	–	97,59	100
20 a 24 anos	97,14	96,74	97,32	–	97,21	–
25 a 34 anos	95,72	96,56	94,44	100	95,83	100
35 a 44 anos	89,95	92,37	84,75	100	90,66	100
45 a 54 anos	78,85	87,15	68,67	100	79,56	100
55 a 64 anos	69,83	76,96	59,9	–	71,02	–
65 anos ou mais	55,46	64,71	47,41	75	54,62	–
75 anos ou mais	45,58	55,44	43,03	50	42,66	–
80 anos ou mais	39,14	50	40,4	–	34,41	–

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base no Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023).

Com base nos dados do Censo Demográfico 2022, a distribuição da população de Igarapé-Miri por nível de instrução, com 18 anos ou mais, revela um cenário educacional preocupante. A maioria da população (56,89%) encontra-se no grupo sem instrução ou com Ensino Fundamental incompleto, índice muito superior às médias do Pará 38,54%. Acrescenta-se que apenas 5,88% da população possui Ensino Superior completo, percentual bastante inferior ao registrado no estado (10,58%). A parcela com Ensino Médio completo ou Ensino Superior incompleto representa 21,10%, também abaixo das médias de referência.

Quando se observa o recorte por sexo, as mulheres apresentam situação levemente mais favorável nos níveis mais elevados de escolaridade: entre elas, 8,23% possuem Ensino Superior completo, contra apenas 3,65% dos homens, à medida que 24,38%

delas têm Ensino Médio completo ou Ensino Superior incompleto, frente a 17,98% dos homens. Esses dados evidenciam que o município enfrenta um significativo déficit educacional acumulado, que impõe desafios para o desenvolvimento local (Tabela 24).

Tabela 24 – Distribuição percentual das pessoas de 18 anos ou mais por nível de instrução, segundo o sexo Igarapé-Miri (2022)

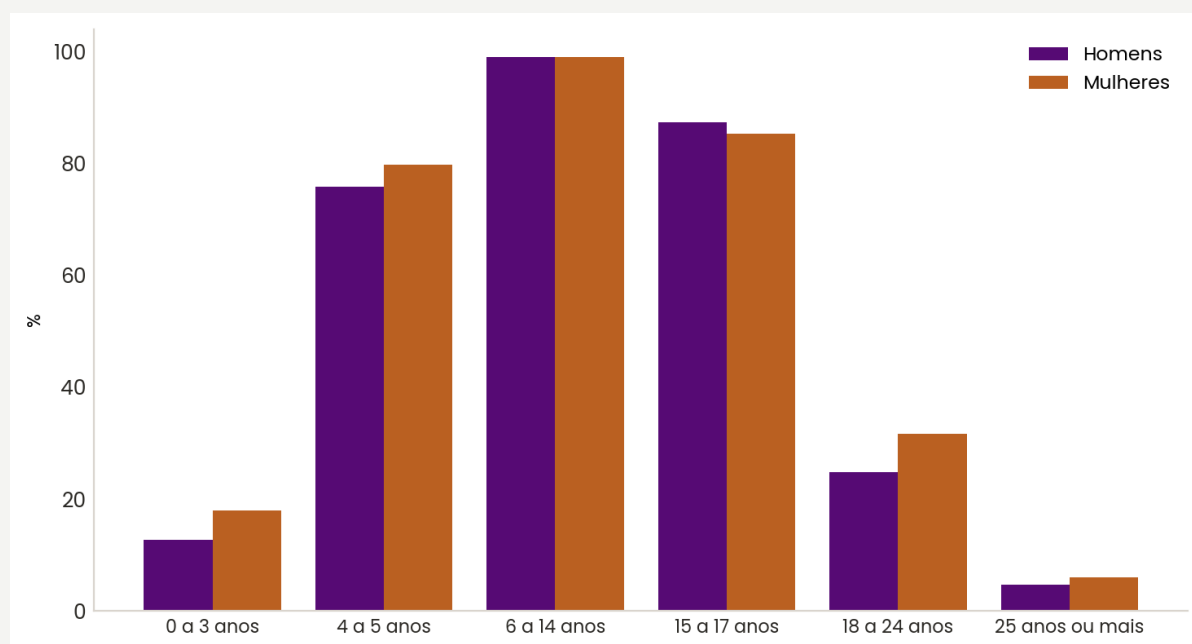
Nível de Instrução	Total (%)	Homens (%)	Mulheres (%)
Sem instrução e Ens. Fund. incompleto	56,89	62,36	51,15
Ens. Fundamental completo e Médio incompleto	16,13	16,01	16,24
Ens. Médio completo e Superior incompleto	21,10	17,98	24,38
Superior completo	5,88	3,65	8,23

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base no Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023).

A análise da taxa de frequência escolar por sexo e grupo revela que as meninas de 6 a 14 anos apresentam taxa de 99,01%, enquanto os meninos 98,94%, já as meninas de 15 a 17 anos têm índices menores (85,31%) do que dos meninos (87,38%). Por sua vez, na faixa de 18 a 24 anos, as meninas registram taxa de 31,66%, contra 24,88% dos meninos e, na faixa seguinte, registra-se a taxa de 6,01 e 4,68 para mulheres e homens, respectivamente (Gráfico 6).

Diante do exposto, a queda da taxa na faixa entre 15 a 17 anos merece atenção, tendo em vista que o município registra índices maiores que a média estadual, além de gravidez na adolescência, conforme será analisado no eixo de saúde, no indicador Taxa Específica de Fecundidade. Nesse contexto, observa-se que as mulheres mirienses buscam retomar sua escolarização na vida adulta em proporção maior do que os homens (Tabela 25).

Gráfico 6 – Taxa de frequência escolar por sexo, por sexo e grupo de idade em Igarapé-Miri (2022)



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base no Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023).

Tabela 25 – Taxa de frequência escolar em Igarapé-Miri por grupo de idade e sexo (%)

Grupo de idade	Homens (%)	Mulheres (%)
0 a 3 anos	12,65	18,00
4 a 5 anos	75,81	79,70
6 a 14 anos	98,94	99,01
15 a 17 anos	87,38	85,31
18 a 24 anos	24,88	31,66
25 anos ou mais	4,68	6,01

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base no Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023).

Nos indicadores de acesso e participação, devem-se observar o número de creches e escolas de Educação Infantil disponíveis no município, o número de matrículas, a taxa bruta e a taxa líquida de matrícula em cada etapa da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

De acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996), que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Educação Básica é organizada em três etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Tanto a Constituição Federal de 1988 quanto a LDB estabelecem que os municípios atuam prioritariamente na oferta da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Cabe destacar, contudo, que o Ensino Fundamental é de responsabilidade compartilhada entre municípios e estados, ao passo que a Educação Infantil, composta pela creche

(0 a 3 anos) e pela pré-escola (4 a 5 anos), é de competência dos municípios. O Ensino Médio, por sua vez, é atribuição prioritária dos estados.

A Constituição Federal assegura a oferta de vagas em creches pelo Estado, sendo a matrícula opcional para as famílias de crianças entre 0 e 3 anos e obrigatória a partir dos 4 anos (na pré-escola), conforme a Emenda Constitucional (EC) nº 59, de 11 de novembro de 2009 (Brasil, 2009). Por isso, há necessidade de diálogo entre a sociedade civil e a prefeitura para harmonizar o dever do Estado de garantir vaga com a não obrigatoriedade da matrícula. O objetivo é que nenhuma criança fique desassistida quando a família manifestar interesse e necessidade da vaga.

A finalidade da creche é complementar a ação da família e da comunidade no desenvolvimento integral da criança, englobando aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Desse modo, as crianças devem vivenciar estímulos lúdicos propostos pelos educadores, com o objetivo de desenvolverem sua autonomia, coordenação motora e relacionamento social.

No Pará, os dados sobre o número de creches por dependência administrativa (estadual, municipal e privado) mostram que a infraestrutura entre os anos de 2019 e 2023 registrou um crescimento na oferta de creches, saltando de 2.477 estabelecimentos em 2019 para 3.605 em 2023, uma expansão de 45,5% na rede total (Anuário do Pará, 2024). Esse avanço foi impulsionado principalmente pelas redes municipais paraenses, que cresceram 53,2% e concentraram 88,4% de todas as creches do estado em 2023, comprovando o cumprimento do papel federativo das prefeituras previsto na legislação (Tabela 26).

O município de Igarapé-Miri apresentou uma retração em sua rede de atendimento à primeira infância. No mesmo período de cinco anos, o total de estabelecimentos no município encolheu 31,5%, caindo de 19 para apenas 13 creches ativas (Anuário do Pará, 2024). O principal gargalo dessa redução ocorreu na rede municipal de Igarapé-Miri, que desativou ou fechou unidades, diminuindo de 17 creches públicas em 2019 para 12 em 2023 (uma queda de 29,4%). Como a dependência do setor público na cidade é quase total, com a rede municipal respondendo por 92,3% das creches locais em 2023, esse encolhimento da estrutura acende um alerta crítico (Tabela 27).

Tabela 26 – Número de creches por dependência administrativa (Pará)

Ano	Estadual	Municipal	Privada	Total
2019	8	2.081	388	2.477
2020	–	2.046	394	2.440
2021	–	2.376	375	2.751
2022	1	2.691	410	3.102
2023	1	3.189	415	3.605

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base no Anuário do Pará (2024).

Tabela 27 – Número de creches por dependência administrativa (Igarapé-Miri)

Ano	Estadual	Municipal	Privada	Total
2019	–	17	2	19
2020	–	17	2	19
2021	–	15	1	16
2022	–	12	1	13
2023	–	12	1	13

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base no Anuário do Pará (2024).

Por conseguinte, o Anuário reúne o número de matrículas por dependência administrativa no Pará e em Igarapé-Miri mostrando a evolução da oferta de vagas ao longo do período analisado de 2019 a 2023. No contexto da Educação Infantil, esse indicador revela o volume de crianças atendidas, a distribuição dessa responsabilidade entre as redes pública e privada e a trajetória de expansão ou retração do acesso em cada etapa de ensino.

Nesse sentido, o número de matrículas nas creches no Pará cresceu de 80.708 para 110.046 matrículas, cerca de 36,3%, com crescimento acelerado a partir de 2022. Verifica-se que a rede municipal é dominante (88% das matrículas) e a privada se recuperou após a queda de 2021. Já em Igarapé-Miri, houve um salto de 664 para 764 matrículas, registrando um crescimento de 15,1%. Nota-se que o ponto crítico foi 2021, período em que a rede privada despencou de 124 para apenas 31 matrículas, queda de 75%, pode estar associada aos efeitos da pandemia de Covid - 19 (Tabelas 28 e 29).

Tabela 28 – Número de matrícula em creches por dependência administrativa no Pará entre 2019 e 2023

Ano	Estadual	Municipal	Privada	Total
2019	42	69.410	11.256	80.708
2020	–	71.287	10.262	81.549
2021	–	74.166	8.051	82.217
2022	275	85.267	12.059	97.601
2023	336	97.200	12.510	110.046

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base no Anuário do Pará (2024).

Tabela 29 – Número de matrícula em creches por dependência administrativa em Igarapé-Miri entre 2019 e 2023

Ano	Estadual	Municipal	Privada	Total
2019	–	527	137	664
2020	–	561	124	685
2021	–	570	31	601
2022	–	635	65	700
2023	–	702	62	764

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base no Anuário do Pará (2024).

Para medir a cobertura educacional de determinado nível de ensino, com base na população daquela faixa etária de referência, utiliza-se a taxa bruta¹⁴ de matrículas e a taxa líquida¹⁵ de matrículas.

Nesse cenário, a taxa bruta de matrículas é calculada pela razão entre o número total de matrículas em creches, independentemente da idade das crianças matriculadas, e a população na faixa etária de referência (0 a 3 anos), expressa em percentual. Por incluir todas as matrículas, esse indicador pode, em alguns contextos, superar 100%, sobretudo quando municípios atendem às crianças provenientes de localidades vizinhas que não dispõem de vagas suficientes.

A taxa bruta é útil para avaliar a capacidade instalada da rede de ensino e o volume de atendimento em termos absolutos. Enquanto a taxa líquida de matrículas restringe o numerador às matrículas de crianças efetivamente dentro da faixa etária

14. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – Bienal 2016–2018. Brasília, DF: Inep, 2018. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_segundo_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_pne_2018_2_edicao.pdf. Acesso em: 2 jun. 2026.

15. De acordo com o Inep (2018), a taxa líquida de matrículas restringe o numerador às matrículas de crianças efetivamente dentro da faixa etária correspondente à creche (0 a 3 anos), mantendo a mesma base populacional no denominador. Por isso, é considerada a medida mais precisa de cobertura efetiva, revelando, com fidelidade, a proporção real de crianças na idade correta atendidas pelo sistema educacional. Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – Bienal 2016–2018. Brasília, DF: Inep, 2018. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_segundo_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_pne_2018_2_edicao.pdf. Acesso em: 2 jun. 2026.

correspondente à creche (0 a 3 anos), mantendo a mesma base populacional no denominador. Por isso, é considerada a medida mais precisa de cobertura efetiva ao revelar, fidedignamente, a proporção real de crianças na idade correta atendidas pelo sistema educacional.

A baixa cobertura de creche, por exemplo, afeta a autonomia e a inserção das mulheres no mercado de trabalho, porquanto quando não há vaga disponível para a criança de 0 a 3 anos, é a mãe quem permanece em casa, reduzindo suas possibilidades de geração de renda, formação e participação social.

Em municípios como Igarapé-Miri, onde há escolas na zona rural e o acesso a serviços é limitado por barreiras geográficas, as taxas de cobertura tendem a ser estruturalmente mais baixas, de modo que as mulheres que residem nesses locais são as mais afetadas por essas lacunas. A análise conjunta das taxas bruta e líquida de matrículas permite identificar se a oferta existente alcança as crianças na idade certa, condição fundamental para o desenvolvimento integral na primeira infância e para a redução das desigualdades educacionais ao longo do ciclo de vida.

No Pará, a taxa líquida foi de 19,8%, cerca de 3,8 pontos percentuais acima do município. Nota-se que houve ampliação em 9,2 pontos percentuais entre 2019 e 2025, enquanto Igarapé-Miri cresceu apenas 5,4 pontos percentuais no mesmo período. O município está expandindo o acesso à creche em ritmo mais lento que o estado, o que aprofunda progressivamente a defasagem e reduz as perspectivas de alcançar a Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece o atendimento de, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos em creche (Tabela 30).

Em Igarapé-Miri, a taxa líquida de matrículas mostra um cenário de cobertura pouco suficiente para garantir às mulheres as condições necessárias à sua autonomia econômica. Nota-se que, em 2025, apenas 16,0% das crianças de 0 a 3 anos do município estavam efetivamente matriculadas em creche, o que significa que 84% das crianças nessa faixa etária permanecem fora desse serviço (Tabela 31).

Tabela 30 – Taxa bruta e taxa líquida de matrículas de crianças de 0 a 3 anos em creches (Pará)

Ano	Taxa bruta		Taxa líquida	
	%	N	%	N
2019	12,1	80.708	10,6	71.003
2020	12,1	81.549	10,5	71.219
2021	12,1	82.217	10,5	71.586
2022	19,5	97.601	17,0	85.301
2023	22,0	110.046	19,3	96.722
2024	21,4	114.051	18,8	100.417
2025	22,6	121.121	19,8	106.416

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base em Ministério da Educação (MEC), INEP e Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed), compilados pelo Observatório da Criança.

Tabela 31 – Taxa bruta e taxa líquida de matrículas de crianças de 0 a 3 anos em creches (Igarapé-Miri)

Ano	Taxa bruta		Taxa líquida	
	%	N	%	N
2019	11,6	664	10,6	608
2020	11,9	685	10,4	599
2021	10,4	601	9,1	527
2022	17,7	700	15,6	615
2023	19,3	764	17,4	689
2024	18,4	771	16,3	686
2025	18,3	775	16	679

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base em MEC, INEP e Deed, compilados pelo Observatório da Criança.

A pré-escola atende às crianças de 4 a 5 anos e corresponde à segunda etapa da Educação Infantil, antecedendo o Ensino Fundamental. Sua oferta é responsabilidade prioritária dos municípios, conforme estabelecido pelo art. 11, inciso V, da LDB. Além disso, a pré-escola integra a Educação Básica obrigatória, posto que a Emenda Constitucional nº 59/2009 ampliou a obrigatoriedade do ensino para a faixa etária de 4 a 17 anos. Isso significa que o poder público tem o dever de ofertar vagas, e as famílias têm a obrigação de matricular as crianças nessa etapa de ensino.

Com base nos dados do Anuário Estatístico do Pará, o número de estabelecimentos de ensino pré-escola por dependência administrativa no Pará e em Igarapé-Miri segue este cenário: no estado, o número de pré-escolas cresceu de forma modesta com 3,3%, já o município perdeu 11 unidades de pré-escola em apenas 4 anos. Em 2022,

Igarapé-Miri atingiu o menor número de estabelecimentos (88 unidades), com leve recuperação para 89 em 2023, embora ainda esteja abaixo do patamar pré-pandemia (Tabelas 32 e 33).

Tabela 32 – Número de pré-escola por dependência administrativa no Pará

Ano	Estadual	Municipal	Privada	Total
2019	10	6.225	709	6.945
2020	12	6.238	689	6.940
2021	14	6.250	678	6.943
2022	16	6.384	664	7.064
2023	1	6.497	675	7.173

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base no Anuário do Pará (2024).

Tabela 33 – Número de pré-escola por dependência administrativa em Igarapé-Miri

Ano	Estadual	Municipal	Privada	Total
2019	–	99	2	101
2020	–	99	2	101
2021	–	93	1	94
2022	–	88	1	89
2023	–	89	1	90

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base no Anuário do Pará (2024).

Com relação às matrículas da pré-escola, o Pará saiu de 239.750 matrículas em 2019 para 246.649 em 2023, registrando um crescimento de 2,9%. No entanto, o caminho não foi linear, visto que houve queda em 2020 e 2021, com a rede privada sendo a mais afetada, ao perder 6.521 matrículas entre 2019 e 2021, registrando uma perda de 22%. A rede municipal também recuou, mas de forma mais moderada (– 7.259 matrículas). A recuperação a partir de 2022 foi impulsionada pela rede estadual, que cresceu de forma expressiva, de apenas 59 para 246 matrículas, ainda que em volume moderado. Em 2023, o total ultrapassou, pela primeira vez, o patamar de 2019 (Tabela 34).

Já em Igarapé-Miri, o total de matrículas passou de 2.115 para 2.143 (+1,3%), registrando um crescimento modesto. Observa-se que houve uma diminuição da rede privada, de 176 matrículas em 2019 para apenas 55 em 2021, uma queda de 68,8% em dois anos. Na rede municipal, houve um crescimento de 1.939 para 2.069, com 130 matrículas em termos absolutos, representando um aumento de 6,7% no período de 2019 a 2023. Nota-se que no município não se mantém rede estadual de pré-escola registrada em nenhum dos anos (Tabela 35).

Tabela 34 – Número de matrículas por dependência administrativa no Pará

Ano	Estadual	Municipal	Privada	Total
2019	59	210.376	29.315	239.750
2020	60	209.697	26.947	236.704
2021	58	203.117	22.794	225.969
2022	183	204.955	27.270	232.408
2023	246	217.806	28.597	246.649

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base no Anuário do Pará (2024).

Tabela 35 – Número de matrículas por dependência administrativa em Igarapé-Miri

Ano	Estadual	Municipal	Privada	Total
2019	–	1939	176	2115
2020	–	2011	145	2156
2021	–	1997	55	2052
2022	–	2026	65	2091
2023	–	2069	74	2143

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base no Anuário do Pará (2024).

Com relação à taxa líquida de matrículas na pré-escola, no período de 2019 a 2025, em Igarapé-Miri no ano de 2019, esse indicador chegou a 71,90%, ou seja, quase 28% das crianças de 4 e 5 anos estavam fora da pré-escola, mesmo sendo a matrícula obrigatória. Com a pandemia, esse índice caiu ainda mais, alcançando 68,24% em 2021.

Em 2023, o município atingiu 93,14%, o melhor resultado de toda a série, indicando um avanço significativo, embora a universalização plena não tenha sido alcançada. Entre os anos de 2024 e 2025, a taxa voltou a cair para 86,03% e 80,80% respectivamente, o que pode indicar dificuldades na manutenção da oferta, como a redução no número de creches e pré-escolas já identificada nos dados do Anuário do Pará (Tabela 36).

Destaca-se que Igarapé-Miri manteve taxa líquida superior à do Pará em todos os anos, o que representa um dado positivo. No entanto, o estado apresentou trajetória mais estável no biênio 2024-2025, enquanto o município recuou no mesmo período (Tabela 37).

Tabela 36 – Taxa bruta e taxa líquida de matrículas de crianças de 4 a 5 anos na pré-escola (Pará)

Ano	Taxa bruta		Taxa líquida	
	%	N	%	N
2019	70,50	239.819	64,40	219.089
2020	68,85	236.752	63,20	217.226
2021	65,07	225.996	58,99	204.878
2022	89,43	232.472	80,97	210.468
2023	94,91	246.717	86,58	225.045
2024	90,09	249.835	81,91	227.158
2025	87,35	243.546	79,31	221.151

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base em MEC, INEP e Deed, compilados pelo Observatório da Criança.

Tabela 37 – Taxa bruta e taxa líquida de matrículas de crianças de 4 a 5 anos na pré-escola (Igarapé-Miri)

Ano	Taxa bruta		Taxa líquida	
	%	N	%	N
2019	78	2.115	71,90	1.949
2020	79,13	2.156	72,90	1.985
2021	74,92	2.052	68,24	1.869
2022	97,62	2.091	88,14	1.888
2023	100,05	2.143	93,14	1.995
2024	94,72	2.158	86,03	1.960
2025	89,52	2.054	80,80	1.854

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base em MEC, INEP e Deed, compilados pelo Observatório da Criança.

No tocante aos serviços de saneamento básico, os dados são os mais alarmantes: apenas 8% das escolas de Igarapé-Miri dispõem de água tratada proveniente da rede pública, enquanto, no Estado do Pará, esse índice é de 30%. A maioria das unidades escolares do município depende de poço artesiano, o qual está presente em 53% das escolas, ou de fonte e rio, que abastece 31% das unidades, e 8% das escolas não contam com nenhuma fonte regular de abastecimento de água, percentual superior ao registrado no Estado, onde esse índice é de 3%.

No que concerne ao esgotamento sanitário, cerca de 85% das escolas utilizam fossa sanitária e, de forma ainda mais preocupante, 15% não dispõem de nenhum sistema de esgoto, situação mais grave do que a média estadual, onde esse índice é de 7%. Chama atenção, ainda, a quase total ausência de rede pública de esgoto nas

escolas do município (0%), ante 8% no Pará. A combinação entre abastecimento precário de água e ausência de esgotamento sanitário adequado configura uma situação de vulnerabilidade sanitária severa, com impactos diretos sobre a saúde e a dignidade dos estudantes, em especial, das meninas e mulheres em idade reprodutiva.

A destinação do lixo representa o dado de maior gravidade da infraestrutura escolar. Enquanto no estado do Pará 33% das escolas realizam o descarte inadequado de lixo em outras áreas, em Igarapé-Miri esse percentual atinge 95% das unidades escolares. A queima de lixo é praticada em 84% das escolas do município, contra 54% registrados na média estadual.

A coleta periódica de resíduos alcança apenas 25% das unidades de Igarapé-Miri, frente a 47% no estado do Pará. Além disso, apenas 1% das escolas do município realizam alguma forma de reciclagem, contra 4% no estado. São dados que apontam que a queima e o descarte inadequado de resíduos nas escolas contribuem para a degradação ambiental local e para a exposição da comunidade escolar a riscos à saúde, essencialmente, de crianças pequenas e mulheres gestantes.

No campo do acesso à Internet, os dados apresentam desempenho relativamente equilibrado em relação à média estadual. O acesso à Internet está presente em 73% das escolas municipais de Igarapé-Miri, percentual próximo ao observado no estado do Pará. Já a banda larga está disponível em 65% das unidades do município, superando a média estadual de 62%. Trata-se de dado positivo no contexto da inclusão digital, porém seu impacto é significativamente reduzido diante das condições precárias de saneamento básico, infraestrutura física e recursos pedagógicos identificados nas demais categorias analisadas (Tabela 38).

Ademais, outro ponto relacionado ao acesso à educação em Igarapé-Miri é condicionado pelas formas de deslocamento disponíveis às mulheres e às meninas do município, revelando uma dimensão concreta de vulnerabilidade climática e social. Os dados do Censo 2022 indicam que mulheres brancas (28,7%) e pretas ou pardas (20,4%) deslocam-se predominantemente a pé, enquanto o uso de bicicleta e motocicleta supera, de forma significativa, a média estadual. Já a categoria “outros” aparece com 14% entre as mulheres brancas e 19,9% entre as mulheres pretas e pardas. Pode-se aventar a hipótese do uso de barcos, sobretudo da população rural, e merece investigação aprofundada na pesquisa de campo (Tabela 39).

Essa dependência de meios de transporte expostos às condições climáticas torna o acesso à escola e ao trabalho vulnerável em períodos de chuvas intensas, cheias e eventos extremos, que se agravam com as mudanças climáticas e afetam, de forma desproporcional, as populações de menor renda, as comunidades rurais e ribeirinhas. Nessa senda, garantir infraestrutura de transporte escolar segura, acessível e resiliente

é uma política educacional indissociável da justiça climática para as mulheres mirienses.

Tabela 38 – Percentual de escolas da rede pública municipal de Igarapé-Miri e do Pará com disponibilidade de equipamentos de infraestrutura escolar por categoria (Censo Escolar, 2025)¹⁶

Infraestrutura escolar	Igarapé-Miri	Pará
Acessibilidade		
Escolas com acessibilidade	19%	34%
Dependências com acessibilidade	27%	61%
Sanitário com acessibilidade	26%	36%
Alimentação		
Alimentação fornecida	100%	100%
Água potável	66%	81%
Dependências		
Banheiro na escola	85%	90%
Biblioteca	8%	15%
Cozinha	100%	97%
Laboratório de Informática	6%	13%
Laboratório de Ciências	3%	4%
Sala de leitura	14%	21%
Quadra de esporte	12%	21%
Sala da Diretoria	31%	45%
Sala de professores	26%	39%
Serviços		
Água tratada (rede pública)	8%	30%
Água de poço artesiano	53%	50%
Água de cacimba	4%	11 %
Água de fonte de rio	31%	14%
Água inexistente	8%	3%
Energia elétrica (rede pública)	93%	81%
Energia elétrica (gerador fóssil)	4%	8%
Energia elétrica (renovável)	3%	11%
Sem energia elétrica	3%	4%
Esgoto (rede pública)	0%	8%
Esgoto (fossa)	85%	88%
Esgoto inexistente	15%	7%
Lixo com coleta periódica	25%	47%
Lixo (queima)	84%	54%
Lixo (descarte em outra área)	95%	33%
Lixo Reciclagem	1%	4%
Tecnologia		
Acesso à Internet	73%	74%
Banda larga	65%	62%

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base nos dados da Plataforma Q Edu, processados a partir do Censo Escolar INEP/MEC

Os indicadores secundários evidenciaram o cenário educacional do município, incluindo níveis de escolaridade, infraestrutura, acesso à educação e principais

16. Nota Metodológica: os indicadores de infraestrutura podem corresponder a variáveis independentes ou de múltipla resposta, portanto, seus percentuais não devem ser somados.

desafios identificados nas bases oficiais. A partir desse contexto, a pesquisa primária objetiva compreender como as mulheres avaliam sua trajetória educacional, as oportunidades de acesso ao ensino e de que forma a educação influencia sua autonomia, a capacidade de adaptação às mudanças climáticas e a participação no desenvolvimento local.

Nesse cenário, a pesquisa de campo revela que a permanência das mulheres no sistema educacional é reduzida no município de Igarapé-Miri. Do total das entrevistadas, 86% declararam não estar estudando atualmente, enquanto apenas 14% afirmaram frequentar alguma instituição de ensino, indicando que a escolarização formal se concentra em uma parcela relativamente pequena da população feminina.

Tabela 39 – Distribuição percentual das mulheres de 10 anos ou mais, ocupadas na semana de referência, por meio de transporte no deslocamento ao trabalho principal, segundo cor ou raça (2022)

Cor ou raça	Localidade	Meio de transporte	%
Branca	Pará	A pé	17,5
Branca	Pará	Bicicleta	6,4
Branca	Pará	Motocicleta	25,8
Branca	Pará	Automóvel	26,6
Branca	Pará	Transporte coletivo	22,2
Branca	Pará	Outros	1,5
Branca	Igarapé-Miri	A pé	28,7
Branca	Igarapé-Miri	Bicicleta	16,4
Branca	Igarapé-Miri	Motocicleta	33,9
Branca	Igarapé-Miri	Automóvel	3,6
Branca	Igarapé-Miri	Transporte coletivo	3,4
Branca	Igarapé-Miri	Outros	14,0
Preta ou parda	Pará	A pé	23,7
Preta ou parda	Pará	Bicicleta	9,1
Preta ou parda	Pará	Motocicleta	28,7
Preta ou parda	Pará	Automóvel	13,5
Preta ou parda	Pará	Transporte coletivo	22,8
Preta ou parda	Pará	Outros	2,2
Preta ou parda	Igarapé-Miri	A pé	20,4
Preta ou parda	Igarapé-Miri	Bicicleta	21,9
Preta ou parda	Igarapé-Miri	Motocicleta	31,3
Preta ou parda	Igarapé-Miri	Automóvel	3,5
Preta ou parda	Igarapé-Miri	Transporte coletivo	3,0
Preta ou parda	Igarapé-Miri	Outros	19,9
Indígena	Pará	A pé	45,7
Indígena	Pará	Bicicleta	5,9
Indígena	Pará	Motocicleta	18,5
Indígena	Pará	Automóvel	8,2
Indígena	Pará	Transporte coletivo	16,9
Indígena	Pará	Outros	4,7
Indígena	Igarapé-Miri	A pé	100
Indígena	Igarapé-Miri	Bicicleta	–
Indígena	Igarapé-Miri	Motocicleta	–
Indígena	Igarapé-Miri	Automóvel	–
Indígena	Igarapé-Miri	Transporte coletivo	–
Indígena	Igarapé-Miri	Outros	–

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base no Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2023).

Quando os resultados são analisados por faixa etária, observa-se que a frequência escolar está concentrada entre as mulheres mais jovens. Entre aquelas que estudam, 64,3% têm entre 15 e 19 anos, seguidas pelas mulheres de 20 a 29 anos (17,9%). A partir dos 30 anos, a participação diminui significativamente, visto que 7,1% encontram-se nas faixas de 30 a 39 anos e 40 a 49 anos, 3,6% têm entre 50 e 59 anos. Além disso, não houve registros de mulheres com 60 anos ou mais frequentando instituições de ensino.

Entre as mulheres que não estudam, a distribuição acompanha o perfil etário da amostra, concentrando-se, principalmente, nas faixas de 30 a 39 anos (23,8%), 20 a 29

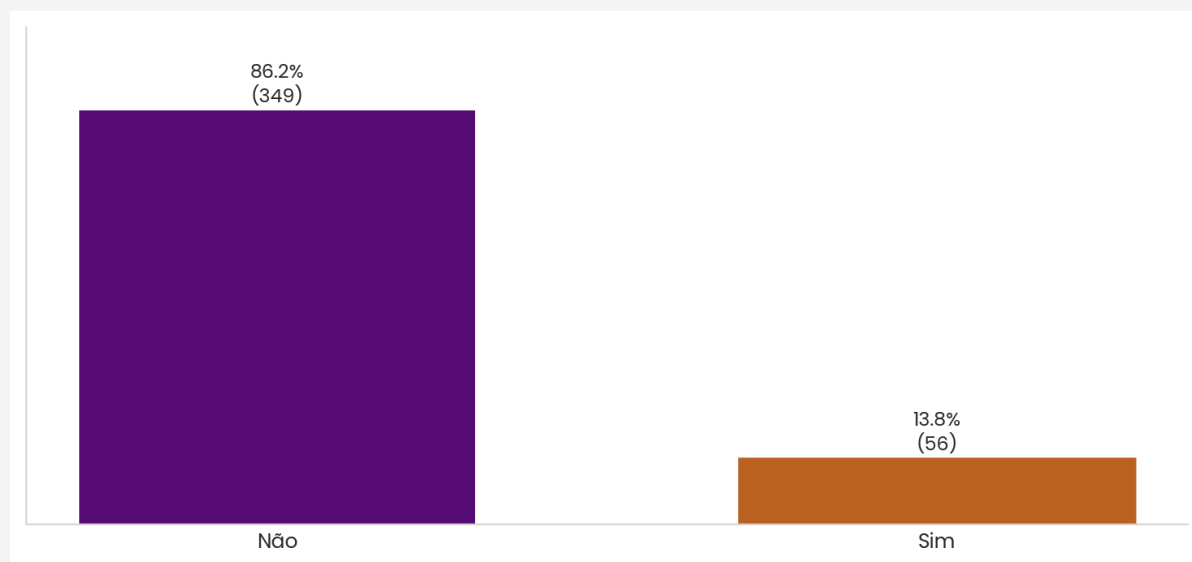
anos (21,8%) e 40 a 49 anos (20,1%), evidenciando que parte considerável das mulheres em idade economicamente ativa já se encontra fora do sistema educacional formal.

Embora o acesso à educação esteja relativamente consolidado entre as adolescentes, os resultados sugerem que ainda são reduzidas as oportunidades de continuidade dos estudos ao longo da vida adulta. Esse cenário pode estar relacionado às responsabilidades familiares, à necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho, às dificuldades de mobilidade entre comunidades rurais e a sede municipal e à limitada oferta de modalidades de educação voltadas para jovens e adultos.

Sob a perspectiva da adaptação às mudanças climáticas e do fortalecimento da autonomia feminina, esse resultado merece atenção. A educação permanente constitui um dos principais fatores de ampliação das capacidades individuais, de acesso à informação, de qualificação profissional e de participação social.

Dessa forma, os dados indicam a necessidade de fortalecimento de políticas públicas voltadas à EJA, à qualificação profissional, ao Ensino Técnico e Superior descentralizado e às estratégias educacionais adaptadas às especificidades territoriais de Igarapé-Miri, em particular, para mulheres das comunidades rurais, ribeirinhas e extrativistas. Essas ações podem contribuir para ampliar a autonomia econômica, fortalecer a participação cidadã e aumentar a capacidade de adaptação das mulheres frente aos desafios impostos pelas mudanças climáticas.

Gráfico 7 – Percentual de mulheres estudando



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 40 – Cruzamento: você está estudando atualmente versus qual a sua idade?

Você está estudando atualmente?	Qual a sua idade?					
	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 ou mais
Não – 349 respostas	6,0% – 21 respostas	21,8% – 76 respostas	23,8% – 83 respostas	20,1% – 70 respostas	14,3% – 50 respostas	14,0% – 49 respostas
Sim – 56 respostas	64,3% – 36 respostas	17,9% – 10 respostas	7,1% – 4 respostas	7,1% – 4 respostas	3,6% – 2 respostas	0% – 0 resposta

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Os resultados sobre acesso à escola revelam que, entre as mulheres entrevistadas (e seus filhos), predominam deslocamentos de curta distância, realizados, principalmente, por meios não motorizados. Ao mesmo tempo, evidenciam características importantes da territorialidade amazônica de Igarapé-Miri, onde o transporte fluvial continua a ser imprescindível para parte da população.

Os dados indicam que 5% das entrevistadas ou de seus filhos deslocam-se a pé até a escola, constituindo a forma de acesso mais frequente entre as respostas registradas. Em seguida, destaca-se o deslocamento de barco ou canoa (3%), destacando a permanência da mobilidade fluvial como indissociável da vida cotidiana no município. O transporte por bicicleta (2%) e por ônibus (2%) aparecem com frequência semelhante, enquanto 2% não responderam à questão.

Em relação ao tempo de deslocamento, observa-se que a maioria chega à escola em até 15 minutos (9%), indicando que grande parte das unidades escolares encontra-se relativamente próxima às residências ou, ainda, que existem estratégias locais de acesso capazes de reduzir o tempo de deslocamento. Entretanto, uma parcela ainda necessita de mais de 30 minutos (2%) para chegar à escola, ao passo que 1% informou deslocamentos entre 15 e 30 minutos, revelando que persistem desigualdades territoriais no acesso à educação.

Esses resultados refletem a própria configuração territorial de Igarapé-Miri. Conforme discutido no capítulo sobre o contexto territorial, trata-se de um município cuja dinâmica é organizada por uma extensa rede de rios, furos e igarapés, de modo que o transporte fluvial é parte integrante da mobilidade cotidiana nas comunidades ribeirinhas e insulares. Assim, diferentemente de outros municípios brasileiros, a distância física nem sempre corresponde ao tempo efetivo de deslocamento, uma vez que este depende das condições de navegabilidade, das marés, da disponibilidade de embarcações e da infraestrutura de transporte.

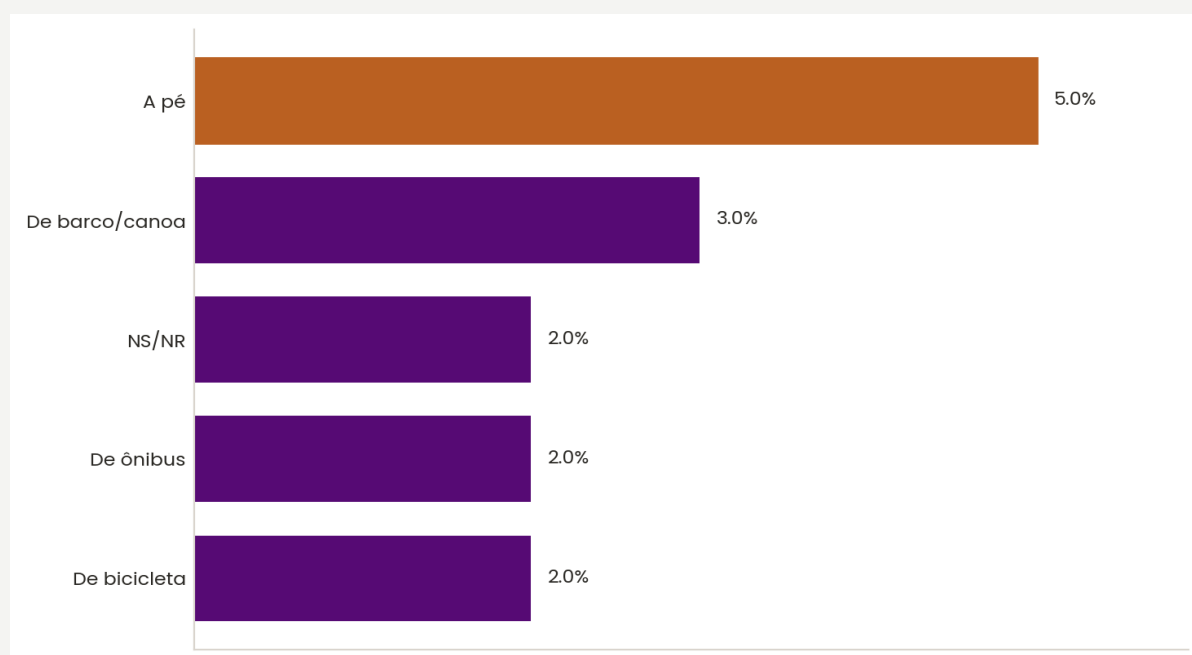
Sob a perspectiva da justiça social e das capacidades humanas, conforme proposto por Sen (2010), o acesso à educação depende da existência da escola e das condições reais de mobilidade que permitam às pessoas usufruírem desse direito. Da mesma forma, autores como Castro (2018) e Trindade Júnior (2008) demonstram que a urbanização amazônica é marcada por intensa articulação entre cidade, rios e

comunidades rurais, tornando a mobilidade um componente basilar da inclusão social.

Embora os resultados indiquem predominância de deslocamentos curtos, a presença do transporte fluvial e dos trajetos mais longos elucida que o planejamento educacional deve considerar as especificidades territoriais amazônicas. Nesse sentido, políticas públicas voltadas ao fortalecimento do transporte escolar terrestre e fluvial, à manutenção de embarcações adequadas, à melhoria da infraestrutura de embarque e desembarque e à distribuição territorial das unidades escolares podem contribuir para ampliar a permanência dos estudantes na escola e reduzir desigualdades de acesso entre as áreas urbanas, rurais e ribeirinhas.

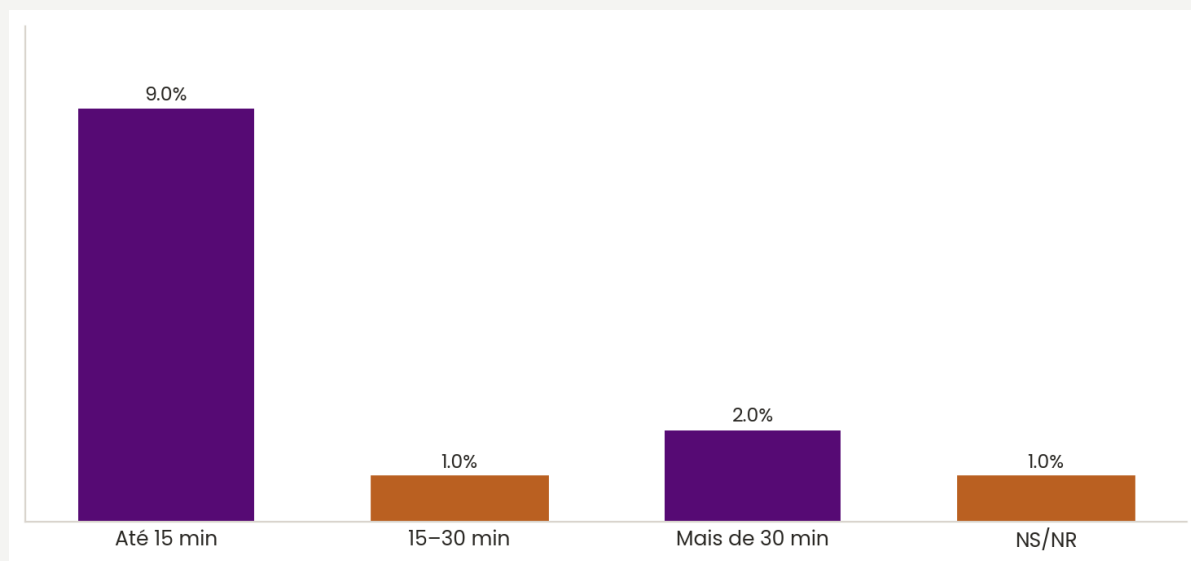
Do ponto de vista metodológico, é importante destacar que os percentuais apresentados (Gráficos 8 e 9) são relativamente baixos porque essa questão foi respondida apenas pelas mulheres que possuíam filhos em idade escolar ou que estavam estudando, não correspondendo ao conjunto das 405 entrevistadas. Essa delimitação deve ser informada no relatório para evitar interpretações equivocadas dos resultados.

Gráfico 8 – Como você ou seus filhos vão para a escola?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Gráfico 9 – Tempo de deslocamento até à escola?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

O Gráfico 10, a seguir, revela um perfil educacional marcado pela predominância da escolaridade básica e por uma baixa participação de mulheres com formação superior. Esse cenário dialoga com as vulnerabilidades socioeconômicas identificadas ao longo do diagnóstico e desvela implicações relevantes para a autonomia econômica, o acesso ao mercado de trabalho, a participação política e a capacidade de adaptação às mudanças climáticas.

A maior concentração das entrevistadas encontra-se no Ensino Médio completo (29,6%), seguido daquelas que possuem Ensino Fundamental II incompleto (15,8%) e Ensino Fundamental I incompleto (15,3%). Também merece destaque o percentual de mulheres com Ensino Médio incompleto (11,4%), indicando que uma parcela significativa interrompeu sua trajetória escolar antes da conclusão da Educação Básica.

Nos níveis de maior escolaridade, observa-se redução expressiva da participação, dado que apenas 7,4% das entrevistadas possuem Ensino Superior completo, 3,2% possuem Ensino Superior incompleto e somente 0,7% alcançaram a pós-graduação. Por outro lado, ainda há 4,0% de mulheres sem qualquer escolaridade formal, além de 10,6% que concluíram apenas os anos iniciais do Ensino Fundamental (1ª a 4ª série completa e incompleta).

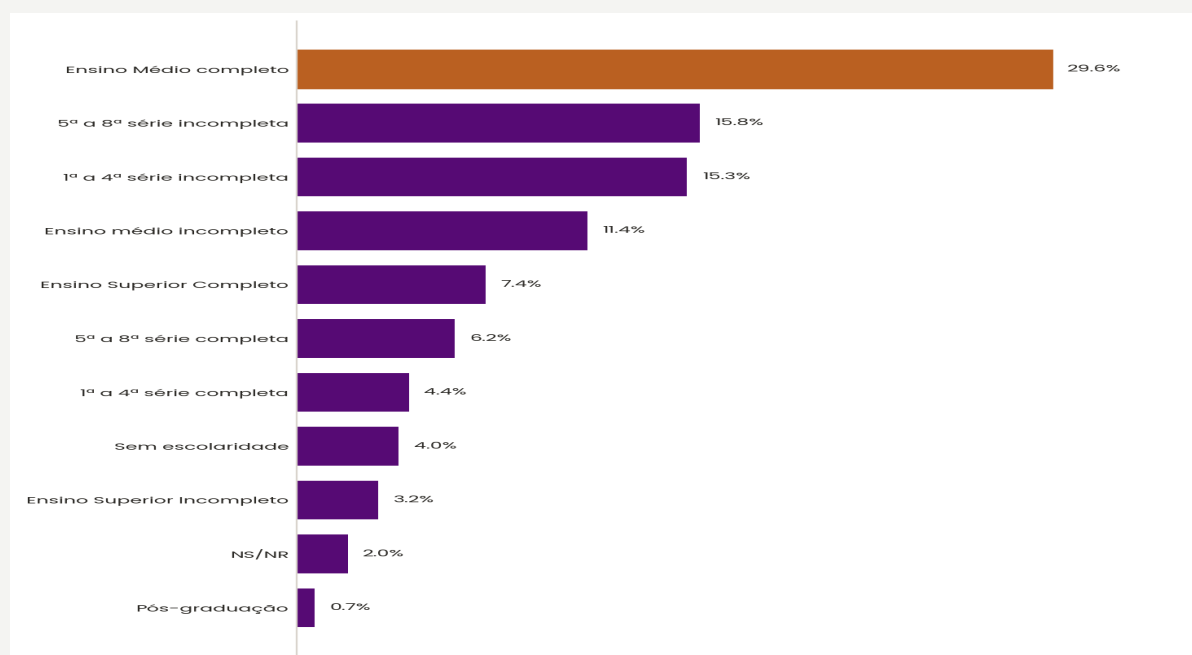
Esses resultados evidenciam que, a despeito de ter ocorrido ampliação do acesso à Educação Básica nas últimas décadas, persistem limitações importantes quanto à continuidade dos estudos e ao acesso ao Ensino Superior. Essa realidade tende a restringir oportunidades de inserção em ocupações de remuneração mais elevada, reduzindo a autonomia econômica das mulheres e ampliando sua vulnerabilidade social.

Assim, o perfil educacional identificado neste diagnóstico reforça que a ampliação da escolaridade feminina deve ser compreendida como estratégia basilar para o desenvolvimento territorial sustentável. Investimentos na permanência escolar, na EJA, na qualificação profissional, na Educação Técnica e Superior, bem como na formação voltada à bioeconomia, ao empreendedorismo e à adaptação às mudanças climáticas, podem contribuir para fortalecer a autonomia econômica, expandir as oportunidades de trabalho e a participação das mulheres nos espaços de decisão em Igarapé-Miri.

Esses resultados confirmam que a escolaridade permanece como um dos principais fatores estruturantes da autonomia feminina e deve ocupar posição central nas estratégias municipais de redução das desigualdades de gênero e promoção do desenvolvimento sustentável.

Os Gráficos 11 e 12 evidenciam que a presença de crianças é uma característica marcante nos domicílios das mulheres entrevistadas, indicando que quase metade delas exerce responsabilidades diretas de cuidado infantil. Concomitantemente, os resultados sugerem uma elevada inserção das crianças na educação formal, embora ainda persistam situações de exclusão parcial ou total do acesso à escola ou à creche.

Gráfico 10 – Grau de escolaridade das entrevistadas



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Observa-se que 49% das entrevistadas afirmaram haver crianças de até 12 anos em seus domicílios, enquanto 51% informaram não ter crianças nessa faixa etária. Esse resultado demonstra que uma parcela expressiva das mulheres acumula responsabilidades relacionadas ao cuidado infantil, aspecto que influencia sua

disponibilidade para o trabalho remunerado, a continuidade dos estudos, a participação comunitária e o acesso a oportunidades de geração de renda.

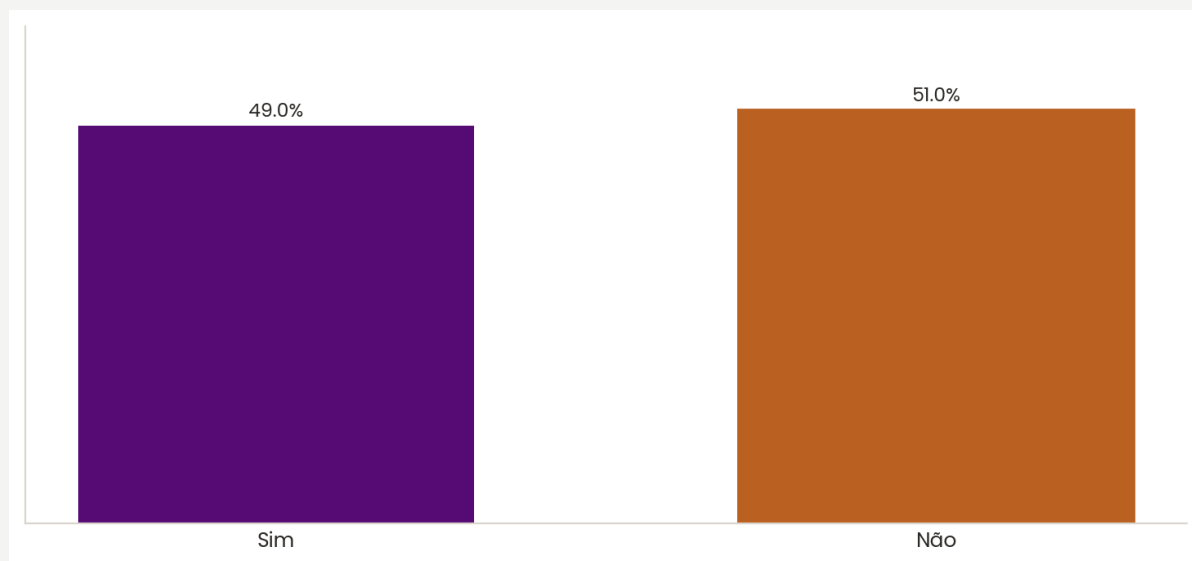
Entre os domicílios que possuem crianças, verifica-se que 32,4% informaram que todas as crianças estão matriculadas na escola ou na creche, constituindo o resultado mais expressivo da pesquisa. Todavia, ainda existem situações de atendimento parcial: 6,7% relataram ter apenas uma criança matriculada; 5,2% afirmaram que a maioria frequenta a escola ou a creche; e 4,7% declararam que nenhuma criança está matriculada. Apenas 0,3% não responderam à questão.

Não obstante os resultados indiquem avanços importantes na cobertura educacional, a existência de crianças fora da escola ou da creche revela desafios relacionados ao acesso e à permanência na Educação Infantil. Em municípios amazônicos como Igarapé-Miri, esses obstáculos estão associados às longas distâncias, à dependência do transporte fluvial, à oferta insuficiente de vagas, essencialmente em creches, e às desigualdades territoriais entre áreas urbanas, rurais e ribeirinhas.

Em vista disso, os resultados consolidam que a expansão da Educação Infantil deve ser compreendida como política educacional e como estratégia de promoção da autonomia feminina, da redução das desigualdades sociais e do fortalecimento do desenvolvimento territorial sustentável.

Em síntese, a elevada presença de crianças nos domicílios e a existência de parte delas fora da escola ou da creche evidenciam que a ampliação da rede de Educação Infantil representa uma política estratégica não apenas para o desenvolvimento das crianças, mas também para a promoção da autonomia econômica, educacional e social das mulheres de Igarapé-Miri.

Gráfico 11 – Há crianças na residência das entrevistadas?

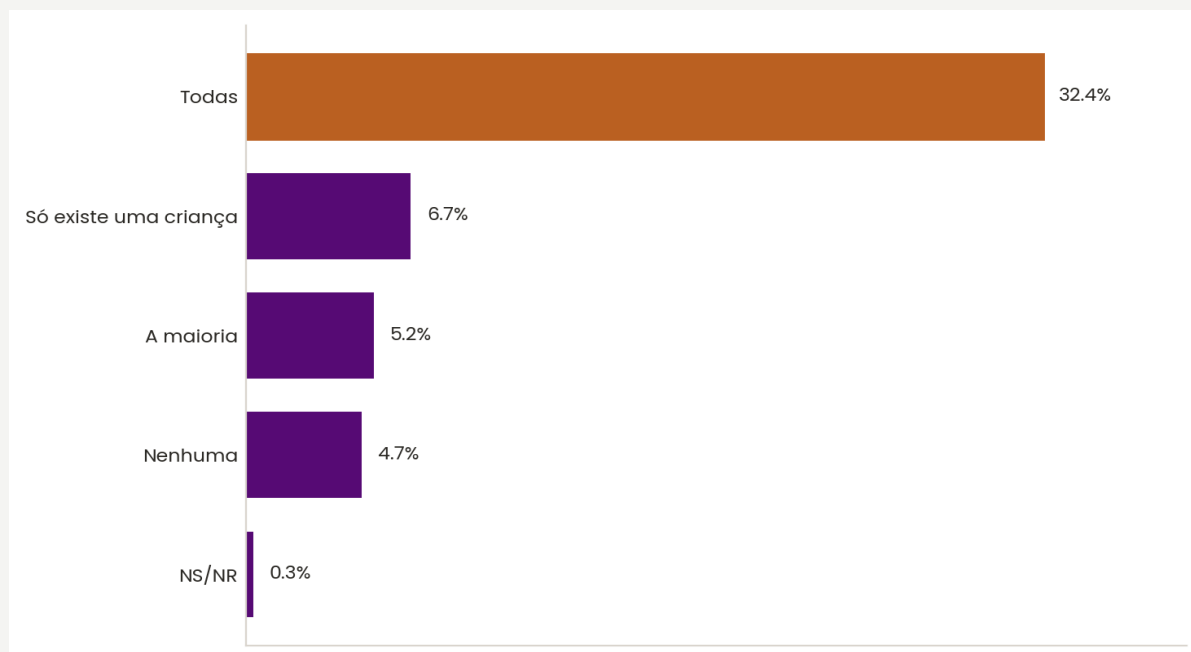


Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Os resultados salientam que os eventos climáticos já representam um fator relevante de interrupção do acesso à educação em Igarapé-Miri. Embora a maioria das entrevistadas (52,4%) tenha informado que sua família nunca deixou de frequentar a escola em razão de eventos climáticos, uma parcela bastante expressiva (45,4%) afirmou que chuvas intensas, enchentes ou outros eventos climáticos já impediram o deslocamento até a escola. Apenas 2,2% não responderam à questão.

Esse percentual revela que os impactos das mudanças climáticas ultrapassam os efeitos ambientais, produzindo consequências diretas sobre o exercício do direito à educação. Em um município amazônico dependente da mobilidade fluvial e de vias afetadas pelas condições climáticas, a ocorrência de enchentes, chuvas intensas e alterações no regime dos rios pode interromper o transporte escolar, dificultar a circulação de embarcações e comprometer a frequência dos estudantes.

Gráfico 12 – Das residências com crianças, quantas estão matriculadas em escola ou creche?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

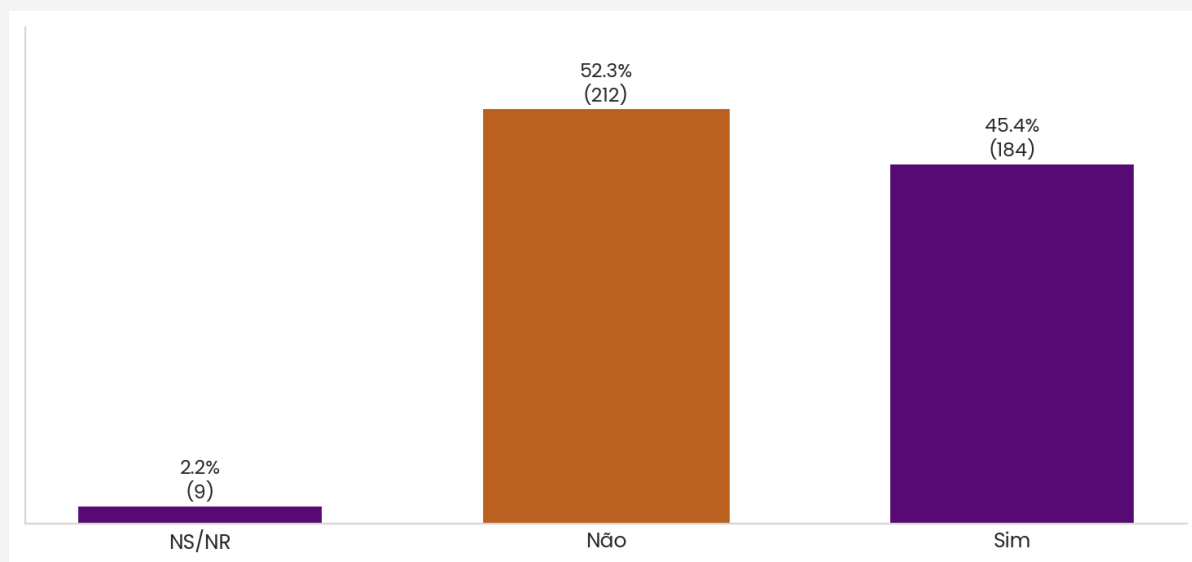
A análise por área de residência demonstra que essa realidade está presente tanto no meio urbano quanto no rural, embora apresente incidência mais expressiva entre as famílias rurais. Entre aquelas que responderam afirmativamente, 55,4% residem na zona rural, enquanto 44,6% vivem na área urbana. Da mesma forma, entre as famílias que declararam nunca ter enfrentado esse problema, observa-se distribuição semelhante (53,3% rural e 46,7% urbana), indicando que os impactos climáticos atingem todo o território municipal, ainda que as populações rurais estejam ligeiramente mais expostas em função da dependência dos rios e das dificuldades de infraestrutura de transporte.

Os resultados dialogam com as análises apresentadas nos capítulos sobre territorialidade amazônica e mudanças climáticas. Conforme discutem Castro (2024) e Trindade Júnior (2008), a mobilidade constitui elemento indissociável da vida social na Amazônia. Assim sendo, quando eventos climáticos comprometem essa mobilidade, restringem simultaneamente o acesso à educação, à saúde, ao trabalho e a outros serviços públicos essenciais.

Em consonância com Sen (2010), tais limitações reduzem o exercício de direitos fundamentais pelas famílias, uma vez que a simples existência da escola não garante, por si só, o acesso efetivo à educação quando persistem barreiras territoriais e climáticas. Nesse sentido, as mudanças climáticas representam, também, um fator de desigualdade educacional para crianças residentes em comunidades rurais, ribeirinhas e insulares.

Nesse panorama, os dados reforçam que a adaptação climática deve ser incorporada ao planejamento educacional municipal. De tal modo que garantir o direito à educação em Igarapé-Miri exige ampliar a oferta de escolas e robustecer a infraestrutura de mobilidade, o transporte escolar terrestre e fluvial, bem como desenvolver estratégias mantenedoras a continuidade das atividades escolares durante eventos climáticos extremos.

Gráfico 13 – Algum evento climático já impediu sua família de ir à escola?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Embora uma parcela das entrevistadas avalie que as escolas de suas comunidades não apresentam problemas estruturais (35,6%), os resultados revelam que uma proporção significativa identifica deficiências que comprometem o funcionamento das unidades escolares, em particular, aquelas relacionadas à infraestrutura básica e à vulnerabilidade climática (Gráfico 14).

O principal problema apontado foi a falta de energia elétrica (28,6%), seguida pelos alagamentos (22,2%), indicando que quase um quarto das respondentes percebe impactos diretos das condições climáticas sobre o ambiente escolar. Em menor proporção aparecem a falta de água (2,7%) e o percentual de 10,9% de não respostas (NS/NR).

Tabela 41 – Cruzamento: algum evento climático já impediu sua família de ir à escola? (chuva, enchente etc.) versus área delimitada?

Algum evento climático já impediu sua família de ir à escola? (chuva, enchente etc.)	Área	
	Urbana	Rural
NS/NR – 9 respostas	22,2% – 2 respostas	77,8% – 7 respostas
Não – 212 respostas	46,7% – 99 respostas	53,3% – 113 respostas
Sim – 184 respostas	44,6% – 82 respostas	55,4% – 102 respostas

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Esses resultados enfatizam que a infraestrutura educacional ainda enfrenta limitações importantes para garantir um ambiente adequado ao ensino, sobretudo em um município amazônico como Igarapé-Miri, cuja dinâmica territorial é condicionada pelos rios, pelo regime de chuvas e pela ocorrência de eventos climáticos extremos.

De forma que entre os achados da pesquisa, salientam-se os problemas de falta de energia, pois seus efeitos extrapolam o funcionamento cotidiano das escolas. A interrupção do fornecimento elétrico compromete a conservação da alimentação escolar, o abastecimento de água quando dependente de sistemas de bombeamento, o uso de equipamentos pedagógicos, o acesso às tecnologias digitais e as condições de conforto térmico dos estudantes e profissionais da educação.

Da igual modo, a frequência de relatos de alagamentos demonstra que parte das escolas já sofre os efeitos das mudanças climáticas e das limitações da infraestrutura urbana e rural. Isto posto que os alagamentos podem interromper as aulas, dificultar o transporte escolar, danificar equipamentos e reduzir o tempo efetivo de aprendizagem, afetando, em especial, estudantes residentes em áreas mais vulneráveis.

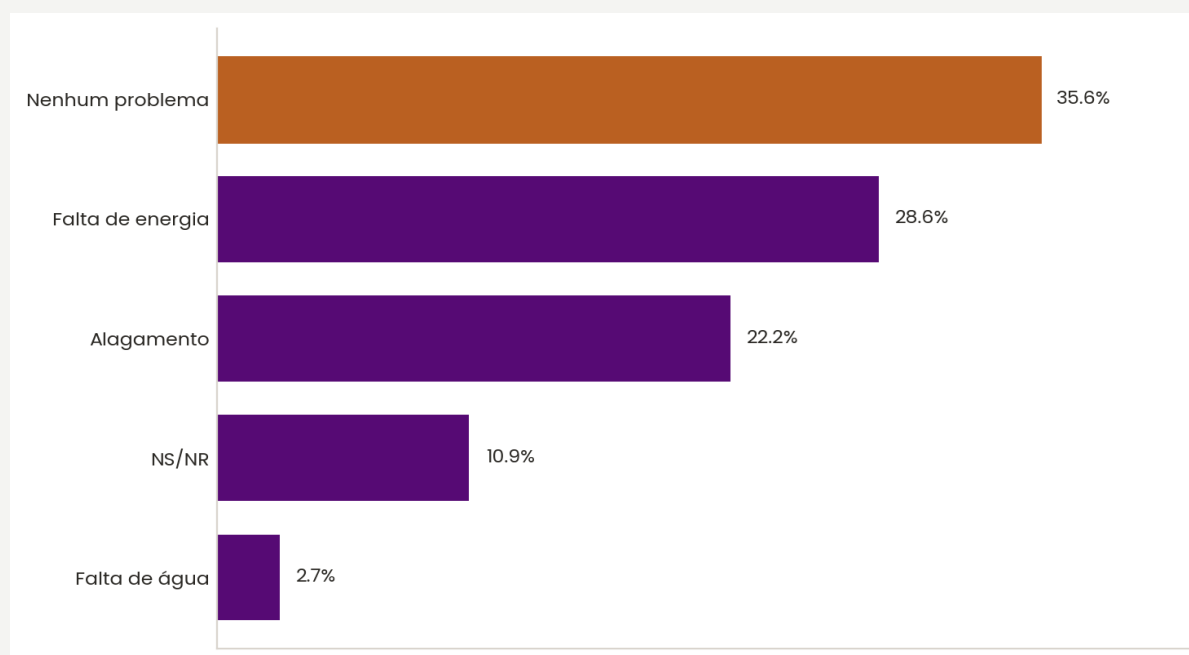
Esses achados dialogam com os resultados anteriormente apresentados neste diagnóstico, nos quais 45,4% das entrevistadas afirmaram que eventos climáticos já impediram membros da família de frequentar a escola. Em conjunto, as informações sublinham que os impactos climáticos não se restringem ao deslocamento dos estudantes, na medida em que afetam as condições de funcionamento das próprias unidades escolares.

Sob o viés da abordagem das capacidades de Sen (2010), a garantia do direito à educação depende da existência da escola e da disponibilidade de condições materiais que permitam seu funcionamento contínuo e de qualidade. Nesse sentido, a infraestrutura escolar resiliente integra as condições necessárias para a garantia da igualdade de oportunidades.

No contexto amazônico, Castro (2024) destaca que o planejamento das políticas públicas deve considerar as especificidades territoriais e ambientais da região, incorporando estratégias de adaptação capazes de reduzir os impactos das mudanças climáticas sobre os serviços públicos essenciais, entre eles, a educação.

Em virtude disso, embora uma parcela expressiva das entrevistadas não identifique problemas em suas escolas, os resultados salientam que infraestrutura elétrica precária e alagamentos já constituem desafios relevantes para a qualidade da educação em Igarapé-Miri, reforçando a necessidade de investimentos em infraestrutura resiliente às mudanças climáticas.

Gráfico 14 – Problemas apresentados na escola da comunidade



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

A análise conjunta dos resultados (Gráficos 15 e 16 e Tabelas 42 e 43) demonstra que a educação ambiental já está presente no cotidiano escolar de Igarapé-Miri e conta com amplo reconhecimento social. Ao mesmo tempo, explicita que há espaço para fortalecer a qualidade, a abrangência e a contextualização desse ensino em um território afetado pelas mudanças climáticas.

Os dados mostram que 82,2% das entrevistadas afirmam que as crianças aprendem sobre meio ambiente ou mudanças climáticas na escola, enquanto 6,4% responderam negativamente e 11,4% não souberam informar. Esse resultado indica que os temas ambientais já foram incorporados, em alguma medida, às práticas educativas das escolas do município.

Mais expressivo ainda é o consenso quanto à importância dessa formação: 92,4% consideram importante que as crianças aprendam sobre meio ambiente e mudanças

climáticas na escola. Apenas 3,5% discordam dessa afirmação e 4,2% não responderam. Esse elevado percentual demonstra que existe forte legitimidade social para o fortalecimento da educação ambiental como política pública municipal.

A análise por área de residência mostra que essa percepção é relativamente homogênea entre os diferentes territórios. Entre as entrevistadas que afirmaram que as crianças aprendem sobre essas temáticas, 54,4% residem na zona rural e 45,6% na zona urbana, proporção semelhante à distribuição da própria amostra. Da mesma forma, entre aquelas que responderam negativamente, observa-se pequena diferença entre os territórios (53,8% rural e 46,2% urbana), indicando que o ensino sobre meio ambiente está presente nas escolas urbanas e nas rurais.

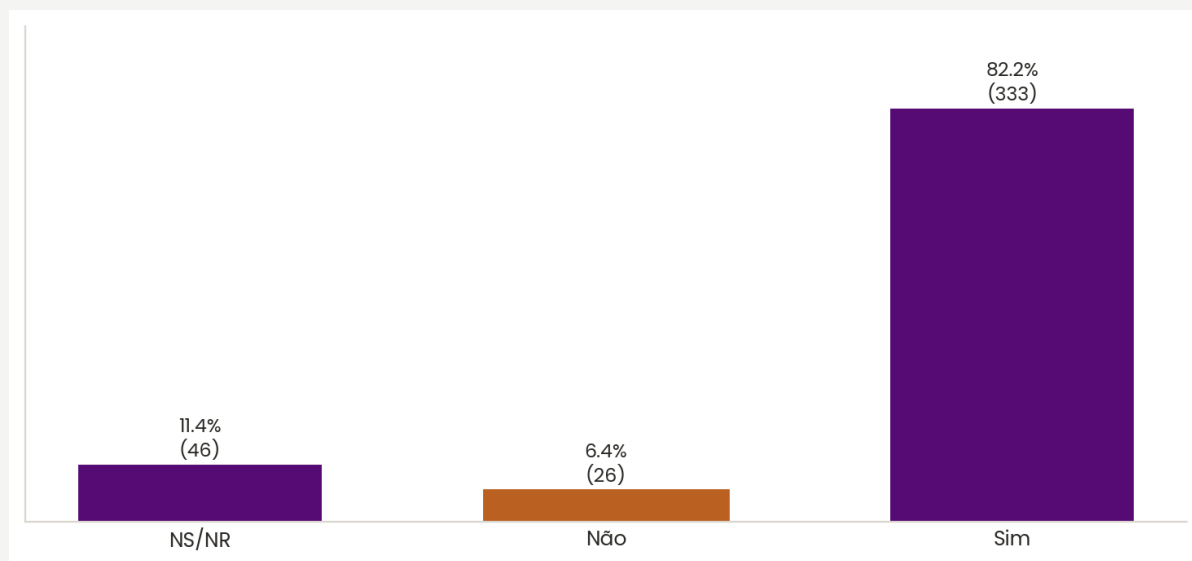
Quando analisada a idade das entrevistadas, observa-se percepção positiva entre mulheres de 30 a 39 anos (24,6%) e de 20 a 29 anos (21,6%), grupos que concentram grande parte das mães de crianças em idade escolar. Entre as respostas negativas e os casos de desconhecimento (NS/NR), há expressiva participação de mulheres mais velhas, sobretudo entre aquelas com 40 anos ou mais, o que pode refletir vínculo menos estreito atual com o cotidiano escolar ou conhecimento limitado sobre os conteúdos desenvolvidos nas escolas.

Esses resultados dialogam com outros achados deste diagnóstico. Embora 45,4% das entrevistadas tenham relatado que eventos climáticos já impediram membros da família de frequentar a escola e parte das unidades escolares apresente problemas relacionados à infraestrutura, como falta de energia (28,6%) e alagamentos (22,2%), verifica-se que as escolas continuam a ser reconhecidas como importantes espaços de formação para a conscientização ambiental.

Sob a ótica da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, defendida pela UNESCO (2020), a escola constitui espaço inestimável para a formação de cidadãos que compreendam os desafios ambientais e atuem na construção de sociedades mais resilientes. Da mesma forma, Freire (1996) percebe a educação como prática transformadora, capaz de desenvolver consciência crítica sobre a realidade e estimular o protagonismo social. No contexto amazônico, Castro (2024) reforça que a educação ambiental deve dialogar com os modos de vida das populações ribeirinhas, extrativistas e agricultoras familiares, valorizando os conhecimentos tradicionais e a relação histórica entre sociedade e natureza.

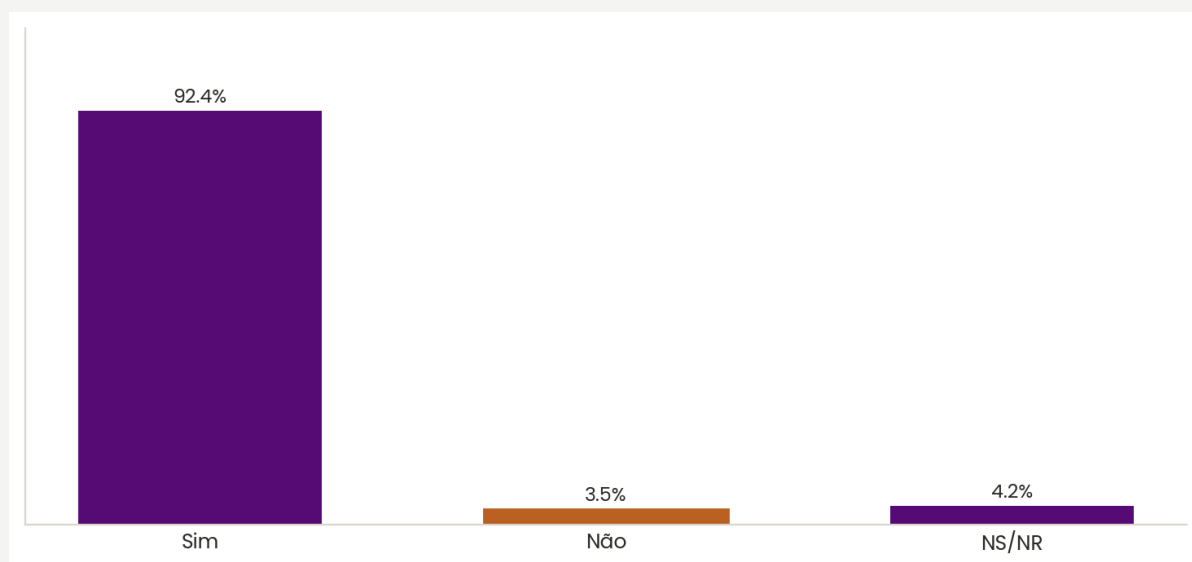
Em um município cuja economia depende dos recursos naturais e onde os efeitos das mudanças climáticas já interferem na mobilidade, na produção do açaí, na pesca e no funcionamento das escolas, a educação ambiental constitui instrumento fundamental de adaptação climática, fortalecimento comunitário e desenvolvimento territorial sustentável.

Gráfico 15 – As crianças aprendem sobre meio ambiente ou mudanças climáticas na escola?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Gráfico 16 – É importante que as crianças aprendam sobre meio ambiente e mudanças climáticas na escola?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 42 – Cruzamento: as crianças aprendem sobre meio ambiente ou mudanças climáticas na escola? versus área delimitada?

As crianças aprendem sobre meio ambiente ou mudanças climáticas na escola?	Área	
	Urbana	Rural
NS/NR – 46 respostas	41,3% – 19 respostas	58,7% – 27 respostas
Não – 26 respostas	46,2% – 12 respostas	53,8% – 14 respostas
Sim – 333 respostas	45,6% – 152 respostas	54,4% – 181 respostas

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 43 – Cruzamento: as crianças aprendem sobre meio ambiente ou mudanças climáticas na escola versus idade?

As crianças aprendem sobre meio ambiente ou mudanças climáticas na escola?	Qual a sua idade?					
	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 ou mais
NS/NR – 46 respostas	6,5% – 3 respostas	17,4% – 8 respostas	6,5% – 3 respostas	28,3% – 13 respostas	15,2% – 7 respostas	26,1% – 12 respostas
Não – 26 respostas	7,7% – 2 respostas	23,1% – 6 respostas	7,7% – 2 respostas	23,1% – 6 respostas	26,9% – 7 respostas	11,5% – 3 respostas
Sim – 333 respostas	15,6% – 52 respostas	21,6% – 72 respostas	24,6% – 82 respostas	16,5% – 55 respostas	11,4% – 38 respostas	10,2% – 34 respostas

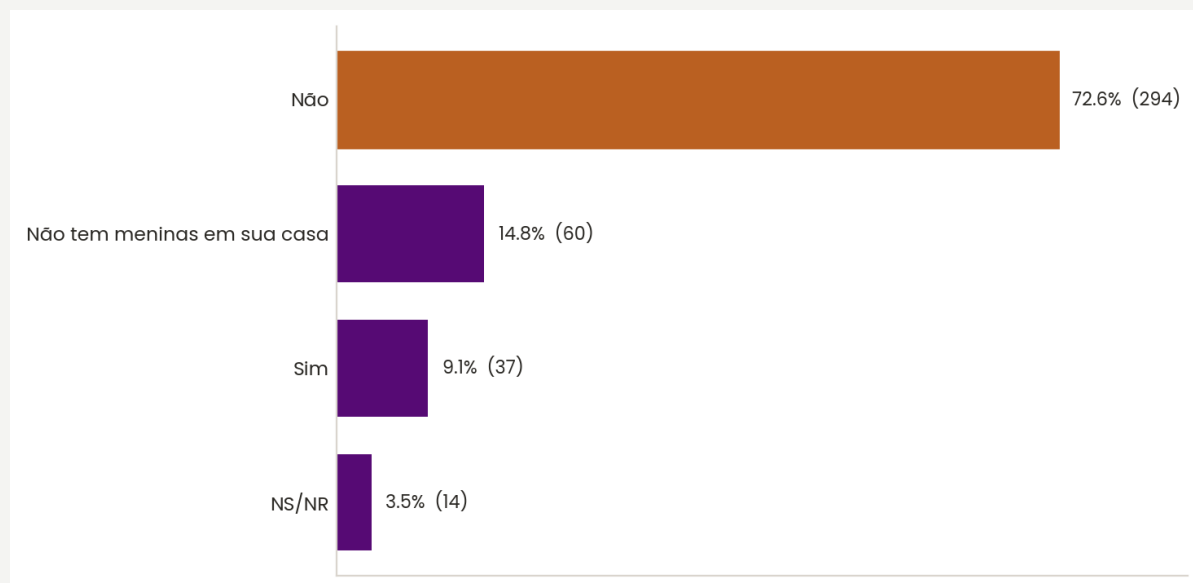
Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Um fato preponderante enfatizado na pesquisa de campo foi que 9,1% das entrevistadas afirmaram que meninas já deixaram de estudar em virtude de responsabilidades domésticas ou produtivas. Esse registro ocorreu em maior número na zona urbana, que concentrou 70,3% dos casos. Os dados revelam que essas responsabilidades, ao afetarem a escolarização das meninas, também constituem um fenômeno urbano considerável, o que demanda atenção das políticas educacionais e de proteção social.

Esse resultado sugere que o abandono ou afastamento escolar associado à sobrecarga de responsabilidades não se restringe aos contextos rurais, como frequentemente se supõe. Os dados indicam a necessidade de ampliar a compreensão sobre as diferentes formas de trabalho e cuidado atribuídas às meninas, tanto em áreas urbanas quanto rurais, considerando que atividades domésticas e de apoio à reprodução familiar também podem comprometer a trajetória educacional feminina.

Os resultados indicam que, na percepção da ampla maioria das entrevistadas, as responsabilidades domésticas ou produtivas não têm provocado abandono ou interrupção dos estudos das meninas. Entretanto, a existência de um grupo que vivenciou essa situação revela uma importante vulnerabilidade social, quando relacionada às dinâmicas produtivas da economia familiar, como a safra do açaí.

Gráfico 17 – Meninas deixaram de estudar por responsabilidades domésticas produtivas?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Entre as entrevistadas, 72,6% afirmaram que as meninas de suas casas nunca deixaram de estudar em razão das responsabilidades domésticas ou produtivas. Por outro lado, 9,1% delas relataram que essa situação já ocorreu, enquanto 14,8% informaram não haver meninas no domicílio e 3,5% não responderam à pergunta.

A despeito de o percentual de respostas afirmativas ser relativamente reduzido, ele merece atenção, pois evidencia que parte das meninas ainda enfrenta situações em que as atividades de cuidado da casa ou o trabalho vinculado às estratégias de sobrevivência familiar interferem na continuidade da trajetória escolar. Em municípios amazônicos cuja economia depende do extrativismo e da agricultura familiar, como Igarapé-Miri, esses episódios tendem a ocorrer em períodos de maior demanda de mão de obra, especialmente durante a safra do açaí.

A análise por área de residência apresenta um resultado considerável. Entre as famílias que afirmaram que as meninas já deixaram de estudar por essas razões, 70,3% residem na área urbana, enquanto 29,7% vivem na área rural (Tabela 44). Esse dado rompe parcialmente a expectativa de que esse fenômeno se concentraria tão somente nas comunidades rurais.

Uma possível interpretação é que, mesmo vivendo na sede municipal, muitas famílias urbanas mantêm forte vínculo com as atividades extrativistas, agrícolas ou com o trabalho informal, característica típica da territorialidade amazônica, cujas fronteiras entre urbano e rural são bastante fluidas. Também é possível que, no espaço urbano, a sobrecarga das meninas esteja mais associada ao trabalho doméstico e aos cuidados familiares do que propriamente às atividades agrícolas.

Esse resultado dialoga com a discussão apresentada anteriormente sobre a ruralidade amazônica e a intensa circulação entre cidade, rios e comunidades, conforme analisam Castro (2018) e Trindade Júnior (2008). Em Igarapé-Miri, muitas famílias mantêm estratégias econômicas híbridas, combinando residência urbana com atividades produtivas desenvolvidas no meio rural, em especial na cadeia produtiva do açaí.

Sob a perspectiva da igualdade de gênero, o dado também revela a permanência da divisão sexual do trabalho. Conforme argumenta Federici (2019), o trabalho doméstico e de cuidados continua a ser socialmente atribuído às mulheres e às meninas, permanecendo invisibilizado e pouco reconhecido, apesar de sua importância para a reprodução da vida e da economia. Quando essas responsabilidades recaem sobre meninas em idade escolar, podem comprometer o direito à educação e reproduzir desigualdades intergeracionais.

Na abordagem das capacidades de Sen (2010), situações dessa natureza restringem as liberdades substantivas das meninas, reduzindo suas oportunidades futuras de formação, inserção produtiva e participação social. Na mesma direção, Nussbaum (2011) destaca que a educação é condição indissociável para o desenvolvimento das capacidades humanas para a promoção da igualdade de gênero e da autonomia feminina.

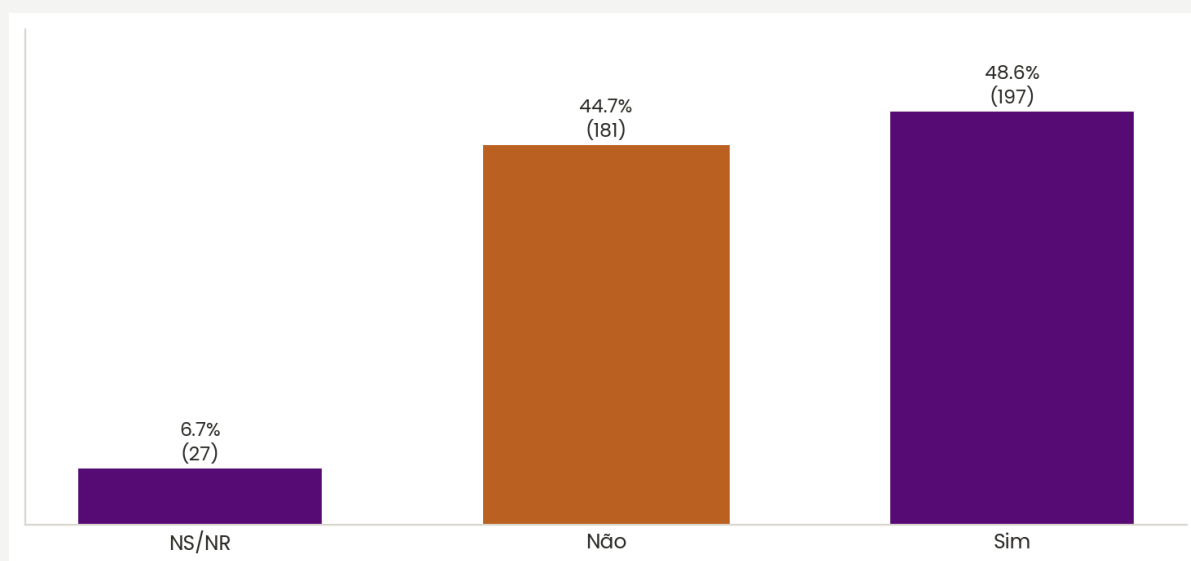
Embora os resultados indiquem que essa realidade não atinge a maioria das famílias, a existência de casos de interrupção dos estudos por responsabilidades domésticas ou produtivas demonstra que o problema permanece presente e requer atenção das políticas públicas, sobretudo porque pode contribuir para perpetuar ciclos de pobreza, baixa escolaridade e desigualdade de gênero.

Tabela 44 – Cruzamento: as meninas de sua casa já deixaram de estudar por responsabilidades domésticas ou produtivas (por exemplo, na safra do açaí) versus área delimitada?

As meninas de sua casa já deixaram de estudar por responsabilidades domésticas ou produtivas (por exemplo, na safra do açaí)?	Área	
	Urbana	Rural
NS/NR – 14 respostas	35,7% – 5 respostas	64,3% – 9 respostas
Não – 294 respostas	43,5% – 128 respostas	56,5% – 166 respostas
Não tem meninas em sua casa – 60 respostas	40,0% – 24 respostas	60,0% – 36 respostas
Sim – 37 respostas	70,3% – 26 respostas	29,7% – 11 respostas

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Gráfico 18 – A alimentação escolar pode ser considerada a principal refeição para suas crianças?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Os resultados revelam que a alimentação escolar é indispensável na segurança alimentar das famílias de Igarapé-Miri e constitui uma política pública de elevada relevância social. Além de sua função educacional, a alimentação escolar aparece como importante mecanismo de proteção social em um contexto marcado por vulnerabilidades socioeconômicas e dependência de programas públicos.

Quando questionadas se a alimentação escolar pode ser considerada a principal refeição das crianças, 48,6% das entrevistadas responderam afirmativamente, à medida que 44,7% responderam negativamente e 6,7% não souberam ou não responderam. Embora não haja maioria absoluta, chama atenção o fato de praticamente metade das famílias reconhecer que a principal refeição diária das crianças ocorre na escola, evidenciando a importância estratégica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para a garantia do direito humano à alimentação adequada.

A análise territorial demonstra que essa realidade está presente tanto na zona urbana quanto na rural, com ligeira predominância nas comunidades rurais. Entre as famílias que afirmaram que a alimentação escolar representa a principal refeição das crianças, 56,9% residem na área rural e 43,1% na área urbana. Esse resultado é coerente com o perfil socioeconômico identificado ao longo do diagnóstico, que aponta vulnerabilidade significativa das famílias rurais e expressiva dependência das políticas públicas de proteção social.

O Gráfico 19 reforça essa conclusão. Independentemente de a alimentação escolar ser ou não a principal refeição das crianças, 80,0% das entrevistadas afirmam que ela é muito importante para suas famílias. Apenas 6,9% a consideram pouco importante,

3,5% afirmam não ser importante, 2,5% se declararam indiferentes e 7,2% não responderam.

Esse elevado reconhecimento demonstra que a alimentação escolar ultrapassa sua função nutricional, constituindo importante política de permanência escolar, redução das desigualdades sociais e apoio ao orçamento das famílias. Os resultados dialogam com outros achados deste diagnóstico, sobretudo aqueles relacionados à elevada participação das mulheres nas tarefas domésticas, à presença de crianças em quase metade dos domicílios, ao recebimento de benefícios sociais por parcela expressiva das famílias e às dificuldades econômicas enfrentadas em diferentes territórios do município.

Sob a visão da abordagem das capacidades de Sen (2010), a alimentação escolar representa uma liberdade instrumental imprescindível, porquanto amplia as condições para que crianças frequentem a escola, aprendam em melhores condições nutricionais e desenvolvam suas capacidades humanas. Nessa senda, Nussbaum (2011) destaca que alimentação adequada e educação integram capacidades indissociáveis de uma vida digna, sendo dever do Estado assegurar condições mínimas para seu exercício.

No contexto amazônico, a alimentação escolar é ainda mais estratégica, na medida em que, além de combater a insegurança alimentar, pode fortalecer a agricultura familiar, a pesca artesanal e o extrativismo sustentável por meio das compras institucionais previstas no próprio PNAE. Conforme argumenta Costa (2012), políticas públicas que articulam produção local e consumo institucional favorecem a agregação de valor às economias amazônicas, fortalecendo cadeias produtivas sustentáveis e promovendo desenvolvimento territorial.

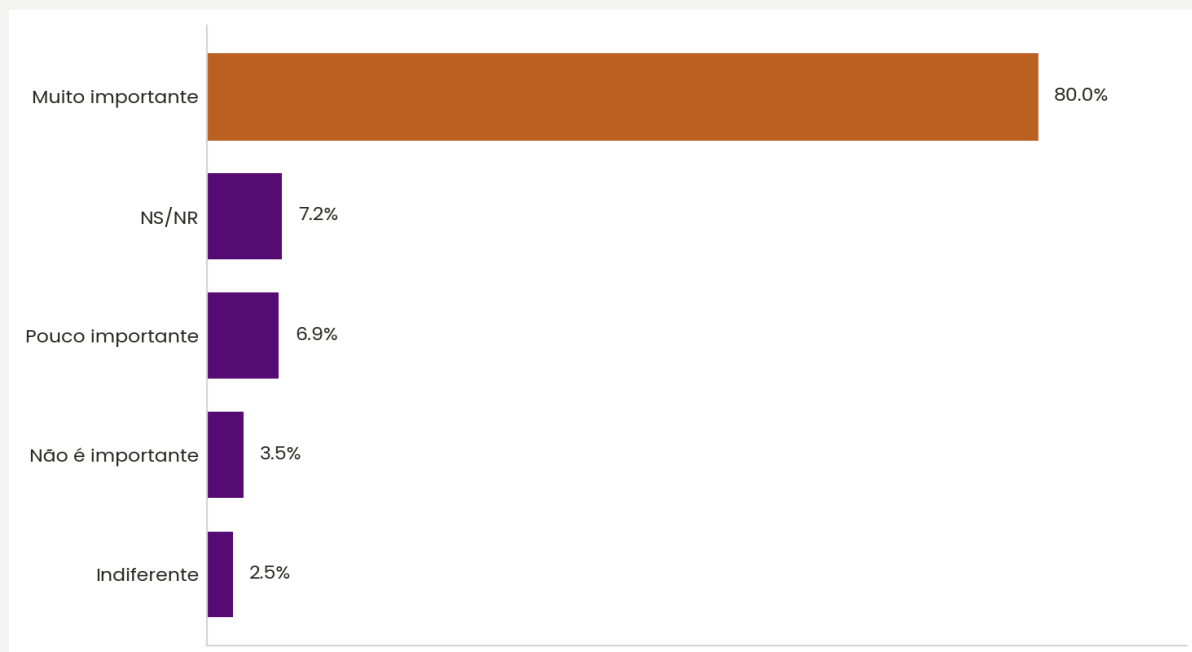
Os resultados indicam, portanto, que a alimentação escolar deve ser compreendida simultaneamente como política educacional, política de segurança alimentar e política de desenvolvimento local.

Tabela 45 – Cruzamento: a alimentação escolar pode ser considerada a principal refeição para suas crianças versus área delimitada?

A alimentação escolar pode ser considerada a principal refeição para suas crianças?	Área	
	Urbana	Rural
NS/NR – 27 respostas	40,7% – 11 respostas	59,3% – 16 respostas
Não – 181 respostas	48,1% – 87 respostas	51,9% – 94 respostas
Sim – 197 respostas	43,1% – 85 respostas	56,9% – 112 respostas

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Gráfico 19 – A alimentação escolar é importante para sua família?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

4.2 SAÚDE E RESILIÊNCIA CLIMÁTICA

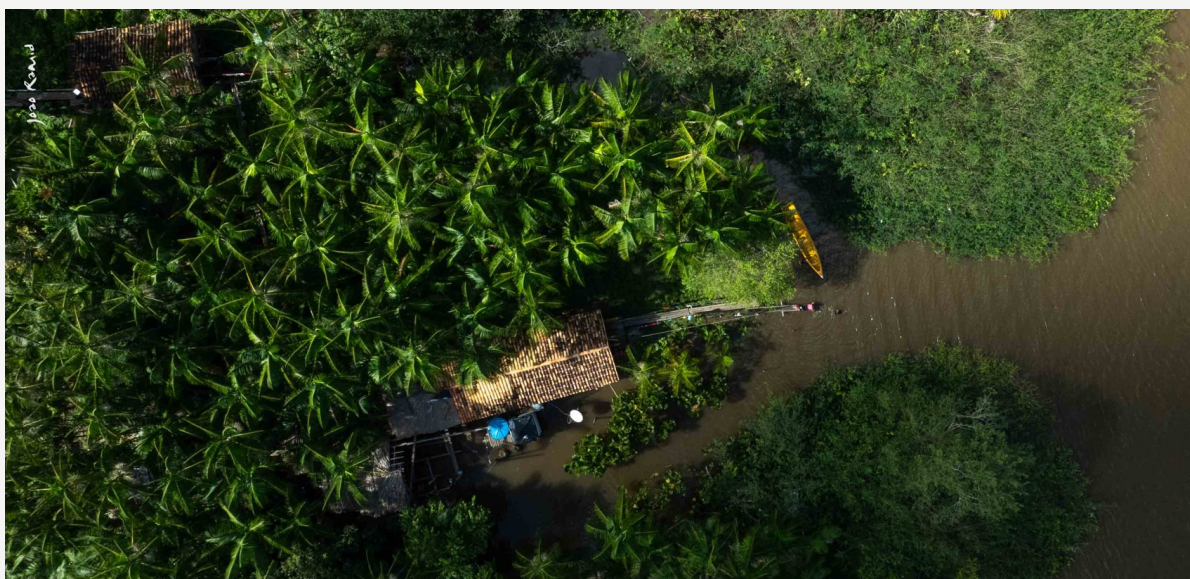


Foto: João Ramid

O objetivo deste eixo é traçar um panorama da saúde das mulheres residentes no município de Igarapé-Miri, abordando indicadores como Cobertura da Atenção Básica de Saúde, Taxa de Mortalidade Materna, Taxa de Mortalidade Infantil, Taxa de Gravidez na Adolescência, Incidência de Doenças relacionadas ao clima (respiratórias e dengue).

A participação dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) é fundamental para as políticas públicas, tendo em vista que transforma o cidadão de mero receptor de serviços em agente ativo no planejamento, fiscalização e avaliação do sistema. De acordo com a legislação brasileira (Lei nº 8.142/1990), a participação comunitária é um dos princípios organizativos do SUS, assegurando que as demandas reais da população influenciam as ações do governo.

Em Igarapé-Miri, em 2024, a porcentagem de mulheres de 10 a 49 anos usuárias exclusivas do SUS é de 98,5%, cerca de 24,3 pontos percentuais maior que a média nacional que é de 74,2%; já no Pará, o percentual é de 90% de mulheres usuárias exclusivas do SUS (Observatório Obstétrico, 2023).

De acordo com o Ministério da Saúde (Brasil, 2026)¹⁷, a Atenção Primária à Saúde (APS) é o primeiro nível de atenção em saúde e caracteriza-se por um conjunto de ações tanto no nível individual quanto no coletivo que visa promover a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde. Dessa forma, a APS funciona como um filtro que organizar o fluxo dos serviços nas redes de saúde, dos mais simples aos mais complexos.

De acordo com o Anuário Estatístico do Pará (2024), a taxa de cobertura da APS no Pará foi de 70,18 em 2024, registrando crescimento absoluto de 14,23 pontos percentuais e o crescimento relativo de 25,4% em relação ao valor inicial registrado em 2021. Já em Igarapé-Miri apresentou um crescimento absoluto de 8,71 pontos percentuais enquanto crescimento relativo de 14,5% em relação ao valor inicial.

Ademais, observa-se que, em 2021, Igarapé-Miri (60,26%) estava acima da média estadual (55,95%), com vantagem de 4,3 pontos percentuais. A partir de 2022, o Pará acelerou seu crescimento, enquanto o município ficou praticamente estagnado (Tabela 46).

Tabela 46 – Taxa de cobertura da APS no Pará e no município de Igarapé-Miri (2021 a 2024)¹⁸

	2021	2022	2023	2024
Pará	55,95	68,43	72,05	70,18
Igarapé-Miri	60,26	67,20	67,01	68,97

Fonte: Pará (2024).

Com relação à infraestrutura de saúde, os dados do CNES indicam que o município dispõe de dois hospitais (Hospital e Maternidade Santana e Hospital Dr. Afonso

17. BRASIL. Ministério da Saúde. Saiba mais sobre a APS. Brasília, DF: SAPS, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/saiba-mais-sobre-a-aps>. Acesso em: 5 maio 2026.

18. Nota metodológica: a partir de 2021, utiliza-se nova metodologia em que se calcula a cobertura da APS. Para o cálculo da cobertura da APS, usa-se no numerador a população cadastrada pelas equipes da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e da Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde e, no denominador, a estimativa populacional (Pará, 2024).

Rodrigues) e aproximadamente 11 Unidades Básicas de Saúde (UBS). A rede é complementada pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), pelo Centro de Especialidades Flor de Miriti e por um Centro de Reabilitação Física.

Nesse contexto, o indicador selecionado para qualificar a capacidade de atendimento às necessidades básicas da população é a razão de postos e centros de saúde por 10.000 habitantes. Esse dado é fundamental para avaliar o acesso da comunidade aos cuidados médicos de rotina e às ações preventivas em áreas próximas às suas residências, permitindo aferir a capilaridade da rede municipal (Tabela 47).

O estado apresentou uma trajetória de crescimento consistente entre 2020 e 2023, saindo de 2,55 para 2,91 unidades por 10.000 habitantes, uma melhora de cerca de 14% no período. Em 2024, houve uma leve retração para 2,78, o que pode indicar crescimento populacional mais acelerado do que a expansão da rede. Já em Igarapé-Miri, houve uma queda de 2020 (2,22) a 2023 (2,16), com uma recuperação discreta em 2024 (2,32). A tendência de 2020 a 2023 é preocupante, sugerindo que a abertura de novas unidades não acompanhou o crescimento da população local (Tabela 47).

Tabela 47 – Postos e centros de saúde por 10.000 habitantes no Pará e Igarapé-Miri

	2020	2021	2022	2023	2024
Pará	2,55	2,63	2,86	2,91	2,78
Igarapé-Miri	2,22	2,21	2,16	2,16	2,32

Fonte: Anuário (2024).

A Taxa ou a Razão de Mortalidade Materna (RMM) é um dos indicadores mais utilizados para avaliar a qualidade da saúde feminina e do sistema de saúde em geral. Trata-se de um dado essencial sobre a qualidade de vida de uma população, visto que muitas dessas mortes ocorrem de forma precoce e poderiam ser evitadas. As altas taxas de mortalidade materna revelam que as mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica estão sofrendo com a falta de organização, a desigualdade de gênero e a baixa qualidade da assistência oferecida nos serviços de saúde (Barreto, 2021).

Os dados consolidados de RMM para o Brasil e o Pará, abrangendo o período de 2018 a 2023, mostram que ambos os cenários (Brasil e Pará) acompanharam a curva de aumento expressivo durante 2021, ano de maior impacto em virtude da crise sanitária da Covid-19, seguido por uma queda nos anos seguintes (2022–2023), aproximando-se dos níveis pré-pandêmicos¹⁹. Ressalta-se que a RMM no Pará se

19. Destaca-se que há um compromisso do Brasil com as Nações Unidas para redução de 30 mortes/100 mil até 2030. Fonte: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Objetivo 3: Saúde e Bem-Estar. Brasília, DF: ODS, [2024]. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods3.html>. Acesso em: 1º maio 2026.

manteve consistentemente superior à média nacional ao longo de todo o período analisado (Tabela 48).

Tabela 48 – Razão de mortalidade materna (óbitos por 100 mil nascidos vivos)

BR e UF	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	59,1	57,9	74,7	117,4	57,7	55,3
Pará	81,4	96,1	107,1	131,3	79,7	77,7

Fonte: Ipea (2024).

No tocante à realidade dos municípios paraenses, como Igarapé-Miri, o Anuário Estatístico (Pará, 2024) aponta os seguintes índices entre os anos de 2019 a 2023: a taxa de mortalidade materna saltou de 87,41 para 296,15 em 2020 (+239%), chegando ao ápice de 352,73 em 2021. Esse padrão é consistente com o impacto da Covid-19, que dificultou o acesso ao pré-natal, sobrecarregou os serviços de saúde e aumentou o risco obstétrico em todo o Brasil. A partir de 2022, houve uma queda expressiva para 95,24, seguida de leve oscilação para 98,23 em 2023 – ainda assim, a taxa permanece acima da registrada em 2019 (Tabela 49)

Tabela 49 – Taxa de Mortalidade Materna em Igarapé-Miri

Município	2019	2020	2021	2022	2023
Igarapé-Miri	87,41	296,15	352,73	95,24	98,23

Fonte: Pará (2024).

Por sua vez, a Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) é um indicador relevante para avaliar a qualidade dos serviços públicos essenciais como saúde e saneamento básico. Além de demonstrar quantas crianças não chegaram a completar um ano de vida para cada mil que nasceram em um determinado ano e lugar. Ao verificar a queda na mortalidade infantil, é preciso interligá-la a vários fatores como campanhas de vacinação, realização de exames pré-natal, aleitamento materno, programas de nutrição infantil e a presença de agentes comunitários.

No Brasil, a TMI vem caindo desde a década de 1940 quando os índices beiravam a taxa de 146,6 por mil crianças; já em 2023, o IBGE registrou a taxa de 12,62 por mil crianças nascidas²⁰. Na Tabela 49, observam-se os índices da TMI no Brasil, Pará e Igarapé-Miri entre os anos de 2019 a 2023²¹.

20. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Mortalidade infantil em queda. IBGE Educa, 2024. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/2868-atualidades/23111-mortalidade-infantil-em-queda.html>. Acesso em: 1 maio 2026.
21. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Igarapé-Miri: Pecuária – 2023. IBGE Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/igarape-miri/pesquisa/39/30279?localidade1=15&localidade2=0&ano=2023>. Acesso em: 1º maio 2026.

Tabela 50 – Taxa de Mortalidade Infantil no Brasil, Pará e Igarapé-Miri

Ano	Brasil	Pará	Igarapé-Miri
2019	12,39	15,14	13,99
2020	11,51	14,86	16,78
2021	11,9	14,73	14,11
2022	12,59	14,66	12,38
2023	12,62	15,04	17,68

Fonte: IBGE (2024).

A assistência pré-natal é uma ação de saúde efetiva para a redução da mortalidade materna ao fomentar a prevenção e a detecção precoce de condições que podem afetar a gestante e o feto, contribuindo para o desenvolvimento saudável da gravidez. Dentre as condições que podem ser identificadas durante o acompanhamento pré-natal e que têm impacto na redução da mortalidade materna, destacam-se a hipertensão arterial, o Diabetes, a Sífilis e outras doenças infecciosas.

Durante o acompanhamento pré-natal, também são adotadas medidas preventivas, como vacinação e suplementação alimentar, bem como ações de orientação à gestante e à família sobre o parto, o aleitamento materno e os cuidados com o bebê.

No Brasil, a cobertura universal de assistência pré-natal é de 98,1%, ou seja, quase 100% das mulheres têm acesso a esse tipo de serviço. Salienta-se que a existência de mulheres sem nenhuma consulta de pré-natal no transcurso da gestação informa indica falhas de acesso, captação ou acompanhamento dessas gestantes pelo sistema de saúde. No Pará, a cobertura dessa assistência corresponde a 94,8%, à medida que, no município de Igarapé-Miri, a cobertura é de 60,5 %, cerca de 36,3% menor que o valor recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que é de 95% (Observatório Obstétrico Brasileiro, 2024).

O número de consultas de pré-natal pode estar associado à qualidade de serviço de saúde prestado à mulher, influenciado, em grande medida, por fatores socioeconômicos e pela infraestrutura na prestação desse serviço. Em decorrência disso, esse indicador analisa as variações geográficas e temporais na cobertura do atendimento pré-natal, identificando situações de desigualdades e tendências que demandam ações do poder público em cada localidade.

Nessa direção, o município teve um crescimento relativo de 43,9%, saltando de 35,8% para 51,57% em 2023, enquanto o Pará cresceu apenas 16,5% no mesmo período. Destaca-se que, entre 2020 e 2021, houve o maior salto de crescimento na cobertura de consultas de pré-natal, com cerca de 10,7 pontos percentuais, o que pode indicar um esforço em ampliar a APS à gestante (Tabela 51).

Tabela 51 – Percentual de nascidos vivos com 7 ou mais consultas pré-natal no Pará e Igarapé-Miri (2019 a 2023)

Ano	2019	2020	2021	2022	2023
Pará	51,65	46,38	52,85	56,97	60,15
Igarapé-Miri	35,84	37,41	48,15	49,52	51,57

Fonte: Pará (2024).

Para traçar o perfil epidemiológico de saúde das mulheres do município de Igarapé-Miri, uma das estratégias utilizadas foi a análise do Sistema de Informações Hospitalares (SIH) do SUS, do período de 2021 a 2025. Por intermédio do SIH, que é gerenciado pelo Ministério da Saúde, por meio do DATASUS, registram-se todas as internações hospitalares financiadas pelo SUS no Brasil²².

O cenário relata que, no período de cinco anos, foram registradas 42.552 internações de homens e mulheres residentes em Igarapé-Miri, sendo que destas 23.955 (56%) eram de mulheres. A primeira causa é obstétrica (CID O00–O99)²³ com cerca de 4.186 internações, das quais 25,5% são de adolescentes com menos de 20 anos e 2,01% (84) de internações na faixa de 10 a 14 anos. Já a segunda causa são doenças geniturinárias (CID N80–98)²⁴ com cerca de 3.477 internações femininas, englobando doenças como endometriose, cisto ovariano, doenças no trato urinário, cálculo renal e insuficiência renal.

A terceira causa são as doenças respiratórias (CID J00–J99)²⁵ com 3.103 internações, incluindo doenças como a gripe e a pneumonia, as quais, juntas, somam mais de 1.300. Nota-se que, do total de internações de mulheres, cerca de 40% são de meninas menores de 12 anos, evidenciando-se como um dado relevante, pois as infecções respiratórias na infância são sensíveis à fumaça de queimadas e à umidade/sazonalidade amazônica. Em quarto lugar, estão as doenças de veiculação hídrica (diarreia/parasitoses) com cerca de 2.917 (CID A00–A09)²⁶, seguida por doenças do aparelho digestivo (K00–K93)²⁷, responsável por cerca de 2.031 internações femininas.

Nesse ínterim, conforme o Ministério da Saúde (Brasil, 2024), as alterações climáticas globais, manifestadas através de cheias extremas, secas severas e aumento de

22. Destaca-se que o SIH, cuja função primordial é financeira, tornou-se uma ferramenta de gestão e epidemiologia, visto que é a partir da análise dos registros que os gestores de saúde conseguem traçar um perfil epidemiológico de morbidade (quais as principais doenças acometem a população de determinado local e período) e a taxa de mortalidade hospitalar. Há limitações na análise, pois o SIH cobre apenas internações pelo SUS, não incluindo ambulatório nem casos não internados. Não há diferenciação entre zona rural e urbana.

23. O Capítulo XV da CID-10 (O00–O99) abrange as complicações médicas e intercorrências relacionadas à gravidez, ao parto e ao puerpério. Essa categoria agrupa condições que exigem acompanhamento especializado para garantir a segurança da mãe e do feto, desde abortos e gestações ectópicas até síndromes hipertensivas e infecções pós-parto.

24. O grupo CID N80–N98 refere-se aos transtornos não-inflamatórios do trato genital feminino. O código principal N80 classifica a endometriose, enquanto as demais subdivisões abrangem condições como miomas, prolapsos uterinos, cistos ovarianos, dismenorreia e infertilidade.

25. O intervalo CID J00–J99 representa o Capítulo X da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), que abrange todas as doenças do aparelho respiratório. Esse grupo inclui infecções respiratórias agudas comuns (como resfriados e pneumonias) até doenças crônicas (como asma).

temperaturas, alteram o perfil epidemiológico das regiões, maiormente a Amazônia. Regiões em que os territórios ribeirinhos com infraestrutura de saneamento frágil tornam-se cenários propícios para o aumento de arboviroses (como dengue, Zika, Chikungunya e malária), cujo ciclo dos mosquitos vetores acelera com o calor e a chuva, bem como de doenças de veiculação hídrica (como diarreias agudas e leptospirose) após episódios de inundações. Assim, compreender a intersecção entre o clima e as vulnerabilidades sociais é indispensável para o desenho de políticas públicas eficazes na região.

Há dois grupos de doenças que merecem destaque nesse cenário dado que estão conectadas com a realidade de Igarapé-Miri: as doenças sensíveis ao clima e as Doenças Relacionadas ao Saneamento Ambiental Inadequado (DRSAI). No período analisado (2021 a 2025), a primeira registrou 6.021 internações de mulheres e a segunda, 2.932.

As doenças sensíveis ao clima compreendem as infecções intestinais de veiculação hídrica, as afecções respiratórias, as arboviroses e a malária. Observa-se um incremento expressivo no total de internações por essas causas, que salta de 765 casos em 2021 para 1.444 em 2022, o que representa um aumento de aproximadamente 90%. Esse comportamento pode ser atribuído, hipoteticamente, à convergência de dois fatores não excludentes entre si: um efeito de represamento pós-pandêmico e a ocorrência de eventos climáticos extremos no período.

Quanto ao primeiro fator, cabe considerar que, em 2021, o sistema de saúde ainda se encontrava predominantemente voltado ao enfrentamento da pandemia de Covid-19, cenário em que parcela significativa da população evitou a busca por atendimento hospitalar em razão do temor de contágio — fenômeno descrito na literatura como represamento de diagnósticos. Quanto ao segundo fator, o incremento concomitante de afecções de veiculação hídrica e respiratórias em 2022 sugere a ocorrência de anomalias climáticas no período, a exemplo da alternância entre episódios de precipitação intensa e estiagens severas, o que evidenciaria a insuficiente capacidade de resiliência da infraestrutura urbana do município para mitigar os efeitos desses eventos sobre a saúde da população (Tabela 52)

26. O grupo CID A00–A09 refere-se às Doenças Infecciosas Intestinais. Esta categoria abrange infecções do trato gastrointestinal causadas por bactérias, vírus, parasitas ou outras toxinas, sendo a mais comum a gastroenterite com sintomas de diarreia e vômitos

27. O intervalo CID K00–K93 corresponde ao Capítulo XI da CID-10, que engloba todas as Doenças do Aparelho Digestivo. Isso inclui desde afecções da cavidade oral, dentes e maxilares até problemas nos intestinos, fígado e pâncreas.

Tabela 52 – Número de mulheres internadas por doenças sensíveis ao clima em Igarapé-Miri entre 2021 e 2025 (em %)

Grupo de doenças	2021		2022		2023		2024		2025	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Arboviroses	0	0	1	0,00	1	0,00	4	0,01	4	0,01
Infecciosas intestinais	378	1,20	744	2,36	668	2,12	578	1,83	539	1,71
Respiratórias	386	1,22	699	2,22	697	2,21	635	2,01	686	2,17
Malária	1	0,00	0	0,0	0	0	0	0,0	0	0,0
Total	765	2,42	1.444	4,58	1.336	4,33	1.217	3,86	1.229	3,89

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base em SIH/SUS (DATASUS/Ministério da Saúde). Nota: Internações de mulheres residentes em Igarapé-Miri (código IBGE 1503309 / código DATASUS 150330), referentes às competências de janeiro de 2021 a dezembro de 2025 (12 meses por ano). Percentual calculado sobre a população feminina do Censo 2022 (IBGE) = 31.557 (n° de internações ÷ população feminina × 100). Dados extraídos em 17 de maio de 2026; por se tratar de base administrativa de natureza dinâmica, os números podem sofrer alterações em decorrência de atualizações e reprocessamentos periódicos do DATASUS, especialmente nos anos mais recentes.

As DRSAL englobam cinco categorias de doenças infecto-parasitárias, classificadas segundo as vias de transmissão associadas à falta de água tratada, ao esgotamento sanitário e às condições adequadas de higiene. São elas:

- Transmissão feco-oral (água/esgoto contaminados) – diarreias e gastroenterites: cólera (A00), febres tifoide/paratifoide (A01), salmoneloses (A02), shigelose (A03), outras infecções intestinais bacterianas (A04), intoxicações alimentares bacterianas (A05), amebíase (A06), outras protozooses (A07), infecções intestinais virais (A08), diarreia presumivelmente infecciosa (A09) e hepatite A (B15);
- Transmitidas por inseto vetor: dengue (A90, A91), febre amarela (A95), malária (B50–B54), leishmaniose (B55), doença de Chagas (B57) e filariose (B74);
- Transmitidas pelo contato com a água: esquistossomose (B65), leptospirose (A27);
- Relacionadas com a higiene: tracoma (A71), conjuntivites, micoses superficiais;
- Geo-helminthos e teníases: ascaridíase (B77), ancilostomíase (B76), tricuríase (B79), strongiloidíase (B78), teníase (B68) e demais helmintíases (B65–B83).

A descrição e análise do perfil de internações de mulheres em Igarapé-Miri por DRSAL entre 2021 e 2025. O dado mais alarmante da Tabela 53 é a dominância do grupo "Feco-oral" (doenças causadas pela ingestão de água ou alimentos contaminados por fezes). Em todos os períodos analisados, esse grupo representa a grande maioria das internações por DRSAL — por exemplo, 378 casos em 2021 e 744 em 2022. O patamar mais baixo de 2021 pode estar associado ao sub-registro e ao distanciamento dos hospitais durante a pandemia de Covid-19. Já o pico de 2022 pode representar uma demanda represada, além de um possível impacto de cheias ou alagamentos, que espalham esgoto a céu aberto e potencializam infecções feco-orais. Nota-se queda em 2025, porém, o número de internações ainda é cerca de 45% superior ao registrado em 2021.

Tabela 53 – Número de mulheres internadas por DRSAI em Igarapé-Miri entre 2021 e 2025 (em %)

Grupo de doenças	2021		2022		2023		2024		2025	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Feco oral	378	1,20	744	2,36	669	2,12	578	1,83	539	1,71
Inseto Vetor	1	0,00	1	0,00	0	0,00	4	0,01	8	0,03
Contato com água	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Higiene	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Geo-helmitos	0	0,00	2	0,01	3	0,01	3	0,01	2	0,01
Total	379	1,20	747	2,37	672	2,13	585	1,85	549	1,74

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base em SIH/SUS (DATASUS/Ministério da Saúde).

Nota: Internações de mulheres residentes em Igarapé-Miri (código IBGE 1503309 / código DATASUS 150330), referentes às competências de janeiro de 2021 a dezembro de 2025 (12 meses por ano). Percentual calculado sobre a população feminina do Censo 2022 (IBGE) = 31.557 (n° de internações ÷ população feminina × 100). Dados extraídos em 17 de maio de 2026; por se tratar de base administrativa de natureza dinâmica, os números podem sofrer alterações em decorrência de atualizações e reprocessamentos periódicos do DATASUS, especialmente nos anos mais recentes.

A pesquisa secundária permitiu identificar as condições estruturais da rede municipal de saúde, os principais indicadores epidemiológicos e os desafios relacionados ao acesso aos serviços públicos. Por sua vez, a pesquisa primária amplia essa análise ao investigar como as mulheres percebem sua própria saúde, os impactos das mudanças climáticas em seu cotidiano e as dificuldades enfrentadas para acessar os serviços de saúde nas comunidades rurais e ribeirinhas.

Na área de saúde, os resultados evidenciam uma profunda dependência do SUS como principal porta de entrada para os serviços de saúde entre as mulheres de Igarapé-Miri. A quase universalidade da procura por unidades públicas demonstra a centralidade da Atenção Primária à Saúde e da rede pública municipal para a garantia do direito à saúde, sobretudo, em um município com elevada vulnerabilidade socioeconômica e predominância de população rural e ribeirinha.

O Gráfico 20 demonstra que 93,6% das entrevistadas afirmaram procurar postos de saúde, UPA ou pronto-socorro quando enfrentam problemas de saúde. Em contraste, apenas 2,7% recorrem a plano de saúde privado e 2,2% utilizam atendimento particular. As respostas relacionadas ao tratamento domiciliar são residuais, com 0,5% utilizando automedicação, 0,5% recorrendo a plantas medicinais e 0,5% não responderam.

A análise por faixa etária mostra que a dependência do SUS é elevada em todas as idades, variando entre 87,7% entre as mulheres de 15 a 19 anos e 96,6% entre aquelas de 30 a 39 anos. Mesmo entre as entrevistadas de 50 anos ou mais, mais de 92% utilizam prioritariamente os serviços públicos de saúde. O pequeno crescimento do

uso de planos privados entre mulheres de 50 a 59 anos (5,8%) e de 60 anos ou mais (6,1%) não altera o padrão predominante de utilização da rede pública de saúde.

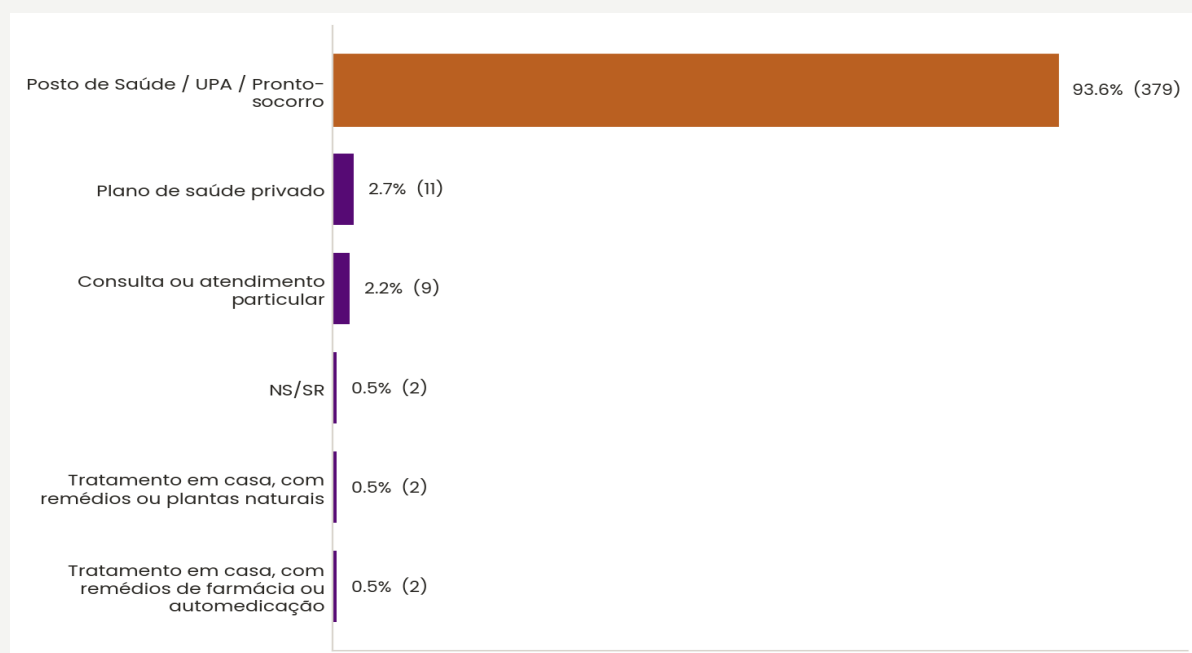
Esses resultados conectam-se a outros achados deste diagnóstico. Observou-se que parcela significativa das mulheres depende de programas sociais, apresenta baixa renda e reduzido acesso à saúde suplementar. Além disso, o diagnóstico territorial revelou que a população está distribuída entre comunidades urbanas, rurais, ribeirinhas e insulares, cujo deslocamento depende, em muitos casos, do transporte fluvial. Nessas condições, a presença de unidades públicas de saúde próximas às comunidades torna-se fator primordial para assegurar o acesso aos serviços.

Sob a visão das políticas públicas, os resultados reforçam a importância da Atenção Primária à Saúde como principal estratégia de organização do cuidado no município. Conforme a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), a Estratégia Saúde da Família constitui a principal porta de entrada do SUS, responsável pela promoção da saúde, pela prevenção de doenças, pelo acompanhamento das famílias e pela coordenação do cuidado em territórios vulneráveis.

Ao mesmo tempo, a elevada procura pelos serviços públicos evidencia a necessidade de ampliar a capacidade instalada da rede municipal diante dos desafios territoriais amazônicos. As grandes distâncias, a dispersão populacional, a sazonalidade climática e a dependência do transporte fluvial podem dificultar o acesso oportuno aos serviços para mulheres residentes em comunidades rurais, ribeirinhas e quilombolas.

Sob a abordagem das capacidades de Sen (2010), o acesso efetivo aos serviços de saúde representa uma liberdade instrumental indispensável para que as pessoas consigam exercer plenamente suas demais capacidades. Da mesma forma, Nussbaum (2011) considera a saúde corporal uma das capacidades humanas centrais que o Estado deve assegurar como condição para uma vida digna.

Gráfico 20 – Onde as entrevistadas buscam atendimento quando apresentam problemas de saúde?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Os resultados evidenciam um aspecto positivo das condições de saúde das mulheres de Igarapé-Miri, posto que a cultura de realização de exames periódicos está relativamente consolidada, embora persistam desafios relacionados ao acesso a exames preventivos específicos da saúde da mulher. Os dados indicam que 79,0% das entrevistadas afirmaram realizar exames periódicos de saúde, enquanto 21,0% declararam não realizar qualquer acompanhamento regular.

A elevada adesão aos exames ocorre tanto nas áreas rurais quanto urbanas, sem diferenças expressivas. Na zona rural, 53,8% das mulheres que realizam exames residem nessas comunidades (171 respostas), enquanto 46,2% pertencem à área urbana (147 respostas). Entre aquelas que não realizam exames, observa-se distribuição semelhante (58,6% rural e 41,4% urbana), indicando que a prática do acompanhamento periódico está disseminada em todo o território municipal.

Tabela 54 – Cruzamento: quando você tem problemas de saúde, onde costuma buscar atendimento versus idade?

Quando você tem problemas de saúde, onde costuma buscar atendimento?						
Qual a sua idade?	Posto de Saúde / UPA / Pronto-socorro	Plano de saúde privado	Consulta ou atendimento particular	Tratamento em casa, com remédios de farmácia ou automedicação	Tratamento em casa, com remédios ou plantas naturais	NS/SR
15 a 19 anos – 57 respostas	87,7% – 50 respostas	5,3% – 3 respostas	3,5% – 2 respostas	1,8% – 1 resposta	1,8% – 1 resposta	0% – 0 resposta
20 a 29 anos – 86 respostas	94,2% – 81 respostas	1,2% – 1 resposta	2,3% – 2 respostas	1,2% – 1 resposta	0% – 0 resposta	1,2% – 1 resposta
30 a 39 anos – 87 respostas	96,6% – 84 respostas	0% – 0 resposta	2,3% – 2 respostas	0% – 0 resposta	1,1% – 1 resposta	0% – 0 resposta
40 a 49 anos – 74 respostas	94,6% – 70 respostas	1,4% – 1 resposta	4,1% – 3 respostas	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta
50 a 59 anos – 52 respostas	92,3% – 48 respostas	5,8% – 3 respostas	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	1,9% – 1 resposta
60 ou mais – 49 respostas	93,9% – 46 respostas	6,1% – 3 respostas	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta
NS/NR – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

A análise por faixa etária revela um comportamento esperado do ciclo de vida. A realização de exames aumenta progressivamente com a idade: passa de 63,2% entre mulheres de 15 a 19 anos para 73,3% entre aquelas de 20 e 29 anos e 86,2% entre 30 e 39 anos. Entre 40 e 59 anos, o percentual fica em torno de 78% e volta a crescer entre as mulheres com 60 anos ou mais, alcançando 91,8%. Em sentido inverso, a ausência de acompanhamento periódico é mais frequente entre as mais jovens, atingindo 36,8% das adolescentes de 15 a 19 anos.

Embora o percentual geral de realização de exames seja elevado, a natureza dos exames realizados merece atenção. Mais da metade das respostas (51,1%) refere-se genericamente à realização de check-up, seguida por exames de sangue (16,8%) e preventivo do colo do útero (Papanicolau/PCU) (8,4%). Em contraste, a mamografia aparece em apenas 1,0% das respostas, enquanto exames como transvaginal, tomografia e ressonância apresentam percentuais residuais.

Esse resultado sugere que parte das entrevistadas associa o acompanhamento periódico a avaliações clínicas gerais, porém os exames preventivos específicos da saúde feminina ainda aparecem com baixa frequência, como aqueles relacionados ao rastreamento do câncer de mama e do câncer do colo do útero. É importante destacar que a baixa frequência da mamografia também decorre dos protocolos do Ministério da Saúde, que recomendam sua realização prioritariamente para mulheres de 50 a 69 anos, o que limita, de forma natural, sua ocorrência em uma amostra composta por mulheres de diferentes faixas etárias.

Os cruzamentos reforçam essa interpretação. O preventivo (Papanicolau) concentra-se, principalmente, entre mulheres de 30 a 39 anos (41,2%), faixa etária em que ocorre adesão às ações de saúde reprodutiva. Já as poucas mamografias registradas concentram-se entre mulheres de 40 anos ou mais, compatível com a população de maior indicação clínica.

Os resultados reverberam outros achados deste diagnóstico. A pesquisa mostrou que 93,6% das mulheres recorrem ao SUS quando necessitam de atendimento, evidenciando elevada dependência da rede pública de saúde. A alta proporção de mulheres que realizam exames periódicos indica que a APS tem conseguido promover ações preventivas no município. Entretanto, a baixa frequência de exames específicos evidencia a necessidade de fortalecer as estratégias de rastreamento organizado, busca ativa e educação em saúde.

No que concerne às capacidades proposta por Sen (2010), o acesso aos exames preventivos amplia a liberdade das mulheres para viver uma vida saudável, permitindo o diagnóstico precoce e mitigando riscos de adoecimento. Da mesma forma, Nussbaum (2011) inclui a saúde corporal entre as capacidades humanas fundamentais, cuja garantia constitui responsabilidade do Estado.

Além disso, os resultados são coerentes com as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), que orienta o fortalecimento das ações preventivas ao longo de todo o ciclo de vida feminino, incluindo promoção da saúde, prevenção, rastreamento dos principais cânceres femininos e acompanhamento das doenças crônicas.

Gráfico 21 – Você realiza exames periódicos de saúde?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Você realiza exames periódicos de saúde?	Área	
	Urbana	Rural
Não – 87 respostas	41,4% – 36 respostas	58,6% – 51 respostas
Sim – 318 respostas	46,2% – 147 respostas	53,8% – 171 respostas

Tabela 55 – Cruzamento: você realiza exames periódicos de saúde versus área delimitada?

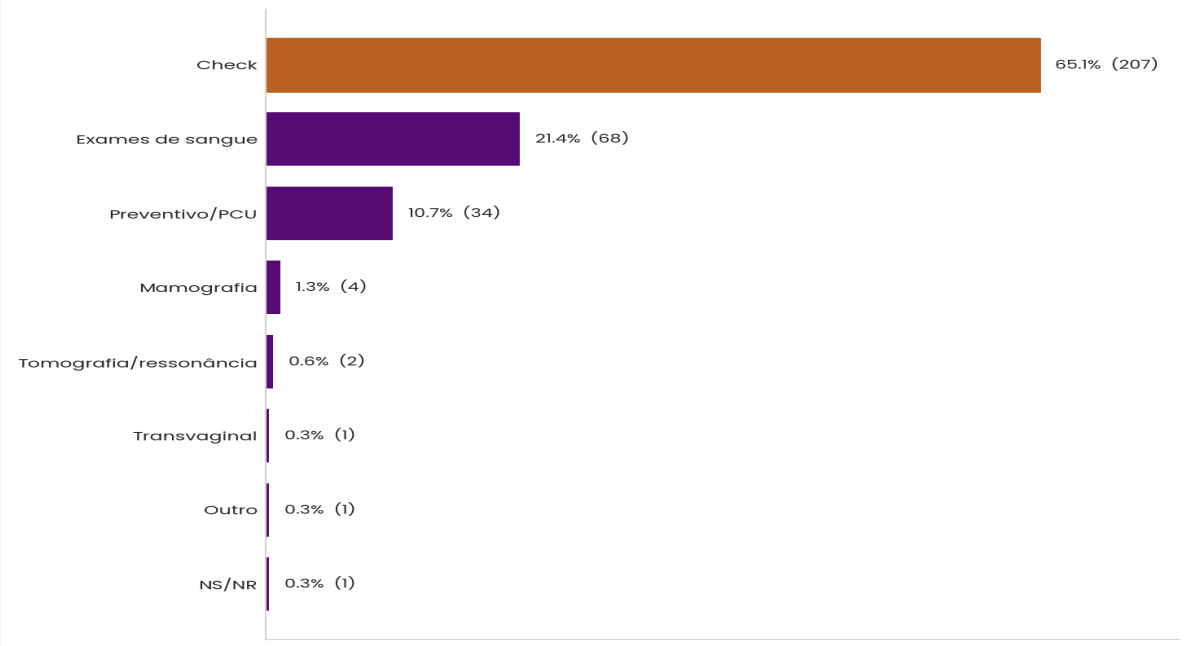
Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 56 – Cruzamento: idade versus você realiza exames periódicos de saúde?

Qual a sua idade?	Você realiza exames periódicos de saúde?	
	Sim	Não
15 a 19 anos – 57 respostas	63,2% – 36 respostas	36,8% – 21 respostas
20 a 29 anos – 86 respostas	73,3% – 63 respostas	26,7% – 23 respostas
30 a 39 anos – 87 respostas	86,2% – 75 respostas	13,8% – 12 respostas
40 a 49 anos – 74 respostas	78,4% – 58 respostas	21,6% – 16 respostas
50 a 59 anos – 52 respostas	78,8% – 41 respostas	21,2% – 11 respostas
60 ou mais – 49 respostas	91,8% – 45 respostas	8,2% – 4 respostas
NS/NR – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Gráfico 22 – Quais exames periódicos de saúde realiza?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 57 – Cruzamento: Se sim, quais exames versus área delimitada?

Se sim, quais exames?	Área	
	Urbana	Rural
Check-up – 207 respostas	46,4% – 96 respostas	53,6% – 111 respostas
Exames de sangue – 68 respostas	50,0% – 34 respostas	50,0% – 34 respostas
Mamografia – 4 respostas	75,0% – 3 respostas	25,0% – 1 resposta
NS/NR – 1 resposta	100,0% – 1 resposta	0% – 0 resposta
Outro – 1 resposta	100,0% – 1 resposta	0% – 0 resposta
Preventivo/PCU – 34 respostas	32,4% – 11 respostas	67,6% – 23 respostas
Tomografia/ressonância – 2 respostas	0% – 0 resposta	100,0% – 2 respostas
Transvaginal – 1 resposta	100,0% – 1 resposta	0% – 0 resposta

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 58 – Cruzamento: se sim, quais exames versus qual a sua idade?

Se sim, quais exames?	Qual a sua idade?					
	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 ou mais
Check-up – 207 respostas	5,8% – 12 respostas	19,8% – 41 respostas	23,7% – 49 respostas	17,9% – 37 respostas	15,0% – 31 respostas	17,9% – 37 respostas
Exames de sangue – 68 respostas	25,0% – 17 respostas	20,6% – 14 respostas	17,6% – 12 respostas	19,1% – 13 respostas	10,3% – 7 respostas	7,4% – 5 respostas
Mamografia – 4 respostas	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	50,0% – 2 respostas	0% – 0 resposta	50,0% – 2 respostas
NS/NR – 1 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	100,0% – 1 resposta	0% – 0 resposta
Outro – 1 resposta	100,0% – 1 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta
Preventivo/PCU – 34 respostas	11,8% – 4 resposta	23,5% – 8 resposta	41,2% – 14 respostas	17,6% – 6 respostas	5,9% – 2 respostas	0,0% – 0 resposta
Tomografia/ressonância – 2 respostas	50,0% – 1 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	50,0% – 1 resposta
Transvaginal – 1 resposta	100,0% – 1 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Quanto às condições de saúde que limitam as atividades das mulheres, os resultados revelam que a maioria das entrevistadas (71,0%) afirma não possuir nenhuma condição de saúde que limite suas atividades diárias. Entretanto, 29,0% relatam conviver com algum problema de saúde capaz de restringir, em maior ou menor grau, sua autonomia, capacidade laboral ou participação social.

Embora a maioria das entrevistadas não apresente limitações funcionais, o percentual de quase um terço da população merece atenção por representar uma demanda significativa para as políticas públicas de saúde, assistência social e inclusão produtiva.

Entre as condições mencionadas, destacam-se as doenças crônicas, principalmente hipertensão arterial e diabetes, responsáveis por 15,6% das respostas, configurando o principal grupo de limitações relatadas. Em seguida, aparecem outras condições diversas (4,0%), deficiência física (2,7%), problemas de visão (2,2%), doenças respiratórias (2,0%), obesidade (1,7%) e mobilidade reduzida (1,2%).

Esse perfil é compatível com a transição epidemiológica observada no Brasil, caracterizada pelo crescimento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), que representam, atualmente, as principais causas de adoecimento, incapacidade e mortalidade da população adulta e idosa.

A análise por faixa etária evidencia forte associação entre envelhecimento e presença de limitações à saúde. Entre as mulheres que afirmam possuir alguma condição limitante, apenas 5,0% encontram-se na faixa de 15 a 19 anos, enquanto esse percentual aumenta progressivamente para 10,1% entre 20 e 29 anos, 13,4% entre 30 e

39 anos, 21,0% entre 40 e 49 anos, atingindo 26,1% entre 50 e 59 anos e 24,4% entre aquelas com 60 anos ou mais.

Esse comportamento confirma que a ocorrência de limitações funcionais acompanha o processo de envelhecimento da população feminina, aumentando a necessidade de acompanhamento contínuo pela APS, prevenção das doenças crônicas e promoção do envelhecimento saudável.

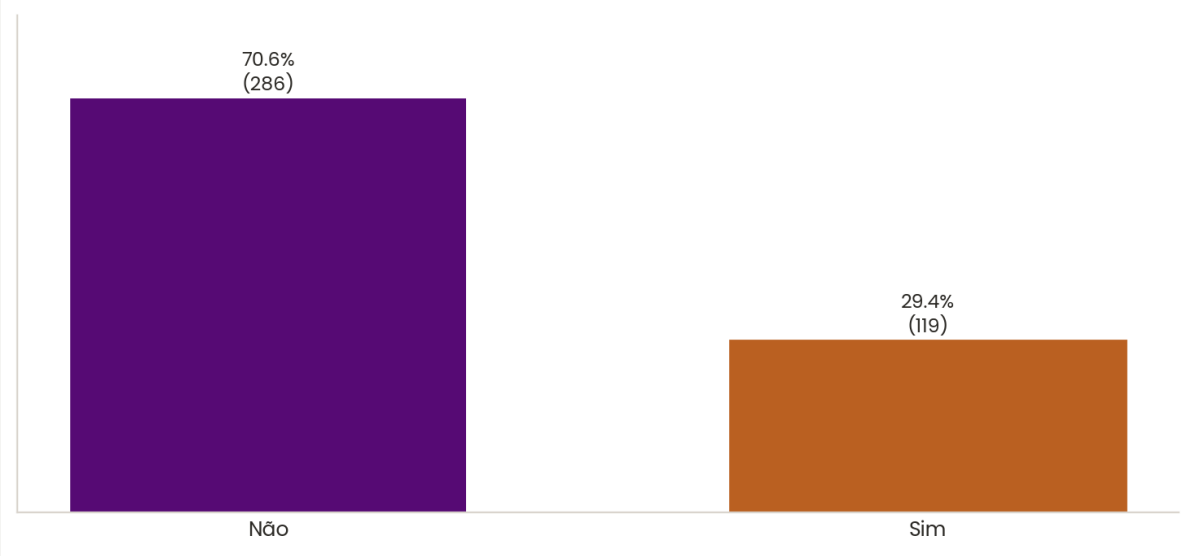
Os resultados dialogam com outros achados deste diagnóstico, na medida em que se observou que 93,6% das mulheres utilizam prioritariamente o SUS quando necessitam de atendimento e que 79,0% realizam exames periódicos de saúde, indicando boa inserção na rede pública de saúde. Todavia, a elevada prevalência de doenças crônicas demonstra que o desafio não se restringe ao acesso aos serviços, mas envolve a continuidade do cuidado, o controle clínico e a promoção de hábitos saudáveis capazes de reduzir a progressão dessas enfermidades.

Os dados também articulam ao eixo de renda e trabalho. Mulheres que convivem com doenças crônicas ou limitações físicas tendem a enfrentar mais dificuldades para exercer atividades produtivas, em especial em Igarapé-Miri, cuja economia depende de atividades fisicamente intensas, como a agricultura familiar, o extrativismo do açaí, a pesca e outras ocupações vinculadas ao meio rural e ribeirinho.

Além disso, em um contexto de mudanças climáticas, a presença de doenças crônicas aumenta a vulnerabilidade da população diante de eventos extremos. Ondas de calor, enchentes, dificuldade de deslocamento e interrupção do acesso aos serviços de saúde podem agravar o quadro clínico de pessoas hipertensas, diabéticas, portadoras de doenças respiratórias ou com mobilidade reduzida, tornando a adaptação climática também uma estratégia de proteção da saúde pública.

No que tange à abordagem das capacidades de Sen (2010), a saúde constitui uma das principais condições para o exercício das liberdades substantivas, permitindo que as pessoas participem da vida econômica, política e comunitária. De forma complementar, Nussbaum (2011) identifica a integridade física e a saúde corporal como capacidades centrais para uma vida digna, cuja promoção depende da atuação do Estado na garantia de serviços públicos acessíveis e de qualidade.

Gráfico 23 – Alguma condição de saúde que limita suas atividades?



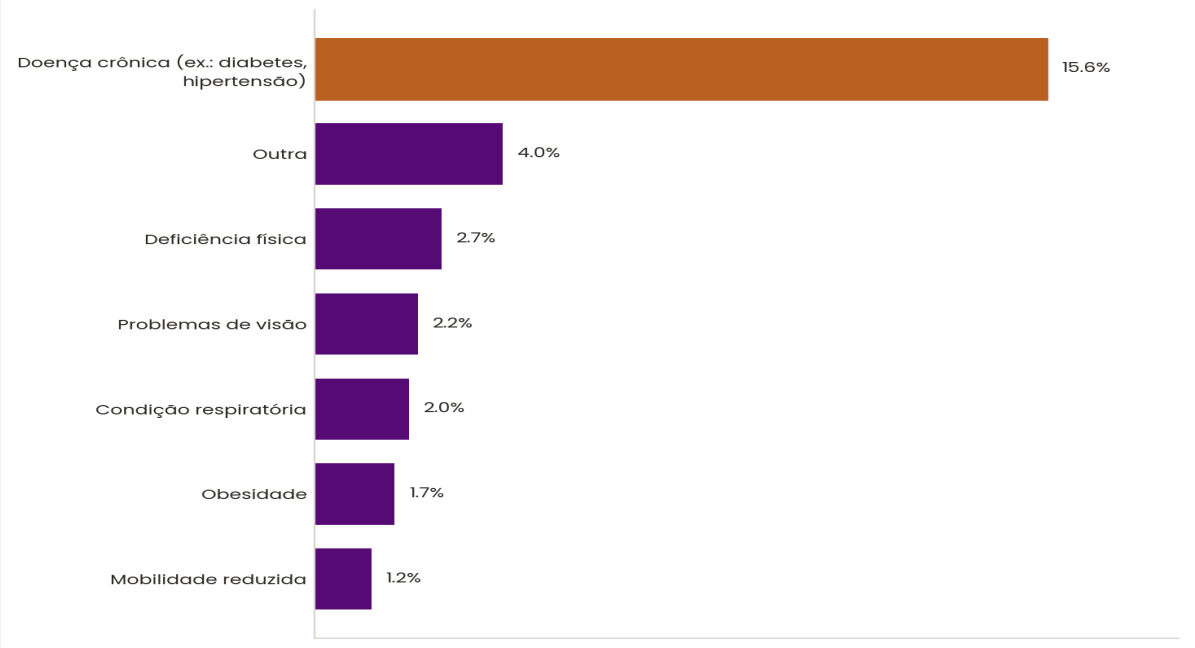
Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 59 – Cruzamento: você possui alguma condição de saúde que limita suas atividades versus qual a sua idade?

Você possui alguma condição de saúde que limita suas atividades?	Qual a sua idade?					
	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 ou mais
Não – 286 respostas	17,8% – 51 respostas	25,9% – 74 respostas	24,8% – 71 respostas	17,1% – 49 respostas	7,3% – 21 respostas	7,0% – 20 respostas
Sim – 119 respostas	5,0% – 6 respostas	10,1% – 12 respostas	13,4% – 16 respostas	21,0% – 25 respostas	26,1% – 31 respostas	24,4% – 29 respostas

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Gráfico 24 – Qual a condição física limita suas atividades?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Quanto ao uso de métodos contraceptivos e de proteção às Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), os resultados revelam que 46,9% das mulheres entrevistadas afirmaram não utilizar qualquer método contraceptivo ou de proteção contra ISTs, constituindo o grupo mais numeroso da pesquisa.

Em contrapartida, entre aquelas que utilizam algum método, destacam-se a laqueadura/vasectomia (20,7%), a camisinha (10,4%), o anticoncepcional injetável (7,9%) e a pílula anticoncepcional (7,4%). O uso do dispositivo intrauterino (DIU) aparece de forma praticamente inexistente (0,3%), apesar de sua ampla recomendação pelo Ministério da Saúde como método contraceptivo reversível de longa duração.

À primeira vista, o elevado percentual de mulheres que não utilizam métodos contraceptivos pode sugerir baixa cobertura das políticas de planejamento reprodutivo, no entanto, os cruzamentos permitem uma interpretação mais cuidadosa.

O estado civil demonstra que entre as mulheres casadas ou em união consensual, nota-se frequência de laqueadura ou vasectomia (26,5%), refletindo a consolidação do planejamento familiar após a constituição da família. Entre as solteiras, embora o percentual de mulheres que não utiliza qualquer método seja elevado (50,5%), também se verifica expressiva utilização da camisinha (12,4%) e dos métodos hormonais (pílula e anticoncepcional injetável), indicando diversidade de estratégias contraceptivas nesse grupo.

A análise por faixa etária evidencia diferenças importantes ao longo do ciclo de vida. O anticoncepcional injetável concentra-se, principalmente, entre mulheres de 20 a 29 anos (53,1%), enquanto a pílula anticoncepcional apresenta vasta utilização entre mulheres de 20 a 39 anos. Já a laqueadura/vasectomia predomina entre mulheres de 30 anos ou mais, especialmente entre 30 e 49 anos, padrão compatível com o encerramento do ciclo reprodutivo.

O uso da camisinha distribui-se, essencialmente, entre mulheres de 20 a 49 anos, ainda que represente apenas 10,4% das respostas totais. Esse resultado merece atenção porque o preservativo constitui o único método que oferece dupla proteção, prevenindo simultaneamente gravidez não planejada e ISTs.

Outro aspecto relevante é a baixíssima utilização do DIU (0,3%), resultado que pode indicar dificuldades de acesso ao procedimento, limitações na oferta pelos serviços públicos, desconhecimento das usuárias ou barreiras culturais. Considerando que o DIU é um dos métodos mais eficazes e amplamente recomendado pelo SUS, sua reduzida utilização sinaliza oportunidade para o fortalecimento das ações de planejamento reprodutivo no município.

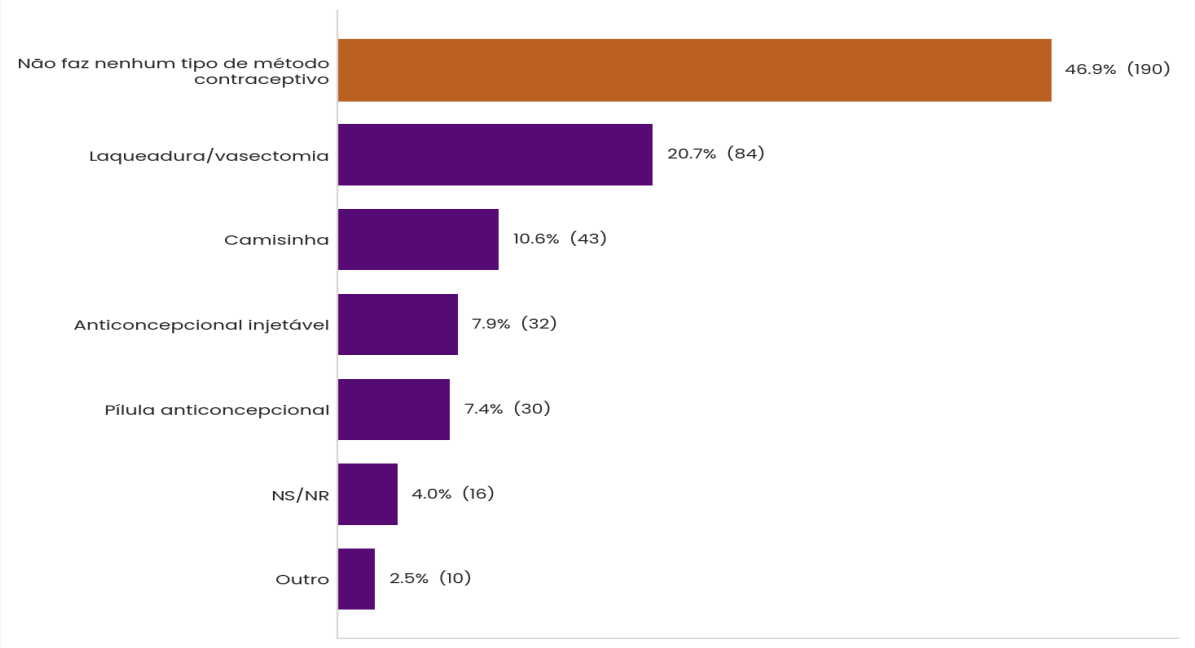
Os cruzamentos por religião demonstram diferenças discretas, na medida em que católicas e evangélicas apresentam padrões bastante semelhantes, com aproximadamente 46% a 47% declarando não utilizar qualquer método contraceptivo. Entre mulheres sem religião, observa-se utilização relativamente maior de camisinha e anticoncepcionais injetáveis, embora as diferenças não sejam suficientemente expressivas para indicar influência decisiva da religião sobre o comportamento contraceptivo.

Esses resultados articulam a outros achados deste diagnóstico, visto que a pesquisa demonstrou elevada utilização do SUS como principal porta de entrada para os serviços de saúde (93,6%), bem como alta realização de exames periódicos (79,0%), indicando boa inserção das mulheres na rede pública de saúde. Entretanto, a baixa utilização de métodos contraceptivos modernos e de dupla proteção sugere a necessidade de fortalecer as ações educativas e de planejamento reprodutivo desenvolvidas pela APS.

Sob a perspectiva dos direitos sexuais e reprodutivos, o acesso à informação e aos métodos contraceptivos é indissociável da autonomia feminina. Conforme a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) e a Lei nº 9.263/1996, que regulamenta o planejamento familiar no Brasil, cabe ao Estado assegurar informação, aconselhamento e acesso aos diversos métodos contraceptivos disponíveis, respeitando a livre decisão das mulheres e dos casais.

Sob a abordagem das capacidades de Sen (2010), a possibilidade de decidir livremente sobre a reprodução amplia as liberdades substantivas das mulheres, fortalecendo sua autonomia econômica, educacional e social. De forma semelhante, Nussbaum (2011) considera o controle sobre a própria integridade corporal e sobre as decisões reprodutivas uma das capacidades centrais para o exercício da cidadania e da dignidade humana.

Gráfico 25 – Faz uso de algum método contraceptivo ou de proteção a IST?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 60 – Cruzamento: estado civil versus você faz uso de algum método contraceptivo ou de proteção a ISTs?

Você faz uso de algum método contraceptivo ou de proteção a ISTs?							
Qual o seu estado civil	Camisinha	Pílula anticoncepcional	Anticoncepcional injetável	Laqueadura/vasectomia	Não faz nenhum tipo de método contraceptivo	Outro	NS/NR
Casada/união consensual – 189 respostas	9,0% – 17 respostas	6,9% – 13 respostas	6,9% – 13 respostas	26,5% – 50 respostas	43,9% – 83 respostas	3,2% – 6 respostas	3,7% – 7 respostas
Divorciada – 2 respostas	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	50,0% – 1 resposta	50,0% – 1 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta
Ignorado – 1 resposta	100,0% – 1 resposta	0,0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta
Não se aplica – 3 respostas	0,5% – 1 resposta	50,0% – 1 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	50,0% – 1 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta
Separada – 10 respostas	10,0% – 1 resposta	0,0% – 0 resposta	10,0% – 1 resposta	40,0% – 4 respostas	30,0% – 3 respostas	0% – 0 resposta	10,0% – 1 resposta
Solteira – 186 respostas	12,4% – 23 respostas	8,6% – 16 respostas	9,1% – 17 respostas	14,0% – 26 respostas	50,5% – 94 respostas	1,6% – 3 respostas	3,2% – 6 respostas
Viúva – 15 respostas	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	6,7% – 1 resposta	20,0% – 3 respostas	53,3% – 8 respostas	6,7% – 1 resposta	13,3% – 2 respostas

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 61 – Cruzamento: idade versus você faz uso de algum método contraceptivo ou de proteção a ISTs?

Você faz uso de algum método contraceptivo ou de proteção a ISTs?	Qual a sua idade?					
	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 ou mais
Anticoncepcional injetável – 32 respostas	18,8% – 6 respostas	53,1% – 17 respostas	18,8% – 6 respostas	9,4% – 3 respostas	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta
Camisinha – 42 respostas	16,7% – 7 respostas	28,6% – 12 respostas	28,6% – 12 respostas	23,8% – 10 respostas	2,4% – 1 resposta	0% – 0 resposta
Diafragma vaginal – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta
DIU – 1 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	100,0% – 1 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta
Laqueadura/vasectomia – 84 respostas	0% – 0 resposta	8,3% – 7 respostas	29,8% – 25 respostas	26,2% – 22 respostas	20,2% – 17 respostas	15,5% – 13 respostas
NS/NR – 16 respostas	6,3% – 1 resposta	18,8% – 3 respostas	25,0% – 4 respostas	6,3% – 1 resposta	12,5% – 2 respostas	31,3% – 5 respostas
Não faz nenhum tipo de método contraceptivo – 190 respostas	19,5% – 37 respostas	17,4% – 33 respostas	16,8% – 32 respostas	17,4% – 33 respostas	14,7% – 28 respostas	14,2% – 27 respostas
Outro – 10 respostas	0% – 0 resposta	20,0% – 2 respostas	0% – 0 resposta	30,0% – 3 respostas	20,0% – 2 respostas	30,0% – 3 respostas
Pílula anticoncepcional – 30 respostas	20,0% – 6 respostas	40,0% – 12 respostas	26,7% – 8 respostas	3,3% – 1 resposta	6,7% – 2 respostas	3,3% – 1 resposta

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Os eventos climáticos já produzem impactos diretos na saúde das mulheres de Igarapé-Miri, ao mesmo tempo que revelam limitações importantes no acesso oportuno aos serviços de saúde durante situações de emergência climática. A análise integrada dos dados, a seguir, evidencia que os efeitos das mudanças climáticas extrapolam a dimensão ambiental, constituindo também um problema de saúde pública e de justiça social.

Nos impactos de eventos climáticos sobre a saúde, a pesquisa identificou que 53,0% das mulheres afirmam que eventos climáticos já afetaram sua saúde, enquanto 47,0% responderam negativamente. Trata-se de um resultado expressivo, indicando que mais da metade das entrevistadas já experimentou algum tipo de repercussão à saúde relacionada a fenômenos climáticos.

Tabela 62 – Cruzamento: religião versus você faz uso de algum método contraceptivo ou de proteção a ISTs?

Qual a sua religião	Você faz uso de algum método contraceptivo ou de proteção a ISTs?							
	Camisinha	Pílula anticoncepcional	Anticoncepcional injetável	DIU	Laqueadura/Vasectomia	Não faz nenhum tipo de método contraceptivo	Outro	NS/NR
Adventista do sétimo dia – 3 respostas	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	33,3% – 1 resposta	66,7% – 2 respostas	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta
Católica – 194 respostas	9,8% – 19 respostas	7,2% – 14 respostas	7,7% – 15 respostas	0% – 0 resposta	23,2% – 45 respostas	46,4% – 90 respostas	2,1% – 4 respostas	3,6% – 7 respostas
Evangélica – 169 respostas	10,1% – 17 respostas	7,1% – 12 respostas	5,9% – 10 respostas	0% – 0 resposta	21,3% – 36 respostas	47,3% – 80 respostas	3,6% – 6 respostas	4,7% – 8 respostas
Outra – 6 respostas	0% – 0 resposta	16,7% – 1 resposta	16,7% – 1 resposta	16,7% – 1 resposta	0% – 0 resposta	50,0% – 3 respostas	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta
Sem religião – 32 respostas	18,8% – 6 respostas	9,4% – 3 respostas	18,8% – 6 respostas	0% – 0 resposta	6,3% – 2 respostas	43,8% – 14 respostas	0% – 0 resposta	3,1% – 1 resposta
Testemunha de Jeová – 1 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	100,0% – 1 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Ao detalhar quais eventos mais afetam a saúde, observa-se amplo predomínio do calor extremo (41,2%), seguido por enchentes e alagamentos (4,7%), tempestades intensas (3,2%), seca (2,5%) e ventos fortes (0,3%). Esses resultados revelam que, a despeito de as enchentes serem associadas aos impactos climáticos na Amazônia, atualmente o calor intenso emerge como o principal fator ambiental percebido pelas mulheres como prejudicial à saúde.

Esse resultado acompanha tendências observadas em estudos nacionais e internacionais, que demonstram o crescimento dos episódios de ondas de calor associados ao aumento de desidratação, à exaustão térmica, ao agravamento de doenças cardiovasculares e respiratórias, às alterações do sono, ao estresse e à redução da capacidade laboral, especialmente entre populações mais vulneráveis.

Com relação às diferenças entre territórios, os impactos climáticos sobre a saúde apresentam distribuição relativamente semelhante entre os territórios urbano e rural. Entre as mulheres que afirmaram ter sofrido impactos na saúde, 53,7% residem na área rural e 46,3% vivem na área urbana. Da mesma forma, entre aquelas que responderam negativamente, a distribuição permanece bastante próxima (56,0% rural e 44,0% urbana).

Esses resultados sugerem que os efeitos das mudanças climáticas atingem todo o território municipal, ainda que se manifestem por mecanismos distintos. Nas áreas rurais, predominam dificuldades relacionadas às enchentes, ao isolamento territorial e às condições ambientais, enquanto, na área urbana, o aumento das temperaturas, a impermeabilização do solo e os problemas de infraestrutura também potencializam riscos à saúde.

Os cruzamentos por faixa etária demonstram que a percepção dos impactos climáticos sobre a saúde é mais elevada entre mulheres em idade economicamente ativa. De modo que elas declararam que os eventos climáticos já afetaram sua saúde: 59,6% das mulheres entre 15 e 19 anos; 50,0% entre 20 e 29 anos; 57,5% entre 30 e 39 anos; 59,5% entre 40 e 49 anos; 53,8% entre 50 e 59 anos.

Entre as mulheres com 60 anos ou mais, apenas 30,6% afirmaram ter sofrido impactos, ao passo que 69,4% responderam negativamente. Esse resultado pode refletir diferentes fatores. Mulheres adultas tendem a permanecer mais expostas às atividades produtivas, ao deslocamento diário e ao trabalho doméstico durante períodos de calor intenso, enchentes e tempestades, aumentando sua percepção dos efeitos climáticos. Entre as idosas, a menor percepção pode decorrer tanto da redução da exposição cotidiana quanto de diferentes formas de interpretação dos problemas de saúde.

O acesso aos serviços de saúde durante eventos climáticos aponta que, embora a maioria das entrevistadas utilize regularmente os serviços públicos de saúde, os dados revelam importantes dificuldades de acesso durante eventos climáticos. Quando questionadas se conseguem acessar os serviços de saúde nessas situações: 31,9% afirmam que sempre conseguem; 32,1% conseguem só às vezes; 26,7% afirmam que não conseguem; 9,4% nunca precisaram utilizar os serviços durante eventos climáticos.

Os resultados mostram que quase 60% das mulheres não possuem garantia permanente de acesso aos serviços de saúde em situações de emergência climática, somando aquelas que conseguem apenas ocasionalmente e aquelas que simplesmente não conseguem atendimento. Esse resultado representa um importante indicador de vulnerabilidade territorial.

Ao analisar as diferenças territoriais no acesso, destacam-se os cruzamentos por área que revelam diferenças relevantes. Entre as mulheres que responderam “não conseguem acessar os serviços de saúde”, observa-se predominância da população rural (62,0%), indicando que os obstáculos ao acesso são mais intensos nas comunidades ribeirinhas e nas localidades mais afastadas da sede municipal.

Por outro lado, entre aquelas que responderam “às vezes conseguem”, há predominância da área urbana (55,4%), sugerindo que mesmo nos bairros urbanos o

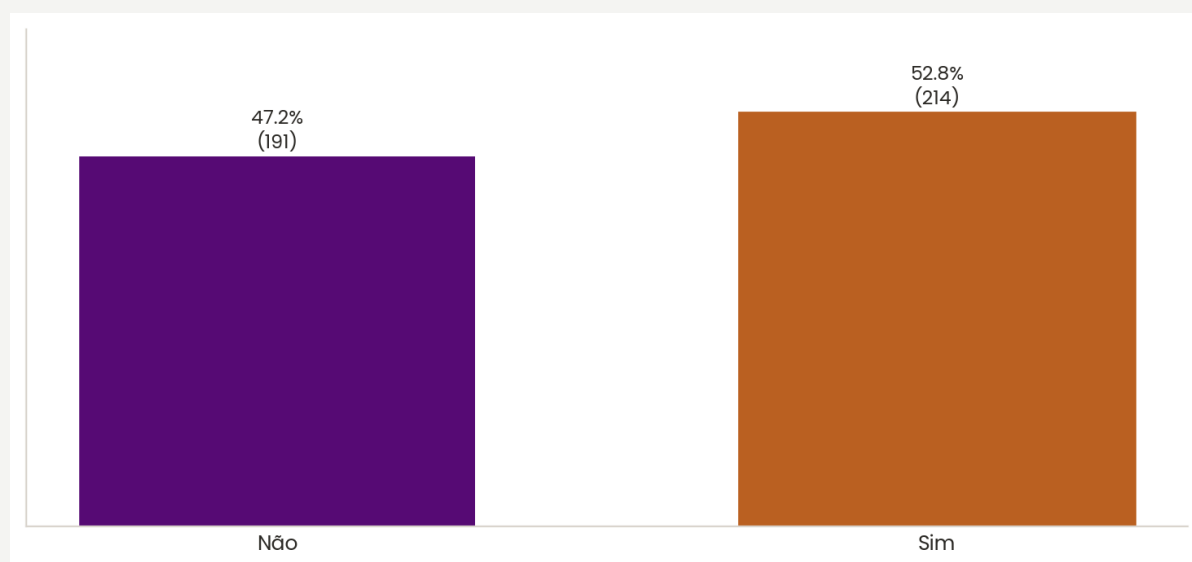
acesso pode ser comprometido durante eventos extremos, embora em intensidade inferior à observada no meio rural. Esses resultados evidenciam que a vulnerabilidade territorial permanece condicionada pelas dificuldades de mobilidade, sobretudo em um município cuja circulação depende amplamente da rede hidrográfica.

Assim, os resultados demonstram que as mudanças climáticas já produzem efeitos concretos sobre a saúde das mulheres de Igarapé-Miri. O calor extremo aparece como o principal fator de impacto percebido, indicando que a agenda de adaptação climática deve ampliar seu foco para além das enchentes e incorporar estratégias específicas voltadas à mitigação dos efeitos das altas temperaturas.

Ao mesmo tempo, as dificuldades de acesso aos serviços de saúde durante eventos climáticos revelam que a vulnerabilidade decorre da ocorrência dos fenômenos naturais, das limitações da infraestrutura territorial e da capacidade de resposta dos serviços públicos. Nesse contexto, mulheres residentes em comunidades rurais e ribeirinhas permanecem expostas às interrupções no atendimento em momentos de maior necessidade.

Sob a perspectiva da literatura sobre adaptação climática, esses resultados dialogam com os argumentos de IPCC (2022), OMS (2023) e Amartya Sen (2010), ao demonstrar que a vulnerabilidade resulta da interação entre exposição aos riscos ambientais e capacidade de acesso aos recursos institucionais necessários para proteger a saúde e o bem-estar da população.

Gráfico 26 – Eventos climáticos já afetaram sua saúde?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 63 – Cruzamento: eventos climáticos já afetaram sua saúde tipo: (enchentes, alagamentos, seca, calor extremo, tempestades, ventos fortes etc.) versus área delimitada?

Eventos climáticos já afetaram sua saúde (tipo: enchentes, alagamentos, seca, calor extremo, tempestades, ventos fortes etc.)	Área	
	Urbana	Rural
Não – 191 respostas	44,0% – 84 respostas	56,0% – 107 respostas
Sim – 214 respostas	46,3% – 99 respostas	53,7% – 115 respostas

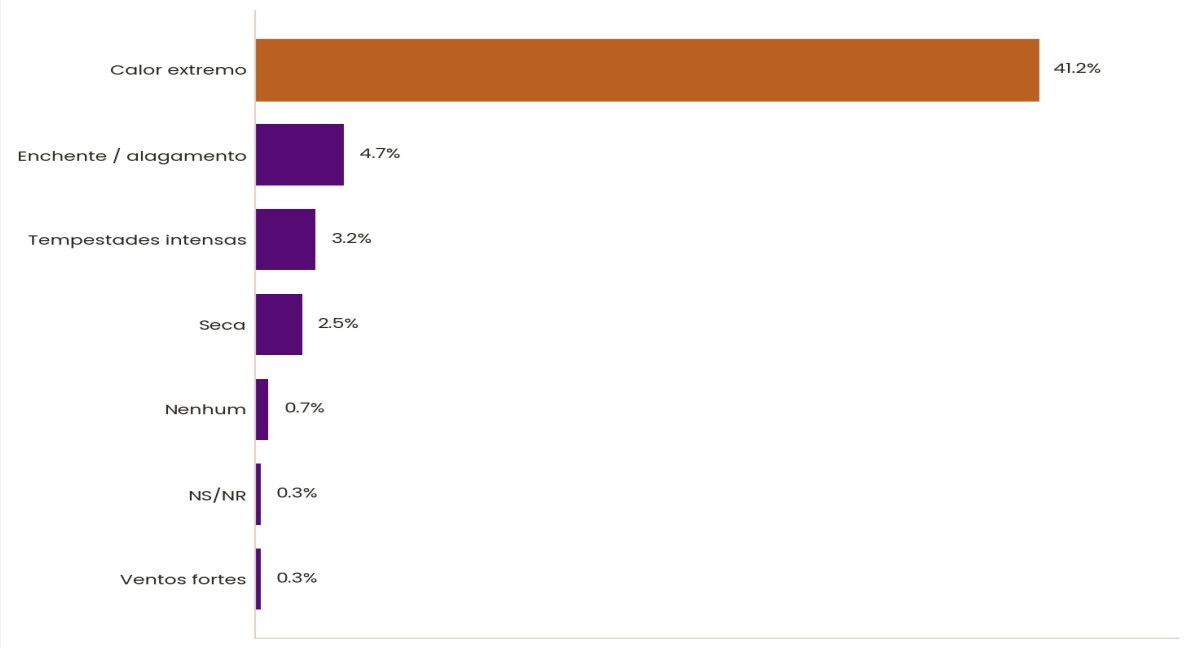
Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 64 – Cruzamento: eventos climáticos já afetaram sua saúde versus idade?

Qual a sua idade?	Eventos climáticos já afetaram sua saúde? (tipo: enchentes, alagamentos, seca, calor extremo, tempestades, ventos fortes etc.)	
	Sim	Não
15 a 19 anos – 57 respostas	59,6% – 34 respostas	40,4% – 23 respostas
20 a 29 anos – 86 respostas	50,0% – 43 respostas	50,0% – 43 respostas
30 a 39 anos – 87 respostas	57,5% – 50 respostas	42,5% – 37 respostas
40 a 49 anos – 74 respostas	59,5% – 44 respostas	40,5% – 30 respostas
50 a 59 anos – 52 respostas	53,8% – 28 respostas	46,2% – 24 respostas
60 ou mais – 49 respostas	30,6% – 15 respostas	69,4% – 34 respostas
NS/NR – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta

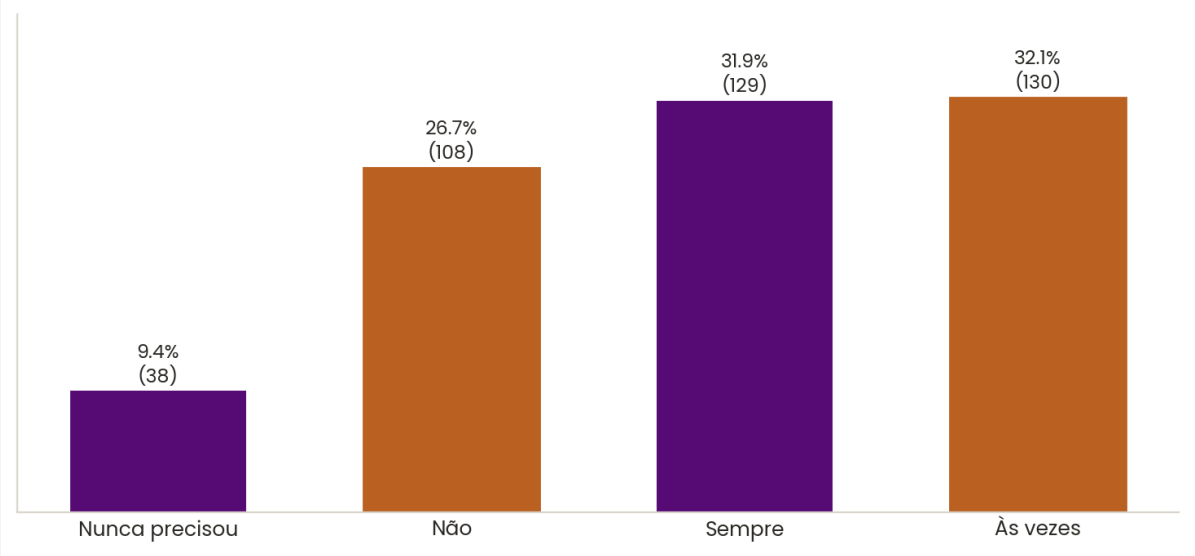
Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Gráfico 27 – Quais eventos climáticos já afetaram sua saúde?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Gráfico 28 – Em eventos climáticos consegue acessar serviços de saúde?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Em eventos climáticos, consegue acessar serviços de saúde?	Área	
	Urbana	Rural
Nunca precisou – 38 respostas	44,7% – 17 respostas	55,3% – 21 respostas
Não – 108 respostas	38,0% – 41 respostas	62,0% – 67 respostas
Sempre – 129 respostas	41,1% – 53 respostas	58,9% – 76 respostas
Às vezes – 130 respostas	55,4% – 72 respostas	44,6% – 58 respostas

Tabela 65 – Cruzamento: em eventos climáticos, consegue acessar serviços de saúde versus área delimitada?

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

4.3 RENDA, AUTONOMIA E GÊNERO



Foto: João Ramid

Nas últimas décadas, as mulheres conquistaram espaço considerável dentro do mundo do trabalho, ampliando a presença em diversos setores econômicos. No entanto, ainda enfrentam desafios como informalidade, desigualdade salarial, dupla jornada de trabalho, dificuldades em acesso à creche e sub-representação em cargos de liderança (Brasil, 2025).

A entrada das mulheres no mercado de trabalho começou a intensificar-se a partir dos anos 1970, consolidando-se nas décadas seguintes. Esse processo ocorreu em paralelo com transformações demográficas, tais como a queda da fecundidade e a redução do tamanho das famílias.

No contexto de Igarapé-Miri, compreender a situação econômica das mulheres é fundamental para a promoção da justiça climática. A vulnerabilidade econômica feminina está intrinsecamente ligada à capacidade de resposta e à adaptação frente aos impactos climáticos, visto que mulheres com menor renda, informalidade e

dependência de atividades primárias são as mais expostas a enchentes, secas e eventos extremos.

Os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2024, obtidos através da Plataforma Data Mulheres, permitem caracterizar o mercado de trabalho formal em Igarapé-Miri sob a perspectiva de gênero. O município registrou 2.802 vínculos formais ativos, dos quais 57,9% (1.623) eram ocupados por homens e 42,1% (1.179) por mulheres. Essa diferença de 15 pontos percentuais evidencia a menor inserção feminina no mercado formal de trabalho local, padrão que reflete as desigualdades estruturais de acesso ao emprego e a sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidados, historicamente concentrado nas mulheres (Tabela 66).

Tabela 66 – Pessoas empregadas no trabalho formal, total e distribuição percentual, segundo o sexo

Sexo	Vínculos	Distribuição
Total	2.802	100
Feminino	1.179	42,1
Masculino	1.623	57,9

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base no Ministério do Trabalho e Emprego e RAIS (2026). Data da atualização 17 de dezembro de 2025

A desigualdade de gênero se aprofunda quando se analisa a remuneração: as mulheres receberam, em média, R\$ 2.725,00, enquanto os homens receberam R\$ 3.592,00, uma diferença de R\$ 867,00, o que representa uma defasagem salarial de aproximadamente 24% em desfavor das mulheres (Tabela 67).

Tabela 67 – Remuneração média nominal dos empregados em 31 de dezembro de 2024, segundo o sexo

Sexo	Remuneração média
Total	3.227
Feminino	2.725
Masculino	3.592

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base no Ministério do Trabalho e Emprego e RAIS (2026). Data da atualização 17 de dezembro de 2025.

De fato, a Tabela 68 confirma que a média de horas contratuais é idêntica entre os sexos: 42 horas semanais para homens e mulheres. Ou seja, a diferença salarial de 24% não pode ser atribuída a uma menor carga horária feminina, tornando a desigualdade de remuneração ainda mais difícil de justificar e reforçando a necessidade de políticas de equidade salarial e valorização do trabalho feminino no município.

No que se refere às desigualdades de gênero na divisão do trabalho doméstico e de cuidados, Hirata (2016) destaca que o trabalho de cuidado exemplifica as desigualdades imbricadas de gênero, classe e raça, uma vez que os cuidadores são majoritariamente mulheres, pobres, negras e, muitas vezes, migrantes, provenientes de processos de migração interna ou externa. Para a autora, trata-se de “um conjunto de práticas materiais e psicológicas que consiste em trazer respostas concretas às necessidades dos outros” (Hirata, 2016, p. 54), historicamente exercido por mulheres no interior do espaço doméstico, no espaço privado, de forma gratuita e realizado por amor, abrangendo o cuidado de idosos, crianças, doentes e pessoas com deficiência física ou mental.

Tabela 68 – Média de horas contratuais dos empregados em 31 de dezembro de 2025, segundo o sexo

Sexo	Média de horas
Total	42
Feminino	42
Masculino	42

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base no Ministério do Trabalho e Emprego e RAIS (2026). Data da atualização 17 de dezembro de 2025

Segundo a PNAD de 2022, as mulheres paraenses dedicam, em média, 21,2 horas semanais a afazeres domésticos e cuidados de pessoas, enquanto os homens dedicam 11,1 horas, uma diferença de mais de 10 horas semanais (Tabela 69).

A sobrecarga é ainda mais intensa na faixa etária de 30 a 49 anos, em que as mulheres paraenses chegam a 23,04 horas semanais em afazeres domésticos, enquanto para os homens é de 11,89. Esse fenômeno é conhecido como “geração sanduíche”, ou seja, representa um número crescente de mulheres em idade economicamente ativa que cuidam dos idosos e dos filhos/netos pequenos ou adolescentes concomitantemente, levando a uma sobrecarga de trabalho de cuidados e afazeres domésticos²⁸ (Tabela 70).

O recorte racial sobre esses dados mostra que, entre os homens, a diferença por cor/raça é mínima no Pará, 11,5h (brancos) e 11,0h (pretos/pardos), já entre as mulheres, a diferença é expressiva: mulheres pretas ou pardas no Pará trabalham 1,8 hora a mais por semana em afazeres domésticos do que mulheres brancas 21,6h e 19,8h, respectivamente. Quando comparados os dados do Pará com o Brasil, verifica-se que são ligeiramente menores que os nacionais para as mulheres brancas (19,8h e 20,4h), porém muito próximos para mulheres pretas ou pardas (21,6h e 22,0h) (Tabela 71).

28. IDOETA, Paula Adamo. O peso sobre a “geração sanduíche”, que cuida ao mesmo tempo de pais idosos, filhos e netos. *GI*, [S.l.], 9 jun. 2023. Disponível em: <https://gi.globo.com/saude/noticia/2023/06/09/o-peso-sobre-a-geracao-sanduiche-que-cuida-ao-mesmo-tempo-de-pais-idosos-filhos-e-netos.ghtml>. Acesso em: 9 jun. 2026.

Tabela 69 – Número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos das pessoas de 14 anos ou mais, na semana de referência, por sexo, no Brasil e no Pará em 2022

Brasil e UF	Total		14 a 29 anos		30 a 49 anos	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Brasil	11,73	21,30	10,15	17,80	11,93	22,44
Pará	11,11	21,22	9,69	18,83	11,89	23,04

Fonte: PNAD (2022).

Tabela 70 – Número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos das pessoas de 14 anos ou mais, na semana de referência, por sexo, no Brasil e no Pará

Brasil e UF	50 a 59 anos		60 anos ou mais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Brasil	12,09	23,28	13,74	22,56
Pará	11,23	22,91	12,51	20,52

Fonte: PNAD (2022).

Tabela 71 – Número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos das pessoas de 14 anos ou mais, na semana de referência, por sexo e cor ou raça, no Brasil e no Pará em 2022

Brasil e UF	Total		Homem		Mulher	
	Branca	Preta ou parda	Branca	Preta ou parda	Branca	Preta ou parda
Brasil	16,5	17,3	11,7	11,7	20,4	22,0
Pará	16,2	16,6	11,5	11,0	19,8	21,6

Fonte: PNAD (2022).

O acesso a bens de consumo tais, como a lavadora, é considerado um indicador de conforto, qualidade de vida e otimização do uso do tempo. Historicamente, a máquina é um símbolo do empoderamento feminino ao otimizar o tempo em casa, tanto da dona de casa quanto da mulher que trabalha fora (IBGE, 2017)²⁹. Já o acesso à Internet se consolida como um indicador social e econômico importante por diversos motivos estratégicos, dado que ele se tornou uma métrica indissociável de desenvolvimento humano, infraestrutura regional e cidadania digital (IBGE, 2025)³⁰.

Quando se analisa o acesso à máquina de lavar em Igarapé-Miri, é perceptível que mulheres brancas têm 26,5% de acesso, o que está muito abaixo do Pará (49,9%), já entre as mulheres pretas ou pardas, o índice cai para 19,6%, e o dado indígena não

29. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. O papel dos indicadores do lar. Agência de Notícias, 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18150-o-papel-dos-indicadores-do-lar>. Acesso em: 9 jun. 2026.

30. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Internet chega a 74,9 milhões de domicílios do país em 2024. Agência de Notícias, Rio de Janeiro, 13 set. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44031-internet-chega-a-74-9-milhoes-de-domicilios-do-pais-em-2024>. Acesso em: 9 jun. 2026.

está disponível no município, o que pode evidenciar invisibilidade estatística desse grupo (Tabela 71).

Já quanto ao acesso à Internet, as mulheres brancas (79,0%) e pretas/pardas (68,7%) em Igarapé-Miri ficam abaixo do Pará (87,1% e 79,3%), contudo a distância é menor do que no caso da máquina de lavar. Isso sugere que o celular, principal meio de acesso à Internet no interior amazônico, tem penetração mais ampla do que bens duráveis físicos, possivelmente em virtude de não depender de renda acumulada da mesma forma (Tabela 72).

Tabela 72 – Proporção percentual de mulheres em domicílios particulares permanentes com presença de máquina de lavar roupa e com conexão domiciliar à Internet, por cor ou raça (2022)

UF e município	Máquina de lavar (%)			Conexão à Internet (%)		
	Branca	Preta ou parda	Indígena	Branca	Preta ou parda	Indígena
Pará	49,9	34,7	13,4	87,1	79,3	46,2
Igarapé-Miri	26,5	19,6	–	79,0	68,7	100

Fonte: Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023).

De acordo com IBGE (2016)³¹, a definição de população ocupada refere-se a quem trabalhou, pelo menos, uma hora na semana de referência (pago em dinheiro, benefícios ou ajudando em negócio familiar) e a quem estava temporariamente afastado do trabalho (por até 4 meses) por férias, licenças remuneradas, greve ou folga, mantendo o vínculo ou parte do pagamento. Já a população desocupada refere-se a quem não trabalhou na semana de referência, estava disponível para começar e procurou emprego ativamente nos últimos 30 dias e quem não procurou vaga nos últimos 30 dias apenas porque tinha um emprego garantido para começar em breve.

Dessa forma, a taxa de ocupação no Pará e em Igarapé-Miri apresenta a situação de ocupação das pessoas de 14 anos ou mais na semana de referência, desagregada por sexo (Tabela 73).

Tabela 73 – Pessoas de 14 anos ou mais, por situação de ocupação na semana de referência, segundo sexo – 2022 (%)

UF e município	Total		Homens		Mulher	
	Ocupada	Não ocupada	Ocupada	Não ocupada	Ocupada	Não ocupada
Pará	46,6	53,4	58,3	41,7	35,2	64,8
Igarapé-Miri	41,6	58,4	60,4	39,6	22,0	78,0

Fonte: Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023).

31. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: glossário PNAD Contínua mensal. Rio de Janeiro: IBGE, [2016-]. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Mensal/glossario_pnadc_mensal.pdf. Acesso em: 9 jun. 2026.

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), instituído pelo Decreto nº 6.135/2007³¹, constitui o principal instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza. O cadastro registra informações detalhadas sobre as condições de vida das famílias com renda mensal de até meio salário-mínimo por pessoa, ou renda total de até três salários-mínimos mensais, abrangendo dados sobre composição familiar, moradia, escolaridade, situação de trabalho, renda e acesso a serviços públicos. É gerido pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS) e operacionalizado pelos municípios por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), funciona como porta de entrada para os principais programas de proteção social do país, entre os quais se destaca o Programa Bolsa Família (PBF).

Para fins de análise e monitoramento, os dados do CadÚnico são disponibilizados por meio do CECAD — Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico —, ferramenta oficial desenvolvida pela Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGI), que permite o cruzamento de variáveis socioeconômicas por território. Por meio dessa plataforma, mapeou-se a vulnerabilidade socioeconômica das famílias do município de Igarapé-Miri.

Os dados do Painel de Monitoramento do Cadastro Único (CadÚnico) revelam que, em julho de 2026, Igarapé-Miri conta com 22.140 famílias cadastradas. Destas, 67,83% (15.017) viviam em situação de pobreza, 15,21% (3.368) em situação de baixa renda e 16,96% (3.755) possuíam renda per capita acima de ½ salário-mínimo. Quando se analisa este mesmo Painel a partir do número de pessoas registra-se que em julho de 2026, são 56.878 pessoas, sendo que 42.641 (74,97%) vivem em situação de pobreza, 8.192 (14,40 %) em situação de baixa renda e 6.045 (10,63%) com renda per capita mensal acima de ½ salário-mínimo³².

A análise do número de pessoas por faixa etária cadastrada no CadÚnico de Igarapé-Miri é majoritariamente feminina (51,79%), com 29.456 mulheres frente a 27.422 homens. A análise por faixa etária evidencia uma inversão significativa: nas faixas de 0 a 17 anos, há leve predominância masculina, padrão que se inverte a partir dos 18 anos, quando as mulheres passam a representar a maioria em todas as faixas produtivas, atingindo 56,99% entre 25 e 34 anos. Essa concentração feminina na faixa etária de maior atividade econômica e reprodutiva reforça o papel central das mulheres como responsáveis familiares e principais usuárias das políticas de proteção social no município.

32. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social. Painel de Monitoramento do Cadastro Único. Brasília, DF: SAGI/MDS, 2026. Disponível em: cecad.cidadania.gov.br/painel03.php. Acesso em: 26 de jul. 2026.

Tabela 74 – Distribuição das pessoas cadastradas no CadÚnico por faixa etária e sexo – Igarapé-Miri, julho/2026

Faixa etária	Sexo				TOTAL	%
	Masculino	%	Feminino	%		
Entre 0 e 3	1986	52,96	1.764	47,04	3.750	6,59
Entre 4 e 6	1.613	51,53	1.517	48,47	3.130	5,50
Entre 7 a 15	5.058	50,83	4.893	49,17	9.951	17,50
Entre 16 a 17	1.289	51,68	1.205	48,32	2.494	4,38
Entre 18 a 24	3.714	47,51	4.103	52,49	7.817	13,74
Entre 25 a 34	4.006	43,01	5.308	56,99	9.314	16,38
Entre 35 a 39	1.932	44,34	2.425	55,66	4.357	7,66
Entre 40 a 44	1.746	44,39	2.187	55,61	3.933	6,91
Entre 45 a 49	1.614	47,70	1.770	52,3	3.384	5,95
Entre 50 a 54	1.313	49,10	1.361	50,9	2.674	4,70
Entre 55 a 59	1.007	48,55	1.067	51,45	2.074	3,65
Entre 60 a 64	735	51,87	682	48,13	1.417	2,49
Maior que 64	1.409	54,55	1.174	45,55	2.583	4,54
TOTAL	27.422	48,21	29.456	51,79	56.878	100

Fonte: CECAD/MDS (2026). Nota: Dados até 26/07/2026³³. Engloba todos os cadastrados independentemente de receberem Bolsa Família.

A análise da distribuição de pessoas no CadÚnico de Igarapé-Miri por função principal e sexo (referência de julho/2026) traça um panorama detalhado sobre o mercado de trabalho, a informalidade e a dinâmica de gênero no município. Observa-se que estes dados consideram o universo total de pessoas cadastradas no município, sem distinção de vínculo ao Programa Bolsa Família (PBF) (Tabela 75).

Observa-se o mercado de trabalho em Igarapé-Miri marcado pela informalidade e pela desigualdade de gênero. O trabalho por conta própria ou autônomo constitui a principal ocupação declarada, concentrando 17.758 pessoas e representando 85,37% de todos os que informaram alguma função, com predomínio masculino (36,91% dos homens e 25,92% das mulheres), reflexo direto do perfil extrativista do município, onde a coleta do açaí e o comércio informal estruturam a economia local. O trabalho temporário em área rural reforça essa masculinização, com 70,6% de presença masculina, evidenciando a divisão sexual do trabalho nas atividades produtivas da várzea.

Em contrapartida, as mulheres predominam nas categorias de trabalho doméstico (praticamente exclusivo feminino), trabalho não remunerado e de servidoras públicas, onde representam 71,4% dos cadastrados nessa função, revelando que o

33. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social. Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico (CECAD). Brasília, DF: SAGI/MDS, 2026. Disponível em: cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php. Acesso em: 26 jul. 2026.

funcionalismo público constitui o principal caminho de formalização e estabilidade econômica para as mulheres do município.

Já o emprego formal com carteira assinada é baixo, alcançando apenas 2,14% do total de cadastrados, o que evidencia a fragilidade das relações formais de trabalho na região. Por fim, destaca-se que 63,43% dos cadastrados não declararam função, percentual ainda mais elevado entre as mulheres (68,41%), indicando a presença de dependentes (crianças, idosos sem renda), subregistro da ocupação feminina e lacunas no preenchimento cadastral que demandam atenção dos gestores municipais na qualificação dos dados do CadÚnico

Tabela 75 – Distribuição de pessoas cadastradas por função e sexo – CadÚnico em julho de 2026

Função principal	Sexo				Sem Resposta	TOTAL
	Masculino	%	Feminino	%		
Trabalhador por conta própria (bico, autônomo)	10.122	36,91	7.636	25,92	0	17.758
Trabalhador temporário em área rural	482	1,76	201	0,68	0	683
Empregado sem carteira de trabalho assinada	22	0,08	31	0,11	0	53
Empregado com carteira de trabalho assinada	563	2,05	655	2,22	0	1.218
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	2	0,01	61	0,21	0	63
Trab. doméstico com cart. de trab. assinada	0	0,00	12	0,04	0	12
Trabalhador não-remunerado	40	0,15	56	0,19	0	96
Militar ou servidor público	254	0,93	635	2,16	0	889
Estagiário	1	0,00	0	0,00	0	1
Aprendiz	8	0,03	19	0,06	0	27
Sem Resposta	15.928	58,08	20.150	68,41	0	36.078
TOTAL	27.422	100	29.456	100	0	56.878

Fonte: CECAD/MDS (2026). Nota: Dados até 26/07/2026. Extração sem marcação PBF – inclui todos os cadastrados no CadÚnico, independentemente de serem beneficiários do Programa Bolsa Família

A análise detalhada da Tabela 76 de Igarapé-Miri (referência de julho/2026) contextualiza o perfil social das pessoas cadastradas no CadÚnico com a atividade econômica extrativista do município. Conhecido como a "Capital Mundial do Açai",

localizado na região do Baixo Tocantins (PA), Igarapé-Miri possui uma economia fortemente associada à agricultura familiar e ao extrativismo vegetal e ribeirinho.

No que tange à produção de açaí, Igarapé-Miri ocupa posição relevante na cadeia produtiva, sendo reconhecido como o maior produtor nacional do fruto e responsável por 20,6% do valor bruto da produção agrícola dessa cultura no estado do Pará em 2024 (FAPESPA, 2026).

Essa centralidade produtiva, historicamente ancorada no extrativismo e no trabalho de comunidades ribeirinhas, confere ao município um papel estratégico econômico e ambiental, cuja expansão das áreas de açaí cultivado no Pará contribuiu para a captura de aproximadamente 907 mil toneladas de CO₂ em 2024, evidenciando o potencial da atividade como vetor de mitigação climática (FAPESPA, 2026).

Nesse contexto, os dados do CadÚnico revelam o perfil das pessoas que sustentam essa cadeia produtiva, apontando para a necessidade de políticas públicas que reconheçam os povos extrativistas como agentes protagonistas da justiça climática – aqueles que mais dependem dos ecossistemas e que menos se beneficiam dos ganhos gerados pela valorização do fruto.

A Tabela 76 evidencia que, em Igarapé-Miri, o extrativismo é majoritariamente masculino com 31,03% dos homens declararam exercer a atividade e as mulheres representam 17,56%, uma diferença de 13,47 pontos percentuais. O percentual masculino de declaração extrativista é expressivamente superior ao feminino, reflexo direto do perfil do trabalho de coleta do açaí nas áreas de várzea – atividade predominantemente realizada por homens, conhecidos como peconheiros –, além de outras práticas extrativistas ribeirinhas como a pesca e o manejo florestal.

Tabela 76 – Distribuição de pessoas segundo atividade extrativista, por sexo – CadÚnico, Igarapé-Miri (julho/2026)

Sexo	Atividade extrativista				Sem Resposta	TOTAL
	Sim	%	Não	%		
Masculino	8.510	31,03	2.984	10,88	15.928	27.422
Feminino	5.172	17,56	4.134	14,03	20.150	29.456
TOTAL	13.682	24,05	7.118	12,51	36.078	56.878

Fonte: CECAD/MDS (2026). Nota: Dados até 26/07/2026. Extração sem marcação PBF – inclui todos os cadastrados no CadÚnico, independentemente de serem beneficiários do Programa Bolsa Família.

Os dados secundários demonstraram as características da economia municipal, da estrutura produtiva e das condições de renda da população. A pesquisa de campo a seguir complementa essas informações ao analisar a inserção das mulheres nas atividades econômicas, sua autonomia financeira, a divisão do trabalho doméstico e

produtivo, as estratégias de geração de renda e as desigualdades de gênero presentes no território.

Os dados da pesquisa revelam, ainda, um quadro de elevada vulnerabilidade socioeconômica das mulheres de Igarapé-Miri, caracterizado pela predominância de famílias com baixa renda. Essa condição constitui um dos principais fatores das desigualdades observadas ao longo deste diagnóstico, influenciando o acesso à educação, à saúde, às oportunidades de trabalho, à segurança alimentar e à capacidade de adaptação às mudanças climáticas.

Observa-se que 72,6% das entrevistadas declararam possuir renda familiar de até um salário-mínimo, enquanto 19,3% informaram renda entre um e dois salários-mínimos. Apenas 1,7% possuem renda entre dois e três salários-mínimos e 0,7% entre quatro e cinco salários-mínimos. Além disso, 4,2% afirmaram não ter qualquer renda e 1,5% não responderam.

Em conjunto, os dados mostram que mais de nove em cada dez famílias (91,9%) vivem com renda de até dois salários-mínimos, evidenciando um contexto de forte restrição econômica. Esse perfil confirma a elevada dependência das famílias em relação às políticas públicas de transferência de renda, aos serviços públicos essenciais e às atividades econômicas de baixa remuneração, essencialmente aquelas ligadas ao extrativismo do açaí, ao trabalho informal e à agricultura familiar.

A análise por cor/etnia demonstra que a baixa renda é uma realidade presente em todos os grupos raciais pesquisados, porém assume intensidade entre as mulheres pardas e pretas, que também constituem a maioria da população feminina do município. Entre as mulheres pardas, 72,1% vivem com até um salário-mínimo e 4,1% declararam não ter qualquer renda. No contexto das mulheres pretas, esse percentual alcança 75,4%, enquanto apenas 19,3% possuem renda entre um e dois salários-mínimos. Por sua vez, entre as mulheres brancas, embora também predomine a renda de até um salário-mínimo (70,6%), observa-se proporção ligeiramente maior de famílias com rendimentos superiores e percentual considerável; de ausência de renda (7,8%). O diminuto número de mulheres autodeclaradas amarelas (três entrevistadas) impossibilita generalizações, ainda que todas tenham informado renda de até um salário-mínimo.

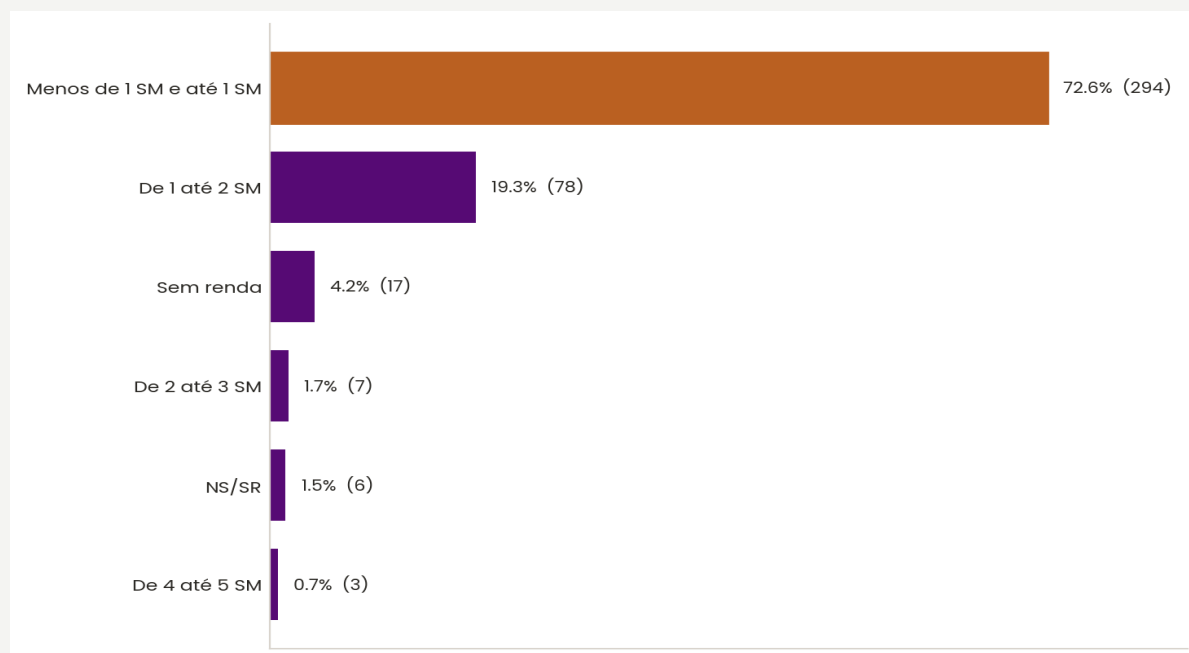
Esses resultados evidenciam que a vulnerabilidade econômica em Igarapé-Miri apresenta dimensão territorial e racial, refletindo processos históricos de desigualdade que limitam o acesso das mulheres à autonomia econômica. A concentração da renda nos estratos mais baixos reduz a capacidade das famílias de enfrentar situações de crise, amplia a dependência de programas sociais e restringe investimentos em educação, saúde, qualificação profissional e adaptação às mudanças climáticas.

Os resultados dialogam com a literatura sobre desenvolvimento amazônico. Para Sen (2010), a pobreza deve ser compreendida como insuficiência de renda e privação de capacidades e de oportunidades para que as pessoas consigam exercer plenamente suas liberdades. No contexto amazônico, autores como Costa (2012, 2019) demonstram que economias baseadas no extrativismo e na agricultura familiar apresentam importante contribuição para a geração de renda, mas permanecem inseridas em cadeias produtivas com reduzida agregação de valor e elevada informalidade, limitando os ganhos das famílias produtoras.

Sob a mesma ótica, Becker (2005) argumenta que o desenvolvimento da Amazônia depende da valorização sustentável de sua biodiversidade e da inserção qualificada das populações locais nas cadeias da bioeconomia, reduzindo a histórica condição de periferização econômica da região.

Nesse sentido, a predominância de famílias vivendo com até um salário-mínimo revela uma condição de baixa renda e a necessidade de políticas públicas voltadas à diversificação econômica, à agregação de valor às cadeias produtivas locais, especialmente a do açaí, ao fortalecimento do empreendedorismo feminino, da economia solidária e da qualificação profissional das mulheres.

Gráfico 29 – Renda familiar?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

O Gráfico 30 evidencia um dos principais desafios para a autonomia econômica das mulheres de Igarapé-Miri: a ausência de renda própria para a maioria das entrevistadas. Os resultados mostram que 66,2% das mulheres declararam não possuir renda própria, desconsiderando benefícios governamentais, enquanto apenas 33,3% afirmaram ter alguma fonte de renda própria. Houve apenas 0,5% sem resposta.

Tabela 77 – Cruzamento: cor/etnia (como você se vê?) versus qual a sua renda familiar?

Cor/etnia (como você se vê?)	Qual a sua renda familiar?					
	Menos de 1 SM e até 1 SM	De 1 até 2 SM	De 2 até 3 SM	De 4 até 5 SM	Sem renda	NS/SR
Amarela – 3 respostas	100,0% – 3 respostas	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta
Branca – 51 respostas	70,6% – 36 respostas	17,6% – 9 respostas	2,0% – 1 resposta	0% – 0 resposta	7,8% – 4 respostas	2,0% – 1 resposta
Ignorado – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta
Indígena – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta
Outra – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta
Parda – 294 respostas	72,1% – 212 respostas	19,7% – 58 respostas	1,7% – 5 respostas	0,7% – 2 respostas	4,1% – 12 respostas	1,7% – 5 respostas
Preta – 57 respostas	75,4% – 43 respostas	19,3% – 11 respostas	1,8% – 1 resposta	1,8% – 1 resposta	1,8% – 1 resposta	0% – 0 resposta

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Esse resultado sinaliza que aproximadamente duas em cada três mulheres dependem financeiramente de terceiros, seja do cônjuge, de outros membros da família ou de programas de transferência de renda. Trata-se de um indicador importante da limitada autonomia econômica feminina no município e ajuda a explicar diversos resultados observados ao longo deste diagnóstico, em particular aqueles relacionados à baixa renda familiar, à participação no mercado de trabalho e à vulnerabilidade social.

A ausência de renda própria não significa, necessariamente, ausência de trabalho. Em Igarapé-Miri, muitas mulheres desempenham atividades produtivas ligadas ao extrativismo do açaí, à agricultura familiar, ao beneficiamento de alimentos, ao comércio informal e aos cuidados domésticos, porém grande parte desse trabalho permanece pouco remunerado, informal ou invisibilizado nas estatísticas econômicas. Como argumenta Federici (2019), o trabalho reprodutivo e de cuidado, realizado majoritariamente pelas mulheres, sustenta a economia, embora não seja reconhecido como trabalho gerador de renda. Da mesma forma, Castro (2008, 2024) destaca que, na Amazônia, as mulheres participam ativamente das estratégias de reprodução econômica das famílias ribeirinhas e extrativistas, conciliando atividades produtivas, trabalho doméstico e cuidado familiar, com frequência, sem autonomia financeira.

Sob a perspectiva do desenvolvimento amazônico, Costa (2012, 2019) expõe que as cadeias produtivas da agricultura familiar e do extrativismo apresentam reduzida agregação de valor, o que limita a remuneração dos produtores locais, especialmente das mulheres, cuja participação concentra-se nas etapas menos valorizadas da produção. Essa realidade também dialoga com a análise de Becker (2005), para quem a valorização da biodiversidade amazônica e o fortalecimento da bioeconomia

representam oportunidades para ampliar a geração de renda e reduzir as desigualdades históricas da região.

A elevada proporção de mulheres sem renda própria também amplia situações de vulnerabilidade social e de dependência econômica, podendo dificultar o rompimento de ciclos de violência doméstica, restringir o acesso a oportunidades educacionais e reduzir a capacidade das famílias de responder a eventos climáticos extremos, aspectos identificados em diferentes eixos deste diagnóstico.

Esse resultado é coerente com outros indicadores apresentados no relatório:

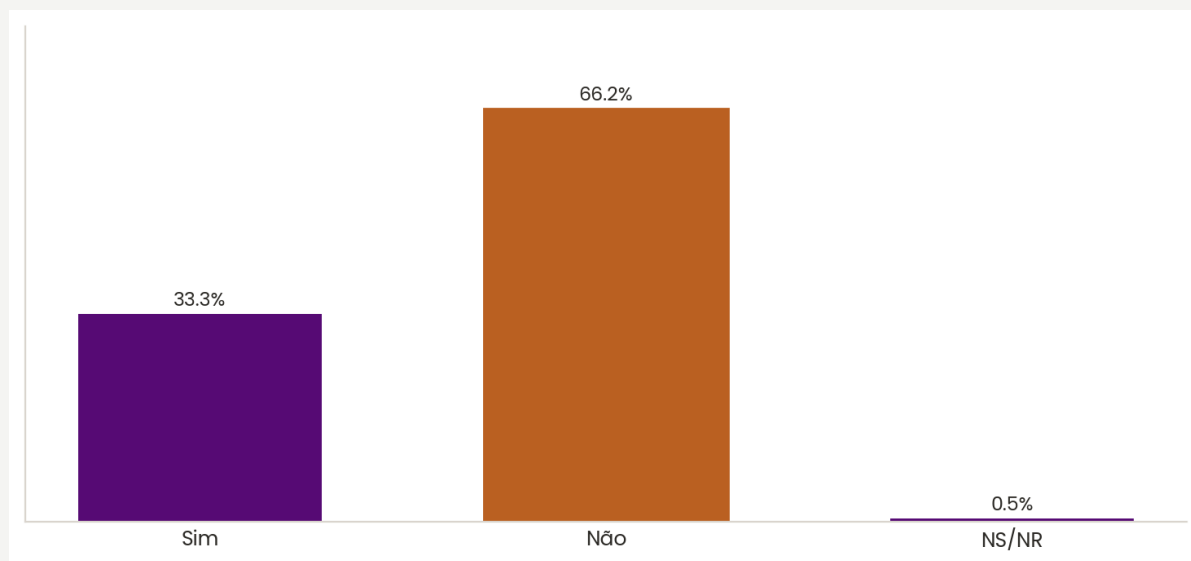
- 72,6% das famílias vivem com renda de até um salário-mínimo, indicando restrição econômica;
- 91,9% possuem renda familiar de até dois salários-mínimos, evidenciando reduzida capacidade de geração de renda;
- a maioria das mulheres declarou não exercer funções de liderança comunitária, reflexo, entre outros fatores, das limitações impostas pela dependência econômica;
- a predominância do trabalho informal e das atividades ligadas ao extrativismo reforça a dificuldade de transformar o trabalho feminino em renda monetária própria.

Assim, a ausência de renda própria constitui um dos principais fatores que limitam a autonomia econômica das mulheres de Igarapé-Miri e reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à inclusão produtiva, ao empreendedorismo feminino, à agregação de valor às cadeias da bioeconomia amazônica, ao acesso ao crédito, à formalização dos pequenos negócios e ao reconhecimento do trabalho realizado pelas mulheres nas atividades produtivas e de cuidado.

O Gráfico 31 é relevante porque complementa a análise da renda própria, demonstrando que, embora apenas um terço das mulheres tenha renda própria, elas assumem, em muitos domicílios, a principal responsabilidade pelo sustento da família. Esse resultado revela uma importante transformação nas relações familiares e evidencia o protagonismo econômico feminino, sobretudo no espaço urbano.

Os resultados mostram que 40,3% das famílias têm o homem como principal responsável financeiro, à medida que 34,3% indicaram que a mulher é a principal provedora do domicílio. Em 21,2% dos lares, a responsabilidade financeira é compartilhada entre homem e mulher. Apenas 2,7% informaram que o sustento depende de avós, tios ou outros parentes, 1,0% indicou outra configuração familiar e 0,5% não respondeu.

Gráfico 30 – Você possui renda própria?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Embora a figura masculina ainda apareça como principal responsável financeiro na maioria dos domicílios, os dados evidenciam que a diferença em relação às mulheres é relativamente pequena (40,3% contra 34,3%). Quando se considera também os domicílios em que a responsabilidade é compartilhada (21,2%), nota-se que as mulheres participam do sustento econômico em mais da metade das famílias pesquisadas, seja como únicas provedoras, seja dividindo essa responsabilidade com seus companheiros.

Essa realidade reforça a crescente feminização da responsabilidade econômica familiar observada em diversas regiões do Brasil. Entretanto, em Igarapé-Miri esse protagonismo convive com baixos níveis de renda, elevada informalidade e reduzida autonomia financeira, conforme demonstrado pelos resultados anteriores.

A análise territorial revela diferenças importantes. Na zona rural, o modelo tradicional de divisão econômica permanece mais presente. Em 50,0% das famílias, o homem é apontado como principal responsável financeiro, à proporção que apenas 24,8% indicam a mulher como principal provedora. Outros 22,5% afirmam que a responsabilidade é compartilhada. Na área urbana, o cenário é significativamente distinto. As mulheres aparecem como principais responsáveis financeiras em 45,9% dos domicílios, percentual superior ao dos homens (28,4%). Além disso, 19,7% das famílias compartilham essa responsabilidade.

Essa diferença sugere que o contexto urbano proporciona expressiva inserção feminina nas atividades econômicas, como o comércio, os serviços, o funcionalismo público, o empreendedorismo e as ocupações informais. Já nas áreas rurais, em que predominam a agricultura familiar e o extrativismo, persistem formas mais tradicionais de organização do trabalho e da renda.

Os resultados reverberam os estudos de Bruschini (2007), que demonstra o crescimento da participação feminina na provisão econômica das famílias brasileiras, embora esse processo continue acompanhado por desigualdades salariais e pela sobrecarga de trabalho doméstico. Também convergem com Saffioti (2013), para quem a autonomia econômica das mulheres é indissociável da redução das desigualdades de gênero, ainda que não elimine automaticamente a divisão sexual do trabalho nem a dupla jornada.

No contexto amazônico, Castro (2008, 2024) salienta que as mulheres exercem papel fundamental na reprodução econômica das famílias ribeirinhas e extrativistas, articulando trabalho produtivo, atividades domésticas e cuidado familiar. Entretanto, grande parte desse trabalho permanece invisibilizada ou pouco valorizada economicamente.

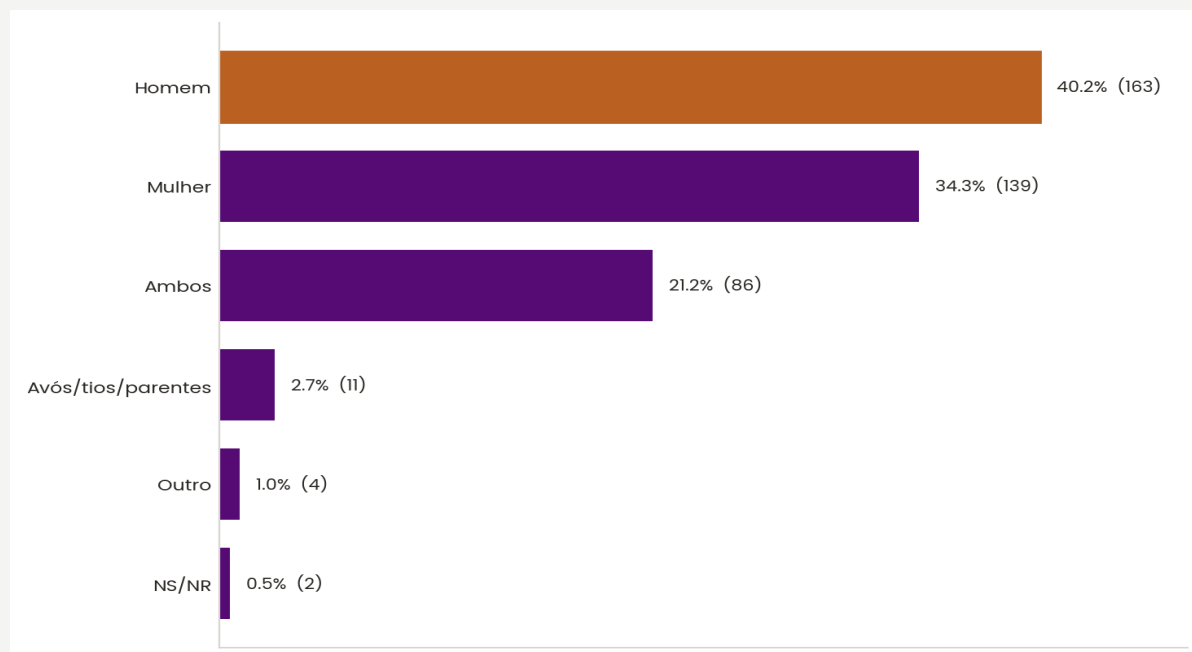
Da mesma forma, Costa (2012, 2019) aponta que, embora a agricultura familiar e as cadeias da sociobiodiversidade dependam intensamente do trabalho feminino, a baixa agregação de valor e a informalidade limitam a geração de renda e o reconhecimento econômico dessas mulheres. Quando integrado com os demais resultados da pesquisa, os resultados salientam um aspecto importante identificado ao longo deste diagnóstico: responsabilidade econômica não significa autonomia financeira, na medida em que:

- 66,2% das mulheres declararam não possuir renda própria;
- 72,6% das famílias vivem com até um salário-mínimo;
- 91,9% possuem renda de até dois salários-mínimos; e

34,3% das mulheres são as principais responsáveis pelo sustento familiar.

Essa aparente contradição pode ser explicada pelo fato de muitas mulheres administrarem o orçamento doméstico utilizando benefícios sociais, aposentadorias de familiares, pensões, rendimentos informais ou recursos provenientes de atividades econômicas pouco formalizadas e de baixa remuneração. Também evidencia que a provisão econômica das famílias nem sempre está associada a vínculos formais de trabalho ou a rendimentos estáveis.

Gráfico 31 – Quem é o principal responsável financeiro para o sustento da casa e dos filhos?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 78 – Cruzamento: área delimitada versus na sua casa, quem é o principal responsável financeiro para o sustento da casa e dos filhos?

Área?	Na sua casa, quem é o principal responsável financeiro para o sustento da casa e dos filhos?					
	Mulher	Homem	Ambos	Avós/tios/parentes	Outro	NS/NR
Rural – 222 respostas	24,8% – 55 respostas	50,0% – 111 respostas	22,5% – 50 respostas	1,4% – 3 respostas	0,9% – 2 respostas	0,5% – 1 resposta
Urbana – 183 respostas	45,9% – 84 respostas	28,4% – 52 respostas	19,7% – 36 respostas	4,4% – 8 respostas	1,1% – 2 respostas	0,5% – 1 resposta

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

No que tange ao indicador sobre renda e orçamento familiar, o resultado merece uma análise mais cuidadosa, pois, à primeira vista, pode parecer contraditório se comparados aos indicadores anteriores de renda. Enquanto 72,6% das famílias vivem com até um salário-mínimo e 91,9% possuem renda de até dois salários-mínimos, 57,8% das entrevistadas afirmam que a renda familiar é suficiente para a manutenção da família. Essa percepção não significa, necessariamente, ausência de pobreza, mas reflete a capacidade de adaptação das famílias às condições econômicas locais, em que o custo de vida, a produção para autoconsumo, as redes de solidariedade comunitária e o acesso a políticas sociais contribuem para a reprodução das condições mínimas de sobrevivência.

Os dados revelam que 57,8% das mulheres consideram que a renda da família é suficiente para a manutenção do domicílio, enquanto 41,0% afirmam não ser suficiente e 1,2% não responderam. Embora predomine a percepção de suficiência, o percentual

das que consideram a renda insuficiente é elevado, indicando que uma parcela significativa das famílias enfrenta restrições econômicas no cotidiano.

Quando os resultados são analisados em conjunto com os indicadores de renda familiar, observa-se que a percepção de suficiência está associada muito mais às estratégias de adaptação das famílias do que à existência de conforto financeiro. Em municípios amazônicos como Igarapé-Miri, parte importante da alimentação provém da pesca, da agricultura familiar, do extrativismo do açaí, dos quintais produtivos e das redes de apoio entre parentes e vizinhos. Tais práticas reduzem parcialmente a necessidade de renda monetária para garantir a sobrevivência das famílias.

As diferenças entre área urbana e rural são relativamente pequenas, pois, na zona urbana, 60,1% consideram que a renda é suficiente e 38,8% afirmam que ela não atende às necessidades familiares. Na zona rural, os percentuais são semelhantes: 55,9% consideram a renda suficiente e 42,8% a consideram insuficiente.

Esses resultados indicam que as dificuldades econômicas atingem tanto as famílias urbanas quanto as rurais, ainda que assumam características distintas. No meio rural, a produção para autoconsumo tende a reduzir parte das despesas alimentares, enquanto na cidade a maior dependência da compra de alimentos e serviços aumenta a pressão sobre o orçamento doméstico.

Por faixa etária, a percepção sobre a suficiência da renda varia conforme a idade. Entre as mulheres de 15 a 19 anos, 68,4% afirmam que a renda é suficiente, percentual que pode refletir o fato de muitas ainda residirem com os pais e não serem as principais responsáveis pelo orçamento familiar. A maior percepção de insuficiência ocorre entre as mulheres de 30 a 39 anos, quando 52,9% afirmam que a renda não é suficiente. Essa é justamente a fase da vida em que se concentram mais responsabilidades econômicas, como criação dos filhos, despesas com educação, alimentação e habitação.

Nas demais faixas etárias, predomina novamente a percepção de que a renda é suficiente, maiormente entre as mulheres com 60 anos ou mais (63,3%), grupo no qual aposentadorias e benefícios previdenciários podem representar fonte mais estável de

renda familiar. Esse resultado deve ser interpretado em conjunto com outros indicadores do diagnóstico:

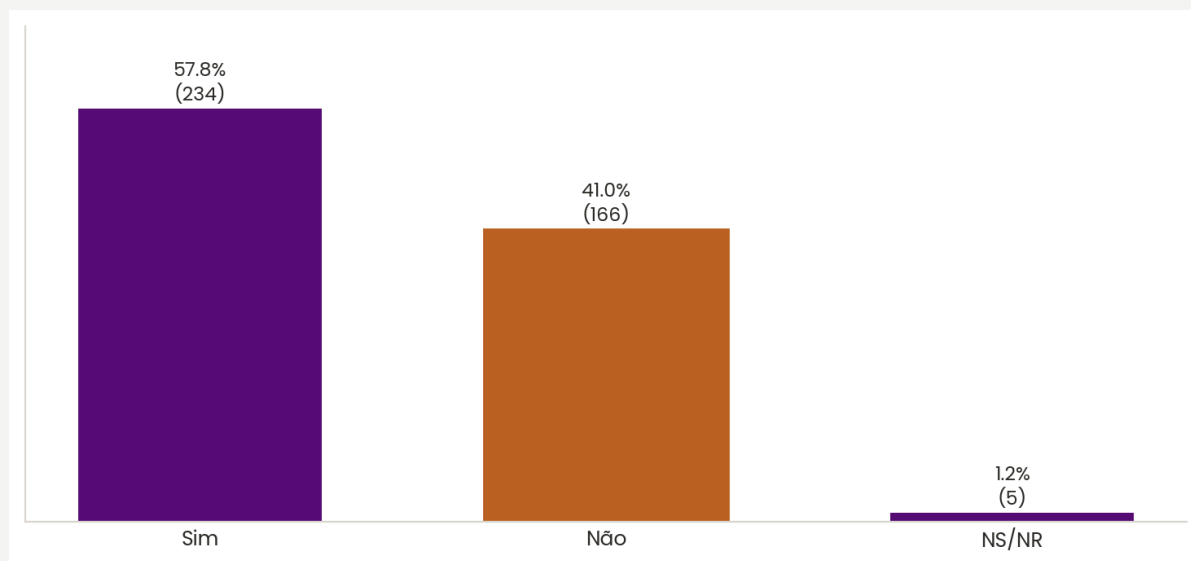
- 72,6% das famílias vivem com até um salário-mínimo;
- 66,2% das mulheres não possuem renda própria;
- 34,3% das mulheres são as principais responsáveis pelo sustento da família;
- 48,6% afirmam que a alimentação escolar constitui a principal refeição das crianças;
- parcela significativa depende de políticas públicas de saúde, educação e assistência social.

Em conjunto, esses indicadores demonstram que a percepção de suficiência da renda não elimina a condição de vulnerabilidade econômica. Ao contrário, evidencia a capacidade de adaptação das famílias diante de recursos limitados, característica observada, recorrentemente, em comunidades amazônicas.

Essa realidade pode ser interpretada à luz da abordagem das capacidades de Sen (2010). Para o autor, a pobreza deve ser medida pela renda monetária e pelas oportunidades efetivas de viver com dignidade. Em vista disso, famílias que afirmam conseguir manter suas necessidades básicas podem continuar privadas de acesso adequado à educação, à saúde, à mobilidade, ao saneamento ou à segurança econômica.

No contexto amazônico, Costa (2012, 2019) demonstra que a agricultura familiar, o extrativismo e a produção para autoconsumo são fundamentais na reprodução social das famílias, reduzindo parcialmente a dependência da renda monetária. Entretanto, essa estratégia não elimina as limitações impostas pela baixa agregação de valor das cadeias produtivas e pela informalidade. Da mesma forma, Becker (2005) ressalta que o desenvolvimento sustentável da Amazônia depende da transformação das economias locais, ampliando as oportunidades de geração de renda sem romper com as especificidades territoriais e ambientais da região.

Gráfico 32 – A renda da casa é suficiente para a manutenção da família?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 79 – Cruzamento: área delimitada? versus a renda da casa é suficiente para a manutenção da família?

Área	A renda da casa é suficiente para a manutenção da família?		
	Sim	Não	NS/NR
Rural – 222 respostas	55,9% – 124 respostas	42,8% – 95 respostas	1,4% – 3 respostas
Urbana – 183 respostas	60,1% – 110 respostas	38,8% – 71 respostas	1,1% – 2 respostas

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

A segurança alimentar configura um tema de grande relevância para a análise das condições de vida das famílias de Igarapé-Miri. Por isso, a pesquisa incluiu uma questão sensível relacionada à falta de comida em pelo menos uma das três refeições diárias nos últimos três meses. Entre as entrevistadas, 26,2% responderam afirmativamente. Esse percentual é ainda maior na zona rural, território em que alcança 31,5%, indicando considerável vulnerabilidade alimentar nessa área do município (Gráfico 33 e Tabela 81).

Esse é um dos indicadores mais importantes porque mede uma dimensão da insegurança alimentar e permite avaliar a capacidade das famílias de garantir o acesso regular à alimentação. Quando questionadas se, nos últimos três meses, faltou comida em uma das três refeições diárias em sua residência, 26,2% das mulheres responderam afirmativamente, enquanto 73,3% afirmaram não ter enfrentado essa situação. Apenas 0,5% não souberam ou não responderam à pergunta.

Tabela 80 – Cruzamento: qual a sua idade? versus a renda da casa é suficiente para a manutenção da família?

Qual a sua idade?	A renda da casa é suficiente para a manutenção da família?		
	Sim	Não	NS/NR
15 a 19 anos – 57 respostas	68,4% – 39 respostas	31,6% – 18 respostas	0% – 0 resposta
20 a 29 anos – 86 respostas	61,6% – 53 respostas	36,0% – 31 respostas	2,3% – 2 respostas
30 a 39 anos – 87 respostas	46,0% – 40 respostas	52,9% – 46 respostas	1,1% – 1 resposta
40 a 49 anos – 74 respostas	54,1% – 40 respostas	45,9% – 34 respostas	0% – 0 resposta
50 a 59 anos – 52 respostas	59,6% – 31 respostas	36,5% – 19 respostas	3,8% – 2 respostas
60 ou mais – 49 respostas	63,3% – 31 respostas	36,7% – 18 respostas	0% – 0 resposta
NS/NR – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

A despeito de a maioria das entrevistadas ter relatado não ter sofrido privação alimentar recente, o fato de mais de um quarto das mulheres declarar falta de comida em pelo menos uma das refeições representa um sinal importante de vulnerabilidade social e insegurança alimentar. Em termos práticos, isso significa que cerca de uma em cada quatro famílias enfrentou algum tipo de restrição no acesso à alimentação nos meses anteriores à pesquisa.

A análise territorial evidencia desigualdades significativas entre as áreas urbana e rural. Na zona rural, 31,5% das mulheres relataram falta de comida em uma das refeições, percentual substancialmente superior ao observado na área urbana (19,7%). Por outro lado, a proporção de mulheres que afirmaram não ter enfrentado essa situação é maior na cidade (79,8%) do que no campo (68,0%).

Os resultados sugerem que a insegurança alimentar afeta de forma mais intensa as famílias residentes na zona rural. Essa situação pode estar relacionada a fatores como menor renda monetária, dificuldades de transporte e comercialização da produção, dependência de atividades sazonais, impactos climáticos sobre a agricultura familiar e limitações de acesso a políticas públicas e mercados consumidores.

O dado torna-se ainda mais relevante quando analisado em conjunto com outros resultados da pesquisa. Apesar de 57,8% das mulheres considerarem a renda familiar suficiente para a manutenção da casa, 26,2% relataram episódios recentes de falta de alimento. Essa aparente contradição demonstra que a percepção de suficiência da

renda não elimina situações de vulnerabilidade alimentar em contextos de aumento dos preços dos alimentos, instabilidade econômica ou eventos climáticos que afetam a produção e o abastecimento.

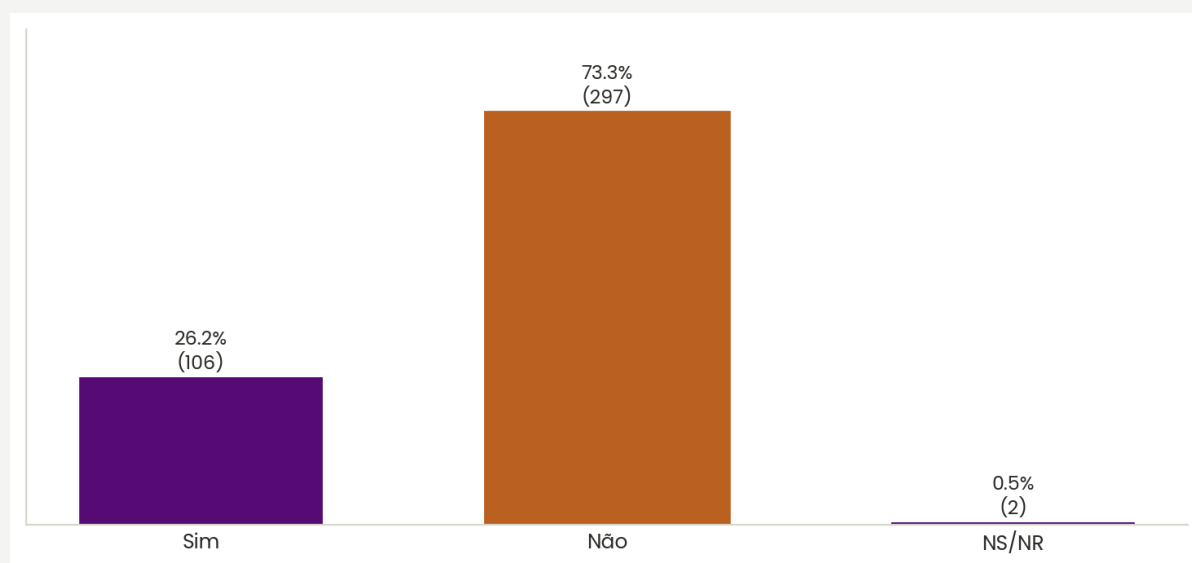
Em um município como Igarapé-Miri, onde a economia familiar está vinculada ao açaí, à agricultura familiar, à pesca e ao extrativismo, a segurança alimentar depende da renda monetária, das condições ambientais, da produção local e da capacidade das famílias de acessar alimentos de forma regular e adequada.

Nessa senda, os resultados reforçam a necessidade de fortalecer políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional, ao apoio à agricultura familiar, à produção de alimentos para autoconsumo, à geração de renda e à adaptação climática nas comunidades rurais, ribeirinhas e insulares do município.

Analisando de forma mais estratégica, esse resultado fomenta a construção de uma narrativa sobre segurança alimentar, pobreza e mudanças climáticas, pois 72,6% das mulheres vivem em famílias com até um salário-mínimo; 66,2% não possuem renda própria; 26,2% relataram falta de comida, pelo menos, em uma refeição nos últimos três meses e 31,5% das mulheres rurais passaram por essa situação.

O cruzamento desses indicadores sugere que a vulnerabilidade alimentar em Igarapé-Miri possui forte componente territorial, afetando, essencialmente, mulheres e famílias do meio rural. Como a pesquisa já demonstrou impactos do clima sobre a saúde e o acesso a serviços, esse resultado também permite discutir a relação entre mudanças climáticas, produção de alimentos, renda familiar e segurança alimentar, um dos temas principais dos debates sobre justiça climática e desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Gráfico 33 – Nos últimos 3 meses, faltou comida em uma das 3 refeições na sua casa?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 81 – Cruzamento: área delimitada versus nos últimos 3 meses, faltou comida em uma das 3 refeições na sua casa?

Área	Nos últimos 3 meses, faltou comida em uma das 3 refeições na sua casa?		
	Sim	Não	NS/NR
Rural – 222 respostas	31,5% – 70 respostas	68,0% – 151 respostas	0,5% – 1 resposta
Urbana – 183 respostas	19,7% – 36 respostas	79,8% – 146 respostas	05% – 1 resposta

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Esse resultado evidencia a origem da alimentação das famílias e aponta aspectos relacionados à segurança alimentar, à soberania alimentar, à territorialidade amazônica e à resiliência climática. Além disso, mostram que a principal fonte de alimentação das famílias de Igarapé-Miri é a compra de produtos em supermercados, feiras, mercados e outros estabelecimentos comerciais, mencionada por 75,6% das entrevistadas. Em seguida, aparecem a caça e a pesca (12,1%) e a produção própria de alimentos, como farinha, açaí e outros produtos agrícolas (10,9%). As categorias ajuda de pessoas (0,7%) e outras fontes (0,7%) apresentaram participação residual.

À primeira vista, os dados revelam uma profunda dependência do mercado para garantir a alimentação das famílias, indicando que a segurança alimentar da maior parte da população está relacionada à renda monetária e à capacidade de aquisição de alimentos. Esse resultado é relevante quando analisado em conjunto com os indicadores de renda da pesquisa, que demonstram que 72,6% das mulheres vivem em famílias com renda de até um salário-mínimo.

Todavia, a análise territorial revela diferenças significativas entre os espaços urbano e rural. Na área urbana, 89,6% das mulheres afirmaram que sua alimentação principal provém da compra de alimentos, enquanto apenas 8,2% dependem da produção própria e 0,5% da caça e pesca. Esse resultado evidencia uma forte integração da população urbana aos circuitos comerciais de abastecimento.

Na zona rural, ainda que a compra de alimentos também seja predominante (64,0%), observa-se uma participação muito maior das estratégias tradicionais de obtenção de alimentos. Entre as mulheres rurais, 13,1% afirmaram depender da produção própria e 21,6% da caça e pesca, percentual mais de quarenta vezes superior ao observado na área urbana.

Os dados demonstram que as famílias rurais mantêm uma relação mais estreita com os recursos naturais e com os sistemas tradicionais de produção de alimentos, característica típica das territorialidades amazônicas. A agricultura familiar, o cultivo de subsistência, a pesca artesanal e o extrativismo continuam importantes na reprodução social e econômica dessas famílias.

Por outro lado, o fato de a compra de alimentos permanecer como principal fonte de alimentação, mesmo na zona rural, sugere mudanças importantes nos modos de vida locais, indicando inserção das famílias rurais na economia de mercado e crescente dependência da renda monetária para garantir sua alimentação.

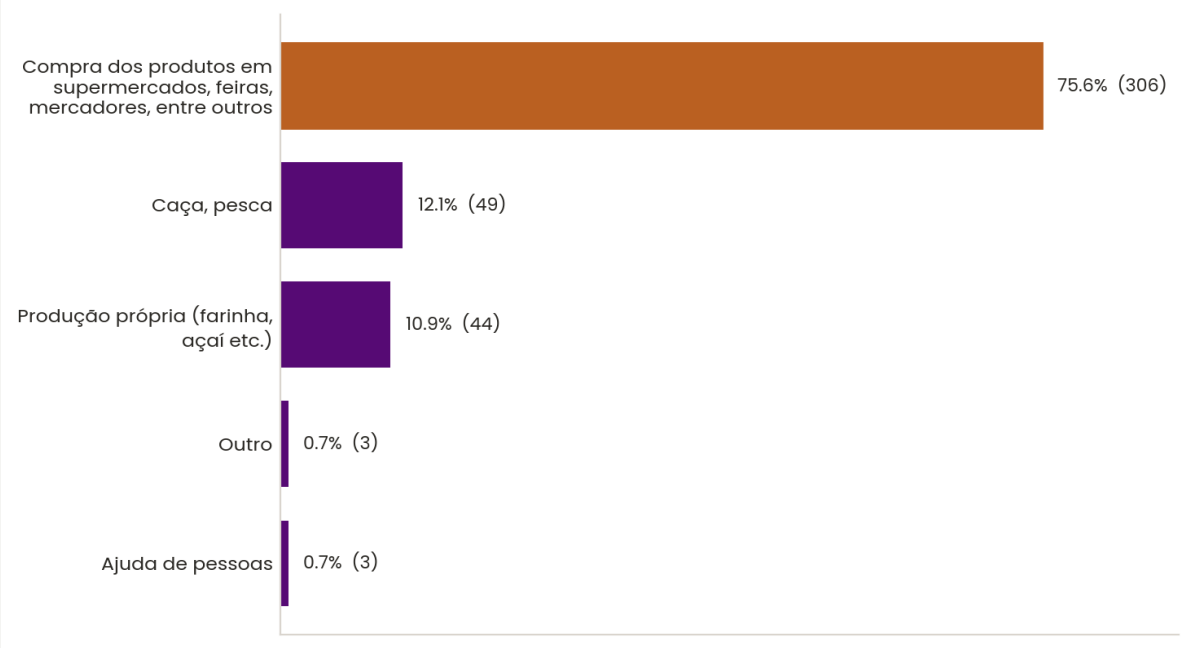
Esse resultado detém implicações relevantes para a segurança alimentar e para a adaptação às mudanças climáticas. Em contextos de aumento dos preços dos alimentos, interrupções de transporte, eventos climáticos extremos ou redução da renda familiar, as famílias mais dependentes da compra de alimentos tendem a ser mais vulneráveis. Em contrapartida, a produção própria, a pesca e outras formas locais de obtenção de alimentos podem funcionar como importantes mecanismos de resiliência e proteção social.

Dessa maneira, os resultados reforçam a imprescindibilidade de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, da pesca artesanal, dos sistemas alimentares locais e da produção para autoconsumo, contribuindo para ampliar a segurança alimentar, a soberania alimentar e a capacidade de adaptação das famílias às transformações econômicas e climáticas que afetam o território.

Quando cruzamos este resultado com os demais indicadores da pesquisa, surge uma questão muito importante: 26,2% das mulheres relataram falta de comida em alguma refeição nos últimos três meses; 72,6% vivem com até um salário-mínimo; 75,6% dependem da compra de alimentos para se alimentar. Isso sugere que a insegurança alimentar em Igarapé-Miri está associada à dependência do mercado para obtenção dos alimentos, mesmo em um município reconhecido nacionalmente pela produção de açaí e pela forte presença da agricultura familiar.

Esse é um resultado relevante para o relatório, pois demonstra que a riqueza produtiva do território não necessariamente se traduz em segurança alimentar para todas as famílias, especificamente para as mulheres de baixa renda. Trata-se de um tema que dialoga com os debates sobre soberania alimentar, justiça climática, desenvolvimento territorial e bioeconomia amazônica.

Gráfico 34 – De onde vem a sua alimentação principal?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 82 – Cruzamento: área delimitada versus de onde vem a sua alimentação principal?

Área?	De onde vem a sua alimentação principal?				
	Compra dos produtos em supermercados, feiras, mercadores, entre outros	Produção própria (farinha, açaí etc.)	Caça, pesca	Ajuda de pessoas	Outro
Rural – 222 respostas	64,0% – 142 respostas	13,1% – 29 respostas	21,6% – 48 respostas	0,9% – 2 respostas	0,5% – 1 resposta
Urbana – 183 respostas	89,6% – 164 respostas	8,2% – 15 respostas	0,5% – 1 resposta	0,5% – 1 resposta	1,1% – 2 respostas

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

O cruzamento entre idade, território e impacto das condições climáticas sobre a renda revela que a vulnerabilidade econômica associada ao clima não afeta todas as mulheres da mesma forma. Há uma clara concentração dos impactos entre mulheres em idade economicamente ativa e entre aquelas residentes na zona rural.

Os resultados da pesquisa demonstram que as condições climáticas exercem influência significativa sobre a renda das mulheres de Igarapé-Miri. Mais da metade das entrevistadas (51,6%) relatou algum grau de impacto econômico decorrente das condições climáticas, sendo 22,2% de forma intensa (“muito”), 13,8% moderadamente, 8,4% pouco e 7,2% totalmente.

A análise por faixa etária evidencia que os impactos são mais intensos entre mulheres em idade produtiva. Entre aquelas que afirmaram que o clima afeta sua

renda de forma moderada, 32,1% possuem entre 30 e 39 anos e 25,0% entre 40 e 49 anos. Situação equivalente é observada entre as que responderam “muito”, nas quais predominam mulheres de 30 a 39 anos (22,2%), seguidas pelas faixas de 20 a 29 anos e 40 a 49 anos (20,0% cada).

Nas categorias de maior intensidade (“muito” e “totalmente”), mais de dois terços das respostas concentram-se entre mulheres de 20 a 49 anos, justamente o grupo que participa de forma mais dinâmica das atividades produtivas, do mercado de trabalho, da agricultura familiar, do extrativismo, do comércio e da gestão econômica dos domicílios.

Por outro lado, entre as mulheres que afirmaram não sofrer impactos climáticos sobre a renda, observa-se distribuição mais equilibrada entre as diferentes faixas etárias, com destaque para os grupos de 20 a 29 anos (21,1%) e 60 anos ou mais (17,7%). Esse resultado pode refletir situações de aposentadoria, dependência de benefícios sociais ou menor inserção em atividades dependentes das condições ambientais.

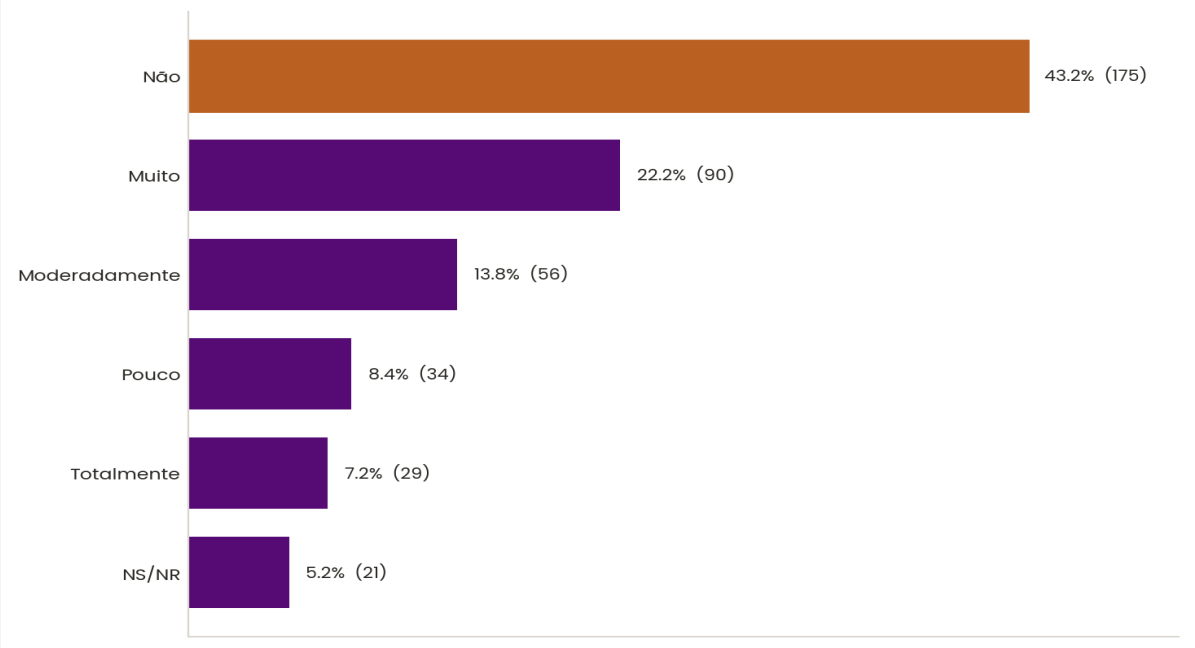
A análise territorial reforça essa interpretação. Na zona rural, apenas 33,3% das mulheres afirmaram que o clima não interfere em sua renda, enquanto 60,0% relataram algum nível de impacto. Já na área urbana, esse percentual reduz-se para 41,6%. Além disso, os impactos mais severos (“muito” e “totalmente”) atingem 32,9% das mulheres rurais, contra 25,2% das urbanas.

Os resultados indicam que a vulnerabilidade climática possui forte componente territorial e geracional. As mulheres rurais e aquelas em idade economicamente ativa apresentam exposição mais acentuada aos efeitos econômicos das mudanças climáticas, porque suas atividades produtivas dependem dos ciclos ambientais, da produção agrícola, da pesca, do extrativismo, da mobilidade fluvial e da comercialização dos produtos locais.

Nesse contexto, as mudanças climáticas afetam a produção econômica do município, a autonomia financeira das mulheres, a segurança alimentar das famílias e a capacidade de reprodução dos modos de vida tradicionais. Os dados reforçam a necessidade de políticas públicas voltadas à adaptação climática, à diversificação produtiva, ao fortalecimento da agricultura familiar e à ampliação das oportunidades econômicas para mulheres nas áreas rurais e ribeirinhas.

O resultado permite uma conclusão importante: os impactos econômicos das condições climáticas concentram-se principalmente entre mulheres de 20 a 49 anos residentes na zona rural, justamente o grupo mais envolvido com atividades produtivas e com a geração de renda familiar. Isso demonstra que a vulnerabilidade climática em Igarapé-Miri não é apenas ambiental, mas também econômica, territorial e de gênero, afetando de forma mais intensa as mulheres que sustentam ou contribuem para a manutenção dos meios de vida familiares.

Gráfico 35 – As condições climáticas impactam sua renda?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 83 – Cruzamento: as condições climáticas impactam sua renda versus faixa etária?

As condições climáticas impactam sua renda?	Qual a sua idade?					
	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 ou mais
Moderadamente – 56 respostas	3,6% – 2 respostas	19,6% – 11 respostas	32,1% – 18 respostas	25,0% – 14 respostas	17,9% – 10 respostas	1,8% – 1 resposta
Muito – 90 respostas	14,4% – 13 respostas	20,0% – 18 respostas	22,2% – 20 respostas	20,0% – 18 respostas	13,3% – 12 respostas	10,0% – 9 respostas
NS/NR – 21 respostas	14,3% – 3 respostas	19,0% – 4 respostas	23,8% – 5 respostas	19,0% – 4 respostas	4,8% – 1 resposta	19,0% – 4 respostas
Não – 175 respostas	16,6% – 29 respostas	21,1% – 37 respostas	16,6% – 29 respostas	14,9% – 26 respostas	13,1% – 23 respostas	17,7% – 31 respostas
Pouco – 34 respostas	17,6% – 6 respostas	26,5% – 9 respostas	23,5% – 8 respostas	20,6% – 7 respostas	8,8% – 3 respostas	2,9% – 1 resposta
Totalmente – 29 respostas	13,8% – 4 respostas	24,1% – 7 respostas	24,1% – 7 respostas	17,2% – 5 respostas	10,3% – 3 respostas	10,3% – 3 respostas

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 84 – Cruzamento/ Área delimitada? X as condições climáticas impactam na sua renda?

Área?	As condições climáticas impactam na sua renda?					
	Não	Pouco	Moderadamente	Muito	Totalmente	NS/NR
Rural – 222 respostas	33,3% – 74 respostas	9,5% – 21 respostas	17,6% – 39 respostas	24,3% – 54 respostas	8,6% – 19 respostas	6,8% – 15 respostas
Urbana – 183 respostas	55,2% – 101 respostas	7,1% – 13 respostas	9,3% – 17 respostas	19,7% – 36 respostas	5,5% – 10 respostas	3,3% – 6 respostas

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Esse conjunto de dados (Gráfico 35, Tabelas 83 e 84) revela aspectos prioritários da estrutura produtiva feminina em Igarapé-Miri e ajuda a compreender como gênero, território, idade, renda e clima se articulam no município. Quando questionadas sobre sua principal atividade produtiva, 49,1% das mulheres afirmaram não possuir atividade produtiva. Entre aquelas que desenvolvem alguma atividade econômica, destacam-se o extrativismo do açaí (21,0%), a pesca e a aquicultura (12,6%), o comércio (6,4%) e a agricultura (6,2%).

Não obstante uma parcela significativa das mulheres esteja inserida em atividades econômicas, o resultado evidencia que a existência de um elevado contingente feminino fora das atividades produtivas formais ou que não reconhece suas atividades como trabalho produtivo. Esse dado dialoga com outros resultados da pesquisa, segundo os quais 66,2% das entrevistadas não possuem renda própria, indicando possíveis situações de dependência econômica, trabalho doméstico não remunerado ou participação invisibilizada na economia familiar.

A análise territorial revela diferenças expressivas entre os espaços urbano e rural. Na zona rural, apenas 34,7% das mulheres afirmaram não possuir atividade produtiva, enquanto na área urbana esse percentual alcança 66,7%. Em contrapartida, as atividades ligadas aos recursos naturais apresentam forte concentração rural. O extrativismo do açaí representa 30,2% das ocupações femininas no campo, seguido pela pesca e aquicultura (20,3%). Já na área urbana, destacam-se o comércio (8,7%) e o trabalho informal (3,8%), embora a maioria das entrevistadas declare não possuir atividade produtiva.

Os resultados demonstram que a economia rural feminina está vinculada aos sistemas produtivos amazônicos, como o açaí, a pesca e as atividades tradicionais de uso dos recursos naturais. Essa característica ajuda a explicar por que as mulheres rurais são mais sensíveis aos impactos das condições climáticas sobre a renda, uma vez que suas atividades dependem dos ciclos ambientais, da disponibilidade dos recursos naturais e das condições de transporte e comercialização.

A análise por faixa etária evidencia que a participação produtiva é maior entre as mulheres de 30 a 49 anos. Entre aquelas de 30 a 39 anos, apenas 35,6% afirmaram não possuir atividade produtiva, sendo esse o menor percentual observado entre todas as faixas etárias. Nesse grupo, destacam-se o extrativismo do açaí (24,1%) e a pesca/aquicultura (19,5%). Entre as mulheres de 40 a 49 anos, a participação na pesca e na aquicultura alcança 23,0%, o maior percentual entre todas as idades.

As jovens de 15 a 19 anos apresentam a maior proporção de mulheres sem atividade produtiva (59,6%), situação que pode estar associada à permanência nos estudos, à dependência familiar ou à inserção ainda limitada no mercado de trabalho. Entre as mulheres com 60 anos ou mais, embora 55,1% afirmem não possuir atividade

produtiva, observa-se forte participação no extrativismo do açaí (28,6%), indicando a permanência das mulheres idosas em atividades tradicionais ligadas ao território.

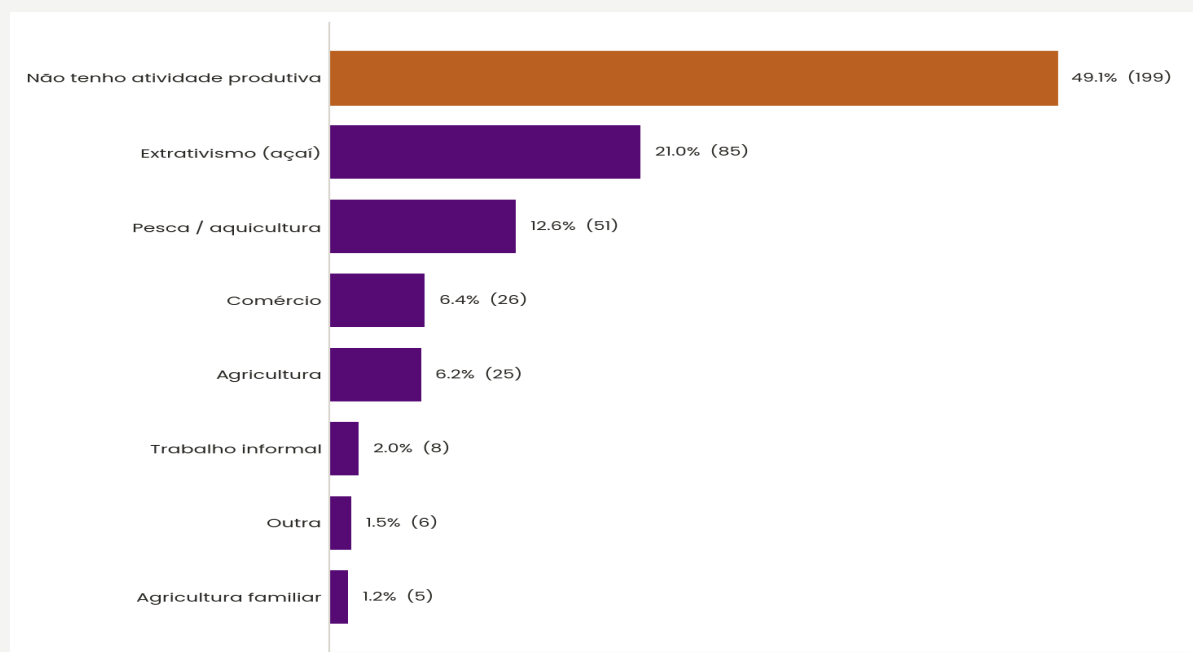
Os dados revelam que o trabalho feminino em Igarapé-Miri está profundamente relacionado às territorialidades amazônicas e aos sistemas produtivos locais. O açaí, a pesca e a agricultura constituem importantes fontes de sustento e reprodução social para as mulheres rurais, ao mesmo tempo que as tornam mais expostas aos impactos das mudanças climáticas. Nesse contexto, a valorização do trabalho feminino, o fortalecimento da bioeconomia amazônica e a ampliação das oportunidades de geração de renda aparecem como práticas estratégicas para promover autonomia econômica, segurança alimentar e desenvolvimento sustentável no município.

É importante destacar que quase metade das mulheres (49,1%) afirma não possuir atividade produtiva, mas apenas 34,3% são consideradas dependentes financeiramente na família. Isso sugere subnotificação ou não reconhecimento de atividades produtivas realizadas pelas próprias mulheres.

Outro destaque refere-se ao açaí como a principal atividade produtiva feminina do município (21%), chegando a 30,2% na zona rural, reforçando a centralidade da bioeconomia amazônica na vida das mulheres, e a pesca e aquicultura (12,6%) que aparecem como a segunda principal atividade produtiva, especificamente entre mulheres de 30 a 49 anos.

O cruzamento com os dados climáticos permite uma conclusão importante: as mulheres que mais participam das atividades produtivas são justamente aquelas inseridas em setores dependentes das condições ambientais, como o extrativismo do açaí, a pesca e a agricultura. Isso ajuda a explicar por que mais da metade das entrevistadas reconhece que as condições climáticas afetam sua renda, especialmente nas áreas rurais.

Gráfico 36 – Qual sua atividade produtiva?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 85 – Cruzamento: faixa etária versus qual a sua atividade produtiva?

Qual a sua idade?	Qual sua atividade produtiva?							
	Agricultura	Outra	Trabalho informal	Agricultura familiar	Comércio	Extrativismo (açaí)	Pesca / aquicultura	Não tenho atividade produtiva
15 a 19 anos – 57 respostas	5,3% – 3 respostas	0% – 0 resposta	1,8% – 1 resposta	0% – 0 resposta	5,3% – 3 respostas	19,3% – 11 respostas	8,8% – 5 respostas	59,6% – 34 respostas
20 a 29 anos – 86 respostas	8,1% – 7 respostas	1,2% – 1 resposta	1,2% – 1 resposta	2,3% – 2 respostas	9,3% – 8 respostas	18,6% – 16 respostas	8,1% – 7 respostas	51,2% – 44 respostas
30 a 39 anos – 87 respostas	4,6% – 4 respostas	4,6% – 4 respostas	3,4% – 3 respostas	1,1% – 1 resposta	6,9% – 6 respostas	24,1% – 21 respostas	19,5% – 17 respostas	35,6% – 31 respostas
40 a 49 anos – 74 respostas	5,4% – 4 respostas	0% – 0 resposta	1,4% – 1 resposta	0,0% – 0 resposta	6,8% – 5 respostas	18,9% – 14 respostas	23,0% – 17 respostas	44,6% – 33 respostas
50 a 59 anos – 52 respostas	7,7% – 4 respostas	1,9% – 1 resposta	3,8% – 2 respostas	1,9% – 1 resposta	3,8% – 2 respostas	17,3% – 9 respostas	5,8% – 3 respostas	57,7% – 30 respostas
60 ou mais – 49 respostas	6,1% – 3 respostas	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	2,0% – 1 resposta	4,1% – 2 respostas	28,6% – 14 respostas	4,1% – 2 respostas	55,1% – 27 respostas

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 86 – Cruzamento: área delimitada versus qual a sua atividade produtiva?

Área	Qual sua atividade produtiva?							
	Agricultura	Outra	Trabalho informal	Agricultura familiar	Comércio	Extrativismo (açaí)	Pesca / aquicultura	Não tenho atividade produtiva
Rural – 222 respostas	7,7% – 17 respostas	0,9% – 2 respostas	0,5% – 1 resposta	1,4% – 3 respostas	4,5% – 10 respostas	30,2% – 67 respostas	20,3% – 45 respostas	34,7% – 77 respostas
Urbana – 183 respostas	4,4% – 8 respostas	2,2% – 4 respostas	3,8% – 7 respostas	1,1% – 2 respostas	8,7% – 16 respostas	9,8% – 18 respostas	3,3% – 6 respostas	66,7% – 122 respostas

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Esse conjunto de dados (Gráfico 36 e Tabelas 85 e 86) revela um dos aspectos mais sensíveis da realidade socioeconômica das mulheres de Igarapé-Miri: a elevada

proporção de mulheres sem ocupação formal ou em situação de desemprego, simultaneamente evidencia a importância do trabalho autônomo como estratégia de geração de renda.

Quando questionadas a respeito de sua principal ocupação, 56,3% das mulheres afirmaram estar sem ocupação, desempregadas ou à procura de emprego. Entre as ocupações declaradas, destacam-se o trabalho autônomo (16,5%), a condição de aposentada ou pensionista (11,4%) e o emprego na iniciativa privada (9,6%). As mulheres que atuam como funcionárias públicas representam apenas 2,7% da amostra, enquanto as empregadoras ou empresárias correspondem a 0,5%.

O resultado evidencia um cenário de fragilidade no acesso ao mercado de trabalho, caracterizado pela elevada participação de mulheres fora das ocupações formais e pela baixa presença em posições de estabilidade econômica. Esse dado articula com outros resultados da pesquisa, como o fato de 66,2% das entrevistadas não possuírem renda própria e 72,6% viverem em famílias com renda de até um salário-mínimo.

A análise por faixa etária demonstra que a ausência de ocupação atinge todas as idades, embora apresente características distintas ao longo do ciclo de vida. Entre as jovens de 15 a 19 anos, 77,2% declararam estar sem ocupação, percentual que pode estar associado à permanência nos estudos e à inserção ainda limitada no mercado de trabalho. Nas faixas de 20 a 49 anos, período de maior participação econômica, os percentuais permanecem elevados, variando entre 57,5% e 61,6%.

Muito peculiar é a situação das mulheres de 30 a 49 anos, que concentram os maiores percentuais de trabalho autônomo. Entre 30 e 39 anos, 20,7% declararam atuar como autônomas, percentual semelhante ao observado entre 40 e 49 anos (21,6%). Esses resultados sugerem que o empreendedorismo de necessidade e as atividades por conta própria constituem importantes estratégias de geração de renda para as mulheres em idade economicamente ativa.

Nas faixas etárias mais avançadas, observa-se uma mudança significativa no perfil ocupacional. Entre as mulheres de 60 anos ou mais, 67,3% são aposentadas ou pensionistas, enquanto entre 50 e 59 anos esse percentual alcança 19,2%. Esse resultado evidencia a relevância da previdência social para a proteção econômica das mulheres idosas e para a sustentação de muitos domicílios.

Os dados indicam que o trabalho feminino em Igarapé-Miri apresenta dependência da informalidade, do trabalho autônomo e das estratégias familiares de sobrevivência. Em um território marcado pela agricultura familiar, pelo extrativismo do açaí, pela pesca e pelo comércio de pequena escala, bastantes mulheres podem desenvolver atividades produtivas sem que estas sejam percebidas ou reconhecidas como ocupações formais.

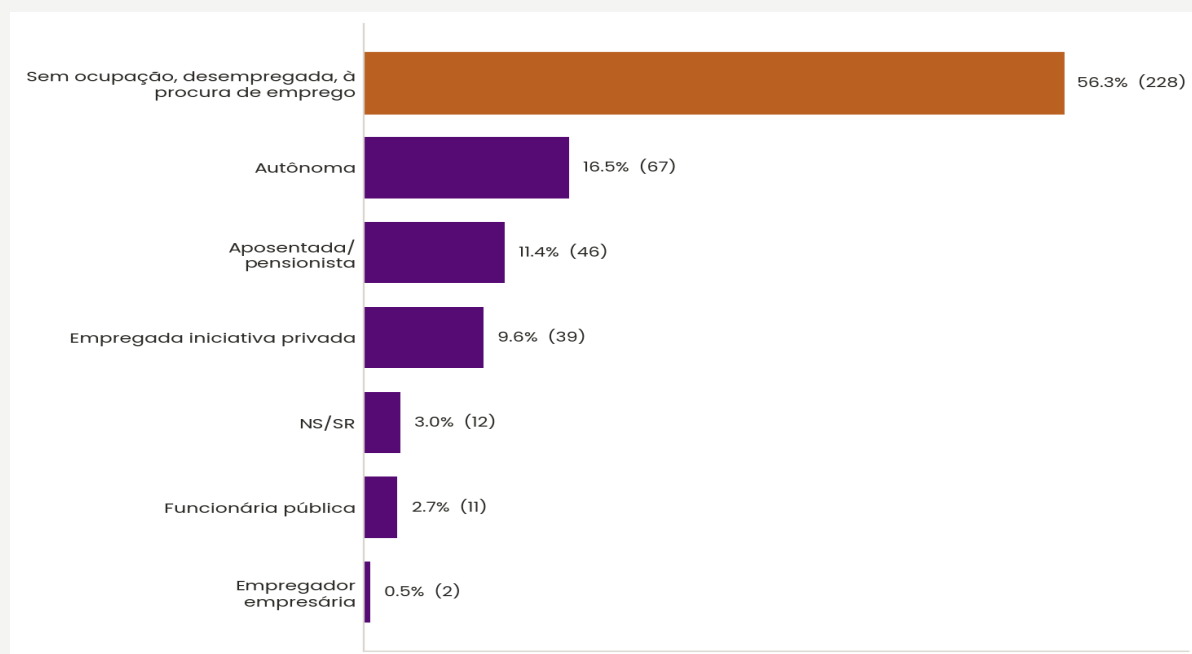
Dessa forma, os resultados reforçam a necessidade de políticas públicas voltadas à qualificação profissional, à inclusão produtiva, ao empreendedorismo feminino, ao acesso ao crédito e ao fortalecimento das cadeias produtivas locais, contribuindo para ampliar as oportunidades de trabalho e de renda para as mulheres do município.

A análise conjunta dos indicadores oferece algumas aparentes contradições que são, na verdade, características das economias amazônicas: 56,3% afirmam estar sem ocupação ou procurando emprego; 49,1% afirmam não possuir atividade produtiva. Entretanto, 34,3% são as principais responsáveis financeiras da família e 21% participam diretamente do extrativismo do açaí, além de 12,6% atuarem na pesca/aquicultura.

Isso sugere que muitas mulheres não classificam atividades realizadas no extrativismo, na agricultura familiar, na pesca, no beneficiamento do açaí ou na economia doméstica como uma “ocupação”, ainda que essas atividades contribuam para a sobrevivência da família.

Portanto, a realidade das mulheres de Igarapé-Miri revela uma significativa invisibilidade do trabalho feminino. Parte expressiva das entrevistadas se declara sem ocupação ou sem atividade produtiva, mas participa de atividades econômicas fundamentais para a reprodução social das famílias e para a economia local nas cadeias produtivas do açaí, da pesca e da agricultura familiar.

Gráfico 37 – Qual a sua principal ocupação?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 87 – Cruzamento: faixa etária versus qual a sua principal ocupação?

Qual a sua idade	Qual a sua principal ocupação?						
	Empregada iniciativa privada	Funcionária pública	Autônoma	Empregador empresária	Aposentada / pensionista	Sem ocupação, desempregada, à procura de emprego	NS/SR
15 a 19 anos – 57 respostas	8,8% – 5 respostas	0% – 0 resposta	7,0% – 4 respostas	1,8% – 1 resposta	1,8% – 1 resposta	77,2% – 44 respostas	3,5% – 2 respostas
20 a 29 anos – 86 respostas	1,8% – 11 respostas	1,2% – 1 resposta	20,9% – 18 respostas	0% – 0 resposta	1,2% – 1 resposta	61,6% – 53 respostas	2,3% – 2 respostas
30 a 39 anos – 87 respostas	14,9% – 13 respostas	4,6% – 4 respostas	20,7% – 18 respostas	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	57,5% – 50 respostas	2,3% – 2 respostas
40 a 49 anos – 74 respostas	8,1% – 6 respostas	2,7% – 2 respostas	21,6% – 16 respostas	0% – 0 resposta	1,4% – 1 resposta	60,8% – 45 respostas	5,4% – 4 respostas
50 a 59 anos – 52 respostas	7,7% – 4 respostas	5,8% – 3 respostas	15,4% – 8 respostas	1,9% – 1 resposta	19,2% – 10 respostas	46,2% – 24 respostas	3,8% – 2 respostas
60 ou mais – 49 respostas	0% – 0 resposta	2,0% – 1 resposta	6,1% – 3 respostas	0% – 0 resposta	67,3% – 33 respostas	24,5% – 12 respostas	0% – 0 resposta

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

O Gráfico 38 evidencia a forte divisão sexual do trabalho doméstico no município de Igarapé-Miri. Os dados sobre a responsabilidade pelas tarefas domésticas indicam a permanência de uma divisão tradicional dos papéis de gênero, cujas atividades como cuidado da casa, preparo dos alimentos, limpeza, organização do lar e cuidado com familiares continuam a ser atribuídas predominantemente às mulheres. Em termos práticos, para cada homem que assume a maior parte das tarefas domésticas, há aproximadamente dezesseis mulheres nessa condição.

Os resultados demonstram que as mulheres são as principais responsáveis pela realização das tarefas domésticas em Igarapé-Miri. Quando questionadas sobre quem realiza a maior parte dessas atividades, 86,7% das entrevistadas apontaram a própria mulher como principal responsável. Em contraste, apenas 5,4% indicaram os homens como responsáveis pelas tarefas domésticas. As demais respostas apresentaram percentuais reduzidos, incluindo filhos e filhas (3,7%), avós, tios ou outros parentes (2,5%), empregadas domésticas (1,5%) e não resposta (0,3%).

Esse cenário torna-se ainda mais relevante quando analisado em conjunto com outros resultados da pesquisa. Embora 34,3% das mulheres sejam as principais responsáveis pelo sustento financeiro de suas famílias e 21,2% compartilhem essa responsabilidade com seus parceiros, a quase totalidade das tarefas domésticas continua concentrada sobre elas. Os dados sugerem, portanto, a existência de uma dupla jornada de trabalho, na qual as mulheres acumulam responsabilidades produtivas, reprodutivas e de cuidado.

A sobrecarga doméstica pode produzir impactos em diferentes dimensões da vida das mulheres, incluindo menor disponibilidade para atividades produtivas, participação social, qualificação profissional, geração de renda e ocupação de

espaços de liderança comunitária e política. Além disso, a concentração das responsabilidades domésticas tende a limitar as oportunidades de autonomia econômica e aprofundar desigualdades de gênero já existentes.

Sob a perspectiva territorial amazônica, essa realidade assume características específicas. Em muitas comunidades rurais, ribeirinhas e extrativistas, as mulheres acumulam, simultaneamente, atividades ligadas ao trabalho doméstico, ao cuidado com crianças e idosos, ao processamento do açaí, à agricultura familiar, à pesca artesanal e à gestão cotidiana da alimentação e dos recursos familiares. Dessa forma, o trabalho de cuidado torna-se indissociável da reprodução econômica e social das famílias.

Os resultados reforçam a importância de políticas públicas voltadas à valorização da economia do cuidado, à promoção da corresponsabilidade entre homens e mulheres nas atividades domésticas e ao fortalecimento da autonomia feminina. Também indicam a necessidade de ampliar serviços de apoio às famílias, contribuindo para reduzir a sobrecarga de trabalho que recai sobre as mulheres mirienses. Conectando com outros resultados da pesquisa, o Gráfico 38 sintetiza as desigualdades de gênero encontradas no estudo:

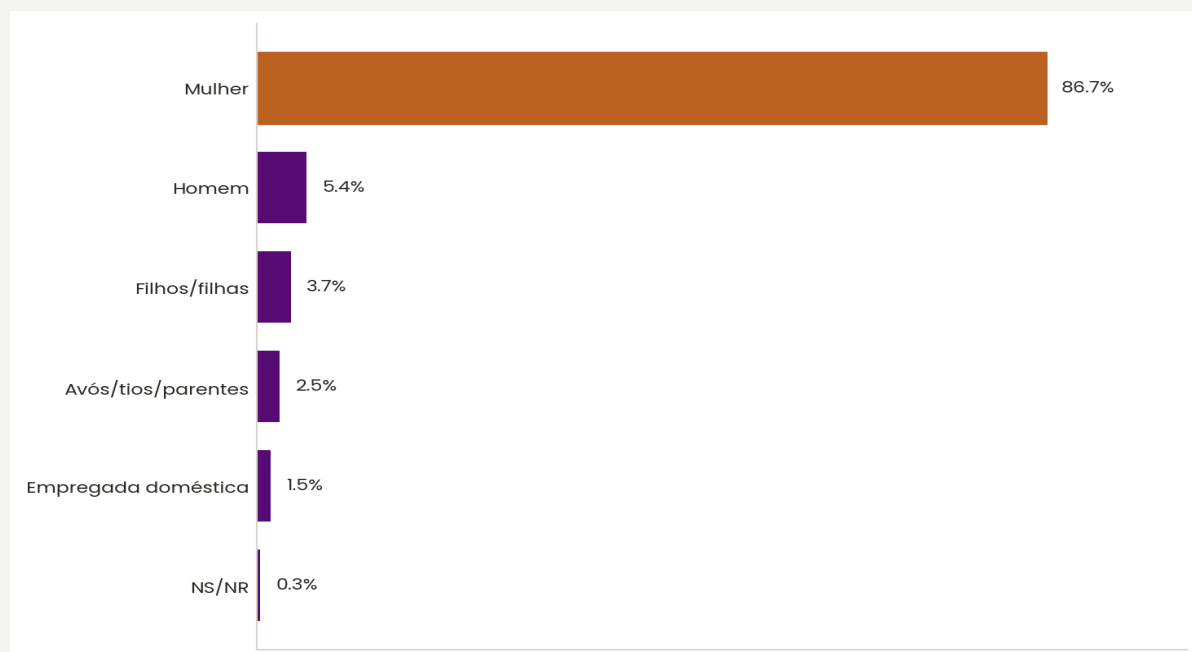
- 86,7% das tarefas domésticas são realizadas pelas mulheres;
- 34,3% das mulheres também são as principais responsáveis financeiras do lar;
- 21,2% compartilham o sustento da família;
- 51,6% afirmam que o clima afeta sua renda;
- 26,2% relataram episódios de insegurança alimentar;
- 66,2% não possuem renda própria.

Esses dados mostram que as mulheres ocupam uma posição de destaque na sustentação material e cotidiana das famílias, mas continuam a assumir de forma desproporcional o trabalho doméstico e de cuidado. Esse resultado articula os conceitos de economia do cuidado, autonomia econômica das mulheres, justiça climática, divisão sexual do trabalho e equidade de gênero, sendo um dos achados mais relevantes para as recomendações de políticas públicas do relatório.

A análise por idade indica como essa responsabilidade se distribui ao longo das gerações e quais grupos enfrentam mais sobrecarga de trabalho doméstico. A análise da distribuição das tarefas domésticas por faixa etária demonstra que as mulheres são as principais responsáveis pelos afazeres do lar em todas as idades. Entre as entrevistadas que afirmaram que a mulher realiza a maior parte das tarefas

domésticas, observa-se expressiva concentração nas faixas de 20 a 29 anos (21,9%) e 30 a 39 anos (21,9%), seguidas pelas mulheres de 40 a 49 anos (18,2%).

Gráfico 38 – Quem realiza a maioria das tarefas domésticas?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Os resultados apontam que a sobrecarga doméstica se intensifica justamente nas fases da vida em que as mulheres acumulam múltiplas responsabilidades, como trabalho remunerado, cuidado com filhos, administração do domicílio e participação em atividades produtivas. Trata-se do período de maior atividade econômica e reprodutiva, o que sugere incidência da dupla ou até tripla jornada de trabalho.

Entre os casos em que os homens foram apontados como principais responsáveis pelas tarefas domésticas, nota-se uma distribuição relativamente equilibrada entre as faixas de 30 a 39 anos (27,3%), 40 a 49 anos (22,7%) e 20 a 29 anos (18,2%). Apesar disso, o número absoluto de respostas permanece muito reduzido, confirmando que a participação masculina na execução das atividades domésticas continua limitada.

Os filhos e as filhas aparecem como principais responsáveis em apenas 15 casos, concentrados, sobretudo, entre as famílias de 40 a 49 anos e 60 anos ou mais (26,7% cada), refletindo, possivelmente, situações em que os filhos têm idade suficiente para colaborar ou assumir parte dos cuidados domésticos.

Um resultado relevante refere-se à categoria “avós, tios ou parentes”, cuja maior incidência ocorre entre adolescentes de 15 a 19 anos (80%). Esse dado sugere que muitas jovens ainda residem em domicílios nos quais os cuidados domésticos são compartilhados ou assumidos por outros familiares, característica comum em arranjos familiares ampliados presentes na Amazônia.

A análise também evidencia que a divisão desigual do trabalho doméstico não se restringe às mulheres adultas. Mesmo entre as jovens de 20 a 29 anos e de 30 a 39 anos, períodos marcados pela inserção produtiva e construção da autonomia econômica, as mulheres seguem as principais responsáveis pela manutenção cotidiana do lar.

Dessa forma, os resultados demonstram que a desigualdade na distribuição das tarefas domésticas acompanha as mulheres ao longo de praticamente todo o ciclo de vida. Essa realidade pode limitar oportunidades de estudo, trabalho, geração de renda, participação política e envolvimento comunitário, contribuindo para a reprodução das desigualdades de gênero observadas no município. O dado mais importante está na idade e na combinação com outros resultados da pesquisa: 86,7% das tarefas domésticas são realizadas pelas mulheres, a maior concentração ocorre entre mulheres de 20 a 39 anos, fase de maior atividade econômica e reprodutiva. Essas mesmas faixas etárias concentram significa:

- participação no extrativismo do açaí;
- trabalho autônomo;
- responsabilidade financeira pelo domicílio;
- percepção dos impactos climáticos sobre a renda.

Diante do exposto, a pesquisa sugere que as mulheres de 20 a 49 anos são imprescindíveis na sustentação econômica, alimentar e social das famílias de Igarapé-Miri, acumulando simultaneamente trabalho produtivo, trabalho doméstico e atividades de cuidado. Esse resultado reforça a importância de incorporar a perspectiva da economia do cuidado e da justiça de gênero nas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial e à adaptação climática no município.

Quando o assunto é Programas de Benefícios Sociais, 70,0% delas declararam que recebem algum benefício, o Bolsa Família se sobressai, com 51,4% de famílias inscritas, aposentadorias, com 13,6%, e o Benefício de Prestação Continuada (2%), dentre outras (2,2%) com destaque para o Programa Bolsa verde³⁴ (Gráficos 39 e 40).

34. Programa de apoio à conservação ambiental do Governo Federal que auxilia famílias em situação de extrema pobreza que vivem em área de conservação ou assentamento, ex.: ribeirinho que colhe o açaí, agricultura familiar em várzea, comunidades extrativistas. Valores recebidos em média de R\$ 1.200,00 ao ano. Acordo: a pessoa cuida da floresta de forma sustentável e o governo paga valores.

Tabela 88 – Cruzamento: quem realiza a maioria das tarefas domésticas versus qual a sua idade?

Quem realiza a maioria das tarefas domésticas?	Qual a sua idade?					
	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 ou mais
Avós/tios/parentes – 10 respostas	80,0% – 8 respostas	0% – 0 resposta	10,0% – 1 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	10,0% – 1 resposta
Empregada doméstica – 6 respostas	16,7% – 1 resposta	33,3% – 2 respostas	0% – 0 resposta	16,7% – 1 resposta	16,7% – 1 resposta	16,7% – 1 resposta
Filhos/filhas – 15 respostas	13,3% – 2 respostas	13,3% – 2 respostas	20,0% – 3 respostas	26,7% – 4 respostas	0% – 0 resposta	26,7% – 4 respostas
Homem – 22 respostas	4,5% – 1 resposta	18,2% – 4 respostas	27,3% – 6 respostas	22,7% – 5 respostas	18,2% – 4 respostas	9,1% – 2 respostas
Mulher – 351 respostas	12,8% – 45 respostas	21,9% – 77 respostas	21,9% – 77 respostas	18,2% – 64 respostas	13,4% – 47 respostas	11,7% – 41 respostas
NS/NR – 1 resposta	0% – 0 resposta	100,0% – 1 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Os Gráficos 39 e 40 revelam um aspecto preponderante da realidade socioeconômica das mulheres de Igarapé-Miri: a dependência das políticas de proteção social para a manutenção das condições de vida das famílias. Os resultados demonstram que os benefícios sociais são inestimáveis na redução da pobreza, na segurança alimentar e na proteção econômica das mulheres.

Os resultados da pesquisa indicam que 70% das mulheres entrevistadas recebem algum tipo de benefício social, enquanto 30% afirmaram não receber qualquer benefício. Trata-se de um percentual elevado que evidencia o papel das políticas públicas de transferência de renda e proteção social para a população feminina do município. Entre os benefícios recebidos, destaca-se o Bolsa Família, mencionado por 51,4% das entrevistadas. Em seguida, aparecem a aposentadoria (13,6%), o Benefício de Prestação Continuada (2,0%) e outros benefícios (2,2%).

Os dados revelam que os programas de proteção social constituem uma importante fonte de sustentação econômica para as famílias mirienses. Esse resultado torna-se ainda mais relevante quando analisado em conjunto com outros indicadores da pesquisa, que apontam que 72,6% das mulheres vivem em famílias com renda de até um salário-mínimo, 66,2% não possuem renda própria e 56,3% se encontram sem ocupação ou à procura de emprego.

Nesse contexto, os benefícios sociais são fundamentais na redução das vulnerabilidades econômicas e sociais, contribuindo para a aquisição de alimentos, manutenção das despesas domésticas, acesso a bens essenciais e proteção das famílias em períodos de instabilidade econômica.

O protagonismo do Bolsa Família merece destaque especial, na medida em que aparece como principal mecanismo de proteção social para mais da metade das

mulheres entrevistadas, indicando sua relevância para o enfrentamento da pobreza e para a promoção da segurança alimentar no município. Esse resultado ganha ainda mais importância diante do fato de que 26,2% das mulheres relataram ter enfrentado falta de comida em pelo menos uma das refeições nos últimos três meses.

A presença significativa de aposentadorias também evidencia a importância da previdência social para o sustento das famílias amazônicas. Em muitos domicílios, como nas áreas rurais, o benefício previdenciário representa uma das poucas fontes de renda monetária estável, contribuindo para os idosos e para o conjunto da família.

Os dados sugerem que os benefícios sociais funcionam como importantes mecanismos de adaptação econômica diante das vulnerabilidades territoriais e climáticas. Em um município no qual mais da metade das mulheres afirma que as condições climáticas afetam sua renda, as transferências de renda ajudam a reduzir os impactos decorrentes da sazonalidade produtiva, das perdas agrícolas, das dificuldades de comercialização e dos eventos climáticos extremos.

Dessa forma, os resultados reiteram que as políticas de proteção social constituem uma iniciativa essencial para a promoção da segurança alimentar, da redução da pobreza e da resiliência das famílias de Igarapé-Miri, sobretudo em um cenário em que as mulheres se encontram em situação de expressiva vulnerabilidade socioeconômica.

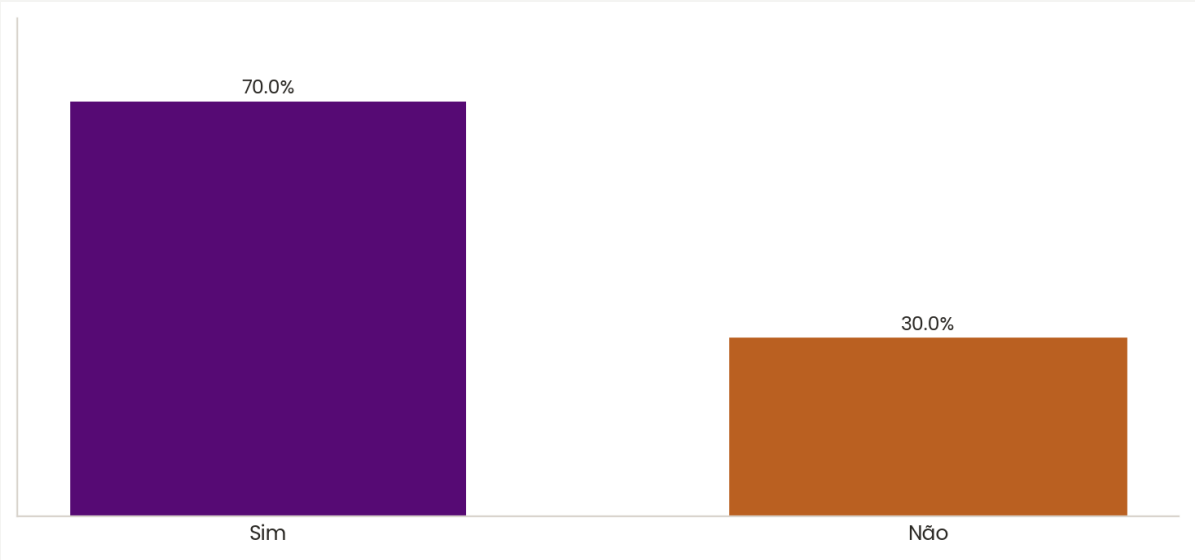
Quando cruzamos esse indicador com os demais dados da pesquisa, emerge um quadro bastante claro: recebem benefício social (70%); Bolsa Família (51,4%); renda familiar até 1 SM (72,6%); não possuem renda própria (66,2%); sem ocupação/desempregadas (56,3%); falta de comida nos últimos 3 meses (26,2%).

Esses números sugerem que os benefícios sociais atuam como complemento de renda e como um dos principais mecanismos de sustentação econômica das famílias e de enfrentamento da pobreza em Igarapé-Miri. Do ponto de vista da pesquisa sobre mulheres, clima e desenvolvimento, esse resultado permite afirmar que os programas de proteção social são também instrumentos de resiliência climática, pois ajudam as famílias a enfrentar perdas de renda associadas às mudanças climáticas, à sazonalidade da produção do açaí, à agricultura familiar e às dificuldades econômicas do território.

Pode-se considerar que a elevada dependência de benefícios sociais observada entre as mulheres mirienses revela a importância das políticas públicas de transferência de renda para a redução das desigualdades sociais e para a proteção das famílias em contextos de vulnerabilidade econômica e climática. Em um município marcado pela predominância de famílias de baixa renda e pela dependência de atividades produtivas sensíveis às condições ambientais, os

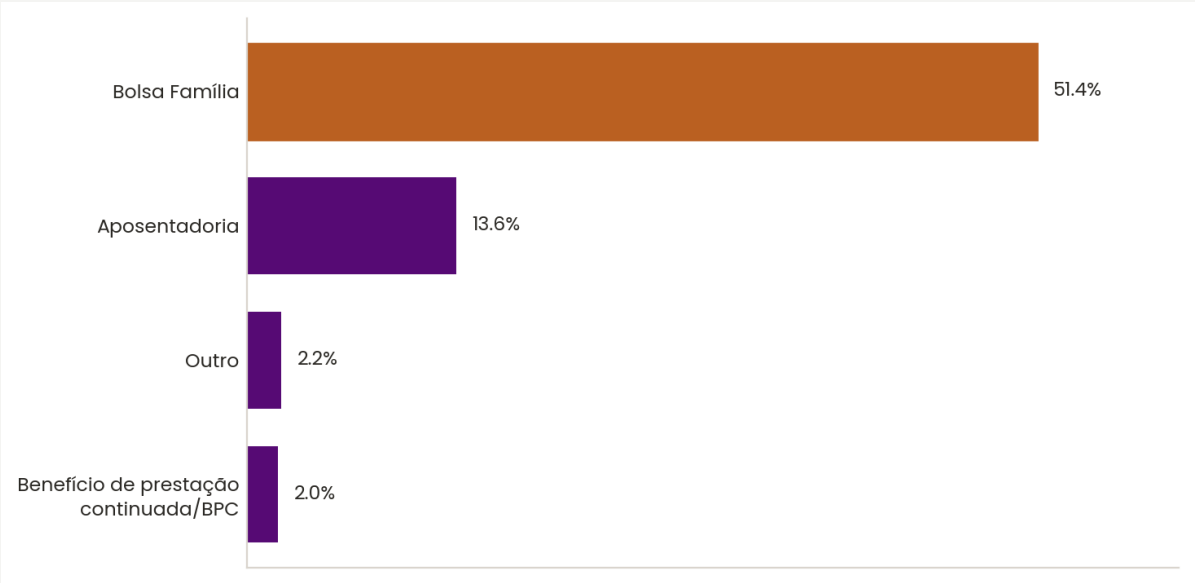
benefícios sociais assumem papel estratégico na promoção da segurança alimentar, da autonomia econômica e da resiliência comunitária.

Gráfico 39 – Você recebe algum benefício social?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Gráfico 40 – Que tipo de benefício social você possui?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

4.4 MEIO AMBIENTE, CLIMA E VULNERABILIDADE TERRITORIAL

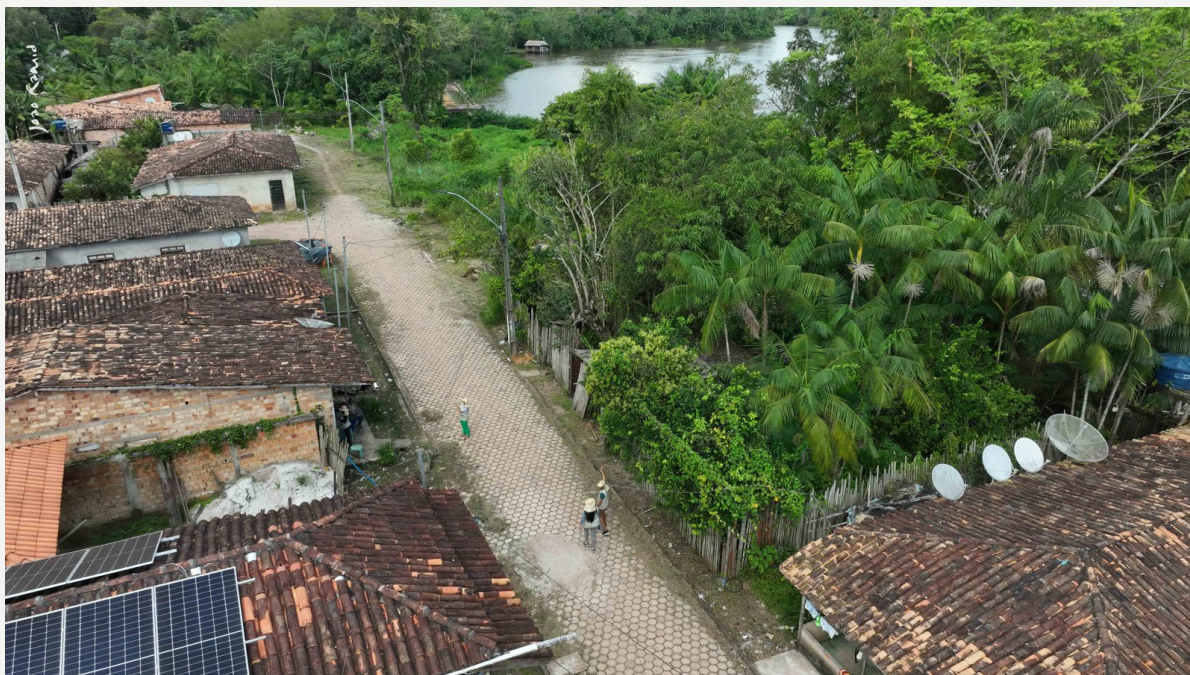


Foto: João Ramid

O município de Igarapé-Miri está inserido no bioma Amazônia, apresentando clima zonal equatorial úmido com um a dois meses seco, e conta com índice pluviométrico com uma média anual em torno de 2.202 mm. Com alta umidade do ar em quase todo o ano, as temperaturas são elevadas cujas médias anuais permanecem em torno de 27°C, além de apresentar uma amplitude térmica baixa (FAPESPA, 2023)³⁵.

De acordo com o levantamento da Climatedempo³⁶, o território é marcado por duas estações climáticas bem definidas: a chuvosa, de janeiro a maio, com pico em março (449 mm), período de risco para inundações e alagamentos; e a seca, de junho a novembro, com mínimo em setembro (30 mm), quando o risco de estresse hídrico se intensifica, agravado pelas temperaturas máximas mais elevadas do ano, que alcançam 32°C entre agosto e outubro. Essa condição climática impõe desafios estruturais a um município em que apenas 16,47% da população recebe água potável pela rede geral de distribuição.

Para o levantamento dos dados sobre meio ambiente, clima e vulnerabilidade territorial, utilizaram-se como fonte os dados provenientes do Sistema Nacional de Informação em Saneamento Básico (SINISA) organizado e sistematizado pelo Instituto Água e Saneamento (IAS) e a Plataforma Adapta Brasil, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

35. PARÁ. Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Educação Técnica e Tecnológica. Estatística Municipal: Igarapé-Miri. Belém: FAPESPA, 2023.

36. CLIMATEMPO. Climatologia: Igarapé-Miri – PA. [S.l.]: [s.d.]. Disponível em: <https://www.climatempo.com.br/climatologia/1199/igarape-miri-pa>. Acesso em: 26 maio 2026.

(INPE), que consolida indicadores científicos sobre riscos e impactos climáticos para todos os municípios brasileiros.

Em 2010, a ONU reconheceu o acesso à água potável como um direito humano fundamental, imprescindível para a vida, dignidade e saúde³⁷. É a base para o acesso a vários outros direitos e tem respaldo de leis e organizações em todo o mundo. A água potável pode ser definida como própria para consumo, ou seja, livre de substâncias e organismos que possam trazer doenças, além de não possuir cor, gosto ou cheiro. Para que uma água seja considerada potável, devemos, portanto, analisar suas características físicas, químicas, biológicas e radioativas.

A OMS estima que cerca de 748 milhões de pessoas não tenham acesso, de forma sustentada, à água potável no mundo e aproximadamente 1,8 bilhão de pessoas utilizam água contaminada. Isso significa que uma grande parcela da população está sujeita a contrair doenças que podem, inclusive, levá-la à morte (UNICEF, 2014).

Com base nos dados fornecidos pelo IAS, em 2024, o Brasil registrou 84,2% da sua população atendida com água, ou seja, cerca de 174.018.231 habitantes. No Pará, o índice é de 51,6% (4.019.972 habitantes) e, no município de Igarapé-Miri, cerca de 16,47% da população (10.655 habitantes) recebe água potável pela Rede Geral de Distribuição.



Foto: João Ramid

37. Através da Resolução nº 64/292: o direito humano à água e ao saneamento. Nova York: ONU, 2010.

Em Igarapé-Miri, o consumo médio per capita de água é abaixo da média do país (180 litros/habitantes/dia) e o preço por metro cúbico é 3,0% maior que o comparado ao nacional. No município, o consumo médio per capita é de 95,8 (litros por habitantes/dia) e a tarifa média é de R\$ 5,9 por metro cúbico. No Pará, a tarifa média de água é R\$ 5,4 por metro cúbico e o consumo é de 134,1 litros por habitante.

Ainda de acordo com o IAS, o município está em fase de elaboração do Plano Municipal de Saneamento. Conforme o Decreto Municipal nº 049³⁸, de 19 de julho de 2023 (Pará, 2023), que institui o comitê gestor para elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico (PLANSAB) para o município de Igarapé-Miri.

Em 29 de abril de 2025, foi realizada audiência pública com a presença de diversas autoridades para apresentar os detalhes do plano de implementação efetiva do PLANSAB, instituído pela Lei Municipal nº 5.285/2024. O encontro também teve como objetivo acolher contribuições da sociedade civil sobre as diretrizes que nortearão o saneamento básico no município, abrangendo ações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana³⁹.

Conforme mencionado anteriormente, apenas 16,47% dos domicílios em Igarapé-Miri têm acesso à rede geral de distribuição de água. De acordo com o Censo de 2022 (IBGE, 2023), a maior parte da população depende de poço artesiano, com 40,75%, ou de rios e igarapés, com 30,89%. Dessa forma, os moradores que utilizam rios e igarapés como fonte de abastecimento estão mais expostos aos impactos climáticos e à contaminação da água.

Destaca-se que a combinação entre fonte aberta, como rios e igarapés, e ausência de canalização adequada amplia as condições para a ocorrência de doenças de veiculação hídrica, cuja incidência tende a aumentar em eventos climáticos extremos, como as cheias. Mesmo que represente uma alternativa relativamente mais segura, o poço artesiano também pode ser vulnerável à contaminação por agrotóxicos e aos efeitos da estiagem prolongada (Tabela 89).

38. IGARAPÉ-MIRI. Gabinete do Prefeito. Decreto Municipal nº 049/2023, de 19 de julho de 2023. Institui comitê gestor para elaborar o plano municipal de saneamento básico para o município de Igarapé-Miri/PA. Igarapé-Miri: Procuradoria-Geral do Município, 2023. Disponível em: <http://www.igarapemiri.pa.gov.br>. Acesso em: 26 maio 2026.

39. IGARAPÉ-MIRI. Prefeitura Municipal. Audiência Pública discute implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico em Igarapé-Miri. Igarapé-Miri, 14 dez. 2023. Disponível em: <https://igarapemiri.pa.gov.br/audiencia-publica-discute-implementacao-do-plano-municipal-de-saneamento-basico-em-igarape-miri/>. Acesso em: 26 maio 2026.

Tabela 89 – Moradores em domicílios particulares permanentes ocupados, por forma de abastecimento de água e canalização em Igarapé-Miri em 2022

Forma de abastecimento	Total	% do total
Rede geral	10.655	16,47%
Poço profundo ou artesiano	26.370	40,75%
Poço raso /cacimba	7.261	11,22%
Fonte, nascente, mina	29	0,04%
Carro-pipa	2	0,00%
Água da chuva armazenada	42	0,06%
Rios, açude, igarapé	19.988	30,89%
Outra forma	359	0,55%
Total	64.706	100%

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base no Censo 2022 (IBGE, 2023).

Sobre o esgotamento sanitário, a classificação das soluções de esgotamento sanitário como adequadas ou inadequadas segue os critérios estabelecidos pelo PLANSAB, em que são consideradas adequadas: rede geral ou pluvial coletora, fossa séptica ou filtro ligada à rede e fossa séptica ou filtro não ligada à rede. As demais formas, como fossa rudimentar, vala, lançamento em corpos hídricos dentre outras, são classificadas como inadequadas por não garantirem tratamento ou confinamento seguro do efluente. O Novo Marco Legal do Saneamento (Lei nº 14.026/2020) estabelece a universalização do esgotamento sanitário adequado até 2033.

Os dados do Censo 2022 (IBGE, 2023) revelam uma situação crítica de saneamento em Igarapé-Miri com apenas 22,41% dos domicílios (3.793 unidades) contam com soluções consideradas adequadas pelo PLANSAB, enquanto 77,13% (13.055 domicílios) utilizam formas inadequadas de destinação do esgoto doméstico.

A solução mais prevalente é a fossa rudimentar ou buraco, presente em 55,59% dos domicílios (9.408 unidades). Esse tipo de instalação representa risco direto de contaminação do solo e dos lençóis freáticos. O quadro se agrava diante dos 2.640 domicílios, equivalentes a 15,60%, que lançam o esgoto em rios, lagos ou córregos, situação preocupante em um município marcado pela presença de cursos d'água e por populações ribeirinhas que dependem desses recursos. O acesso à rede coletora de esgoto é praticamente inexistente: apenas 812 domicílios (4,80%) possuem ligação à rede geral ou pluvial, ou fossa ligada à rede (Tabela 90).

Esse dado é consistente com a ausência de informações do município no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) (2024), indicando que o prestador local não forneceu dados ao sistema federal de monitoramento, conforme verifica-se no IAS (2024).

Tabela 90 – Moradores em domicílios particulares permanentes ocupados por tipo de esgotamento sanitário em Igarapé-Miri (2022)

Tipo de esgotamento sanitário	Domicílios	% do total
Solução adequada (PLANSAB)	Solução adequada (PLANSAB)	Solução adequada (PLANSAB)
Rede geral ou pluvial	209	1,23
Fossa séptica/filtro ligada à rede	603	3,56
Fossa séptica/filtro não ligada à rede	2981	17,61
Subtotal	3.793	22,41
Solução inadequada (PLANSAB)	Solução inadequada (PLANSAB)	Solução inadequada (PLANSAB)
Fossa rudimentar ou buraco	9.408	55,59
Rio, lago, córrego ou mar	2.640	15,60
Vala	506	2,99
Outra forma	501	2,96
Subtotal	13.055	77,13
Sem instalação sanitária	Sem instalação sanitária	Sem instalação sanitária
Não tinham banheiro, nem sanitário	77	0,45
Total geral	16.925	100

Fonte: Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023).

Sobre o destino do lixo, a queima de lixo no próprio terreno é a forma mais predominante no município, afetando mais da metade dos domicílios (52,59%), o que representa um desafio significativo de saneamento ambiental. A coleta formal de lixo, ou seja, diretamente no domicílio ou por caçamba, alcança 45,93% dos domicílios. Dentro desse grupo, a coleta direta no domicílio (40,95%) supera a coleta por caçamba (4,99%), indicando mais cobertura do serviço porta à porta. As demais formas de destinação (enterrado, jogado em área pública e outros) respondem conjuntamente por apenas 1,48% dos domicílios, sendo inexpressivas numericamente, mas relevantes do ponto de vista ambiental e sanitário (Tabela 91).

Tabela 91 – Domicílios particulares permanentes ocupados por destino do lixo em Igarapé-Miri – dados absolutos e percentual

Destino do lixo	Domicílios	Percentual (%)
Total	16.925	100
Coletado no domicílio por serviço de limpeza	6.930	40,95
Depositado em caçamba de serviço de limpeza	844	4,99
Coletado (subtotal)	7.774	45,93
Queimado na propriedade	8.901	52,59
Enterrado na propriedade	99	0,58
Jogado em terreno baldio, encosta ou área pública	106	0,63
Outro destino	45	0,27

Fonte: Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023).

O saneamento básico constitui componente basilar da qualidade ambiental urbana e rural, com impactos diretos sobre saúde pública, gestão de recursos hídricos e condições de habitabilidade. A distribuição desigual desse acesso configura, sob a perspectiva da justiça ambiental, uma forma de vulnerabilidade socioambiental que incide, de maneira diferenciada, sobre grupos populacionais específicos, em particular, mulheres residentes em territórios de menor cobertura infraestrutura.

A Tabela 92 sistematiza, com base no Censo Demográfico 2022 (IBGE), as condições de saneamento básico em domicílios de mulheres segundo a tipologia territorial no município de Igarapé-Miri. Os dados contemplam quatro dimensões de infraestrutura domiciliar (canalização interna de água, banheiro ou sanitário de uso exclusivo, esgotamento sanitário por rede coletora e coleta de lixo) desagregadas por área urbana, rural, terras indígenas, territórios quilombolas e favelas ou comunidades urbanas.

Os indicadores evidenciam acentuado diferencial urbano-rural e marcada precariedade nos territórios indígenas e quilombolas. Na zona rural, o esgotamento sanitário por rede coletora apresenta valores críticos: 1,8% na área rural do Pará e 0,2% em Igarapé-Miri, configurando ausência quase total de cobertura. Em Terras Indígenas (TI), a canalização interna de água atinge apenas 30,2% no estado, ao passo que os dados referentes a Igarapé-Miri são inexistentes para essa categoria, o que pode indicar sub-representação estatística dessas populações no município. Tais resultados apontam para a sobreposição de vulnerabilidades de gênero, raça e território,

reforçando a necessidade de políticas públicas de saneamento orientadas por equidade e diferenciação territorial.

Tabela 92 – Proporção percentual de mulheres em domicílios particulares permanentes, com ocorrência de características dos domicílios selecionadas, segundo características selecionadas do território no Pará e Igarapé-Miri (2022)

Indicador	Área	Pará (%)	Igarapé-Miri (%)
Canalização de água	Urbana	93,2	92,5
Canalização de água	Rural	66	67,3
Canalização de água	Terras Indígenas	30,2	s/d
Canalização de água	Terras quilombolas	65,4	s/d
Canalização de água	Favelas	92,1	90,3
Banheiro exclusivo	Urbana	97,5	96,3
Banheiro exclusivo	Rural	67,4	53,9
Banheiro exclusivo	Terras Indígenas	31,3	s/d
Banheiro exclusivo	Terras quilombolas	59,6	s/d
Banheiro exclusivo	Favelas	98,2	91,7
Esgotamento por rede coletora	Urbana	24,8	9,9
Esgotamento por rede coletora	Rural	1,8	0,2
Esgotamento por rede coletora	Terras Indígenas	0,7	S/D
Esgotamento por rede coletora	Terras quilombolas	3,4	S/D
Esgotamento por rede coletora	Favelas	32,7	S/D
Coleta de lixo	Urbana	96,1	95,1
Coleta de lixo	Rural	16,5	2
Coleta de lixo	Terras Indígenas	5,5	S/D
Coleta de lixo	Terras quilombolas	7,9	S/D
Coleta de lixo	Favelas	96,5	95,9

Fonte: Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023).

Para o levantamento de dados acerca do Meio ambiente, clima e vulnerabilidade territorial utilizou-se a Plataforma Adapta Brasil do MCTI em parceria com INPE. O objetivo dessa plataforma é consolidar dados e indicadores científicos sobre os riscos e os impactos das mudanças climáticas⁴⁰ para todos os 5.570 municípios brasileiros. Os indicadores estão organizados por setores, sendo utilizados, neste relatório, os

40. Nota metodológica: por risco climático, a Plataforma compreende três fatores: ameaça climática, exposição e vulnerabilidade. Ameaça climática: a possibilidade de acontecerem eventos extremos como chuvas, enchentes ou secas que podem levar a perdas de vidas e danos econômicos e sociais. Já a exposição refere-se à existência de elementos aos quais a ameaça climática pode causar danos, sejam eles pessoas, espécies, ecossistemas ou infraestruturas. A vulnerabilidade indica a predisposição de uma área ser afetada pelos impactos das mudanças do clima, sendo composta pela sensibilidade (o quanto a área pode ser imediatamente afetada pela ameaça climática) e pela capacidade adaptativa (a habilidade de se preparar, reagir e adaptar-se à ameaça climática, seja prevenindo os riscos ou mitigando os impactos depois que eles ocorrem) (Brasil, 2026).

seguintes: recursos hídricos, segurança alimentar, segurança energética, desastres geo-hidrológicos e biodiversidade.

Além disso, os indicadores da Plataforma são organizados a partir de um Índice de Risco que varia de 0 a 1, distribuído em cinco níveis: muito baixo (0,00–0,20); baixo (0,21–0,40); médio (0,41–0,60); alto (0,61–0,80); e muito alto (0,81–1,00), conforme detalhado no Quadro 1. As projeções analisadas abrangem os anos de 2020, 2030 e 2050, permitindo identificar tendências de agravamento nos setores de recursos hídricos, segurança alimentar, segurança energética, desastres geo-hidrológicos e biodiversidade.

Para aferir a medição de cada indicador presente nesses setores, consideram-se os valores do índice de risco (que varia de 0 a 1 dentro do intervalo numérico), a partir dos cinco níveis visuais, conforme a Plataforma indica, seguindo uma escala de intervalos iguais. Cada nível ocupa exatamente 0,20 da escala, permitindo uma categorização clara e padronizada para todos os municípios e setores. No Quadro 1, reúnem-se as classificações e as interpretações dos cinco níveis do índice de risco da Plataforma Adapta Brasil MCTI (Brasil, 2026).

Quadro 1 – Classificação e nível do Índice de Risco da Plataforma Adapta Brasil

Intervalo numérico	Nível de risco	Representação visual	Significado prático
0,00 a 0,20	Muito baixo	☐ Azul	Baixa vulnerabilidade e ameaça climática quase nula para o setor.
0,21 a 0,40	Baixo	☐ Verde	Condições controladas, com boa capacidade de resposta local.
0,41 a 0,60	Médio	☐ Amarelo	Ponto de atenção; equilíbrio instável entre ameaça e resiliência.
0,61 a 0,80	Alto	☐ Laranja	Alta exposição e sensibilidade; necessidade urgente de mitigação.
0,81 a 1,00	Muito alto	☐ Vermelho	Situação crítica; extrema vulnerabilidade estrutural e forte ameaça climática.

Fonte: MCTI (Brasil, 2026).

No primeiro setor, o risco de estresse hídrico ocorre quando há redução abrupta ou prolongada das chuvas, alterando o regime de vazão das bacias hidrográficas e mantendo os volumes abaixo da média histórica regional. Essa escassez prejudica setores vitais como a agricultura, a indústria, a geração de energia e o abastecimento

público, gerando graves impactos sociais e econômicos. Como esses déficits tendem a ser cada vez mais frequentes, os custos para a sociedade aumentarão, exigindo estratégias urgentes de adaptação por parte dos usuários da água (Brasil, 2026).

No município de Igarapé-Miri, o índice de risco de impacto de estresse hídrico, em 2020, apresentou a classificação média com 0,43 na escala numérica, ou seja, o município encontra-se em um ponto de atenção, com equilíbrio instável entre ameaça e resiliência. A projeção para 2030 e 2050, conforme sinaliza a Plataforma Adapta Brasil, é de que esse índice chegue a 0,75, isto é, alta exposição, sensibilidade e necessidade urgente de mitigação⁴¹ (Tabela 93).

Tabela 93 – Índice de risco de impacto de estresse hídrico no Pará e Igarapé-Miri em 2020, 2030 e 2050

	2020	2030	2050
Igarapé-Miri	0,43	0,75	0,75

Fonte: MCTI (Brasil, 2026).

O segundo setor é a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), uma área essencial para mensurar os reflexos das mudanças climáticas e dos eventos climáticos extremos. Conforme estabelecido pelo MCTI (Brasil, 2026), assegurar a SAN significa garantir que todos tenham acesso regular, digno e suficiente a alimentos de qualidade, de forma sustentável e sem comprometer outros direitos básicos.

Para conceber a complexidade desse setor, aplica-se o conceito de impacto em cascata. Isso significa que um evento climático inicial pode desencadear uma reação em cadeia, gerando crises socioeconômicas e ambientais sucessivas. À medida que essas perturbações se acumulam, o dano final à segurança alimentar acaba torna-se mais severo do que o choque climático inicial, sobretudo em contextos pela expressiva vulnerabilidade e exposição.

Para operacionalizar a mensuração desse risco, a segurança alimentar é avaliada conforme dois indicadores complementares: índice de risco de impacto na disponibilidade de alimentos e o índice de risco de impacto no acesso e consumo de alimentos. O primeiro conceito refere-se à garantia da oferta interna de alimentos para suprir as demandas da população. Essa dimensão prioriza a produção doméstica de produtos agrícolas e de origem animal, tais como arroz, feijão, batata, mandioca, milho, trigo, leite, ovos e carnes (bovina, suína e de aves).

No município, esse indicador apresenta o índice de 0,11, considerado muito baixo, por sua vez, em 2030, sobe para 0,40, sendo ainda considerado um risco baixo, revelando uma condição de resiliência do local. Já em 2050, o valor cai para 0,21, evidenciando a boa capacidade local de resposta (Tabela 94).

41. Fonte: <https://sistema.adaptabrasil.mcti.gov.br/>.

Tabela 94 – Índice de risco de impacto sobre a disponibilidade de alimentos em Igarapé-Miri em 2020, 2030 e 2050

	2020	2030	2050
Igarapé-Miri	0,11	0,40	0,21

Fonte: MCTI (Brasil, 2026).

O segundo indicador refere-se ao acesso e ao consumo de alimentos, considerando a viabilidade dos meios físicos e econômicos para que a população, em especial os estratos mais vulneráveis, possa adquirir e consumir alimentos saudáveis. Em 2020, Igarapé-Miri registrou o índice de 0,16, classificado muito baixo. Para 2030 e 2050, os índices projetados são de 0,59 e 0,32, respectivamente. Esses resultados indicam elevação para um ponto de atenção em 2030, seguida de redução em 2050, quando o município retorna a uma condição de baixo risco, com condições relativamente controladas e boa capacidade de resposta local (Tabela 95).

Tabela 95 – Índice de risco de impacto da instabilidade na disponibilidade de alimentos para o acesso e consumo em Igarapé-Miri em 2020, 2030 e 2050

	2020	2030	2050
Igarapé-Miri	0,16	0,59	0,32

Fonte: MCTI (Brasil, 2026).

Com relação ao terceiro setor, aborda-se o impacto das mudanças climáticas sobre a segurança energética. Essa análise considera como as alterações no clima podem colocar em risco o fornecimento de energia elétrica e de combustíveis. Nesse sentido, a plataforma Adapta Brasil avalia a segurança energética mediante duas vertentes: a produção e o consumo de energia.

Para quem produz, o desafio é entregar uma energia limpa, segura e contínua. No Brasil, a matriz energética é altamente dependente das hidrelétricas, a falta de chuvas seca os reservatórios, eleva o risco de apagões e encarece a conta de luz, devido ao acionamento de usinas térmicas poluentes. Somado a isso, eventos climáticos extremos, como vendavais e temporais, destroem redes de transmissão e interrompem o abastecimento.

Do lado da demanda, o impacto incide no orçamento e no bem-estar das famílias, ao passo que as ondas de calor provocam picos de consumo pelo uso de refrigeração, sobrecarregando o sistema. Esse cenário penaliza desproporcionalmente a população de baixa renda, que precisa comprometer a compra de itens básicos para quitar a conta de luz. Além da questão financeira, a vulnerabilidade geográfica também interfere na segurança energética, uma vez que comunidades isoladas ou periféricas tendem a enfrentar mais demora no restabelecimento dos serviços em caso de apagões.

De acordo com a Plataforma, o índice de risco à disponibilidade de energia elétrica em Igarapé-Miri é de 0,35, classificado como baixo. Tal resultado indica condições controladas e boa capacidade de resposta local. Todavia, para o período de 2041 a 2070, o índice projetado sobe para 0,79, indicando alto risco e considerável exposição do município, demandando medidas de adaptação e mitigação (Tabela 96).

Tabela 96 – Índice de risco à disponibilidade de energia elétrica em Igarapé-Miri em 2020 e 2041–2070

	2020	2041 a 2070
Igarapé-Miri	0,35	0,79

Fonte: MCTI (Brasil, 2026).

Já com relação ao acesso, em 2020, o índice de risco climático ao acesso à energia elétrica em Igarapé-Miri é de 0,57, indicando um risco médio com equilíbrio instável entre ameaça e resiliência. A projeção para o período de 2041 a 2070 é mais alarmante, com índice de 0,83, evidenciando um risco muito alto com extrema vulnerabilidade estrutural e forte ameaça climática (Tabela 97).

Tabela 97 – Índice de risco ao acesso de energia elétrica em Igarapé-Miri em 2020 e 2041–2070

	2020	2041 a 2070
Igarapé-Miri	0,57	0,83

Fonte: MCTI (Brasil, 2026).

No contexto dos desastres geo-hidrológicos, que abrangem fenômenos naturais como deslizamentos de terra, inundações, enxurradas e alagamentos, o conceito de desastre é caracterizado como uma interrupção grave no funcionamento de uma comunidade ou sociedade. Esse tipo de evento resulta num elevado número de fatalidades, além de causar profundas perdas e impactos materiais, econômicos e ambientais.

A gravidade da situação reside no fato de os danos excederem a capacidade da população afetada de enfrentar e superar o cenário utilizando apenas seus próprios recursos. Embora esses desastres se caracterizam por um impacto inicial imediato e localizado, seus efeitos indiretos podem alcançar dimensões mais amplas, tanto do ponto de vista geográfico como temporal (Brasil, 2026). Os desastres geo-hidrológicos considerados nesta análise são deslizamentos de terra, inundações, enxurradas e alagamentos (Tabelas 98 e 99).

Tabela 98 – Índice de risco para deslizamento de terra em Igarapé-Miri em 2020, 2030 e 2050

	2020	2030	2050
Igarapé-Miri	0,83	0,83	0,83

Fonte: MCTI (Brasil, 2026).

Tabela 99 – Índice de risco para inundações, enxurradas e alagamentos em Igarapé-Miri em 2020, 2030 e 2050

	2020	2030	2050
Igarapé-Miri	0,55	0,73	0,79

Fonte: MCTI (Brasil, 2026).

No que concerne à biodiversidade, de acordo com a Plataforma Adapta Brasil, o índice de risco à integridade do bioma mensura o impacto das mudanças climáticas sobre as macrorregiões ecológicas, sendo determinado pela capacidade de resiliência climática de cada sistema. Essa resiliência decorre da complexa interação entre a intensidade dos eventos climáticos e os limites fisiológicos de tolerância que sustentam o funcionamento adequado dos ecossistemas. Assim, o nível de risco é configurado pela combinação de três fatores: a exposição aos estressores; a vulnerabilidade intrínseca do ambiente; e o grau de impacto sofrido.

Do ponto de vista teórico, a ocorrência de mudanças gradativas nas condições ambientais pode desgastar silenciosamente os ecossistemas. Esse processo reduz progressivamente a capacidade de auto-organização e de regeneração das comunidades biológicas após sofrerem um distúrbio, culminando no comprometimento severo de sua estrutura e de suas funções dinâmicas. Em suma, o estresse contínuo degrada a integridade do sistema. Por definição, um bioma preserva sua integridade quando suas características ecológicas dominantes mantêm plasticidade e estabilidade suficientes para suportar perturbações e recuperar-se delas, sejam estas decorrentes da dinâmica ambiental natural ou geradas por pressões e interferências humanas (Brasil, 2026).

Dessa forma, o risco à integridade do bioma no Pará registrou, em 2020, índice de 0,30 na escala, classificado como baixo, indicando condições controladas e boa capacidade de resposta local. Contudo, nas projeções para 2070, o índice sobe para 0,77, o que indica alta exposição e demanda medidas urgentes de mitigação e adaptação (Tabela 100).

Tabela 100 – Índice de risco à integridade do bioma no Pará

	2020	2041-2070
Pará	0,30	0,77

Fonte: MCTI (Brasil, 2026).

Os dados revelam um cenário de vulnerabilidade crescente para Igarapé-Miri nas próximas décadas, com projeções de agravamento em praticamente todos os setores analisados. Diante desse quadro, torna-se urgente conhecer os riscos, identificar quem os suporta de forma mais intensa e garantir que as políticas públicas locais sejam orientadas por essa realidade, colocando as mulheres mirienses no centro das estratégias de adaptação e resiliência climática.

A pesquisa primária complementa essa análise ao indicar como esses fenômenos são percebidos pelas mulheres e como afetam a renda, a segurança alimentar, a saúde, a mobilidade, o acesso aos serviços públicos e as estratégias locais de adaptação climática.

A pesquisa primária demonstrada pelo conjunto de resultados demonstrados (Gráficos 41 e 42 e Tabelas 101 e 102) apontam que as mulheres de Igarapé-Miri mantêm elevada percepção das mudanças climáticas e conseguem identificar seus efeitos concretos sobre a saúde, a produção, a renda e as condições de vida. Os dados também mostram que esses impactos são percebidos de maneira distinta entre os territórios urbano e rural.

A pesquisa evidencia que as mudanças climáticas são amplamente reconhecidas pelas mulheres de Igarapé-Miri. Quando questionadas se perceberam alterações no clima nos últimos cinco anos, 86,4% responderam afirmativamente, enquanto apenas 11,6% afirmaram não ter observado mudanças e 2,0% não souberam ou não responderam. A percepção é praticamente idêntica entre os territórios, alcançando 86,9% das mulheres da zona rural e 85,8% das residentes na área urbana.

Esse resultado indica que as mudanças climáticas já são percebidas como uma realidade concreta no município, independentemente da localização territorial das entrevistadas. Trata-se de um indicador importante de conscientização ambiental e de vivência direta dos efeitos climáticos no cotidiano das famílias.

Entre os impactos percebidos, o aumento do calor aparece como o principal efeito das mudanças climáticas, citado por 72,4% das entrevistadas. O dado é ainda mais expressivo na zona rural (74,3%) do que na urbana (69,9%), revelando que o calor extremo se tornou a manifestação climática mais evidente para as mulheres mirienses. Esse resultado reforça outros achados da pesquisa, a exemplo daqueles relacionados aos impactos do calor sobre a saúde e sobre as atividades produtivas.

Os demais impactos apresentam forte diferenciação territorial. Na zona rural, destacam-se a perda na produção do açaí (6,8%), a redução dos estoques pesqueiros (5,0%), o aumento das chuvas (4,5%) e a perda na agricultura (0,9%). Esses resultados refletem a estreita relação entre as comunidades rurais e os recursos naturais, evidenciando que as mudanças climáticas já afetam atividades

fundamentais para a geração de renda, a alimentação e a reprodução econômica das famílias.

Na área urbana, por outro lado, os impactos mais mencionados foram o aumento das chuvas (9,3%), o crescimento da poluição (7,7%) e a ocorrência de enchentes e deslocamentos populacionais (4,4%). Tais percepções sugerem que as mulheres urbanas associam as mudanças climáticas aos desafios de infraestrutura urbana, drenagem, saneamento e mobilidade.

A diferença entre os territórios revela que os efeitos das mudanças climáticas não se manifestam de forma homogênea. Enquanto as mulheres rurais tendem a perceber os impactos sobre a produção, o extrativismo e os recursos naturais, as mulheres urbanas identificam alterações relacionadas ao ambiente construído e aos serviços urbanos.

Os resultados também indicam que as mudanças climáticas ultrapassam a dimensão ambiental e influenciam aspectos sociais e econômicos do cotidiano. A percepção de redução da produção do açaí, do desaparecimento dos peixes, do aumento das enchentes e da intensificação do calor evidencia que os efeitos climáticos atingem, simultaneamente, a segurança alimentar, a geração de renda, a saúde e as condições de vida das famílias.

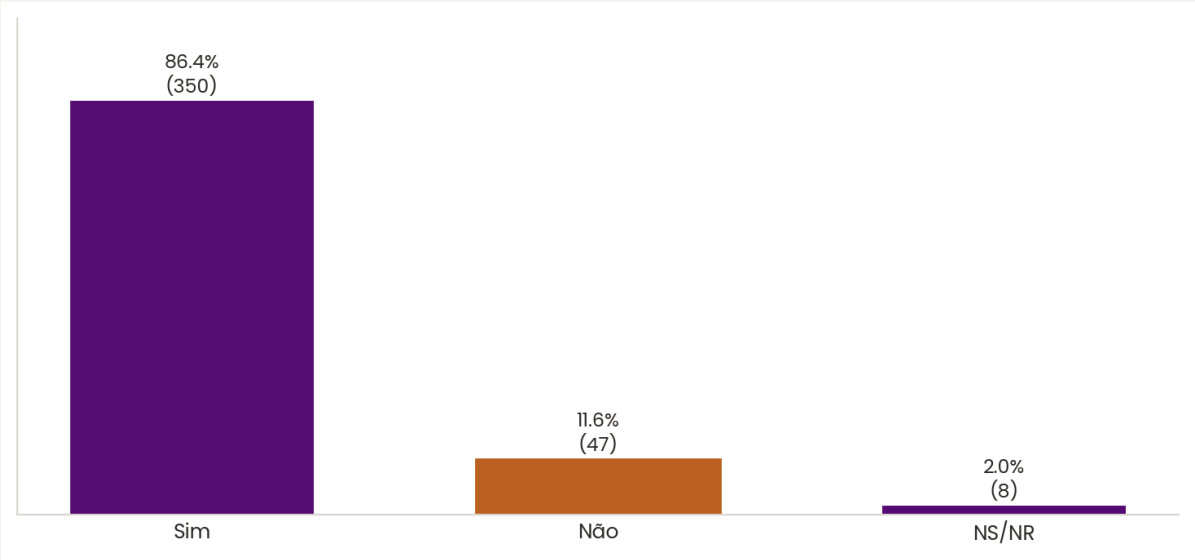
Nessa direção, a pesquisa confirma que as mulheres de Igarapé-Miri reconhecem as mudanças climáticas e identificam seus efeitos concretos sobre os modos de vida amazônicos. Esse conhecimento local constitui importante fonte de informação para a formulação de políticas públicas de adaptação climática, fortalecimento da bioeconomia, proteção dos recursos naturais e promoção da justiça climática no município.

Quando articulados aos demais dados já levantados, os dados evidenciam a percepção das mulheres sobre os efeitos das mudanças climáticas no território. Entre as entrevistadas, 86,4% afirmam perceber mudanças no clima; 72,4% identificam aumento do calor; 51,6% relatam que o clima afeta a renda; 53% apontam impactos dos eventos climáticos sobre a saúde; 41,2% indicam que o calor extremo afeta a saúde; e 58,8% relatam dificuldade total ou parcial de acesso aos serviços de saúde durante eventos climáticos.

As mulheres de Igarapé-Miri apresentam elevada percepção das mudanças climáticas e identificam seus impactos sobre a saúde, a renda, a produção de alimentos e os recursos naturais. O calor extremo emerge como o principal sinal das transformações climáticas, à medida que os impactos percebidos refletem as especificidades territoriais do município. Nas áreas rurais, predominam preocupações relacionadas à produção de açaí, à pesca e à agricultura, por sua vez, nas áreas urbanas, destacam-se enchentes, chuvas intensas e problemas de infraestrutura.

Esses resultados demonstram que a adaptação climática deve considerar as diferentes realidades territoriais e os conhecimentos locais das mulheres amazônicas.

Gráfico 41 – Você acha que o clima mudou nos últimos cinco anos na sua região?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 101 – Cruzamento: área delimitada versus você acha que o clima mudou nos últimos cinco anos na sua região?

Área	Você acha que o clima mudou nos últimos cinco anos na sua região?		
	Sim	Não	NS/NR
Rural – 222 respostas	86,9% – 193 respostas	11,3% – 25 respostas	1,8% – 4 respostas
Urbana – 183 respostas	85,8% – 157 respostas	12,0% – 22 respostas	2,2% – 4 respostas

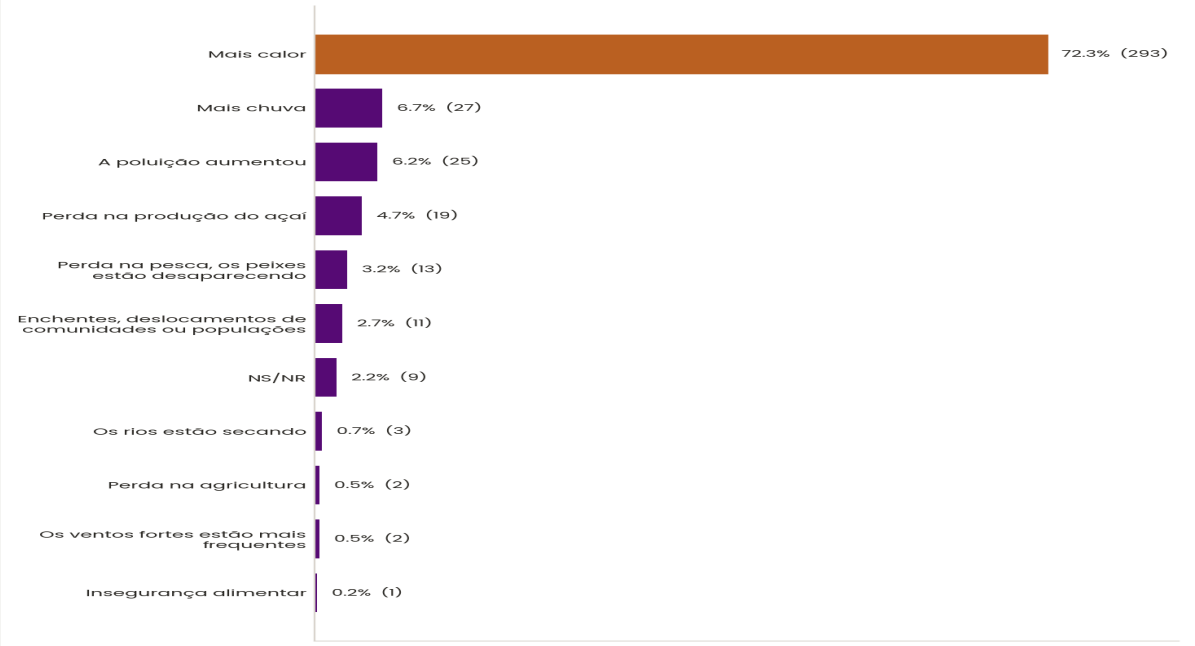
Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 102 – Cruzamento: área delimitada versus quais os principais impactos percebidos dessas mudanças no seu cotidiano?

Quais os principais impactos percebidos dessas mudanças no seu cotidiano?											
Área	Mais calor	A poluição aumentou	Os rios estão secando	Os ventos fortes estão mais frequentes	Insegurança alimentar	Perda na pesca, os peixes estão desaparecendo	Perda na produção do açaí	Perda na agricultura	Enchentes, deslocamentos de comunidades ou populações	Mais chuva	NS/NR
Rural – 222 respostas	74,3% – 165 respostas	5,0% – 11 respostas	0% – 0 respostas	0,5% – 1 resposta	0,5% – 1 resposta	5,0% – 11 respostas	6,8% – 15 respostas	0,9% – 2 respostas	1,4% – 3 respostas	4,5% – 10 respostas	1,4% – 3 respostas
Urbana – 183 respostas	69,9% – 128 respostas	7,7% – 14 respostas	1,6% – 3 respostas	0,5% – 1 resposta	0% – 0 respostas	1,1% – 2 respostas	2,2% – 4 respostas	0% – 0 respostas	4,4% – 8 respostas	9,3% – 17 respostas	3,3% – 6 respostas

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Gráfico 42 – Quais os principais impactos percebidos dessas mudanças no seu cotidiano?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Esses resultados aprofundam a compreensão da vulnerabilidade climática das famílias de Igarapé-Miri, pois mostram a percepção das mudanças climáticas e seus impactos concretos sobre as moradias e as condições de vida das mulheres. A pesquisa demonstra que os eventos climáticos já afetam uma parcela significativa das famílias de Igarapé-Miri. Quando questionadas se suas residências já foram atingidas por enchentes, alagamentos, ventanias, secas ou outros eventos climáticos extremos, 32% das mulheres responderam afirmativamente, enquanto 68% afirmaram não ter vivenciado esse tipo de situação.

Embora a maioria das entrevistadas não tenha relatado impactos diretos sobre a moradia, o fato de aproximadamente uma em cada três mulheres declarar que sua casa já foi afetada por eventos climáticos elucida que esses fenômenos constituem uma realidade concreta para uma parcela importante da população do município.

A análise territorial desvela um resultado interessante. Diferentemente de outros indicadores climáticos da pesquisa, os impactos sobre as residências são ligeiramente mais elevados na área urbana (36,1%) do que na zona rural (29,3%). Esse resultado sugere que os problemas relacionados à drenagem urbana, à ocupação de áreas suscetíveis a alagamentos, à deficiência de infraestrutura e à expansão urbana podem aumentar a exposição das famílias da cidade aos eventos climáticos extremos.

Na zona rural, mesmo que os impactos sobre as residências sejam menores em termos percentuais, os eventos climáticos tendem a afetar outros aspectos do cotidiano, como a produção agrícola, o extrativismo, a pesca, a mobilidade fluvial e a geração de renda. Em vista disso, os efeitos climáticos assumem características distintas conforme o território.

Entre as mulheres que relataram impactos em suas residências, a maioria afirmou que esses eventos ocorrem raramente (28,2%). Apenas 3,7% indicaram ocorrência frequente, enquanto 0,5% responderam nunca, resultado que pode decorrer de interpretações distintas da pergunta. Ainda assim, os dados sugerem que, embora os eventos não ocorram continuamente, possuem intensidade suficiente para marcar a memória e a percepção das famílias.

Os resultados demonstram que os impactos climáticos não se restringem às dimensões ambientais ou produtivas, alcançando, também, a infraestrutura habitacional e a segurança das famílias. Danos às moradias podem gerar perdas materiais, interrupção da rotina familiar, deslocamentos temporários, riscos à saúde e aumento da vulnerabilidade social, especialmente entre famílias de baixa renda.

Quando analisados em conjunto com outros indicadores da pesquisa, os dados revelam um cenário de múltiplas vulnerabilidades. As mulheres entrevistadas já percebem mudanças climáticas (86,4%), relatam impactos na saúde (53%) na renda

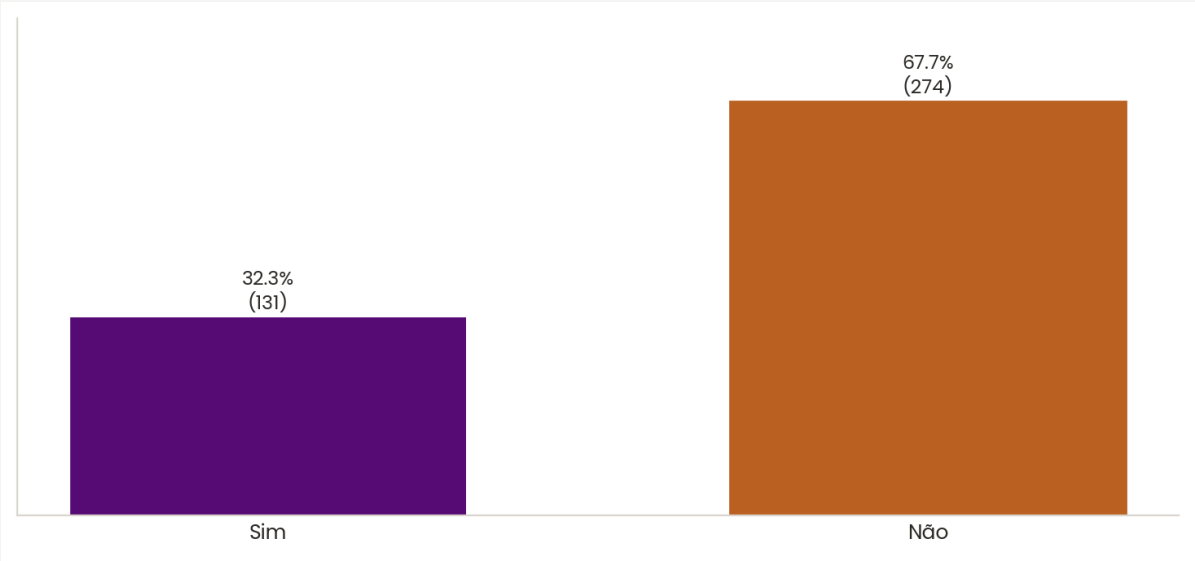
(51,6%) e, em um terço dos casos, também nas condições de moradia. Isso indica que os efeitos das mudanças climáticas estão presentes em variadas dimensões da vida cotidiana das mulheres mirienses.

Dessa forma, os resultados reforçam a necessidade de investimentos em adaptação climática, infraestrutura urbana e rural, drenagem, habitação resiliente e gestão de riscos, considerando as especificidades territoriais do município e os grupos populacionais mais vulneráveis. Este resultado permite identificar dois padrões distintos de vulnerabilidade, quais sejam:

Vulnerabilidade urbana: ocorrência frequente de impactos diretos sobre as moradias (36,1%); associação com alagamentos, drenagem insuficiente e enchentes; percepção expressiva de aumento das chuvas (9,3%) e percepção relevante de enchentes e deslocamentos populacionais (4,4%);

Vulnerabilidade rural: baixa recorrência de impacto sobre a moradia (29,3%); impacto expressivo sobre renda, pesca, produção de açaí e agricultura; dependência relevante dos recursos naturais; sensibilidade às alterações dos ciclos ambientais.

Gráfico 43 – Sua casa já foi afetada por eventos climáticos?



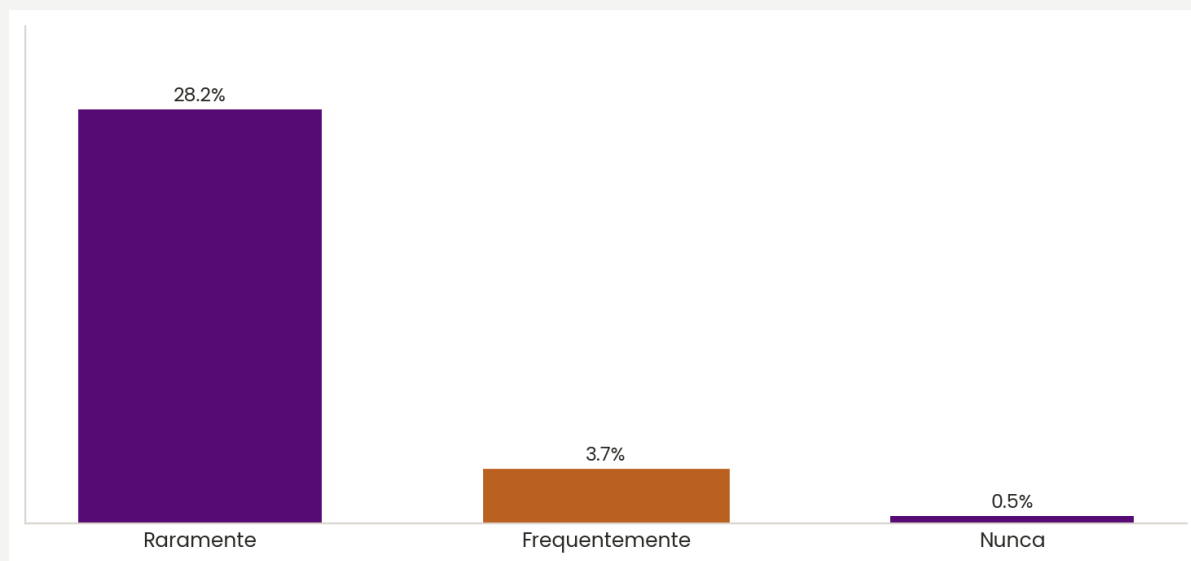
Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 103 – Cruzamento: área delimitada versus sua casa já foi afetada por eventos climáticos: (enchentes, ventania, seca, alagamento etc.)?

Área	Sua casa já foi afetada por eventos climáticos: (enchentes, ventania, seca, alagamento etc.)?	
	Sim	Não
Rural – 222 respostas	29,3% – 65 respostas	70,7% – 157 respostas
Urbana – 183 respostas	36,1% – 66 respostas	63,9% – 117 respostas

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Gráfico 44 – Com que frequência sua casa é afetada por eventos climáticos?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Nesta pesquisa de campo, analisou-se o aspecto do impacto das mudanças climáticas ou do clima no bem-estar dessas mulheres em Igarapé-Miri. Esse conjunto de resultados é relevante porque amplia a análise dos impactos das mudanças climáticas para além das dimensões econômicas e ambientais, evidenciando seus efeitos diretos sobre a qualidade de vida, a saúde e o bem-estar das mulheres de Igarapé-Miri.

Os dados da pesquisa demonstram que as mudanças climáticas afetam significativamente o bem-estar das mulheres mirienses. Quando questionadas sobre essa relação, 64% afirmaram que o clima interfere em seu bem-estar, enquanto 36% responderam negativamente. Trata-se de um percentual expressivo, indicando que praticamente duas em cada três mulheres percebem impactos climáticos em sua qualidade de vida.

A análise territorial mostra que essa percepção é bastante homogênea entre os diferentes espaços do município. Na zona rural, 63,5% das mulheres afirmaram que o clima afeta seu bem-estar, percentual muito próximo ao observado na área urbana (65,0%). Esse resultado sugere que, embora os impactos climáticos se manifestem de formas distintas entre campo e cidade, seus efeitos sobre a qualidade de vida são sentidos de maneira generalizada em todo o território municipal.

Entre as mulheres que relataram impactos no bem-estar, a saúde física aparece como principal consequência, mencionada por 55,6% das entrevistadas. Os demais impactos apresentaram percentuais significativamente menores, incluindo trabalho e renda (2,0%), saúde mental (2,0%), sono (1,7%), deslocamentos (1,2%) e alimentação (1,0%). O predomínio da saúde física reforça a percepção de que os eventos climáticos,

especialmente o calor extremo, já produzem efeitos concretos sobre o organismo e a rotina das mulheres.

Esse resultado articula com outros achados da pesquisa. Anteriormente, 53% das entrevistadas afirmaram que eventos climáticos já afetaram sua saúde e 41,2% apontaram o calor extremo como principal fator associado a esses impactos. Em conjunto, os dados sugerem que o calor excessivo, as mudanças nos regimes de chuva e outros eventos climáticos vêm influenciando o conforto térmico, o cansaço físico, a disposição para o trabalho e as condições gerais de saúde.

A análise por faixa etária também revela diferenças importantes. Entre as mulheres que afirmaram que o clima afeta seu bem-estar, a concentração mais expressiva encontra-se na faixa de 30 a 39 anos (24,2%), seguida pelas mulheres de 20 a 29 anos (20,8%) e de 40 a 49 anos (18,8%). Essas faixas etárias correspondem justamente ao período de maior atividade produtiva, reprodutiva e de cuidado familiar, quando as mulheres costumam acumular responsabilidades relacionadas ao trabalho, à renda, à criação dos filhos e à gestão do domicílio.

Esse resultado sugere que os impactos climáticos podem ser mais intensamente percebidos pelas mulheres que se encontram em plena idade economicamente ativa, especificamente aquelas que conciliam atividades produtivas, trabalho doméstico e responsabilidades familiares. Nessas condições, o aumento do calor, as dificuldades de mobilidade e os problemas de saúde tendem a produzir efeitos mais significativos sobre o cotidiano.

Gráfico 45 – O clima afeta o seu bem-estar?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 104 – Cruzamento: área delimitada versus o clima afeta o seu bem-estar?

Área	O clima afeta o seu bem-estar?	
	Sim	Não
Rural – 222 respostas	63,5% – 141 respostas	36,5% – 81 respostas
Urbana – 183 respostas	65,0% – 119 respostas	35,0% – 64 respostas

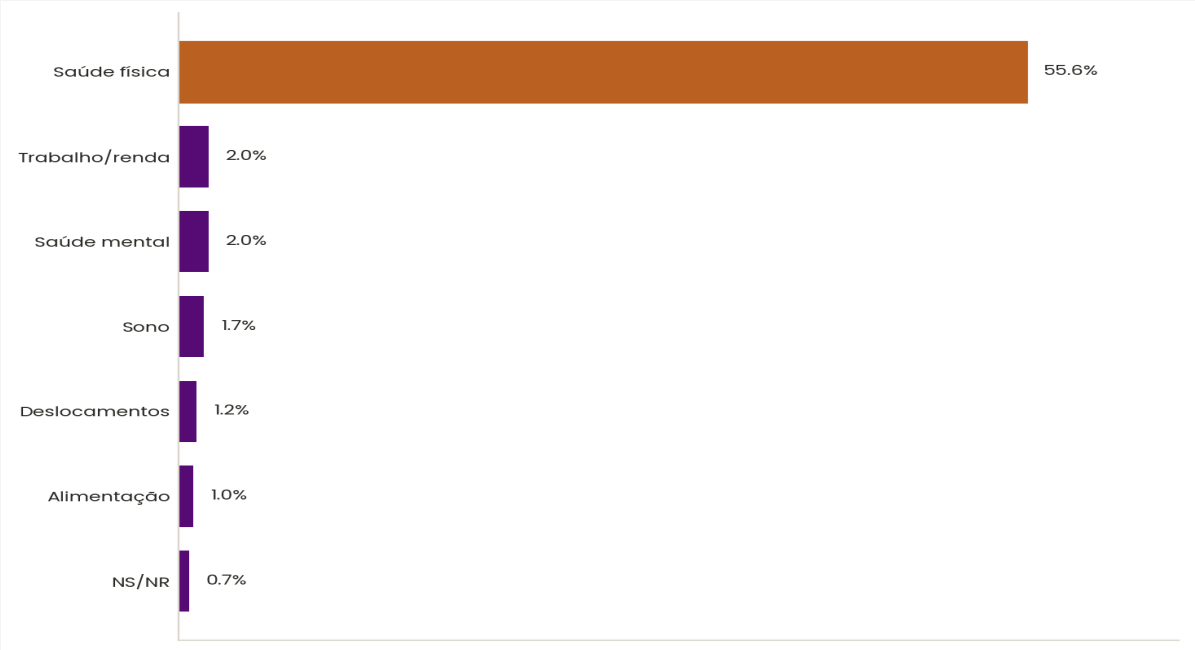
Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 105 – Cruzamento: o clima afeta o seu bem-estar versus qual a sua idade?

O clima afeta o seu bem-estar?	Qual a sua idade?					
	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 ou mais
Não – 145 respostas	15,9% – 23 respostas	22,1% – 32 respostas	16,6% – 24 respostas	17,2% – 25 respostas	12,4% – 18 respostas	15,9% – 23 respostas
Sim – 260 respostas	13,1% – 34 respostas	20,8% – 54 respostas	24,2% – 63 respostas	18,8% – 49 respostas	13,1% – 34 respostas	10,0% – 26 respostas

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Gráfico 46 – Quais os principais impactos no seu bem-estar?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

O Gráfico 47 apresenta um resultado interessante ao revelar que, a despeito das vulnerabilidades socioeconômicas e climáticas identificadas na pesquisa, existe um importante conjunto de práticas ambientais já incorporadas ao cotidiano das mulheres de Igarapé-Miri.

Na participação das mulheres em atividades ambientais e de sustentabilidade, os dados mostram que 63,9% delas realizam algum tipo de atividade relacionada ao meio ambiente ou à sustentabilidade, enquanto 36,1% afirmam não desenvolver

nenhuma ação dessa natureza. O resultado demonstra que a maioria das entrevistadas já possui algum nível de envolvimento com práticas ambientais, seja em casa, na comunidade, no trabalho, na escola ou em outros espaços sociais.

A principal atividade mencionada foi a separação do lixo ou a participação em iniciativas de coleta seletiva, citada por 45,7% das entrevistadas. Esse achado revela uma importante sensibilização ambiental e sugere que as mulheres são protagonistas na gestão cotidiana dos resíduos domésticos, contribuindo para práticas de reaproveitamento e descarte mais adequado dos materiais.

Em seguida, aparecem a horta familiar (6,9%) e a reciclagem de objetos para reutilização (5,7%), atividades relacionadas à sustentabilidade, à segurança alimentar e à redução de resíduos. No contexto amazônico, as hortas familiares possuem relevância especial por contribuírem para a diversificação alimentar, a produção de alimentos para autoconsumo e o fortalecimento da autonomia das famílias.

Outras atividades aparecem com menor frequência, como a participação em eventos socioambientais (1,7%), o plantio de mudas para doação (1,2%) e outras iniciativas (0,7%). Embora os percentuais sejam reduzidos, esses dados indicam a existência de grupos de mulheres que atuam de forma mais direta em ações de mobilização ambiental e educação socioambiental.

Uma contradição importante, quando comparado a outros resultados da pesquisa, o Gráfico 47 revela uma situação interessante. Embora 45,7% afirmem separar resíduos ou participar de alguma forma de coleta seletiva, a pesquisa também mostrou que 40,5% das entrevistadas ainda realizam a queima do lixo doméstico na zona rural.

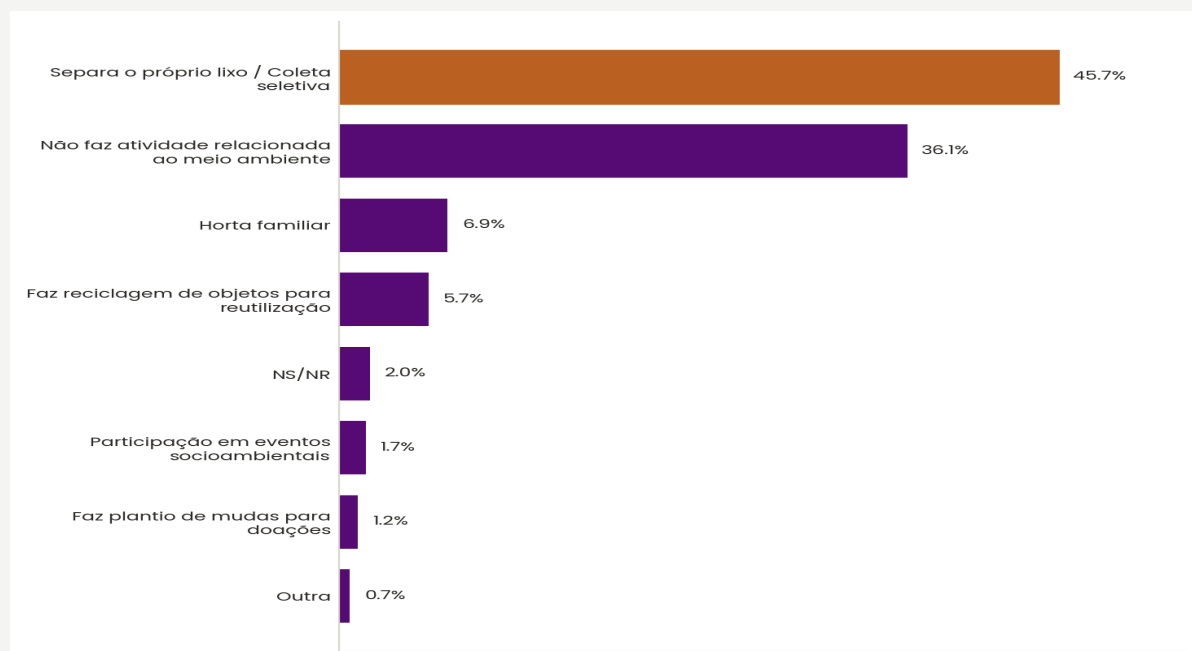
Essa aparente contradição sugere que muitas mulheres adotam práticas ambientalmente responsáveis dentro das possibilidades existentes, mas enfrentam limitações estruturais relacionadas à ausência de coleta pública regular, aos sistemas de reciclagem e à infraestrutura de saneamento, sobretudo, nas comunidades rurais e ribeirinhas.

Na relação com mudanças climáticas, o resultado ganha ainda mais relevância quando analisado à luz da percepção climática observada na pesquisa: 86,4% percebem mudanças no clima; 72,4% apontam o aumento do calor como principal impacto; 64% afirmam que o clima afeta seu bem-estar e 53% relatam impactos climáticos sobre a saúde. Esses dados indicam que as mulheres reconhecem os problemas ambientais e desenvolvem práticas cotidianas que podem contribuir para a sustentabilidade local e para a adaptação climática.

Quanto ao protagonismo feminino e sustentabilidade, um dos principais achados desse indicador é o reconhecimento do papel das mulheres como agentes ambientais no território. As atividades identificadas estão relacionadas a temas como:

educação ambiental; economia circular; segurança alimentar; agroecologia; adaptação climática baseada em comunidades; gestão de resíduos; sustentabilidade amazônica.

Gráfico 47 – Você faz alguma atividade relacionada ao meio ambiente ou sustentabilidade em sua casa, trabalho, comunidade, escola, igreja, entre outras?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Quanto ao resíduo sólido domiciliar, a análise desse indicador é importante porque evidencia como as condições de infraestrutura urbana e de saneamento influenciam a gestão dos resíduos sólidos em Igarapé-Miri, refletindo tanto limitações dos serviços públicos quanto práticas tradicionais das famílias amazônicas. Os resultados também dialogam com o eixo de mudanças climáticas, uma vez que a destinação inadequada do lixo contribui para a poluição dos cursos d'água, emissões atmosféricas, proliferação de vetores de doenças e agravamento dos impactos ambientais.

Os dados mostram que a queima do lixo doméstico constitui a principal forma de destinação dos resíduos (40,5%), seguida pela separação e reaproveitamento ou reciclagem (31,1%) e pelo simples acondicionamento em sacos (26,9%). Apenas 1,5% das entrevistadas indicaram outras formas de destinação.

O fato de a queima aparecer como principal prática revela limitações na cobertura da coleta regular de resíduos, sobretudo nas comunidades rurais e ribeirinhas, nas quais o acesso aos serviços públicos é mais restrito. Embora culturalmente difundida em muitas áreas amazônicas, a queima do lixo produz impactos negativos sobre a qualidade do ar, aumenta a emissão de gases de efeito estufa e pode comprometer a saúde da população, especificamente de crianças, idosos e pessoas com doenças respiratórias.

Por outro lado, chama atenção o percentual relativamente elevado de mulheres (31,1%) que afirmam separar resíduos para reaproveitamento, alimentação de animais, compostagem ou reciclagem. Esse resultado demonstra a existência de práticas ambientais positivas associadas ao aproveitamento dos resíduos orgânicos e ao uso racional dos recursos, indicando potencial para o fortalecimento de políticas municipais de educação ambiental e gestão sustentável dos resíduos sólidos.

A análise territorial evidencia contrastes bastante expressivos. Na zona rural, 92,1% das pessoas que queimam o lixo pertencem às comunidades rurais, confirmando que essa prática está associada à ausência ou à baixa cobertura dos serviços públicos de coleta. Já na área urbana, predominam formas mais compatíveis com sistemas formais de gestão dos resíduos. Entre aquelas que afirmam apenas ensacar o lixo, 66,1% residem na cidade, enquanto 77,0% das mulheres que realizam algum tipo de separação ou reaproveitamento também pertencem ao espaço urbano. Esses resultados sugerem que a infraestrutura disponível influencia o comportamento ambiental da população. Onde existe mais oferta de coleta, tende a reduzir-se a necessidade da queima dos resíduos.

As práticas de destinação do lixo apresentam pouca variação entre as diferentes faixas etárias. A queima do lixo distribui-se relativamente de forma homogênea entre adultos de 30 a 49 anos, grupos que concentram aproximadamente 46% dos casos registrados.

Da mesma forma, as práticas de separação, reaproveitamento e reciclagem aparecem distribuídas entre todas as idades, indicando que tais comportamentos parecem estar mais relacionados às condições territoriais e ao acesso aos serviços públicos do que propriamente ao perfil etário das entrevistadas.

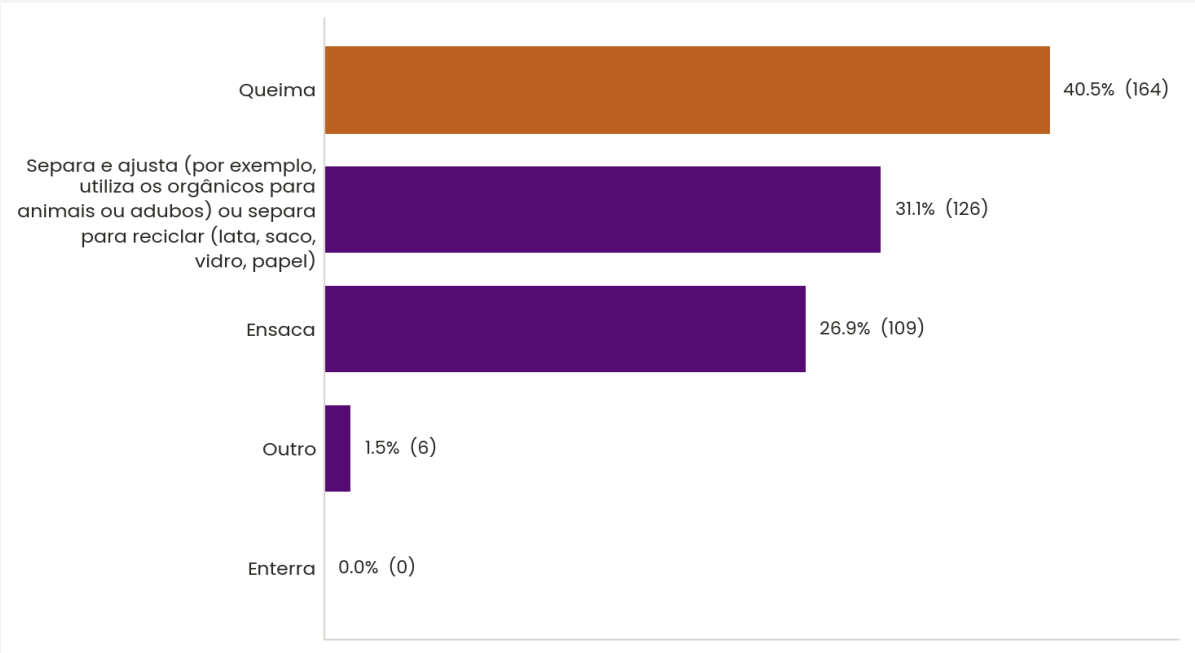
Quando integrado com os demais resultados da pesquisa, esse indicador reforça outros resultados apresentados ao longo do diagnóstico como a predominância da população rural e ribeirinha influencia o acesso aos serviços públicos. Aproximadamente metade das entrevistadas relatou que eventos climáticos já afetaram sua saúde; uma parcela significativa enfrenta dificuldades de acesso aos serviços públicos durante eventos climáticos; e a ampla maioria considera importante a educação ambiental nas escolas. Em conjunto, esses resultados evidenciam que saneamento, gestão de resíduos, educação ambiental e adaptação climática constituem dimensões interdependentes da qualidade de vida das mulheres de Igarapé-Miri.

Os resultados dialogam com Becker (2005), ao demonstrar que os desafios ambientais amazônicos não podem ser dissociados das condições de desenvolvimento territorial e da oferta de infraestrutura pública. Para a autora, o desenvolvimento sustentável da Amazônia exige investimentos em serviços básicos

compatíveis com as características do território. Também convergem com Castro (2008, 2024) que ressalta que a organização dos territórios amazônicos está profundamente condicionada pela dispersão das comunidades e pela limitada presença do Estado em diversas áreas rurais, fatores que influenciam o acesso aos serviços de saneamento e limpeza urbana.

Além disso, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) estabelece que a gestão dos resíduos deve priorizar a não geração, redução, reutilização, reciclagem e destinação ambientalmente adequadas, princípios que ainda encontram desafios importantes em municípios com grande dispersão territorial como Igarapé-Miri.

Gráfico 48 – Qual a forma de destinação do seu lixo doméstico?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 106 – Cruzamento: qual a forma de destinação do seu lixo doméstico versus área delimitada?

Qual a forma de destinação do seu lixo doméstico?	Área	
	Urbana	Rural
Ensaca – 109 respostas	66,1% – 72 respostas	33,9% – 37 respostas
Enterra – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta
Outro – 6 respostas	16,7% – 1 resposta	83,3% – 5 respostas
Queima – 164 respostas	7,9% – 13 respostas	92,1% – 151 respostas
Separa e ajusta (por exemplo, utiliza os orgânicos para animais ou adubos) ou separa para reciclar (lata, saco, vidro, papel) – 126 respostas	77,0% – 97 respostas	23,0% – 29 respostas

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 107 – Cruzamento: qual a forma de destinação do seu lixo doméstico? X Faixa etária?

Qual a forma de destinação do seu lixo doméstico?	Qual a sua idade?					
	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 ou mais
Ensaca – 109 respostas	12,8% – 14 respostas	22,9% – 25 respostas	21,1% – 23 respostas	18,3% – 20 respostas	11,9% – 13 respostas	12,8% – 14 respostas
Outro – 6 respostas	16,7% – 1 resposta	33,3% – 2 respostas	0% – 0 resposta	16,7% – 1 resposta	16,7% – 1 resposta	16,7% – 1 resposta
Queima – 164 respostas	15,2% – 25 respostas	18,9% – 31 respostas	23,8% – 39 respostas	22,6% – 37 respostas	9% – 15 respostas	10,4% – 17 respostas
Separa e ajusta (por exemplo, utiliza os orgânicos para animais ou adubos) Separa para reciclar (lata, saco, vidro, papel) – 126 respostas	13,5% – 17 respostas	22,2% – 28 respostas	19,8% – 25 respostas	12,7% – 16 respostas	18,3% – 23 respostas	13,5% – 17 respostas

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

4.5 PROTAGONISMO FEMININO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL



Foto: João Ramid

A inserção de mulheres na política e a superação da sub-representação feminina nos espaços de liderança compõem uma agenda global relevante. No Brasil, a assimetria de gênero fica evidente na escassa ocupação feminina em funções proporcionais e, restritamente, em cargos majoritários. Sousa Filho e Álvares (2013) apontam que a escolha de quem concorre ao pleito atende a critérios informais e de cunho subjetivo, desenhados para proteger os interesses de mercado e manter as elites dominantes no controle.

De acordo com os autores, historicamente, conforme pontuado na literatura, o exercício do poder político foi associado ao gênero masculino, o que faz com que as

competências femininas, na esfera pública, sejam interpretadas com estranheza pelos demais atores políticos. Esse distanciamento reflete uma herança social cumulativa: a reclusão histórica da mulher no ambiente doméstico não pago ou a empregos desvalorizados, sob o pretexto de uma suposta “natureza feminina”. Essa divisão sexual do trabalho negligenciou o valor das mulheres em atividades qualificadas, obscurecendo o entendimento de que elas são, por excelência, agentes de mudança e sujeitas de sua própria história.

Conforme apontam os dados publicados pelo Ministério das Mulheres no relatório Brasil (2025), a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão é ação estratégica imprescindível na agenda da política brasileira. Em 2024, as mulheres representam cerca de 52,5% do eleitorado brasileiro, todavia ainda persiste uma sub-representação em todos os espaços de poder e decisão do país.

A despeito das conquistas históricas impulsionadas pelos movimentos feministas, entre as quais se destaca a inserção das mulheres na esfera política, a assimetria de gênero na ocupação de cargos eletivos no Brasil permanece acentuada. Conforme Vale et al. (2025), essa disparidade estrutural na representatividade torna-se flagrante tanto no decorrer das campanhas eleitorais quanto na consolidação dos resultados das urnas, evidenciando o longo caminho para a equidade de gênero no poder público.

Nas Eleições Gerais de 2022, os dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), disponibilizados na plataforma Data Mulheres, detalham a participação feminina sob três perspectivas: o eleitorado, as candidaturas registradas e o resultado efetivo das urnas (mulheres eleitas). Em 2022, o número absoluto de mulheres eleitoras inscritas era de 82.373.164, representando 52,7% do eleitorado. Já os homens representam, em números absolutos, em torno de 74.044.065, com cerca de 47,3%.

Em 2022, as candidaturas femininas bateram recorde histórico em termos de registros formais na Justiça Eleitoral, superando, ligeiramente, a cota mínima exigida por lei. De forma que 34% do total de candidaturas registradas para os cargos federais, estaduais e distritais (presidente, governador, senador, deputado federal e deputado estadual/distrital) foram candidaturas femininas.

Apesar do recorde de candidatas e da maioria no eleitorado, a conversão de votos em mandatos evidenciou a manutenção da sub-representação nos cargos majoritários e proporcionais federais: na Câmara dos Deputados, foram eleitas 91 deputadas federais, o que representou 17,7% das 513 cadeiras parlamentares. No Senado Federal, na disputa pelas 27 vagas renovadas em 2022, apenas 4 mulheres foram eleitas. Ao considerar a composição total da casa (81 senadoras e senadores em exercício), a representação feminina fechou o ciclo eleitoral em 14,8% e, no

Executivo estadual, apenas duas governadoras foram eleitas no país, representando 7,4% das 27 unidades da federação.

Nas eleições municipais de 2024, o número de candidatas(os) aptas(os) inscritos(as) nas eleições municipais por sexo foi de 159.005 mulheres (34%) e os homens foi 304.344 (65%). Na disputa do Poder Executivo das cidades, as mulheres representaram apenas 15% dos concorrentes em todo o país (cerca de 2,3 mil candidatas) e, dentro das câmaras municipais, são cerca de 35% de mulheres disputando o pleito eleitoral.

Os resultados mostram que, nas câmaras dos vereadores, as mulheres conquistaram 18,24% das vagas em todo o Brasil (totalizando 10.634 vereadoras eleitas). Nas prefeituras, as mulheres foram eleitas para comandar 13,3% das prefeituras do país (cerca de 735 prefeitas eleitas de um universo de 5.569 municípios). No cenário estadual⁴², as eleições municipais de 2024 no Pará apresentam o seguinte panorama: as mulheres constituem a maioria expressiva da força votante do estado, representando 51,2% do eleitorado apto, o que equivale a mais de 3,1 milhões de eleitores em um universo de cerca de 6 milhões de votantes.

No âmbito do Executivo, o desempenho paraense superou, significativamente, os índices nacionais: das 144 municipalidades do estado, 31 elegeram mulheres para a chefia das prefeituras, consolidando um percentual de 21,5% de comandos femininos no mandato das cidades. Em contrapartida, as câmaras municipais registraram um ritmo de crescimento mais lento; a bancada feminina nas cadeiras legislativas dos municípios paraenses fixou-se em aproximadamente 17,3%, evidenciando que o parlamento local permanece como um espaço de difícil acesso e superação de barreiras estruturais para as lideranças femininas

Nas eleições municipais de 2024 em Igarapé-Miri, o número de eleitores mostra-se equilibrado com cerca de 49,8% de mulheres e 50,2% de homens, com cerca de 26.012 mulheres e 26.235 homens (Tabela 108).

Tabela 108 – Eleitores inscritos por sexo em Igarapé-Miri nas eleições de 2024

Eleitores	Total			Distribuição percentual (%)	
	52.247	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Eleitores	52.247	26.012	26.235	49,8	50,2

Fonte: TSE (2024). Data de atualização: 13 de setembro de 2024

Já entre as candidaturas aptas, apenas 36% de mulheres (cerca de 52) concorreram aos cargos de vereadores e como vice-prefeitas contra 63% de homens

(cerca de 90) (Tabela 109). Observa-se que nenhuma mulher concorreu ao cargo majoritário (prefeitura), sendo que o único cargo do poder executivo em que houve candidatura feminina foi o de vice-prefeita, ainda que minoritária (25%), mas esse cargo depende de estar numa chapa eleita (Tabela 110).

Tabela 109 – Candidatos(as) aptos(as) inscritos(as) nas eleições municipais por sexo em Igarapé-Miri nas eleições de 2024

Eleitores	Total			Distribuição percentual (%)	
	142	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Eleitores	142	52	90	36	63

Fonte: TSE (2024). Data de atualização : 14 de novembro de 2024

Tabela 110 – Candidatos(as) aptos(as) inscritos(as) nas eleições municipais por sexo, segundo o cargo em Igarapé-Miri nas eleições de 2024

Cargo	Total		Distribuição Percentual	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Total	52	90	36,0	63,0
Prefeito	0	4	0,0	100,0
Vice-prefeito	1	3	25	75
Vereador	51	83	38	61,0

Fonte: TSE (2024). Data de atualização: 14 de novembro de 2024

O recorte por cor ou raça (Tabela 111) indica que, das 142 candidaturas aptas, 52 eram femininas (36%) e 90 masculinas (63%). Entre candidaturas brancas, as mulheres corresponderam a 33% (9 candidatas) e os homens a 66% (18 candidatos). Entre candidaturas pretas ou pardas, as mulheres representaram 36,8% (42 candidatas) e os homens 63,2% (72 candidatos). Registrou-se, ainda, uma candidatura classificada em outra categoria racial, de sexo feminino. Nesse recorte, a desigualdade de gênero mostrou-se relativamente uniforme entre os grupos raciais na fase das candidaturas.

42. Para compreender a trajetória política e partidária das mulheres no Pará, bem como as relações de gênero, sugerimos avaliar a contribuição pioneira da professora Dra. Maria Luzia Miranda Álvares, coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa “Eneida de Moraes” sobre Mulher e Relações de Gênero (GEPEM) na UFPA, além da Revista Gênero na Amazônia, publicação periódica e interdisciplinar que produz artigos fundamentados em olhar multivariado, agregando estudos sob a perspectiva de gênero na Amazônia.

Tabela 111 – Candidatos(as) aptos(as) inscritos(as) nas eleições municipais por sexo, segundo o cor ou raça em Igarapé-Miri nas eleições de 2024

Cor ou raça	Total		Distribuição percentual (%)	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Total	52	90	36,0	63,0
Branca	9	18	33,0	66,0
Preta ou parda	42	72	36,8	63,2
Outra	1	0	100	0

Fonte: TSE (2024). Data de atualização: 14 de novembro de 2024

Com relação ao resultado efetivo das urnas, em Igarapé-Miri tanto o cargo de prefeito(a) quanto o de vice-prefeito(a) foram ocupados exclusivamente por homens. As seis mulheres eleitas conquistaram seus mandatos exclusivamente pelo cargo de vereadora, representando 40% das 15 vagas da Câmara Municipal, enquanto os homens ocuparam os nove assentos restantes (Tabela 112).

O recorte racial dos candidatos eleitos mostra que, em termos absolutos, mulheres pretas ou pardas elegeram mais representantes do que mulheres brancas: foram 4 eleitas contra 2, o que significa que a presença feminina na Câmara Municipal foi majoritariamente composta por mulheres negras (Tabela 113).

Tabela 112 – Candidatos(as) eleitos(as) nas eleições municipais por sexo, segundo o cargo

Candidatos Eleitos	Total		Distribuição percentual	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Total	6	11	35,3	64,7
Prefeito	0	1	0,0	100,0
Vice-prefeito	0	1	0,0	100,0
Vereador	6	9	40,0	60,0

Fonte: TSE (2024). Data de atualização: 14 de novembro de 2024

Tabela 113 – Candidatas (os) eleitas (os) nas eleições municipais por sexo, segundo a cor ou raça

Cor ou raça	Total		Distribuição percentual	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Total	6	11	35,3	64,7
Branca	2	1	66,7	33,3
Preta ou parda	4	10	28,6	71,4

Fonte: TSE (2024). Data de atualização: 14 de novembro de 2024

A ausência da participação feminina em cargos gerenciais constitui em uma das expressões mais persistentes da desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro. Embora as mulheres representem parcela significativa da força de trabalho nacional e apresentem, em média, nível de escolaridade superior ao dos homens, com 29,75% delas tendo frequentado o Ensino Superior, contra 21,5% deles (IBGE, 2022), essa vantagem educacional não se converte proporcionalmente em acesso a cargos de maior prestígio e remuneração.

No Brasil, há uma ampla literatura especializada nas barreiras que impedem a ascensão da mulher dentro do mercado de trabalho. Nesse debate, destaca-se a obra de Maria Cristina Bruschini (2007), ao analisar como a atribuição histórica do trabalho doméstico e dos cuidados familiares às mulheres representa um dos principais obstáculos à sua progressão profissional, na medida em que limita a disponibilidade de tempo e energia para o investimento na carreira.

Nesse ínterim, Guiginski e Wajnman (2019) apontam que essa dinâmica é agravada pela chamada penalidade da maternidade (*motherhood penalty*), que impõe às mulheres com filhos pequenos, especialmente as negras e pardas, os menores índices de ocupação formal. Conforme apontam os dados da PNAD Contínua, em 2022, as mulheres ocupavam apenas 39,3% dos cargos gerenciais no Brasil, enquanto os homens respondiam por 60,7% dessas posições. Já no Pará, havia 41 mil pessoas em cargos gerenciais⁴³, sendo que 61% eram ocupados por homens e 39% por mulheres (Tabela 114).

A participação feminina nos cargos gerenciais no Brasil cresceu de 36,6% em 2019 para 39,3% em 2022, um avanço de 2,7 pontos percentuais no período. Nota-se que houve uma queda consecutiva entre 2019 e 2021, chegando ao ponto mais baixo em 34,9%, com recuperação expressiva apenas em 2022. Isso sugere que a pandemia pode ter impactado negativamente a presença feminina nesses postos. Por seu turno, o Pará apresentou trajetória bem diferente; em 2021, as mulheres chegaram a ocupar 44,6% dos cargos gerenciais no estado, esse é o pico mais alto observado nos dados. Contudo, em 2022, houve uma queda para 39,0%, praticamente empatando com o Brasil (Tabela 114, 115, 116 e 117).

43. Nota metodológica: de acordo com o IBGE (2018), a participação das mulheres em cargos gerenciais corresponde à proporção de mulheres no total de cargos na administração sênior e intermediária, correspondendo às categorias 11 (legisladores e altos funcionários) ou 12 (gerentes corporativos) da Classificação Internacional Uniforme de Ocupações [International Standard Classification of Occupations (ISCO-08)], da OIT.

Tabela 114 – Participação das mulheres nos cargos gerenciais, Brasil e Pará (2022)

Brasil e UF	Pessoas ocupadas em cargos gerenciais		
	Total (1.000 pessoas)	Proporção por sexo (%)	
Brasil e UF	Total (1.000 pessoas)	Homem	Mulher
Brasil	2.455	60,7	39,3
Pará	41	61,0	39,0

Fonte: IBGE (2022).

Tabela 115 – Participação das mulheres nos cargos gerenciais, Brasil e Pará (2021)

Brasil e UF	Pessoas ocupadas em cargos gerenciais		
	Total (1.000 pessoas)	Proporção por sexo (%)	
Brasil e UF	Total (1.000 pessoas)	Homem	Mulher
Brasil	2.387	65,1	34,9
Pará	40	55,4	44,6

Fonte: IBGE (2022).

Tabela 116 – Participação das mulheres nos cargos gerenciais, Brasil e Pará (2020)

Brasil e UF	Pessoas ocupadas em cargos gerenciais		
	Total (1.000 pessoas)	Proporção por sexo (%)	
Brasil e UF	Total (1.000 pessoas)	Homem	Mulher
Brasil	2.751	64,3	35,7
Pará	52	60,1	39,9

Fonte: IBGE (2022).

Tabela 117 – Participação das mulheres nos cargos gerenciais, Brasil e Pará (2019)

Brasil e UF	Pessoas ocupadas em cargos gerenciais		
	Total (1.000 pessoas)	Proporção por sexo (%)	
Brasil e UF	Total (1.000 pessoas)	Homem	Mulher
Brasil	3.135	63,4	36,6
Pará	47	63,6	36,4

Fonte: IBGE (2022).

A pesquisa primária aprofunda essa análise ao investigar o grau de participação das mulheres nas decisões comunitárias, sua inserção em organizações sociais, sua percepção sobre liderança feminina e os fatores que facilitam ou dificultam o exercício do protagonismo no território.

Ao analisar a participação das mulheres nas decisões da comunidade, observa-se que 59% delas não participam desses processos decisórios. Isso significa que cerca de seis em cada dez mulheres não têm participação direta na tomada de decisões comunitárias. O indicador é preocupante, pois mostra que as mulheres em Igarapé-Miri ainda são pouco ouvidas e que suas demandas nem sempre são consideradas nos espaços coletivos de deliberação.

Esse cenário se agrava quando as informações são analisadas por recorte territorial: na zona urbana, o percentual de mulheres que não participam das decisões comunitárias sobe para 69,9%. Por outro lado, um aspecto relevante é que 59% das entrevistadas afirmaram que gostariam de participar dessas decisões. A pesquisa também investigou se a possibilidade de ter renda própria facilitaria a participação das mulheres nos processos decisórios, e 73,6% responderam afirmativamente. Entre as que afirmaram positivamente, 52% residiam na zona rural (Gráfico 49 e Tabela 117).

O resultado da pesquisa secundária evidencia a importância da inserção das mulheres nos espaços coletivos de decisão para o fortalecimento do protagonismo feminino e da governança territorial. Ao mesmo tempo que os dados indicam disposição para participar, também revelam obstáculos à efetiva participação social feminina em Igarapé-Miri.

A pesquisa de campo mostra que 38,5% das mulheres participam de decisões em associações, conselhos, grupos religiosos, organizações comunitárias ou outros espaços coletivos, enquanto 59,0% afirmaram não participar e 2,5% não responderam. Ainda que a maioria das entrevistadas ainda não participe desses espaços, o percentual de participação pode ser considerado significativo em um município caracterizado por extensas áreas rurais, comunidades ribeirinhas e desafios de mobilidade territorial.

Os dados revelam uma diferença territorial bastante expressiva. Na zona rural, 47,3% das mulheres afirmaram participar de espaços de decisão comunitária, percentual expressivamente superior ao observado na área urbana, em que apenas 27,9% relataram participação. Em contrapartida, o percentual de não participação é mais elevado na cidade (69,9%) do que no meio rural (50,0%).

Quanto à participação social na ruralidade amazônica, esse resultado ajuda a conceber uma característica importante do território de Igarapé-Miri. Diferentemente da visão tradicional que associa a cidade a maiores oportunidades de participação, as comunidades rurais amazônicas apresentam fortes vínculos comunitários e formas próprias de organização social. Nas áreas rurais e ribeirinhas, a vida cotidiana depende da cooperação entre famílias e da atuação de organizações locais, como: associações de produtores; colônias de pescadores; cooperativas; grupos religiosos; conselhos escolares; organizações de mulheres; e movimentos sociais.

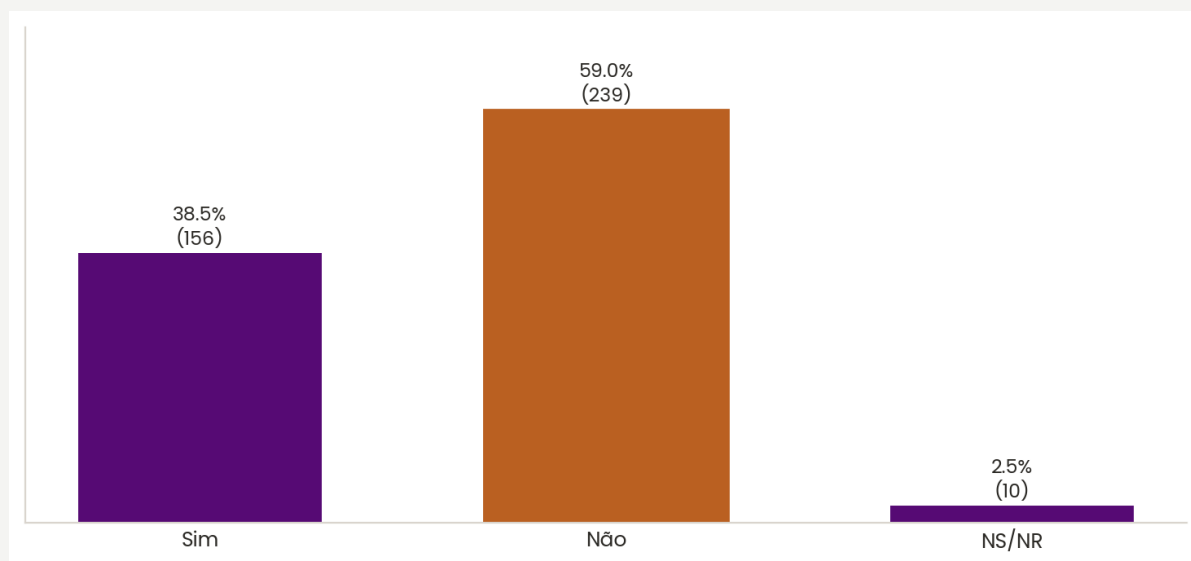
Nesse contexto, a participação coletiva constitui uma necessidade para acessar políticas públicas, defender direitos territoriais, organizar a produção e enfrentar desafios comuns relacionados à mobilidade, à infraestrutura e a serviços públicos. No item participação e capital social, os resultados sugerem que as mulheres rurais apresentam considerável inserção nas redes de sociabilidade e governança comunitária, contribuindo para a construção do chamado capital social territorial, entendido como a capacidade de cooperação, mobilização e ação coletiva existente em uma comunidade.

Esse aspecto se articula a outros resultados da pesquisa. As mulheres do meio rural aparecem mais associadas às atividades produtivas ligadas ao açaí, à pesca e à agricultura, ao mesmo tempo que relatam percepção mais expressiva dos impactos climáticos sobre a renda, dependência dos recursos naturais e envolvimento mais frequente em práticas ambientais e comunitárias. Esses achados sugerem uma relação direta entre território, modos de vida e participação social em Igarapé-Miri.

Quanto aos desafios para o protagonismo feminino, apesar dos resultados positivos observados no meio rural, o fato de 59% das entrevistadas não participarem de espaços de decisão revela que ainda existem barreiras importantes ao protagonismo feminino, dentre as quais, a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados, a dificuldade de deslocamento, a falta de informação, a ausência de tempo disponível, as desigualdades de gênero nos processos decisórios e a baixa representatividade feminina em espaços formais de poder.

A interpretação desse resultado se fortalece quando articulada ao dado de que 86,7% das tarefas domésticas recaem sobre as mulheres. Esse acúmulo de responsabilidades ajuda a explicar as barreiras enfrentadas por elas para participar dos espaços comunitários e políticos.

Gráfico 49 – Você participa de decisões na sua comunidade em associações, conselhos, grupos de igreja e outros?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 118 – Cruzamento: área delimitada versus você participa de decisões na sua comunidade em associações, conselhos, grupos de igreja e outros?

Área	Você participa de decisões na sua comunidade em associações, conselhos, grupos de igreja e outros?		
	Sim	Não	NS/NR
Rural – 222 respostas	47,3% – 105 respostas	50,0% – 111 respostas	2,7% – 6 respostas
Urbana – 183 respostas	27,9% – 51 respostas	69,9% – 128 respostas	2,2% – 4 respostas

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Embora a participação efetiva das mulheres nos espaços comunitários ainda seja limitada, o resultado indica disposição para envolvimento mais efetivo nos processos decisórios. Essa abertura pode favorecer estratégias de mobilização social e fortalecimento da liderança feminina em Igarapé-Miri.

O interesse das mulheres em participar das decisões comunitárias é analisado a partir do Gráfico 50 a seguir. A pesquisa mostra que 59,0% das mulheres gostariam de participar mais das decisões em suas comunidades, enquanto 34,3% afirmaram não ter esse interesse, 3,2% consideram que já participam o suficiente e 3,5% não responderam.

O dado é significativo quando comparado ao resultado anterior, no qual apenas 38,5% afirmaram participar efetivamente de associações, conselhos, grupos religiosos ou outros espaços de decisão. Isso indica a existência de uma diferença importante entre participação real e participação desejada.

Em outras palavras, muitas mulheres ainda não ocupam espaços de decisão, mas demonstram disposição para participar mais ativamente da vida comunitária. Esse resultado sugere a existência de barreiras estruturais, culturais e territoriais que limitam sua participação, mais do que uma falta de interesse. Analisando por faixa etária, o desejo de ampliar a participação está presente em todas as gerações, mas se concentra, principalmente, entre mulheres em idade economicamente ativa.

Entre aquelas que gostariam de participar mais, destacam-se: 30 a 39 anos (21,8%); 20 a 29 anos (19,7%); e 40 a 49 anos (18,8%). Essas faixas etárias representam justamente o grupo que concentra mais responsabilidade familiar, participação mais expressiva no mercado de trabalho e nas atividades produtivas, mais envolvimento com o extrativismo, comércio e agricultura e percepção dos impactos climáticos sobre renda e bem-estar.

O resultado demonstra que as mulheres que estão no centro da vida econômica e social do município também desejam ampliar sua influência nos processos decisórios. Entre aquelas que afirmam já participar o suficiente, predominam as mulheres de 30 a 49 anos (61,6% das respostas dessa categoria), indicando que parte das lideranças femininas já está inserida em espaços de governança comunitária.

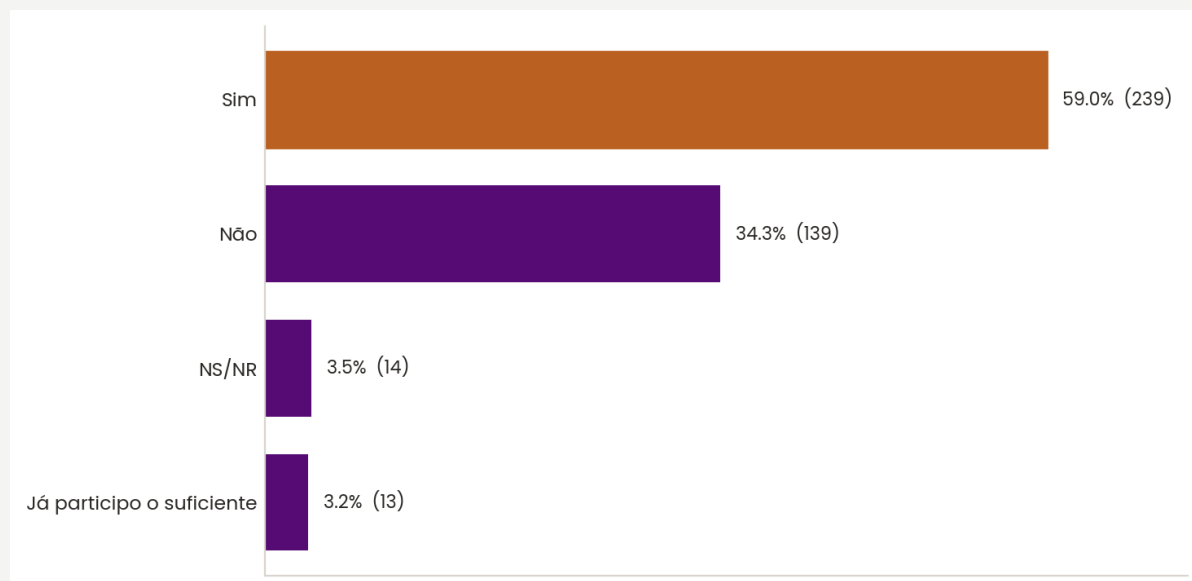
Por sua vez, a categoria participação social e empoderamento feminino é analisada por meio de um conjunto de dados que revelam uma situação bastante positiva para o fortalecimento da governança local, quais sejam: participam atualmente de decisões comunitárias (38,5%); gostariam de participar mais (59,0%) e já participam o suficiente (3,2%). Isso significa que existe uma ampla demanda reprimida por participação social feminina.

O resultado sugere que muitas mulheres desejam ocupar espaços de liderança, mas enfrentam obstáculos relacionados à sobrecarga de trabalho doméstico, ao cuidado com filhos e familiares, à falta de tempo disponível, às dificuldades de deslocamento, à ausência de oportunidades de formação e à baixa representatividade feminina em instâncias formais de decisão.

Quanto à relação com outros resultados da pesquisa, esse dado dialoga com outros achados importantes: 86,7% das tarefas domésticas são realizadas pelas mulheres; 34,3% são as principais responsáveis financeiras do lar; 21,2% compartilham essa responsabilidade; 64% afirmam que o clima afeta seu bem-estar e 51,6% relatam impactos climáticos sobre a renda.

Ou seja, justamente as mulheres que sustentam economicamente as famílias, cuidam do lar e enfrentam os impactos das mudanças climáticas são aquelas que demonstram profundo interesse em participar das decisões comunitárias.

Gráfico 50 – Gostaria de participar mais das decisões na sua comunidade?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 119 – Cruzamento: gostaria de participar mais das decisões na sua comunidade versus idade?

Gostaria de participar mais das decisões na sua comunidade?	Qual a sua idade?					
	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 ou mais
Já participo o suficiente – 13 respostas	7,7% – 1 resposta	0% – 0 resposta	30,8% – 4 respostas	30,8% – 4 respostas	15,4% – 2 respostas	15,4% – 2 respostas
NS/NR – 14 respostas	14,3% – 2 respostas	35,7% – 5 respostas	14,3% – 2 respostas	14,3% – 2 respostas	14,3% – 2 respostas	7,1% – 1 resposta
Não – 139 respostas	20,1% – 28 respostas	24,5% – 34 respostas	20,9% – 29 respostas	16,5% – 23 respostas	9,4% – 13 respostas	8,6% – 12 respostas
Sim – 239 respostas	10,9% – 26 respostas	19,7% – 47 respostas	21,8% – 52 respostas	18,8% – 45 respostas	14,6% – 35 respostas	14,2% – 34 respostas

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

A análise dos dados constantes no Gráfico 51 e nas Tabelas 119 e 120 evidencia a percepção das próprias mulheres sobre a relação entre autonomia econômica, participação social e poder de decisão. Os dados mostram que a maioria das entrevistadas reconhece que a renda própria é um fator indispensável para ampliar a voz das mulheres nos espaços comunitários e políticos.

A relação entre renda própria e participação nas decisões da comunidade foi analisada a partir da percepção das entrevistadas sobre o papel da autonomia econômica nesse processo. Quando questionadas se possuir renda própria facilitaria a participação das mulheres nas decisões da comunidade, 73,6% responderam afirmativamente, enquanto 19,5% discordaram e 6,9% não souberam ou não responderam. O resultado indica uma percepção amplamente compartilhada de que a autonomia econômica fortalece a capacidade de participação e influência das mulheres nos processos decisórios.

Os dados sugerem que as mulheres associam a geração de renda à melhoria das condições materiais de vida e ao aumento da independência, da autoestima, da capacidade de mobilização e da legitimidade para ocupar espaços de liderança. Na análise territorial, a percepção de que a renda própria favorece a participação comunitária é observada tanto na área rural quanto na urbana. Entre as mulheres que responderam “sim”, 52,0% residem na zona rural e 48,0% na urbana, demonstrando que esse entendimento está disseminado em todo o território municipal.

O resultado é significativo quando analisado à luz da realidade econômica identificada na pesquisa. Anteriormente, verificou-se que 66,2% das mulheres não possuem renda própria; 72,6% vivem em famílias com renda de até um salário-mínimo; 56,3% estão sem ocupação ou à procura de emprego e 70% recebem algum benefício social. Nesse contexto, a associação entre renda e participação social reflete a percepção de que a dependência econômica pode limitar a autonomia feminina e reduzir as possibilidades de atuação nos espaços coletivos.

A concordância com essa afirmação aparece em todas as faixas etárias, mas é mais intensa entre mulheres de 30 a 39 anos (23,5%); 20 a 29 anos (19,8%) e 40 a 49 anos (17,1%). Essas são justamente as faixas que concentram atividade mais produtiva, responsabilidade familiar mais acentuada e interesse em participar das decisões comunitárias, conforme demonstrado em outros resultados da pesquisa.

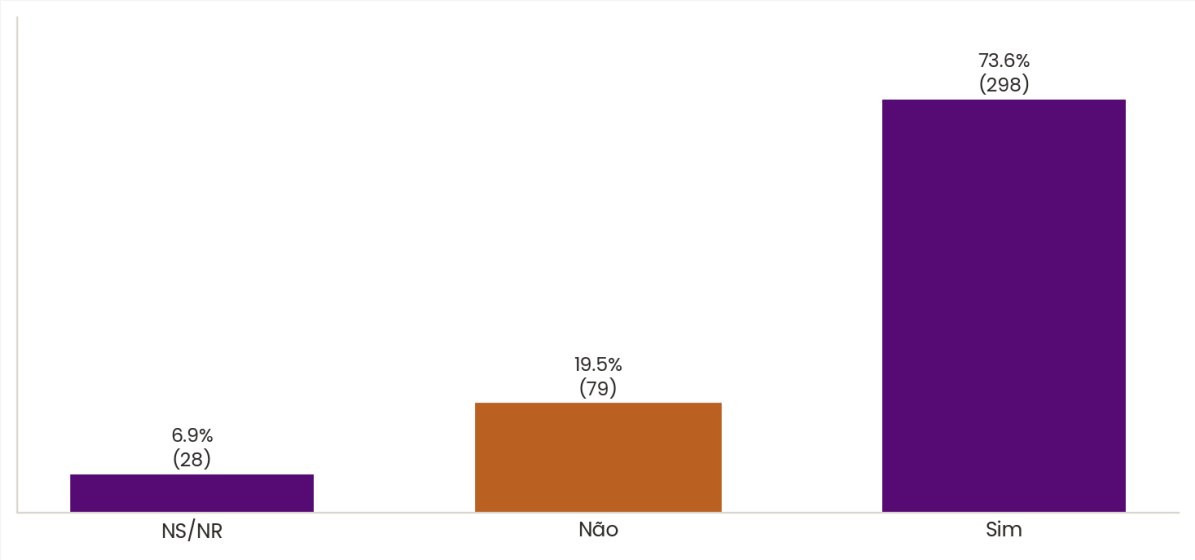
O dado sugere que as mulheres que vivenciam mais diretamente os desafios relacionados ao trabalho, à renda e à gestão familiar percebem com maior clareza a relação entre autonomia econômica e participação social.

Na autonomia econômica e poder de decisão, os resultados dialogam com uma ampla literatura sobre gênero e desenvolvimento, segundo a qual a renda própria fortalece a capacidade de negociação das mulheres dentro da família, amplia sua participação nos espaços públicos e reduz situações de dependência econômica. No cenário de Igarapé-Miri, essa relação torna-se ainda mais relevante diante dos resultados que apontam elevada sobrecarga de trabalho doméstico, baixa inserção no mercado formal de trabalho, dependência de benefícios sociais e impacto das mudanças climáticas sobre a renda familiar. Assim, a geração de renda aparece como uma estratégia econômica e como um instrumento de fortalecimento do protagonismo feminino e da cidadania.

Quando analisado em conjunto com outros achados da pesquisa, esse resultado indica uma associação entre autonomia econômica e participação social. Entre as entrevistadas, 66,2% não possuem renda própria; 59,0% gostariam de participar mais das decisões comunitárias; 38,5% participam efetivamente desses processos; 73,6% acreditam que possuir renda própria facilitaria a participação; e 34,3% são responsáveis pelo sustento da casa. A combinação desses dados sugere uma

demanda simultânea por autonomia econômica, reconhecimento do trabalho feminino e ampliação da presença das mulheres nos espaços coletivos de decisão.

Gráfico 51 – Você acredita que ter renda própria facilita a participação das mulheres nas decisões da comunidade?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 120 – Cruzamento: você acredita que ter renda própria facilita a participação das mulheres nas decisões da comunidade versus área delimitada?

Você acredita que ter renda própria facilita a participação das mulheres nas decisões da comunidade?	Área	
	Urbana	Rural
NS/NR – 28 respostas	35,7% – 10 respostas	64,3% – 18 respostas
Não – 79 respostas	38,0% – 30 respostas	62,0% – 49 respostas
Sim – 298 respostas	48,0% – 143 respostas	52,0% – 155 respostas

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 121 – Cruzamento: você acredita que ter renda própria facilita a participação das mulheres nas decisões da comunidade versus idade?

Você acredita que ter renda própria facilita a participação das mulheres nas decisões da comunidade?	Qual a sua idade?					
	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 ou mais
NS/NR – 28 respostas	10,7% – 3 respostas	32,1% – 9 respostas	7,1% – 2 respostas	25,0% – 7 respostas	14,3% – 4 respostas	10,7% – 3 respostas
Não – 79 respostas	19,0% – 15 respostas	22,8% – 18 respostas	19,0% – 15 respostas	20,3% – 16 respostas	11,4% – 9 respostas	7,6% – 6 respostas
Sim – 298 respostas	13,1% – 39 respostas	19,8% – 59 respostas	23,5% – 70 respostas	17,1% – 51 respostas	13,1% – 39 respostas	13,4% – 40 respostas

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

O resultado apresentado no Gráfico 52 revela um importante potencial de fortalecimento da participação feminina e da governança comunitária em Igarapé-Miri. Ao mesmo tempo, mostra que ainda existem barreiras que limitam a plena inserção das mulheres nos espaços de decisão.

Na segurança para participar de reuniões e processos decisórios, quando questionadas se se sentem seguras para participar de reuniões ou decisões na comunidade, 64,0% das mulheres responderam positivamente, enquanto 25,7% afirmaram não se sentir seguras, 7,2% disseram que isso ocorre apenas às vezes e 3,2% não responderam.

O resultado demonstra que a maioria das mulheres possui confiança para participar dos espaços comunitários, o que representa um importante ativo social para o fortalecimento da participação cidadã, da liderança feminina e da governança territorial. Entretanto, o fato de aproximadamente um terço das entrevistadas relatar insegurança total ou parcial (32,9%) indica que ainda existem obstáculos relevantes ao exercício pleno da participação social.

A insegurança para participar de reuniões ou processos decisórios não deve ser interpretada apenas como medo físico, visto que ela pode estar relacionada a diversos fatores, entre eles: receio de falar em público; baixa escolaridade ou dificuldade de acesso à informação; desigualdades de gênero nos espaços de decisão; falta de experiência em cargos de liderança; dependência econômica; sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados e experiências de discriminação ou desvalorização da opinião feminina. Nesse sentido, a segurança para participar está associada ao empoderamento, à autonomia econômica e ao reconhecimento social das mulheres.

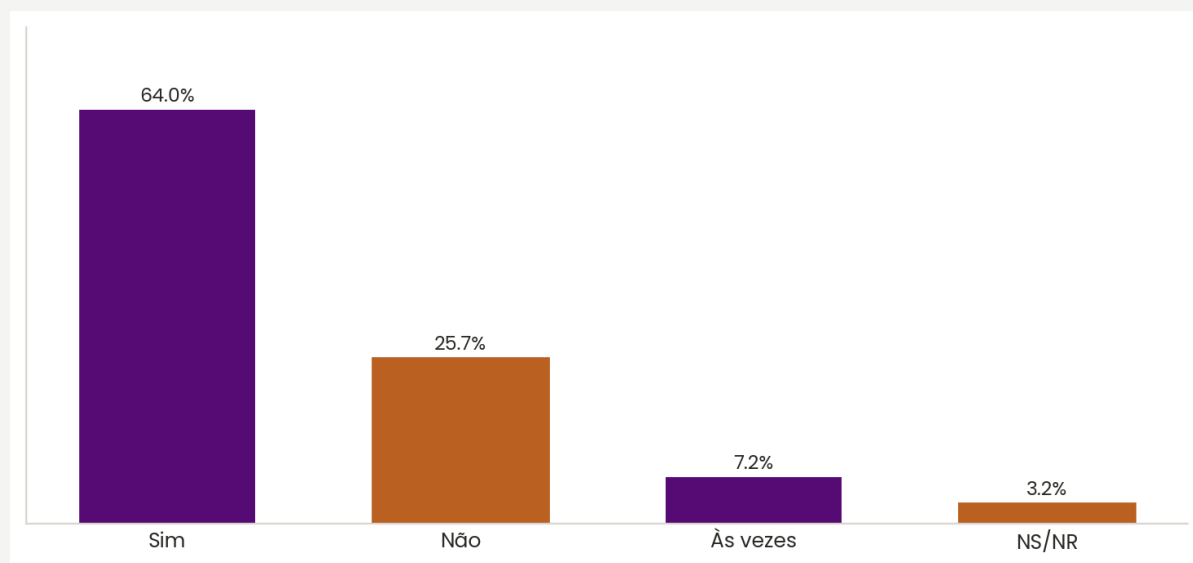
Na relação com outros resultados da pesquisa, observa-se que os dados tornam-se ainda mais notáveis quando analisados em conjunto com outros indicadores, quais sejam: participam atualmente das decisões comunitárias (38,5%); gostariam de participar mais (59,0%); sentem-se seguras para participar (64,0%); acreditam que renda própria facilita a participação (73,6%); e realizam a maior parte das tarefas domésticas (86,7%).

Esses achados revelam uma situação interessante. Embora a maioria das mulheres se sinta segura para participar e deseje ampliar sua participação, nem sempre essa postura se traduza em presença efetiva nos espaços de decisão. Isso sugere que as principais barreiras podem estar menos relacionadas à disposição individual e mais a fatores estruturais, como tempo disponível, renda, mobilidade e responsabilidades familiares.

Sob a perspectiva territorial e de gênero, a participação comunitária mantém papel estratégico no contexto amazônico, em particular, em municípios como Igarapé-Miri,

por contribuir para a defesa de direitos, a gestão dos recursos naturais e a construção de soluções para os desafios climáticos e sociais.

Gráfico 52 – Você se sente segura para participar de reuniões ou decisões na comunidade?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

O Gráfico 53 ajuda a explicar por que existe uma diferença entre o elevado interesse das mulheres em participar das decisões comunitárias (59%) e a participação efetiva observada (38,5%). Os dados revelam que as barreiras à participação feminina estão relacionadas, principalmente, à divisão sexual do trabalho, à disponibilidade de oportunidades e a fatores socioculturais.

Na análise sobre os obstáculos à participação das mulheres nas decisões comunitárias, os resultados mostram que o principal fator apontado pelas entrevistadas é a falta de interesse (20,3%), seguida pelos afazeres domésticos (18,8%), pela falta de oportunidade (14,8%) e pela falta de tempo (11,1%). Em menor proporção, aparecem fatores como o marido ou o companheiro não permitir a participação (7,9%), falta de informação (6,9%), desvalorização da opinião das mulheres (5,9%) e medo (1,2%).

A primeira leitura dos dados poderia sugerir que a participação feminina é limitada por uma escolha individual. Todavia, uma análise mais aprofundada indica que a chamada “falta de interesse” pode estar associada a fatores estruturais que reduzem a motivação para participar, como a ausência de espaços acolhedores, experiências anteriores de baixa influência nas decisões ou a percepção de que sua participação não produzirá mudanças concretas.

No campo da economia do cuidado, a sobrecarga do trabalho doméstico aparece como o segundo obstáculo identificado, mencionada por 18,8% das entrevistadas. Esse

resultado dialoga com outro achado da pesquisa, segundo o qual 86,7% das mulheres são as principais responsáveis pelas tarefas domésticas.

A distribuição desigual do trabalho de cuidado continua a ser uma barreira importante para o exercício da cidadania e da participação social. Muitas mulheres precisam conciliar atividades produtivas, cuidado com filhos, idosos e familiares, além da administração cotidiana da casa, o que reduz o tempo disponível para reuniões, conselhos e associações. A presença da “falta de tempo” (11,1%) reforça essa interpretação, evidenciando que as limitações de participação estão relacionadas à distribuição desigual das responsabilidades domésticas e familiares.

As barreiras institucionais e de governança também aparecem nos dados da pesquisa. A falta de oportunidade foi mencionada por 14,8% das entrevistadas, constituindo o terceiro principal fator limitante à participação. Esse resultado sugere que muitas mulheres desejam participar, mas não encontram canais adequados de inserção nos processos decisórios.

A interpretação se fortalece quando esse dado é articulado ao fato de que 59% das mulheres afirmaram que gostariam de participar mais das decisões da comunidade. Em conjunto, os resultados indicam a existência de uma demanda potencial por participação social que nem sempre encontra espaços institucionais capazes de acolhê-la.

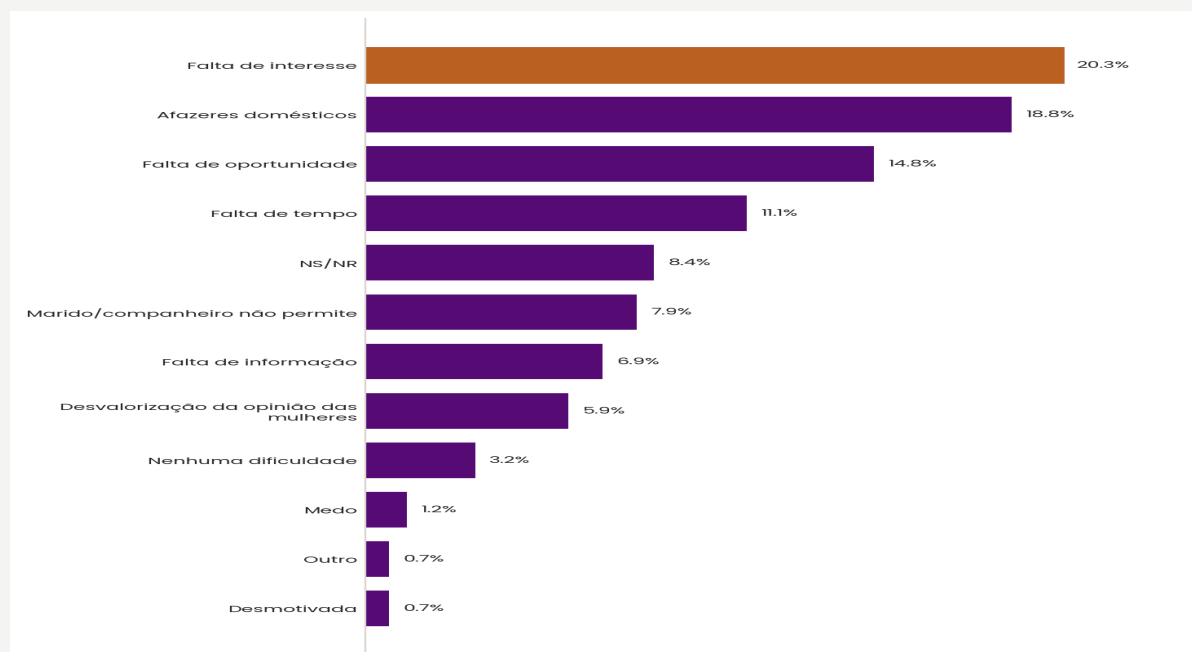
No campo das desigualdades de gênero nos espaços de decisão, outros resultados da pesquisa revelam barreiras relacionadas às relações de poder entre homens e mulheres, como a proibição por parte do marido ou companheiro, mencionada por 7,9% das entrevistadas, a falta de informação, indicada por 6,9%, a desvalorização da opinião das mulheres, apontada por 5,9%, e o medo, registrado por 1,2%. Embora apresentem percentuais menores, esses fatores evidenciam mecanismos de exclusão social e política das mulheres. Eles indicam que, em alguns contextos, ainda persistem relações de poder que limitam a autonomia feminina e dificultam sua inserção nos espaços públicos de decisão.

A presença da categoria “marido ou companheiro não permite” merece atenção especial, pois revela situações em que as desigualdades de gênero ultrapassam a esfera simbólica e afetam o exercício da participação social. Com relação aos demais resultados da pesquisa, quando analisados os dados em conjunto, os resultados mostram uma situação bastante clara, por meio da qual as entrevistadas revelaram: gostariam de participar mais (59,0%); participam efetivamente (38,5%); sentem-se seguras para participar (64,0%); acreditam que renda própria facilita a participação (73,6%) e realizam a maior parte das tarefas domésticas (86,7%)

Os dados sugerem que o principal desafio não é a ausência de interesse ou capacidade das mulheres, mas, sim, a existência de barreiras estruturais relacionadas

ao tempo, às responsabilidades domésticas, à autonomia econômica e às oportunidades de participação.

Gráfico 53 – O que dificulta a participação das mulheres nas decisões da comunidade?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Na sequência, o Gráfico 54 mede um dos elementos mais importantes da participação social: o reconhecimento da voz das mulheres nos processos coletivos de decisão. Mais do que participar fisicamente de reuniões ou associações, trata-se de compreender se as mulheres percebem que suas opiniões são efetivamente consideradas pela comunidade.

No tocante à percepção sobre o reconhecimento da opinião das mulheres, os resultados mostram que 37,5% das mulheres afirmam que sua opinião é sempre ouvida na comunidade, enquanto 22,2% responderam “às vezes”, 6,7% “raramente” e 26,2% “nunca”. Outros 7,4% não responderam ou não souberam opinar.

A primeira leitura dos dados revela um cenário ambivalente. Por um lado, a maior categoria é a das mulheres que se sentem sempre ouvidas, indicando a existência de espaços comunitários em que a participação feminina é reconhecida e valorizada. Por outro, quando se somam as respostas “nunca” (26,2%) e “raramente” (6,7%), verifica-se que quase um terço das entrevistadas (32,9%) sente que sua voz detém pouca ou nenhuma influência nas decisões comunitárias.

Além disso, ao incluir as respostas “às vezes” (22,2%), observa-se que mais da metade das mulheres (55,1%) não percebe um reconhecimento permanente de suas opiniões. Isso sugere que o exercício da participação feminina ainda ocorre de forma

desigual e condicionada ao contexto, ao tema discutido ou à posição social ocupada pela mulher na comunidade.

A participação não significa, necessariamente, influência efetiva nos espaços de decisão. Esse resultado se articula com outros indicadores da pesquisa, uma vez que 38,5% das mulheres participam de associações, conselhos ou grupos comunitários, 59% desejam participar mais das decisões e 64% afirmam sentir-se seguras para participar. Ainda assim, a presença nesses espaços não garante que suas opiniões sejam consideradas ou que influenciem os processos decisórios. Logo, pesquisa evidencia uma diferença importante entre estar presente nos espaços de governança comunitária e ter voz efetiva na construção das decisões.

Na relação com as desigualdades de gênero, o resultado também se relaciona com outro dado relevante da pesquisa: 5,9% das entrevistadas apontaram explicitamente a desvalorização da opinião das mulheres como um dos fatores que dificultam sua participação comunitária.

Embora esse percentual não seja elevado, ele ajuda a explicar parte da percepção observada no Gráfico 54. Em alguns contextos, a presença feminina pode ser aceita, mas suas contribuições podem não receber o mesmo peso ou reconhecimento concedido aos homens ou às lideranças tradicionais. Além disso, a forte concentração das tarefas domésticas sobre as mulheres (86,7%) e a baixa autonomia econômica observada em parte significativa das entrevistadas podem influenciar sua capacidade de intervenção e reconhecimento nos espaços públicos.

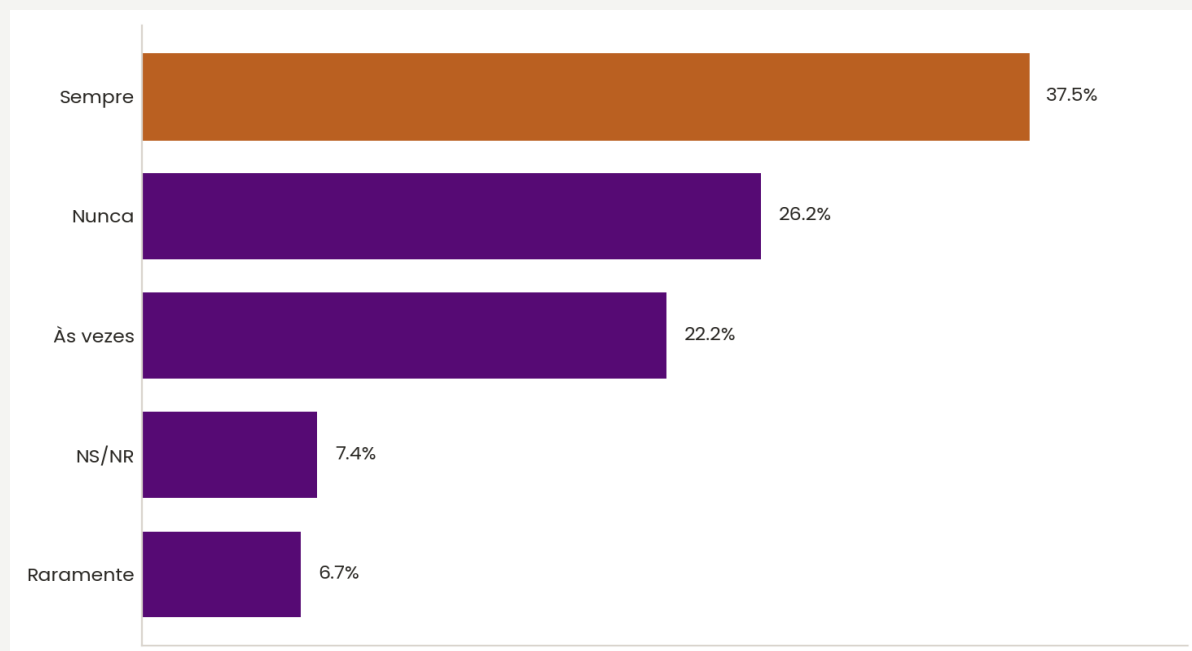
Na governança territorial e protagonismo feminino, do ponto de vista da governança territorial, o dado apresenta uma dimensão estratégica. Em municípios amazônicos como Igarapé-Miri, as decisões comunitárias estão relacionadas a temas como uso dos recursos naturais, pesca e extrativismo, agricultura familiar, infraestrutura comunitária, acesso a políticas públicas e ao enfrentamento das mudanças climáticas.

Diante disso, quando uma parcela expressiva das mulheres não percebe que sua opinião é considerada, há o risco de que experiências, conhecimentos e necessidades femininas fiquem sub-representados nos processos de tomada de decisão. Quando analisados em conjunto, os resultados indicam que a participação social das mulheres em Igarapé-Miri envolve três dimensões distintas: presença, disposição para participar e influência efetiva.

Enquanto 38,5% participam de decisões comunitárias, 59,0% gostariam de participar mais e 64,0% afirmam sentir-se seguras para participar. Ao mesmo tempo, 73,6% reconhecem que a renda própria facilitaria essa participação. Contudo, a influência nos processos decisórios permanece limitada, visto que apenas 37,5% afirmam que sua opinião é sempre ouvida, enquanto 26,2% relatam que sua opinião nunca é

considerada. Assim, os dados sugerem que o desafio atual concentra-se em ampliar a presença das mulheres nos espaços participativos e garantir que sua participação resulte efetivamente em influência, reconhecimento e poder de decisão.

Gráfico 54 – Você sente que sua opinião é ouvida na comunidade?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Quando se analisa a participação das mulheres nas decisões relacionadas aos problemas climáticos da comunidade, observa-se que 44,4% das entrevistadas relataram não participar desses processos. Esse percentual é ligeiramente maior na zona rural, em que alcança 45,5%. A pesquisa também mostra que as mulheres casadas ou em união consensual apresentam menor participação nas decisões sobre meio ambiente, com 51,9% de não participação, em comparação às mulheres solteiras, entre as quais esse percentual é de 38,2% (Gráfico 55 e Tabelas 121 e 122).

A análise sobre a liderança das mulheres nas comunidades aborda a participação feminina nos processos de decisão relacionados ao meio ambiente e às mudanças climáticas, aspecto indissociável da justiça climática e da governança ambiental. Em um município dependente dos recursos naturais, como Igarapé-Miri, a presença das mulheres nesses espaços pode influenciar a capacidade das comunidades de responder aos desafios ambientais e climáticos.

Os dados mostram um cenário de relativa divisão de percepções quanto à participação das mulheres nas decisões ambientais e climáticas. Enquanto 45,4% das entrevistadas afirmam que as mulheres participam das decisões relacionadas ao meio ambiente e aos problemas climáticos em suas comunidades, 44,2% consideram que não há essa participação e 10,4% não souberam responder.

A proximidade entre os percentuais de respostas positivas e negativas indica que a participação feminina nas questões ambientais ainda se encontra em processo de consolidação. O resultado sugere que existem comunidades nas quais as mulheres já ocupam espaços de liderança e influência, mas também outras em que sua presença permanece limitada ou pouco reconhecida.

Na análise territorial, quando observados os dados por área de residência, nota-se uma diferença muito pequena entre os territórios. Os resultados demonstram que a percepção sobre a participação feminina nas questões ambientais é bastante semelhante entre os meios rural e urbano. Esse dado deve ser lido à luz da relação intensa das mulheres do meio rural de Igarapé-Miri com os recursos naturais, expressa em atividades como o extrativismo do açai, a pesca, a agricultura familiar e a gestão cotidiana dos recursos hídricos.

Entretanto, essa proximidade com a natureza nem sempre se traduz automaticamente em participação formal nos processos decisórios. O resultado sugere que o desafio da representatividade feminina nas agendas ambientais é transversal ao território municipal. O cruzamento com o estado civil revela diferenças importantes. Entre as mulheres casadas ou em união consensual, apenas 38,1% consideram que as mulheres participam das decisões ambientais, enquanto 51,9% afirmam que não participam. Já entre as solteiras, o cenário é inverso, 51,6% afirmam que as mulheres participam e 38,2% consideram que não participam.

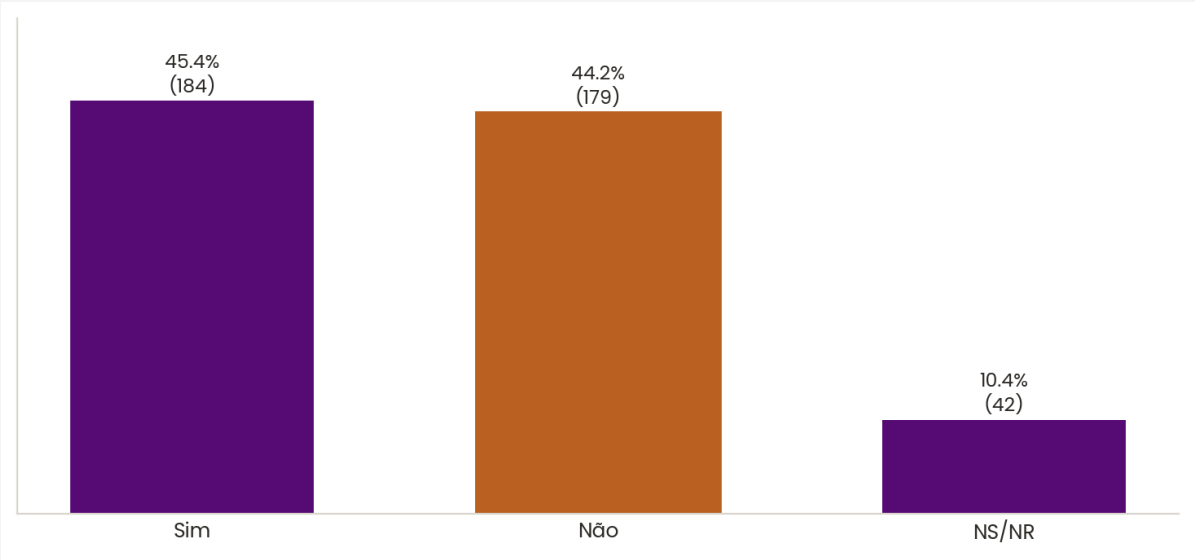
As viúvas também apresentam percepção positiva (53,3%). Esse resultado pode indicar que mulheres solteiras percebem mais autonomia feminina ou possuem inserção em espaços comunitários, enquanto as mulheres casadas podem estar mais expostas às limitações decorrentes da divisão sexual do trabalho, responsabilidades familiares e relações tradicionais de poder. Mesmo que não seja possível afirmar causalidade, os dados sugerem que as relações familiares e conjugais influenciam a percepção sobre a participação das mulheres nos processos comunitários.

Na relação com outros resultados da pesquisa, esse achado dialoga com diversos indicadores já analisados, quais sejam: 86,4% percebem que o clima mudou nos últimos cinco anos; 72,4% apontam o calor extremo como principal impacto climático; 53% afirmam que eventos climáticos já afetaram sua saúde; 51,6% relatam impactos do clima sobre a renda; 59% gostariam de participar mais das decisões comunitárias e 73,6% acreditam que a renda própria facilita a participação das mulheres. Esses dados revelam uma aparente contradição, na medida em que, embora sejam afetadas pelos impactos climáticos, a participação das mulheres nos processos de decisão ambiental ainda não é amplamente reconhecida.

Sob a ótica da justiça climática e do protagonismo feminino, o resultado merece atenção especial. As mulheres de Igarapé-Miri administram a alimentação das

famílias, participam das cadeias produtivas do açaí, pesca e agricultura, lidam com os efeitos do calor extremo e enfrentam dificuldades de mobilidade e acesso a serviços durante eventos climáticos. A despeito disso, a pesquisa sugere que elas ainda não ocupam plenamente os espaços de decisão relacionados ao clima e ao meio ambiente.

Gráfico 55 – As mulheres participam das decisões relacionadas ao meio ambiente ou a problemas climáticos na sua comunidade?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 122 – Cruzamento: área delimitada versus as mulheres participam das decisões relacionadas ao meio ambiente ou problemas climáticos na sua comunidade?

Área	As mulheres participam das decisões relacionadas ao meio ambiente ou a problemas climáticos na sua comunidade?		
	Sim	Não	NS/NR
Rural – 222 respostas	45,9% – 102 respostas	45,5% – 101 respostas	8,6% – 19 respostas
Urbana – 183 respostas	44,8% – 82 respostas	42,6% – 78 respostas	12,6% – 23 respostas

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Qual o seu estado civil?	As mulheres participam das decisões relacionadas ao meio ambiente ou a problemas climáticos na sua comunidade?		
	Sim	Não	NS/NR
Casada/união consensual – 189 respostas	38,1% – 72 respostas	51,9% – 98 respostas	10,1% – 19 respostas
Divorciada – 2 respostas	100,0% – 2 respostas	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta
Ignorado – 1 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	100,0% – 1 resposta
Não se aplica – 2 respostas	100,0% – 2 respostas	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta
Separada – 10 respostas	40,0% – 4 respostas	40,0% – 4 respostas	20,0% – 2 respostas
Solteira – 186 respostas	51,6% – 96 respostas	38,2% – 71 respostas	10,2% – 19 respostas
Viúva – 15 respostas	53,3% – 8 respostas	40,0% – 6 respostas	6,7% – 1 resposta

Tabela 123 – Cruzamento: qual o seu estado civil versus as mulheres que participam das decisões relacionadas ao meio ambiente ou problemas climáticos na sua comunidade?

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

O Gráfico 56 registra um aspecto fundamental do protagonismo feminino e da capacidade de mobilização comunitária em Igarapé-Miri: a presença das mulheres em posições de liderança formal ou informal. Os resultados mostram que 17,8% das entrevistadas afirmam exercer, já ter exercido, algum papel de liderança em sua comunidade, enquanto 79,0% nunca desempenharam essa função e 3,2% não responderam.

À primeira vista, o percentual pode parecer reduzido, no entanto, ao considerar que liderança comunitária normalmente é exercida por um grupo menor da população, o resultado mostra a existência de um conjunto significativo de mulheres que atuam como referências locais, lideranças comunitárias, representantes de associações, grupos religiosos, escolas, organizações produtivas ou iniciativas sociais. Ao mesmo tempo, os dados revelam que a grande maioria das mulheres ainda não ocupou posições de liderança, o que sugere espaço para ampliar o fortalecimento de lideranças femininas no município.

Na relação entre escolaridade e exercício da liderança, o cruzamento com a escolaridade demonstra uma associação importante entre formação educacional e participação em posições de liderança. Os maiores percentuais de liderança são observados entre mulheres com maior escolarização: pós-graduação (66,7%, Ensino Superior completo (33,3%), 5ª a 8ª série completa (28,0%), Ensino Superior incompleto (23,1%); 5ª a 8ª série incompleta (20,3%) e de 1ª a 4ª série incompleta (19,4%).

Por outro lado, nenhuma mulher sem escolaridade declarou exercer liderança, de modo que apenas 10,9% das mulheres com Ensino Médio incompleto relataram experiências de liderança. Entre aquelas com Ensino Médio completo, o percentual foi de 14,2%. Embora a liderança não dependa exclusivamente da educação formal, os resultados sugerem que o acesso à escolarização amplia oportunidades de participação, acesso à informação, desenvolvimento de habilidades de comunicação e inserção em espaços organizativos.

Na análise sobre liderança e capital social, os dados indicam que a liderança feminina em Igarapé-Miri está associada à capacidade de articulação social e ao chamado capital social comunitário. Em contextos amazônicos, as lideranças femininas atuam em associações comunitárias, grupos de mulheres, organizações religiosas, conselhos escolares, movimentos produtivos ligados ao açaí, agricultura e pesca, iniciativas ambientais e ações de mobilização social. Essas lideranças são inestimáveis na defesa de direitos, na mediação de conflitos e na articulação de demandas junto ao poder público.

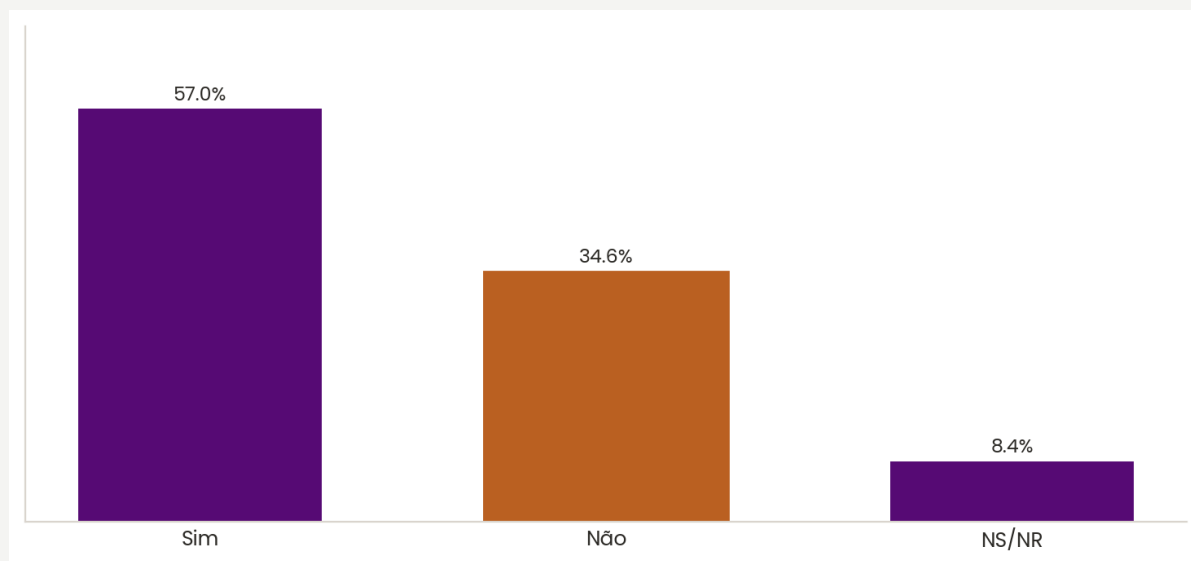
Na relação com outros resultados da pesquisa, esse resultado se articula com diversos achados já analisados como: 59% gostariam de participar mais das decisões comunitárias; 64% sentem-se seguras para participar de reuniões; 73,6% acreditam que a renda própria facilita a participação; 37,5% sentem que sua opinião é sempre ouvida e 45,4% percebem participação feminina em decisões ambientais e climáticas. Esses dados sugerem existir um contingente expressivo de mulheres com potencial para assumir papéis de liderança, mas que ainda enfrenta limitações relacionadas à renda, à escolaridade, ao tempo disponível e ao reconhecimento social.

Sob a perspectiva do desenvolvimento territorial e da justiça climática, a ampliação da liderança feminina pode produzir impactos relevantes em diferentes dimensões da vida comunitária. Em Igarapé-Miri, esse fortalecimento pode contribuir para a adaptação às mudanças climáticas, a segurança alimentar, a organização produtiva, o fortalecimento comunitário, a participação política, a defesa dos direitos das mulheres e a gestão sustentável dos recursos naturais.

Em um município como Igarapé-Miri, em que as mulheres são indispensáveis na economia familiar, na gestão dos cuidados e nas atividades produtivas ligadas ao território, fortalecer lideranças femininas significa ampliar a capacidade coletiva de resposta aos desafios sociais e ambientais.

O Gráfico 57 a seguir evidencia a presença das mulheres em posições de liderança formal ou informal nas comunidades, aspecto relevante para compreender o protagonismo feminino e a capacidade de mobilização comunitária em Igarapé-Miri.

Gráfico 56 – Há mulheres em posições de liderança na sua comunidade?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Os resultados mostram que 17,8% das entrevistadas afirmam exercer, ou já ter exercido, algum papel de liderança em sua comunidade, enquanto 79,0% nunca desempenharam essa função e 3,2% não responderam. À primeira vista, o percentual pode parecer reduzido.

Contudo, tendo em vista que liderança comunitária normalmente é exercida por um grupo menor da população, o resultado indica a existência de um conjunto significativo de mulheres que atuam como referências locais, lideranças comunitárias, representantes de associações, grupos religiosos, escolas, organizações produtivas ou iniciativas sociais. Ao mesmo tempo, os dados revelam que a grande maioria das mulheres ainda não ocupou posições de liderança, o que sugere espaço para ampliar o fortalecimento de lideranças femininas no município.

No que concerne à abordagem escolaridade e exercício da liderança, o cruzamento com a escolaridade demonstra uma associação importante entre formação educacional e participação em posições de liderança. Os maiores percentuais de liderança são observados entre mulheres com maior escolarização, tais como: Pós-graduação (66,7%), Ensino Superior completo (33,3%), 5ª a 8ª série completa (28,0%), Ensino Superior incompleto (23,1%), 5ª a 8ª série incompleta (20,3%) e de 1ª a 4ª série incompleta (19,4%).

Por outro lado, nenhuma mulher sem escolaridade declarou exercer liderança e apenas 10,9% das mulheres com Ensino Médio incompleto relataram experiências de liderança, ao passo que entre aquelas com Ensino Médio completo, o percentual foi de 14,2%. Embora a liderança não dependa exclusivamente da educação formal, os resultados sugerem que o acesso à escolarização amplia oportunidades de

participação, acesso à informação, desenvolvimento de habilidades de comunicação e inserção em espaços organizativos.

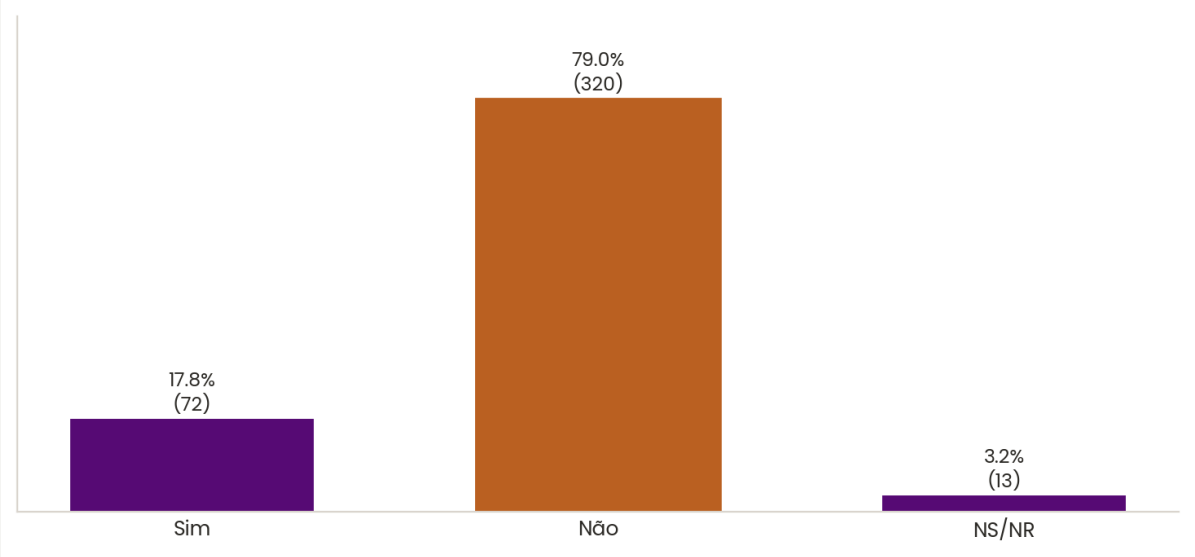
Na relação entre liderança e capital social, os dados indicam que a liderança feminina em Igarapé-Miri está associada à capacidade de articulação social e ao chamado capital social comunitário. Essas lideranças são essenciais na defesa de direitos, na mediação de conflitos e na articulação de demandas junto ao poder público.

Quanto ao indicador relação com outros resultados da pesquisa, este resultado dialoga com diversos achados já analisados: 59% gostariam de participar mais das decisões comunitárias; 64% sentem-se seguras para participar de reuniões; 73,6% acreditam que a renda própria facilita a participação; 37,5% sentem que sua opinião é sempre ouvida e 45,4% percebem participação feminina em decisões ambientais e climáticas. Esses dados sugerem a existência de um contingente expressivo de mulheres com potencial para assumir papéis de liderança, mas que ainda enfrenta limitações relacionadas à renda, à escolaridade, ao tempo disponível e ao reconhecimento social.

Sob a perspectiva da liderança feminina, do desenvolvimento territorial e da justiça climática, a ampliação da liderança feminina pode produzir impactos relevantes em áreas como adaptação às mudanças climáticas, segurança alimentar, organização produtiva, fortalecimento comunitário, participação política, defesa dos direitos das mulheres e gestão sustentável dos recursos naturais.

Em um município como Igarapé-Miri, em que as mulheres exercem papel relevante na economia familiar, na gestão dos cuidados e nas atividades produtivas ligadas ao território, fortalecer lideranças femininas significa ampliar a capacidade coletiva de resposta aos desafios sociais e ambientais.

Gráfico 57 – Você já exerceu ou exerce algum papel de liderança na sua comunidade (formal ou informal) ?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 124 – Cruzamento: qual o seu grau de escolaridade versus você já exerceu ou exerce algum papel de liderança na sua comunidade (formal ou informal)?

Qual o seu grau de escolaridade?	Você já exerceu ou exerce algum papel de liderança na sua comunidade (formal ou informal)?		
	Sim	Não	NS/NR
1ª a 4ª série completa – 18 respostas	11,1% – 2 respostas	88,9% – 16 respostas	0% – 0 resposta
1ª a 4ª série incompleta – 62 respostas	19,4% – 12 respostas	75,8% – 47 respostas	4,8% – 3 respostas
5ª a 8ª série completa – 25 respostas	28,0% – 7 respostas	72,0% – 18 respostas	0% – 0 resposta
5ª a 8ª série incompleta – 64 respostas	20,3% – 13 respostas	76,6% – 49 respostas	3,1% – 2 respostas
Ensino Médio completo – 120 respostas	14,2% – 17 respostas	83,3% – 100 respostas	2,5% – 3 respostas
Ensino Médio incompleto – 46 respostas	10,9% – 5 respostas	89,1% – 41 respostas	0% – 0 resposta
Ensino Superior completo – 30 respostas	33,3% – 10 respostas	63,3% – 19 respostas	3,3% – 1 resposta
Ensino Superior incompleto – 13 respostas	23,1% – 3 respostas	76,9% – 10 respostas	0% – 0 resposta
NS/NR – 8 respostas	12,5% – 1 resposta	62,5% – 5 respostas	25,0% – 2 respostas
Pós-graduação – 3 respostas	66,7% – 2 respostas	33,3% – 1 resposta	0% – 0 resposta
Sem escolaridade – 16 respostas	0% – 0 resposta	87,5% – 14 respostas	12,5% – 2 respostas

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

4.6. EIXO TRANSVERSAL – VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER



Foto: João Ramid

Em 2026, os casos de feminicídios alcançaram ampla repercussão no debate público e na cobertura jornalística em todo o país^{44,45}, em um contexto marcado pelo aumento de 4,7% no número de ocorrências em 2025 em comparação a 2024, conforme o Senado Federal (Brasil, 2026)⁴⁶. A análise dos dados

44. BRASIL registra recorde histórico de feminicídios em 2025; quatro mulheres são assassinadas por dia no país. G1, [S.l.], 20 jan. 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2026/01/20/brasil-registra-recorde-historicos-de-feminicidios-em-2025-quatro-mulheres-sao-assassinadas-por-dia-no-pais.ghtml>. Acesso em: 11 maio 2026.

45. BRASIL tem o 1º trimestre mais letal da história para mulheres em 2026. CNN Brasil, [S.l.], 11 maio 2026. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil/brasil-tem-1-trimestre-mais-letal-da-historia-para-mulheres-em-2026/>. Acesso em: 11 maio 2026.

46. BRASIL. Senado Federal. Feminicídios crescem 4,7% em 2025: pequenas cidades têm maiores taxas. Brasília, DF: Procuradoria Especial da Mulher, 2025. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/noticias/feminicidios-crescem-4-7-em-2025-pequenas-cidades-tem-maiores-taxas>. Acesso em: 11 maio 2026.

do Fórum Brasileiro de Segurança Pública acrescenta uma dimensão territorial importante a esse cenário, ao indicar que as maiores taxas proporcionais de feminicídio foram registradas em cidades de pequeno porte, com até 100 mil habitantes.

Nessas localidades, a insuficiência da rede de atendimento especializado, como delegacias e centros de atendimento às mulheres, evidencia um desafio institucional relevante, sobretudo porque esses serviços permanecem, em muitos casos, concentrados nas capitais dos estados.

No Brasil, o feminicídio foi inicialmente tipificado pela Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015 (Brasil, 2015), como uma qualificadora do homicídio. Contudo, com o advento da Lei nº 14.994, de 9 de outubro de 2024 (Brasil, 2024), o feminicídio figura como crime autônomo (art. 121-A do Código Penal), mantendo-se no rol dos crimes hediondos. A legislação conceitua o delito como o assassinato de mulheres em razão da condição do sexo feminino, o que ocorre quando o crime envolve violência doméstica e familiar ou menosprezo e discriminação à condição de mulher, prevendo, atualmente, a pena de reclusão de 20 a 40 anos.

Em consonância com Silva e Ramos (2024), o panorama do número de feminicídio no Pará (2015–2023) contabilizou 498 casos consumados e 1.077 tentativas. O perfil das ocorrências destaca a arma branca como o instrumento de maior prevalência, o(a) parceiro(a) íntimo como o principal agressor, tendo como local a residência. Observou-se, ainda, que mais da metade dos crimes (51%) ocorreu nos finais de semana. O perfil das vítimas é de 57% pardas, 5% brancas e 4% pretas⁴⁷.

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024), no período de 2023 e 2024, a taxa de homicídios no Brasil apresentou uma redução de 6,02% no número absoluto de homicídios totais, enquanto os índices de feminicídio permaneceram praticamente estáveis. Por sua vez, no Pará, a redução de homicídios totais foi de aproximadamente 16,4% em números absolutos, acompanhados por uma redução semelhante na taxa por 100 mil mulheres, que passou de 5,0 para 4,1 uma queda mais acentuada do que a média nacional (Tabela 125).

Tabela 125 – Taxa de homicídios de mulheres e feminicídios no Brasil e Pará

Ano	Brasil				Pará			
	N. de homicídios	Taxa	N. de Feminicídio	Taxa	N. de homicídios	Taxa	N. de feminicídio	Taxa
2023	3.937	3,6	1.475	1,4	213	5,0	57	1,3
2024	3700	3,4	1.492	1,4	178	4,1	50	1,2

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024).

47. Nota Metodológica: Observa-se que 34% dos registros sem identificação de raça/cor, lacuna que reflete um padrão de subnotificação racial já observado em outros levantamentos sobre feminicídio no estado.

A publicação do Atlas da Violência (Cerqueira; Bueno, 2024) aponta que, na última década (2012 a 2022), ao menos, 48.289 mulheres foram assassinadas no Brasil. Apenas em 2022, foram 3.806 vítimas, o que representa uma taxa de 3,5 casos para cada grupo de 100 mil mulheres. Ao longo desse período, a taxa registrada no Pará ficou acima da média nacional. Em 2018, enquanto o Brasil registrava 4,3 homicídios por 100 mil mulheres, o Pará chegava a 7,6, ou seja, 77% acima da média nacional. Nesses dez anos, a menor taxa estadual foi registrada em 2020, com 4,4, enquanto a nacional era de 3,6 (Tabela 126).

Tabela 126 – Homicídios de mulheres no Brasil e no Pará (2012–2022): número absoluto e taxa por 100 mil habitantes

Ano	Brasil		Pará	
	Nº de homicídios	Taxa por 100 mil	Nº de homicídios	Taxa por 100 mil
2012	4.729	4,7	232	5,8
2013	4.769	4,7	231	5,7
2014	4.836	4,7	249	6,2
2015	4.621	4,5	261	6,3
2016	4.645	4,4	294	7,1
2017	4.936	4,7	311	7,4
2018	4.519	4,3	323	7,6
2019	3.737	3,5	232	5,4
2020	3.833	3,6	193	4,4
2021	3.858	3,5	208	4,8
2022	3.806	3,5	203	4,6

Fonte: Atlas da Violência (2024).

Os dados apresentados evidenciam que a violência letal contra as mulheres não atinge todos os grupos da mesma forma. Nesse sentido, a compreensão da violência contra as mulheres negras exige a mobilização do conceito de interseccionalidade, formulado pela jurista Kimberlé Crenshaw na década de 1990 e fundamentado nas premissas do feminismo negro, que articula as categorias de gênero e raça (Hirata, 2014). Conforme Santos (2017), tal abordagem desvela o entrecruzamento de sistemas de opressão e privilégio, como o patriarcado, o capitalismo e o racismo, os quais estruturam as relações sociais e moldam as identidades a partir de hierarquias de poder historicamente estabelecidas.

Ao analisar a violência de gênero, Crenshaw (1991) adverte que análises unidimensionais, focadas exclusivamente no sexo, negligenciam a especificidade das mulheres negras. Para a autora, a violência doméstica e o estupro são vivenciados por esse grupo de forma diferenciada, resultado da simbiose entre racismo e sexismo. Em

vista disso, as mulheres negras encontram-se em um “vácuo” discursivo, não sendo plenamente contempladas pelas pautas feministas universais, tampouco pelos movimentos antirracistas tradicionais, que falham ao não considerar a operação conjunta dessas discriminações.

No contexto brasileiro, essa reflexão é precursora na obra de Lélia Gonzalez, que, na década de 1970, teorizava acerca da articulação entre racismo, sexismo e classismo. De acordo com Viana (2006), uma das características inovadoras da produção de Lélia, no contexto das análises das relações raciais no Brasil, foi o acréscimo da dimensão de gênero para um entendimento mais amplo da sua dinâmica, acrescentando-se, ainda, a sua orientação pelos conceitos da Psicanálise.

De acordo com Rios e Lima (2020, p. 12), o pensamento de Lélia Gonzalez destaca-se pela sagacidade do arcabouço conceitual psicanalítico do qual ela faz uso, concebendo canais de comunicação entre a Psicanálise e as Ciências Sociais, expondo o que classifica como a “neurose cultural brasileira”. Em suma, conforme apontam as autoras, “[...] ela se volta para os efeitos perturbadores do racismo na sociedade cujos impactos podem ser vistos e sentidos tanto entre os sujeitos dominados quanto por quem exerce a dominação”.

Em conformidade com o Atlas da Violência (2024), a taxa de homicídios de mulheres negras no Pará supera a média nacional em todos os anos da série. Destaca-se que, em 2017, quando o Brasil registrava 5,7 por 100 mil mulheres negras, o Pará chegava a 8,6, uma diferença de 2,9 pontos. Já em 2022, essa diferença recuou para 0,8 ponto, mostrando convergência, mas sem que o Estado tenha alcançado a média nacional (Tabela 127).

A trajetória das políticas públicas para mulheres no Brasil iniciou em 2003 com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM-PR). Com status de ministério, a SPM permitiu a integração da perspectiva de gênero na agenda governamental, estruturando-se em três pilares principais: autonomia econômica, enfrentamento à violência e promoção da igualdade/saúde/educação (Ramirez, 2020).

Nesse período, a SPM consolidou-se como o eixo central da lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). A implementação do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e o Programa “Mulher, Viver Sem Violência” (2013) constituíram marcos fundamentais, ao promoverem a descentralização das ações entre União, Estados e municípios e a criação de serviços integrados. A partir de 2015, o cenário institucional sofreu rupturas significativas: a SPM foi extinta como pasta autônoma e fundida a outros ministérios, sofrendo sucessivos rebaixamentos hierárquicos durante os governos de Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro.

Tabela 127 – Taxa de homicídios de mulheres comparativa por raça/cor: Brasil e Pará (por 100 mil mulheres) – 2012–2022

Ano	Negras (Brasil)	Negras (Pará)	Não negras (Brasil)	Não negras (Pará)
2012	5,6	6,4	3,3	3,1
2013	5,4	6,0	3,4	4,1
2014	5,6	6,8	3,3	2,8
2015	5,3	7,2	3,2	2,4
2016	5,3	8,2	3,1	1,7
2017	5,7	8,6	3,3	2,4
2018	5,2	8,3	2,9	3,8
2019	4,1	5,9	2,5	2,4
2020	4,3	4,7	2,5	2,9
2021	4,3	5,3	2,4	2,1
2022	4,2	5,0	2,5	2,0

Fonte: IPEA, FBSP e Atlas da Violência (2024).

Em 2023, o Ministério das Mulheres foi recriado, sob a gestão da ministra Cida Gonçalves. A nova fase marca a volta do status ministerial e a atualização das diretrizes para uma perspectiva interseccional, integrando recortes de gênero, raça e etnia em todas as ações, em que se destacou o Programa Mulher Viver sem Violência, restituído pelo Decreto nº 11.431, de 8 março de 2023 (Brasil, 2023)⁴⁸, que prevê a expansão da Casa da Mulher e a reestruturação do Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher).

De acordo com Ramirez (2020), a rede de atendimento é definida como um conjunto de serviços especializados destinados ao acolhimento e ao suporte de mulheres em situação de violência. No Quadro 2, destacam-se as principais atribuições de cada serviço previsto na lei.

48. BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 11.431, de 8 de março de 2023. Institui o Programa Mulher Viver sem Violência. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11431.htm. Acesso em: 14 maio 2026.

Quadro 2 – Principais atribuições dos serviços da rede de atendimento à mulher em situação de violência

Serviços	Principais atribuições
Centros de Referência	Espaços de acolhimento/atendimento psicológico e social, orientação e encaminhamento jurídico para a mulher em situação de violência. Devem proporcionar atendimento e acolhimento necessários para a superação do ciclo da violência.
Casas Abrigo	Locais seguros que oferecem moradia protegida e atendimento integral a mulheres em risco de vida iminente, em razão da violência doméstica. É um serviço de caráter sigiloso e temporário.
Delegacias Especializadas	São unidades especializadas da Polícia Civil para o atendimento das mulheres com caráter preventivo e repressivo, que devem realizar ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal.
Defensorias da Mulher	A finalidade é dar assistência jurídica, orientar e encaminhar as mulheres em situação de violência. É o órgão responsável pela defesa das cidadãs que não possuem condições econômicas de ter advogado contratado por seus próprios meios.
Juizados Especiais de Violência Doméstica/Familiar contra a Mulher (JVDFM)	São órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, que poderão ser criados pela União (no Distrito Federal e nos Territórios) e pelos Estados para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.
Instituto Médico Legal (IML)	Desempenha papel importante no atendimento à mulher, sobretudo, nos casos de violência física e sexual. Função decisiva na coleta de provas, necessárias no processo judicial.
Centro de Educação e Reabilitação do Agressor	Constitui-se em espaço de atendimento e acompanhamento de homens autores de violência, encaminhados pelo Juizado.
Casa da Mulher Brasileira	Atendimento multidisciplinar e humanizado às mulheres, a CMB integra, no mesmo espaço, diversos serviços especializados para atender às mulheres em situação de violência: acolhimento e triagem; apoio psicossocial; delegacia; Juizado; Ministério Público, Defensoria Pública; promoção de autonomia econômica; e cuidado das crianças, com brinquedoteca; alojamento de passagem e central de transportes.

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base em Ramirez (2020).

De acordo com o Painel da Rede de Atendimento do Ministério das Mulheres e com relatório de gestão da Secretaria de Estado das Mulheres (Pará, 2025), a Rede de Atendimento é composta por equipamentos permanentes e ações territoriais. Entre os equipamentos fixos, estão as 15 Salas Lilás (distribuídas por 14 municípios), as 10 Salas da Mulher do Programa Usina da Paz, as três unidades da Casa da Mulher Brasileira (Ananindeua, Belém e Marabá) e o Centro Especializado de Atendimento a Meninas e Mulheres Marajoaras (CEAME) no Marajó. Acrescentam-se ações itinerantes, como o Ônibus Lilás, presente em 17 municípios, e estruturas de gestão e monitoramento, como os 42 organismos de políticas para mulheres e a rede monitorada de 86 equipamentos.

Observa-se que há uma forte centralização de serviços de alta complexidade e do aparato de Justiça (como os Juizados Especiais e núcleos estruturados da Defensoria Pública) na Região Metropolitana de Belém (RMB), englobando a capital e o município de Ananindeua.

Por outro lado, nota-se um esforço de descentralização e interiorização do atendimento inicial e de urgência. Isso se reflete na distribuição das Delegacias Especializadas (DEAM) e dos Centros de Referência pelas principais cidades-polo

regionais (como Marabá, Santarém, Breves e Itaituba) e, de forma ainda mais expressiva, na capilaridade das Salas Lilás, que alcançam 14 municípios de diferentes regiões paraenses, configurando-se como portas de entrada fundamentais para o acolhimento de mulheres em situação de vulnerabilidade fora do eixo metropolitano (Quadro 3).

Quadro 3 – Rede de atendimento à mulher em situação de violência no Pará

Serviço	Cidades
Centros de Referências (CREAM/CRAM)	Belém: Núcleo do ParáPaz Mulher Abaetetuba: Centro de Referência Especializado de Atendimento à Mulher (CREAM) Breves: Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) Itaituba: Centro de Referência Especializado de Atendimento à Mulher
Casa Abrigo	Belém/Ananindeua: a Casa da Mulher Brasileira em Ananindeua oferece alojamento de passagem. Existem outras unidades de Casas Abrigo no estado, de caráter sigiloso, geridas pela Secretaria de Estado das Mulheres (SEMU).
Casa da Mulher Brasileira	Ananindeua: Unidade ativa da Casa da Mulher Brasileira Belém e Marabá: novas unidades da Casa da Mulher Brasileira estão em construção/implantação.
Delegacias Especializadas	Belém: Divisão Especializada no Atendimento à Mulher) Ananindeua: DEAM Ananindeua Abaetetuba: DEAM Abaetetuba Castanhal: DEAM Castanhal Marabá: DEAM Marabá Santarém: DEAM Santarém
Defensoria da Mulher	Belém: o Núcleo de Prevenção e Enfrentamento à Violência de Gênero (NUGEN) – Mulher oferece assistência jurídica. A Defensoria Pública do Estado do Pará atua em todo o estado. Ananindeua: atendimento da Defensoria Pública também é realizado na Casa da Mulher Brasileira.
Juizados Especiais de Violência Doméstica/ Familiar contra a Mulher	Belém: 1ª, 2ª e 3ª Varas do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher Ananindeua: Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Ananindeua
Instituto Médico Legal (IML)	O Centro de Perícias Científicas Renato Chaves realiza atendimento especializado.
Sala Lilás	Salinópolis Marituba Concórdia do Pará Moju Baião Porto de Moz Tomé-Açu (duas unidades) Brasil Novo Alenquer Ulianópolis Eldorado do Carajás Oeiras do Pará Portel Benevides

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

No município de Igarapé-Miri, observa-se a escassez de equipamentos estritamente especializados no atendimento à mulher e a consequente dependência dos equipamentos do polo regional mais próximo, como é o caso da cidade de Abaetetuba (Quadro 4).

A pesquisa secundária apresentou o panorama nacional, estadual e municipal da violência contra as mulheres, bem como a estrutura institucional disponível para prevenção e atendimento. A pesquisa primária aprofunda essa análise ao investigar as experiências, as percepções e os conhecimentos das mulheres sobre diferentes formas de violência, canais de denúncia, acesso aos serviços de proteção e relação entre vulnerabilidades sociais, mudanças climáticas e violência de gênero.

Quadro 4 – Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência no município de Igarapé-Miri

Serviço	Realidade Operacional em Igarapé-Miri
Centros de Referência	Na ausência de um CRAM exclusivamente especializado, o acolhimento psicológico e social e o acompanhamento das famílias e mulheres vítimas de violência são absorvidos localmente pela rede socioassistencial básica e especial de média complexidade, especificamente através do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e do CRAS do município.
Casas Abrigo	Não há unidade de acolhimento institucional de caráter sigiloso (Casa Abrigo) instalada no município. Situações de risco iminente de morte exigem a articulação da assistência social local para encaminhamento a abrigos de referência regional ou da capital.
Delegacias Especializadas	Igarapé-Miri não possui uma DEAM. O atendimento preventivo, o registro de boletins de ocorrência e as requisições de Medidas Protetivas de Urgência (MPU) ocorrem na Delegacia de Polícia Civil de Igarapé-Miri (Delegacia Territorial). Casos de suporte especializado contam com a retaguarda da DEAM de Abaetetuba (polo regional).
Defensorias da Mulher	O atendimento jurídico e a assistência judiciária gratuita para quem não pode pagar um advogado são realizados pelo núcleo local da Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE-PA) em Igarapé-Miri.
Juizados Especiais (JVDFM)	O município não possui uma Vara ou Juizado exclusivo de Violência Doméstica. Os processos, os julgamentos e as execuções das causas decorrentes da Lei Maria da Penha tramitam na Comarca de Igarapé-Miri (Vara Única / Fórum Local) do TJPA.
Instituto Médico Legal	Igarapé-Miri não dispõe de uma unidade própria de perícia médico-legal.
Centro de Reabilitação do Agressor	Serviço inexistente no município em formato de equipamento público exclusivo.

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

A percepção de segurança na comunidade mostrou-se elevada entre as mulheres entrevistadas em Igarapé-Miri. A maioria (86,2%) afirmou sentir-se segura no local onde vive, ao passo que 11,9% declararam não se sentir seguras e 2,0% não responderam à pergunta. Embora esse resultado possa indicar que as comunidades apresentam fortes vínculos sociais, relações de vizinhança e redes de solidariedade, ele não deve ser interpretado como ausência de violência contra a mulher.

Nos contextos amazônicos, particularmente em comunidades rurais, ribeirinhas e de menor porte, a percepção de segurança está associada à convivência comunitária, ao conhecimento entre os moradores e à baixa incidência de crimes patrimoniais ou de violência praticada por pessoas externas à comunidade. Entretanto, a violência contra a mulher possui características distintas, ocorrendo predominantemente no ambiente doméstico ou nas relações afetivas, sendo, amiúde, invisibilizada, naturalizada ou subnotificada.

Em virtude disso, sentir-se segura na comunidade não significa, necessariamente, estar protegida da violência de gênero. A literatura demonstra que a violência doméstica e familiar pode coexistir com elevados níveis de confiança comunitária, em

territórios nos quais predominam relações familiares próximas, dependência econômica, normas patriarcais e dificuldades de denúncia. Nesse sentido, a percepção positiva sobre a segurança comunitária deve ser analisada em conjunto com outros indicadores da pesquisa relacionados à violência, à autonomia econômica, à participação social e ao acesso aos serviços públicos.

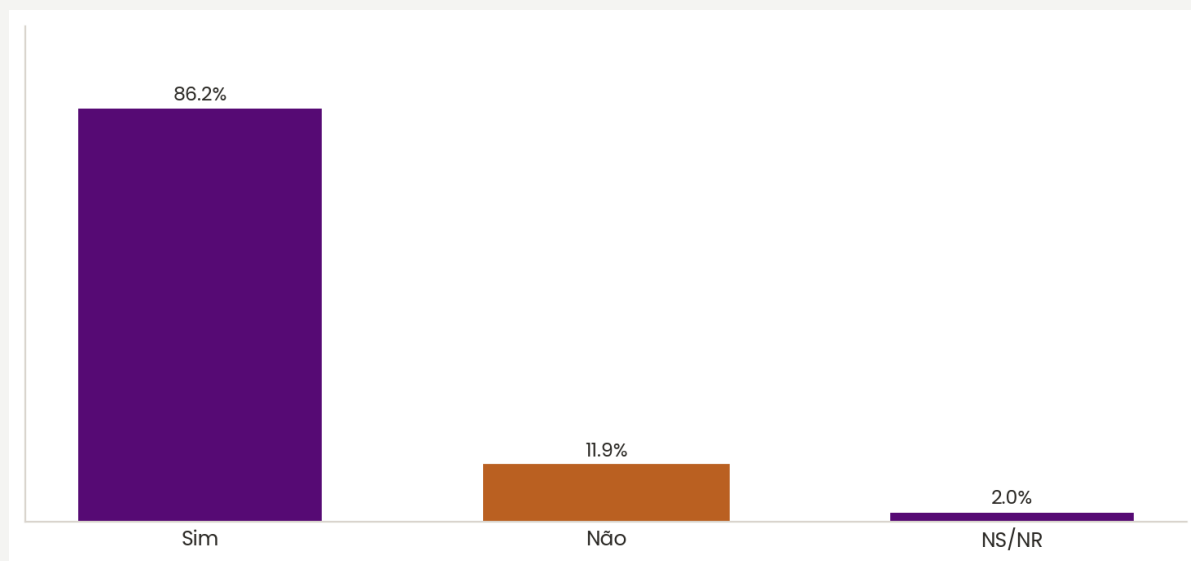
Sob a perspectiva das políticas públicas, os resultados sugerem que Igarapé-Miri dispõe de um importante ativo social representado pelas redes comunitárias, que podem ser fortalecidas como espaços de prevenção, acolhimento e proteção às mulheres. Concomitantemente, reforçam a necessidade de amplificar ações de conscientização, canais seguros de denúncia e serviços especializados, considerando que a violência contra a mulher nem sempre é percebida pelas próprias vítimas como um problema relacionado à segurança do território.

O dado requer uma leitura crítica, pois revela uma diferença entre segurança territorial e segurança de gênero. Ainda que 86,2% das entrevistas afirmem sentir-se seguras na comunidade, essa percepção não elimina a existência de riscos específicos relacionados à violência doméstica, psicológica, patrimonial ou sexual. Isso na medida em que, em municípios pequenos, como Igarapé-Miri, é comum existir forte coesão comunitária e, ao mesmo tempo, elevada tolerância social à violência praticada no ambiente privado por isso,

O Gráfico 58 deve ser interpretado em conjunto com os demais indicadores do eixo, especialmente aqueles relacionados à violência, autonomia econômica, participação comunitária e acesso às políticas públicas (Gráfico 59 e Tabela 127).

Esse resultado é bastante relevante para o eixo violência contra a mulher, pois elucida que, embora a maioria das entrevistadas não relate ter sofrido discriminação ou preconceito por sua identidade de gênero (87,9%), existe um grupo expressivo (11,1%) que afirma já ter vivenciado esse tipo de violência. Em uma amostra de 405 mulheres, isso representa aproximadamente 45 mulheres, um contingente significativo para um município como Igarapé-Miri.

Gráfico 58 – Você se sente segura na sua comunidade?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

A percepção de discriminação ou preconceito por identidade de gênero apresentou baixa frequência relativa entre as mulheres entrevistadas, uma vez que 87,9% afirmaram nunca ter vivenciado essa situação. Todavia, 11,1% relataram já terem sofrido discriminação ou preconceito em razão de serem mulheres, enquanto 1,0% não respondeu à pergunta. Ainda que proporcionalmente minoritário, esse resultado evidencia que a discriminação de gênero permanece presente no cotidiano de parte das mulheres mirienses.

Em termos absolutos, representa um número expressivo de mulheres que tiveram seus direitos violados por práticas discriminatórias relacionadas ao gênero, indicando que as desigualdades entre homens e mulheres ainda produzem efeitos concretos nas relações sociais, familiares, comunitárias e institucionais.

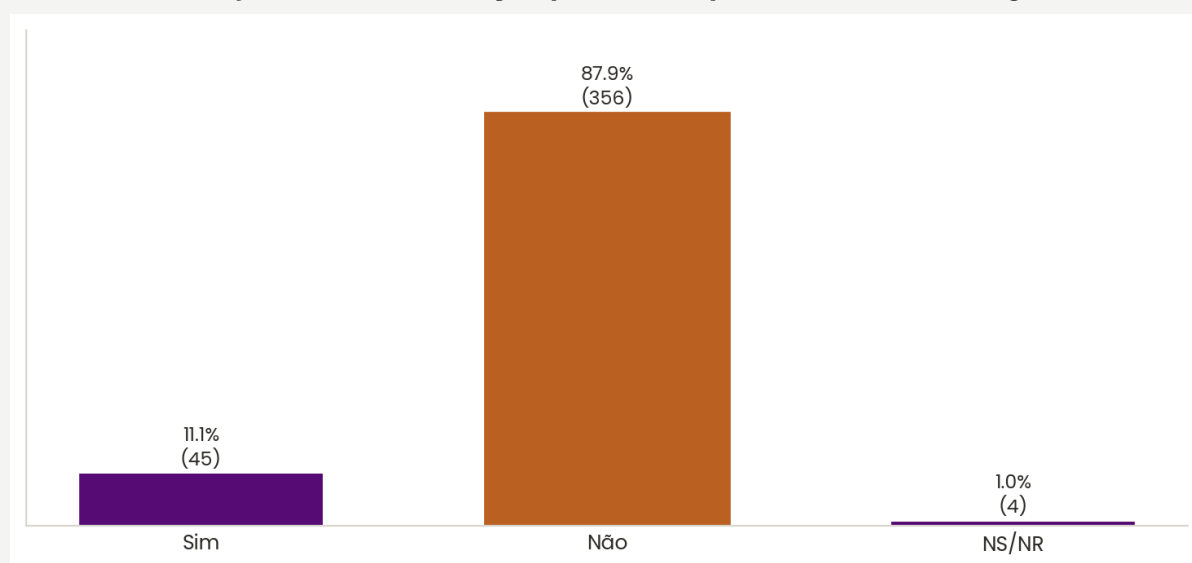
A discriminação de gênero constitui uma das expressões da violência simbólica e das desigualdades estruturais, podendo limitar o acesso das mulheres à educação, ao trabalho, à renda, aos espaços de decisão e às oportunidades de desenvolvimento. Muitas dessas situações ocorrem de forma naturalizada, o que pode contribuir para sua subnotificação e para que nem todas as mulheres reconheçam determinadas práticas como formas de discriminação.

O cruzamento entre cor/raça e discriminação evidencia importantes desigualdades interseccionais na forma como as mulheres vivenciam a exclusão social e a violência. Entre as mulheres pretas, 21,1% afirmaram já ter sofrido discriminação por identidade de gênero, percentual superior ao registrado entre as pardas, com 9,9%, e entre as brancas, com 7,8%. Esse resultado indica que a experiência da discriminação não se distribui de maneira homogênea entre os grupos raciais, atingindo com maior intensidade as mulheres pretas da amostra.

Esses resultados demonstram que a experiência da discriminação não ocorre de forma homogênea entre as mulheres do município. As mulheres pretas apresentam uma frequência de relatos aproximadamente duas vezes superior à observada entre as mulheres pardas e quase três vezes maior que entre as mulheres brancas. Esse padrão reforça a perspectiva da interseccionalidade, segundo a qual gênero e raça se articulam na produção das desigualdades sociais. Em outras palavras, mulheres negras tendem a experimentar formas simultâneas de discriminação de gênero e racial, ampliando sua exposição a processos de exclusão e vulnerabilidade.

Esse resultado dialoga com o conceito de justiça climática adotado no relatório. Mulheres negras, sobretudo em territórios amazônicos marcados por vulnerabilidades socioambientais, tendem a enfrentar uma sobreposição de desigualdades, de gênero, raça, renda e território, que amplia sua exposição à discriminação e reduz suas oportunidades de participação, autonomia e acesso às políticas públicas. Assim, a promoção da equidade exige políticas que reconheçam e enfrentem essas múltiplas dimensões da desigualdade.

Gráfico 59 – Você já sofreu discriminação/preconceito pela sua identidade de gênero?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

A violência contra a mulher aparece como um fenômeno transversal às desigualdades sociais e territoriais e está associada às desigualdades econômicas, às relações familiares, à participação social e às vulnerabilidades territoriais identificadas ao longo da pesquisa.

Tabela 128 – Cruzamento: cor/etnia versus você já sofreu discriminação/preconceito pela sua identidade de gênero?

Cor/etnia (como você se vê?)	Você já sofreu discriminação/preconceito pela sua identidade de gênero?		
	Sim	Não	NS/NR
Amarela – 3 respostas	0% – 0 resposta	100,0% – 3 respostas	0% – 0 resposta
Branca – 51 respostas	7,8% – 4 respostas	92,2% – 47 respostas	0% – 0 resposta
Ignorado – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta
Indígena – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta
Outra – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta
Parda – 294 respostas	9,9% – 29 respostas	89,1% – 262 respostas	1,0% – 3 respostas
Preta – 57 respostas	21,1% – 12 respostas	77,2% – 44 respostas	1,8% – 1 resposta

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

A pesquisa identificou que 18% das mulheres entrevistadas afirmaram sofrer, ou já ter sofrido, algum tipo de violência moral, física, psicológica ou outra forma de violência, enquanto 82% responderam negativamente. Ainda que a maioria não relate experiências de violência, esse percentual representa aproximadamente uma em cada cinco mulheres mirienses, revelando que a violência de gênero permanece como um problema relevante no município.

A distribuição territorial demonstra pequena diferença entre os espaços urbano e rural. Na zona urbana, 19,1% das mulheres afirmaram já ter sofrido violência, ao passo que, na zona rural, esse percentual foi de 17,6%. Esses resultados indicam que a violência está presente em todo o território de Igarapé-Miri. Entretanto, os impactos tendem a ser distintos conforme o território. Nas comunidades rurais e ribeirinhas, as dificuldades de deslocamento, a dependência do transporte fluvial e a menor presença de serviços especializados podem ampliar os obstáculos para denúncia, acolhimento e proteção das vítimas.

O recorte por idade evidencia que a violência é relatada com mais frequência entre mulheres em idade adulta. A maior concentração ocorre entre 40 e 49 anos (27%), seguida das faixas de 30 a 39 anos (20,3%) e 50 a 59 anos (16,2%). Portanto também existam registros entre jovens de 15 a 29 anos (29,8%), os dados sugerem que a violência tende a acumular-se ao longo da trajetória de vida, especificamente durante períodos de maior convivência conjugal, responsabilidades familiares e dependência econômica. Esse padrão reforça que a violência contra a mulher constitui um processo que pode acompanhar diferentes fases da vida, exigindo políticas permanentes de prevenção, proteção e atendimento.

O cruzamento por estado civil revela outro aspecto importante. Entre as mulheres que relataram ter sofrido violência, 52,7% são solteiras e 37,8% vivem em casamento ou

união consensual, enquanto os demais casos distribuem-se entre viúvas, separadas e divorciadas.

Esses resultados demonstram que a violência não está restrita ao ambiente conjugal formal. Mulheres solteiras também estão expostas a situações de violência em relações afetivas, familiares, comunitárias ou institucionais. Por outro lado, a expressiva participação das mulheres casadas ou em união consensual confirma a importância das ações de enfrentamento da violência doméstica e familiar, tema amplamente reconhecido pelas políticas públicas brasileiras.

A distribuição segundo religião acompanha, em grande medida, a composição religiosa da amostra. Entre as mulheres que sofreram violência, 47,3% são evangélicas e 44,6% católicas, refletindo a predominância desses grupos religiosos no município. Assim, os dados não indicam que a religião, por si só, represente fator de maior ou menor ocorrência da violência. Entretanto, considerando a forte presença das igrejas na organização comunitária de Igarapé-Miri, esses espaços podem ser estratégicos na prevenção da violência, no acolhimento das vítimas e na construção de redes comunitárias de proteção.

Quando analisados em conjunto e integrado com os demais resultados da pesquisa, os achados revelam que a violência está inserida em um contexto mais amplo de desigualdades estruturais vivenciadas pelas mulheres mirienses.

Ao longo da pesquisa, observou-se que 66,2% das mulheres não possuem renda própria, aumentando a dependência econômica e reduzindo sua autonomia para romper situações de violência; 40,3% dos lares têm o homem como principal responsável financeiro, ao passo que apenas 34,3% têm a mulher nessa condição; 86,7% afirmam ser as principais responsáveis pelas tarefas domésticas, evidenciando a sobrecarga do trabalho de cuidado; 73,6% acreditam que possuir renda própria facilita a participação das mulheres nas decisões comunitárias, relacionando autonomia econômica ao fortalecimento do protagonismo feminino; 59% gostariam de participar mais das decisões da comunidade, demonstrando interesse em ampliar sua atuação social, e 64% afirmam sentir-se seguras para participar de reuniões comunitárias, mas ainda existem barreiras relacionadas aos afazeres domésticos, à falta de oportunidades, ao desinteresse e, em parte dos casos, ao controle exercido por companheiros.

Em conjunto, esses indicadores mostram que a violência contra a mulher está associada a relações desiguais de poder, à dependência econômica, à divisão sexual do trabalho e à limitada participação feminina nos espaços de decisão.

Observa-se que o percentual de 18% de mulheres que afirmaram ter sofrido algum tipo de violência — obtido a partir do cruzamento entre a área territorial e a pergunta "Você já sofreu ou sofre algum tipo de violência moral, física, psicológica ou de

qualquer outra forma?" —, embora expressivo, deve ser interpretado à luz das características metodológicas da pesquisa e do contexto social em que os dados foram produzidos.

Conforme descrito no capítulo de Metodologia, o questionário aplicado às 405 mulheres possui caráter autodeclaratório, ou seja, as informações registradas correspondem às respostas fornecidas espontaneamente pelas próprias participantes, sem qualquer forma de verificação externa.

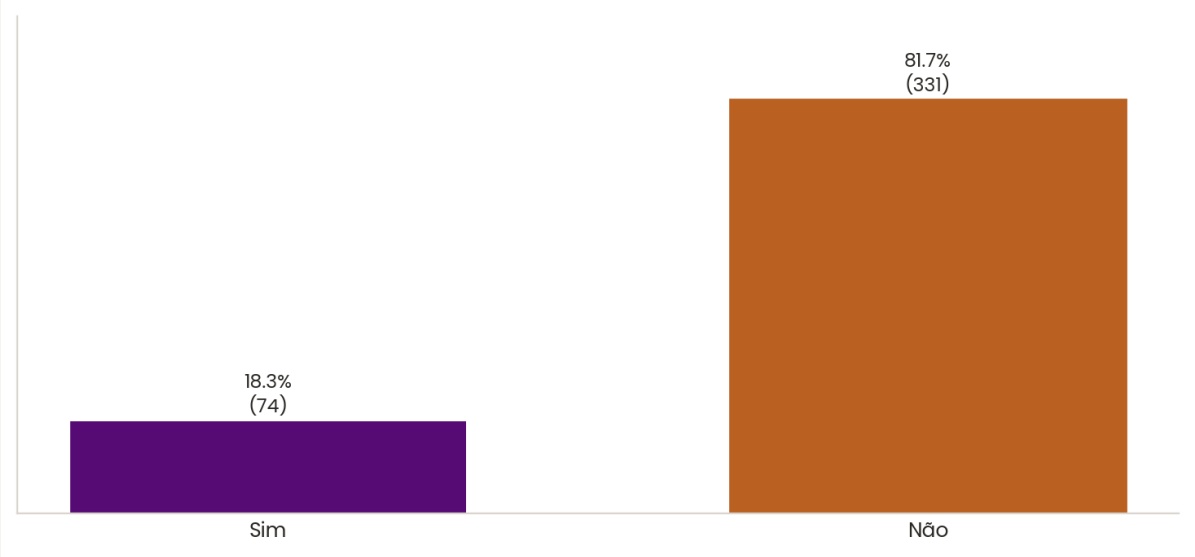
Em temas sensíveis, como a violência contra a mulher, esse tipo de instrumento pode estar sujeito à subdeclaração, uma vez que sentimentos como medo, vergonha, dependência econômica ou afetiva do agressor, receio de represálias e estigma social podem dificultar o relato da violência vivenciada.

Essa interpretação foi reforçada durante as formações participativas realizadas com mulheres de diferentes territórios de Igarapé-Miri. Nos debates coletivos, diversas participantes manifestaram a percepção de que a ocorrência da violência é mais frequente do que aquela evidenciada pelos resultados do questionário, indicando que muitas situações permanecem silenciadas ou não são verbalizadas em entrevistas individuais, mesmo quando assegurado o sigilo das informações.

Embora as formações não tenham caráter estatístico, elas constituem importante fonte qualitativa de evidências e contribuem para a interpretação dos resultados da pesquisa quantitativa. A convergência entre os relatos das participantes e a literatura especializada permite inferir que os dados obtidos podem representar apenas parte da realidade vivenciada pelas mulheres do município, sobretudo em contextos marcados pela limitada disponibilidade de serviços especializados de proteção e atendimento às vítimas.

Nesse sentido, a diferença entre os resultados do questionário e as percepções emergentes nas formações não representa uma inconsistência metodológica, mas evidencia a complexidade inerente à mensuração da violência baseada em gênero. O silêncio, a dificuldade de revelar experiências de violência e a persistência da subnotificação constituem, por si só, elementos relevantes para a compreensão do fenômeno e reforçam a necessidade de políticas públicas que ampliem os mecanismos de prevenção, acolhimento, proteção e acesso aos direitos das mulheres.

Gráfico 60 – Você já sofreu ou sofre algum tipo de violência moral, ou física, psicológica ou de qualquer outra forma?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 129 – Cruzamento: área delimitada versus você já sofreu ou sofre algum tipo de violência moral, física, psicológica ou de qualquer outra forma?

Área	Você já sofreu ou sofre algum tipo de violência moral, física, psicológica ou de qualquer outra forma?	
	Sim	Não
Rural – 222 respostas	17,6% – 39 respostas	82,4% – 183 respostas
Urbana – 183 respostas	19,1% – 35 respostas	80,9% – 148 respostas

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 130 – Cruzamento: você já sofreu ou sofre algum tipo de violência moral, física, psicológica ou de qualquer outra forma versus qual a sua idade?

Você já sofreu ou sofre algum tipo de violência moral, física, psicológica ou de qualquer outra forma?	Qual a sua idade?					
	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 ou mais
Não – 331 respostas	13,9% – 46 respostas	22,7% – 75 respostas	21,8% – 72 respostas	16,3% – 54 respostas	12,1% – 40 respostas	13,3% – 44 respostas
Sim – 74 respostas	14,9% – 11 respostas	14,9% – 11 respostas	20,3% – 15 respostas	27,0% – 20 respostas	16,2% – 12 respostas	6,8% – 5 respostas

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 131 – Cruzamento: você já sofreu ou sofre algum tipo de violência moral, física, psicológica ou de qualquer outra forma versus estado civil?

Você já sofreu ou sofre algum tipo de violência moral, física, psicológica ou de qualquer outra forma?	Qual o seu estado civil?					
	Solteira	Casada/ união consensual	Viúva	Separada	Divorciada	Não se aplica
Não – 331 respostas	44,4% – 147 respostas	48,6% – 161 respostas	3,6% – 12 respostas	2,1% – 7 respostas	0,3% – 1 resposta	0,6% – 2 respostas
Sim – 74 respostas	52,7% – 39 respostas	37,8% – 28 respostas	4,1% – 3 respostas	4,1% – 3 respostas	1,4% – 1 resposta	0% – 0 resposta

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 132 – Você já sofreu ou sofre algum tipo de violência moral, física, psicológica ou de qualquer outra forma versus religião?

Você já sofreu ou sofre algum tipo de violência moral, física, psicológica ou de qualquer outra forma?	Qual a sua religião?					
	Católica	Sem religião	Testemunha de Jeová	Adventista do Sétimo Dia	Evangélica	Outra
Não – 331 respostas	48,6% – 161 respostas	8,5% – 28 respostas	0,3% – 1 resposta	0,9% – 3 respostas	40,5% – 134 respostas	1,2% – 4 respostas
Sim – 74 respostas	44,6% – 33 respostas	5,4% – 4 respostas	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	47,3% – 35 respostas	2,7% – 2 respostas

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Os Gráficos 61 e 62 aprofundam a análise da violência contra a mulher em Igarapé-Miri ao revelar quais formas de violência são mais frequentes e quais consequências permanecem na vida das vítimas. Quando analisados em conjunto com os resultados anteriores (18% das mulheres afirmaram já ter sofrido violência), observa-se que os impactos vão muito além da agressão física, atingindo, principalmente, a saúde mental e emocional das mulheres.

Após identificar que 18% das mulheres entrevistadas afirmaram já ter sofrido algum tipo de violência, a pesquisa investigou quais formas de violência foram vivenciadas e quais consequências permaneceram após as agressões. Os resultados demonstram que a violência psicológica é a forma mais recorrente entre as mulheres entrevistadas (6,7%), seguida da violência física (4,9%), da violência moral (3,2%), da violência sexual (2,2%) e da violência doméstica (2,2%). Também foram mencionadas situações de negligência e abandono (1,7%), bullying (1,5%), discriminação (1,2%), violência patrimonial (1,0%), violência institucional (0,7%), além de registros pontuais relacionados ao trabalho infantil e à pedofilia.

Esses resultados evidenciam que a violência contra a mulher em Igarapé-Miri apresenta múltiplas manifestações, predominando formas menos visíveis, porém igualmente graves. A maior ocorrência da violência psicológica confirma o que diversos estudos nacionais apontam: humilhações, ameaças, constrangimentos, perseguições, chantagens, isolamento e controle emocional costumam anteceder ou acompanhar outras formas de violência, sendo naturalizadas e subnotificadas.

A violência física aparece como a segunda modalidade mais prevalente, indicando que parte das agressões ultrapassa o campo simbólico e produz lesões corporais e risco direto à integridade física das mulheres. Já a presença da violência moral, sexual e patrimonial demonstra que as relações de violência envolvem diferentes mecanismos de controle, dominação e restrição da autonomia feminina.

Quando questionadas sobre as sequelas decorrentes das agressões, as mulheres apontaram consequências relacionadas à saúde mental. O impacto mais citado foi a ocorrência de traumas, medo e pânico (5,4%), seguido de ansiedade (3,5%) e depressão (3,2%). Também foram mencionados danos morais (1,2%), danos físicos (0,5%) e gravidez decorrente da violência (0,3%). Apenas 3% afirmaram não ter desenvolvido traumas após as agressões.

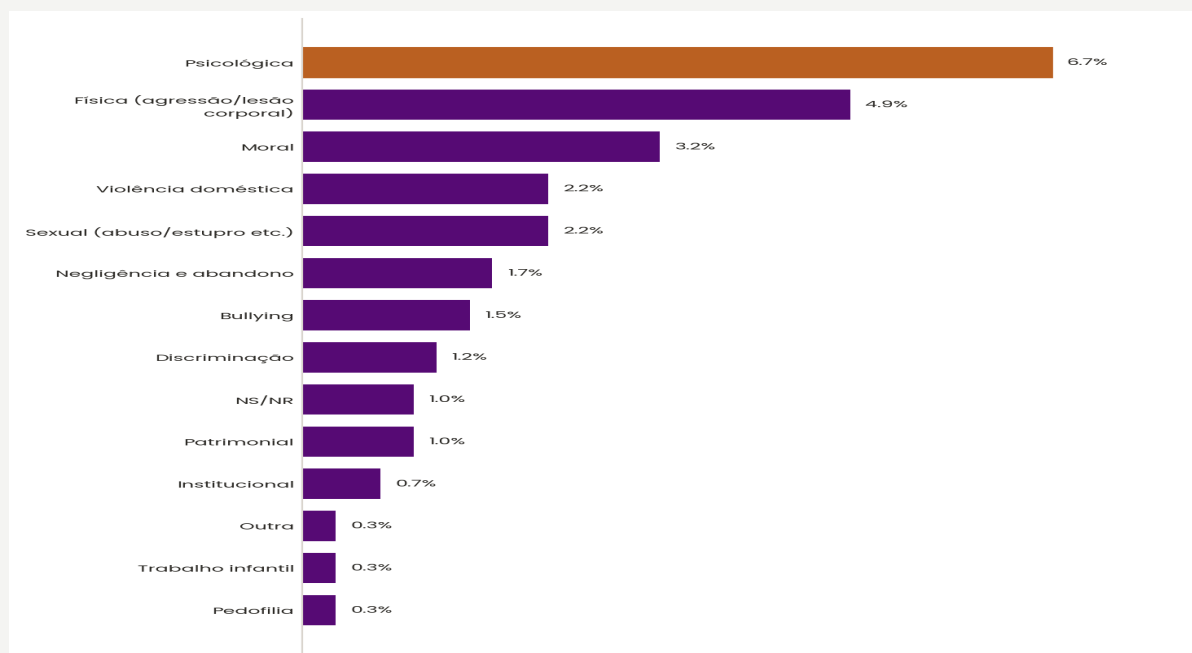
Esses resultados demonstram que as consequências da violência permanecem mesmo após o encerramento das agressões, produzindo efeitos duradouros sobre o bem-estar, a autoestima, a convivência familiar, a participação comunitária e a autonomia das mulheres.

Integrado aos demais resultados da pesquisa, os dados dialogam com outros achados do diagnóstico. A pesquisa mostrou que 64% das mulheres afirmaram que as mudanças climáticas afetam seu bem-estar, principalmente, por impactos na saúde física; 53% relataram que eventos climáticos já afetaram sua saúde; 66,2% não têm renda própria, fator que pode aumentar a dependência econômica e dificultar o rompimento de relações violentas; 86,7% concentram a maior parte das tarefas domésticas, evidenciando sobrecarga de trabalho e menor disponibilidade para buscar apoio institucional e 73,6% acreditam que possuir renda própria facilita a participação das mulheres nas decisões comunitárias, indicando que autonomia econômica e proteção contra a violência caminham conjuntamente.

Nesse contexto, a violência contra a mulher deve ser compreendida como parte de um conjunto de vulnerabilidades que afetam a vida das mulheres mirienses. A sobreposição entre dependência econômica, desigualdade de gênero, sobrecarga do trabalho doméstico, dificuldades de acesso às políticas públicas e impactos das mudanças climáticas amplia os fatores de risco e dificulta a superação dos ciclos de violência.

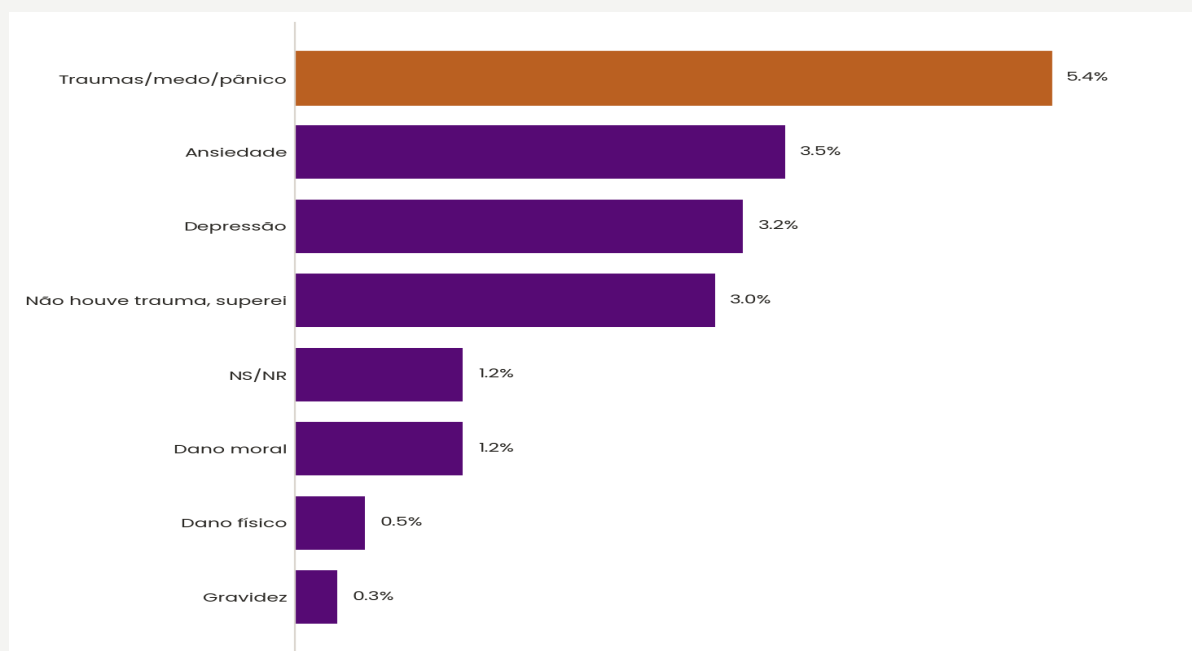
A pesquisa demonstra que a violência vivenciada pelas mulheres de Igarapé-Miri é predominantemente psicológica, produzindo consequências duradouras para a saúde mental. Esses achados reforçam que o enfrentamento da violência exige uma abordagem integrada, capaz de articular proteção social, saúde, justiça, educação e autonomia econômica, reconhecendo a violência de gênero como um dos principais fatores de vulnerabilidade e de limitação do desenvolvimento humano das mulheres no território amazônico.

Gráfico 61 – Você já sofreu ou sofre algum tipo de violência moral, física, psicológica ou de qualquer outra forma?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Gráfico 62 – A violência sofrida deixou em você algum tipo de sequela, consequências, traumas resultantes da agressão? Que tipo?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

O Gráfico 63, apresenta um dos mais relevantes do eixo de violência da pesquisa de campo, pois evidencia que o maior desafio está na ocorrência da violência, na baixa denúncia e na limitada efetividade da resposta institucional. Quando integrado aos resultados anteriores, esse achado revela um cenário de subnotificação e fragilidade da rede de proteção às mulheres.

No que diz respeito à denúncia da violência e à resposta institucional, após identificar que 18% das mulheres entrevistadas afirmaram já ter sofrido algum tipo de violência, a pesquisa investigou se essas mulheres buscaram os mecanismos formais de denúncia e quais foram os resultados obtidos.

Os dados revelam que 14,3% das entrevistadas afirmaram não ter realizado qualquer denúncia em relação à violência sofrida. Entre aquelas que denunciaram, apenas 1,5% relataram um desfecho considerado positivo, com investigação, adoção de medidas cabíveis ou responsabilização do agressor. Em contrapartida, 2% informaram que a denúncia não produziu resultados, seja porque não houve investigação, punição ou qualquer providência efetiva. Houve, ainda, registros pontuais de processos paralisados (0,3%).

Os resultados evidenciam que a subnotificação constitui uma das principais características da violência contra a mulher em Igarapé-Miri. Considerando que aproximadamente 18% das mulheres declararam já ter sofrido violência e apenas uma pequena parcela buscou os órgãos competentes, é perceptível que parte expressiva das situações permanece invisível aos sistemas oficiais de proteção.

Esse padrão acompanha a realidade brasileira, visto que pesquisas nacionais demonstram que o medo, a dependência econômica, a vergonha, a preocupação com os filhos, a descrença na efetividade das instituições e a naturalização da violência figuram entre os principais fatores que impedem a formalização das denúncias.

O recorte por idade demonstra que a falta de denúncia ocorre em todas as fases da vida, porém é mais frequente entre mulheres adultas. As proporções mais significativas de mulheres que afirmaram não ter realizado qualquer denúncia se concentram nas faixas de 50 a 59 anos (21,2%), seguido de 40 a 49 anos (20,3%) e 15 a 19 anos (15,8%).

Esse resultado dialoga com análises anteriores da pesquisa, posto que as mulheres entre 40 e 49 anos constituíram também o grupo que mais relatou ter sofrido violência, indicando que justamente entre aquelas mais expostas à violência ocorre elevada frequência de não formalização das denúncias. Entre as mulheres mais jovens (15 a 19 anos), a ausência de denúncias pode estar relacionada à dependência familiar, ao desconhecimento dos canais de proteção, ao medo de represálias e à dificuldade de reconhecer determinadas práticas como violência.

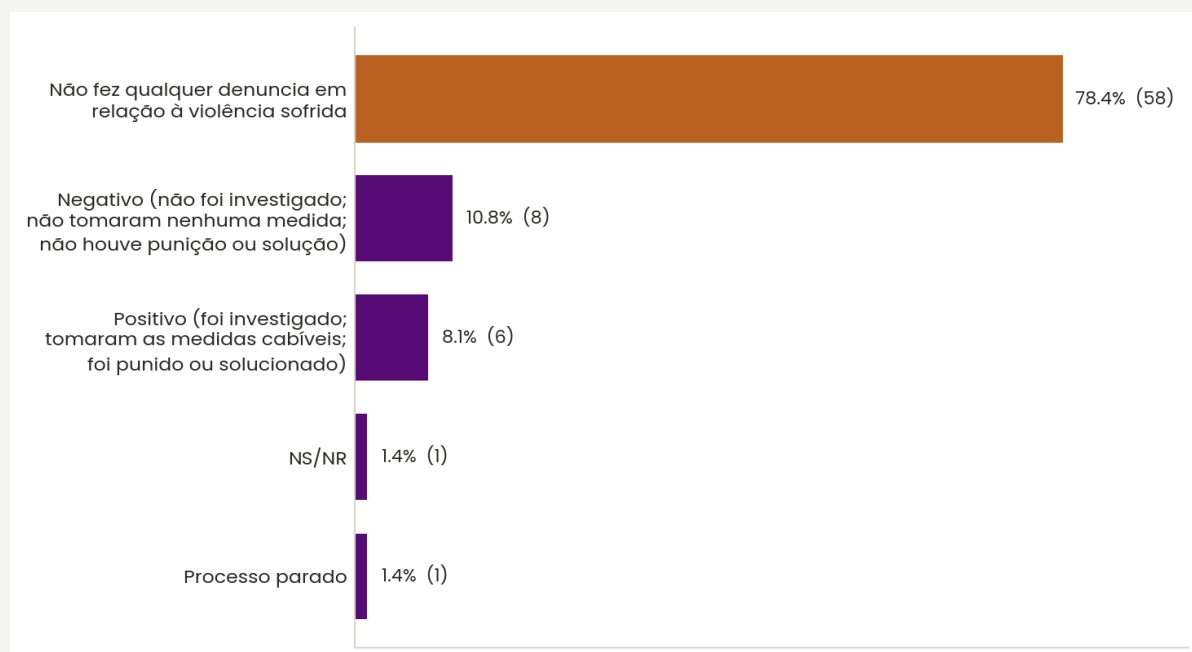
Já entre as mulheres de meia-idade, podem influenciar fatores como relações conjugais duradouras, dependência financeira, preocupação com os filhos e receio das consequências sociais da denúncia. Em integração com os demais resultados do diagnóstico, pode-se concluir que a baixa procura pelos mecanismos formais de

proteção torna-se ainda mais preocupante quando analisada em conjunto com outros indicadores levantados pela pesquisa.

O diagnóstico mostrou que 66,2% das mulheres não possuem renda própria, fator que pode dificultar o rompimento de relações abusivas; 40,3% dos domicílios têm o homem como principal responsável financeiro, indicando dependência econômica em parcela significativa das famílias; 86,7% das mulheres concentram a maior parte das tarefas domésticas, reduzindo sua autonomia e disponibilidade para buscar apoio institucional e 18% já sofreram algum tipo de violência, predominando a violência psicológica. As principais sequelas relatadas foram traumas, medo, pânico, ansiedade e depressão, comprometendo a capacidade de enfrentamento das situações de violência.

Esses fatores ajudam a compreender que a decisão de denunciar não depende apenas da existência dos canais institucionais, mas também das condições econômicas, emocionais e sociais das vítimas. Em muitos casos, a dependência financeira, o isolamento territorial e o medo de retaliações constituem barreiras tão importantes quanto a própria violência.

Gráfico 63 – Se fez algum tipo de denúncia em relação à violência sofrida e se sim, qual foi o resulta do da denúncia?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Após a análise das experiências de violência e discriminação, torna-se necessário observar se as mulheres conhecem os caminhos institucionais disponíveis para buscar apoio. O conhecimento da rede de proteção é uma condição importante para o acesso à justiça e para o enfrentamento da violência, na medida em que a

existência de serviços não garante, por si só, que eles sejam conhecidos e acessados pelas mulheres.

Tabela 133 – Cruzamento: se fez algum tipo de denúncia em relação à violência sofrida e, se sim, qual foi o resultado da denúncia versus qual a sua idade?

Se fez algum tipo de denúncia em relação à violência sofrida e, se sim, qual foi o resultado da denúncia?					
Qual a sua idade?	Positivo (foi investigado; tomaram as medidas cabíveis; foi punido ou solucionado)	Negativo (não foi investigado; não tomaram nenhuma medida; não houve punição ou solução)	Processo parado	NS/NR	Não fez qualquer denúncia em relação à violência sofrida
15 a 19 anos – 57 respostas	0% – 0 resposta	3,5% – 2 respostas	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	15,8% – 9 respostas
20 a 29 anos – 86 respostas	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	1,2% – 1 resposta	1,2% – 1 resposta	10,5% – 9 respostas
30 a 39 anos – 87 respostas	3,4% – 3 respostas	34% – 3 respostas	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	10,3% – 9 respostas
40 a 49 anos – 74 respostas	4,1% – 3 respostas	27% – 2 respostas	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	20,3% – 15 respostas
50 a 59 anos – 52 respostas	0% – 0 resposta	1,9% – 1 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	21,2% – 11 respostas
60 ou mais – 49 respostas	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	0% – 0 resposta	10,2% – 5 respostas

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

A pesquisa investigou se as mulheres conhecem algum serviço ou instituição do município onde possam buscar apoio em situações de violência. Os resultados mostram que 58,5% das entrevistadas afirmaram não conhecer nenhum serviço de atendimento, enquanto 39,0% disseram conhecer algum local de acolhimento ou proteção e 2,5% não souberam responder. O dado indica uma fragilidade importante na circulação de informações sobre a rede de proteção às mulheres, uma vez que mais da metade das entrevistadas não identifica serviços de apoio disponíveis no próprio município.

Os dados revelam, ainda, uma importante lacuna no acesso à informação sobre os mecanismos de proteção existentes no município. Em outras palavras, mais da metade das mulheres de Igarapé-Miri desconhece para onde recorrer caso seja vítima de violência, situação que pode contribuir para a subnotificação dos casos, retardar a busca por ajuda e dificultar o rompimento do ciclo da violência.

Na análise territorial, o desconhecimento da rede de proteção ocorre tanto na área urbana quanto na rural, conquanto seja mais acentuado entre as mulheres residentes no meio rural. Na zona rural, 60,8% afirmaram não conhecer nenhum serviço de

atendimento às mulheres vítimas de violência, enquanto 36,9% responderam positivamente. Na zona urbana, o percentual de desconhecimento permanece elevado (55,7%), embora ligeiramente inferior ao observado nas comunidades rurais, em que 41,5% conhecem algum serviço.

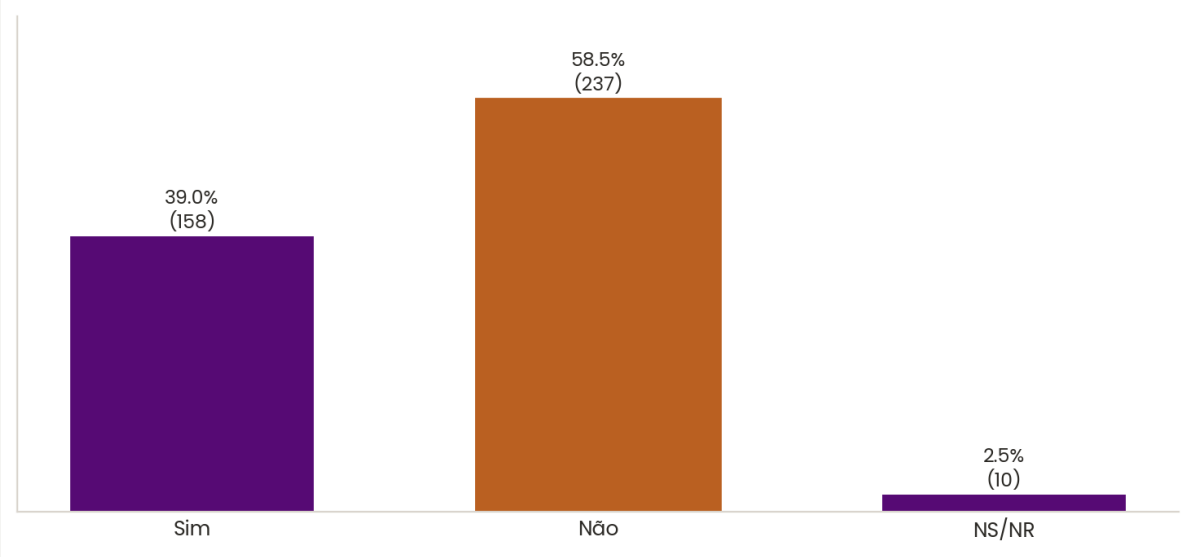
Essa diferença territorial evidencia que o acesso à informação também sofre influência das desigualdades de mobilidade e comunicação existentes no município. Em Igarapé-Miri, muitas comunidades rurais, ribeirinhas e insulares dependem do transporte fluvial e apresentam distância física da sede municipal mais acentuada, em que, normalmente, concentram-se os equipamentos públicos especializados. Consequentemente, além das dificuldades de acesso aos serviços, parte das mulheres sequer conhece sua existência.

Integrado aos demais resultados do diagnóstico, este reforça outros indicadores apresentados no eixo de violência. A pesquisa demonstrou que 18% das mulheres afirmaram já ter sofrido algum tipo de violência; 14,3% das entrevistadas relataram não ter realizado qualquer denúncia, mesmo após sofrer violência. A violência psicológica foi o modo mais frequente de agressão identificada. Os principais impactos relatados foram traumas, medo, ansiedade e depressão, além disso apenas uma pequena parcela das denúncias resultou em providências consideradas efetivas.

Quando esses indicadores são analisados em conjunto, percebe-se que a baixa procura pelos serviços especializados está relacionada ao medo ou à dependência econômica e ao desconhecimento da própria rede de atendimento. Se mais da metade das mulheres desconhece onde buscar ajuda, torna-se provável que muitas situações permaneçam invisíveis às instituições públicas.

Além disso, outros resultados do diagnóstico mostram que 66,2% das mulheres não possuem renda própria, 40,3% vivem em domicílios onde o homem é o principal responsável financeiro e 86,7% concentram a maior parte das tarefas domésticas. Essas condições reduzem a autonomia feminina e dificultam tanto a denúncia quanto o acesso aos serviços de proteção.

Gráfico 64 – Você conhece algum serviço ou local no seu município onde mulheres podem buscar ajuda em casos de violência?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 134 – Cruzamento: área delimitada versus você conhece algum serviço ou local no seu município onde mulheres podem buscar ajuda em casos de violência?

Área	Você conhece algum serviço ou local no seu município onde mulheres podem buscar ajuda em casos de violência?		
	Sim	Não	NS/NR
Rural – 222 respostas	36,9% – 82 respostas	60,8% – 135 respostas	2,3% – 5 respostas
Urbana – 183 respostas	41,5% – 76 respostas	55,7% – 102 respostas	2,7% – 5 respostas

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Os Gráficos 65 e 66 ampliam a análise sobre a violência contra as mulheres ao evidenciar que o problema não se limita à ocorrência dos episódios, porque também envolve as barreiras que dificultam o acesso à rede de proteção. Quando articulados aos resultados anteriores, os dados apontam um cenário de vulnerabilidade institucional, marcado pelo medo, pelo desconhecimento dos serviços e pelas dificuldades concretas para buscar apoio.

Ao investigar se as mulheres já enfrentaram dificuldades para conseguir ajuda em situações de violência, os resultados mostram que 12,8% das entrevistadas afirmaram ter encontrado obstáculos para acessar apoio, enquanto 87,2% responderam negativamente. Embora a maioria não relate dificuldades, esse percentual representa aproximadamente uma em cada oito mulheres. O dado indica que uma parcela das entrevistadas encontrou barreiras concretas justamente no momento em que precisava acionar a rede de proteção, o que revela limites no acesso ao atendimento e na efetividade dos canais institucionais de apoio.

Quando analisadas as razões dessas dificuldades, nota-se que os obstáculos estão relacionados tanto a fatores individuais quanto às limitações da própria rede de atendimento. De tal forma que a principal dificuldade mencionada foi o medo ou a insegurança (4,2%), seguida da falta de atendimento ou de serviços disponíveis (3,2%), do desconhecimento sobre onde procurar ajuda (2,2%), da distância ou dificuldade de acesso aos serviços (1,7%) e da falta de informação sobre os canais de apoio (0,7%). Também aparecem, de forma residual, a falta de recursos financeiros e outros fatores.

Os resultados demonstram que a maior barreira para o rompimento do ciclo da violência não é exclusivamente geográfica ou institucional, mas também emocional. O medo aparece como o principal fator limitante, refletindo situações descritas na literatura especializada, como receio de represálias por parte do agressor, dependência econômica, preocupação com os filhos, vergonha, exposição social e descrença na efetividade das instituições.

A falta de atendimento aparece como a segunda principal dificuldade, indicando limitações na capacidade de resposta da rede de proteção. Isso sugere que, mesmo quando superam o medo e buscam ajuda, as mulheres nem sempre encontram serviços acessíveis, acolhimento adequado ou respostas institucionais efetivas.

As dificuldades relacionadas ao desconhecimento dos serviços e à falta de informação reforçam outro resultado deste diagnóstico: 58,5% das mulheres afirmaram não conhecer nenhum serviço ou local no município onde possam buscar ajuda em casos de violência. Essa combinação evidencia que muitas mulheres enfrentam uma dupla vulnerabilidade: desconhecem os canais de proteção e, quando tentam acessá-los, encontram obstáculos institucionais ou territoriais. Esses achados dialogam com os demais indicadores do eixo de violência. A pesquisa revelou que:

- 18% das mulheres afirmaram já ter sofrido algum tipo de violência;
- 14,3% não realizaram qualquer denúncia após sofrer violência;
- apenas 1,5% delas relataram que a denúncia resultou em investigação ou solução efetiva;
- 2% afirmaram que a denúncia não produziu qualquer providência;
- 58,5% desconhecem os serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência;
- as principais consequências das agressões foram traumas, medo, ansiedade e depressão.

Em conjunto, esses resultados revelam que o enfrentamento da violência em Igarapé-Miri depende da existência de mecanismos legais de proteção e da

capacidade do Estado de garantir informação, acolhimento, acessibilidade e confiança na rede institucional.

Além disso, o diagnóstico identificou outros fatores que podem ampliar essas dificuldades, como a elevada proporção de mulheres sem renda própria (66,2%), a predominância masculina como principal responsável financeiro em parte significativa dos domicílios (40,3%) e a sobrecarga das tarefas domésticas (86,7%). Essas condições reduzem a autonomia das mulheres e dificultam a busca por apoio em contextos de violência doméstica.

No contexto amazônico, essas barreiras tornam-se ainda mais complexas em razão das características territoriais do município. As comunidades rurais, ribeirinhas e insulares, dependentes do transporte fluvial, apresentam tempos mais longos de deslocamento e possuem baixa proximidade com os equipamentos especializados, o que pode retardar ou impedir o acesso aos serviços de proteção (Gráficos 65 e 66).

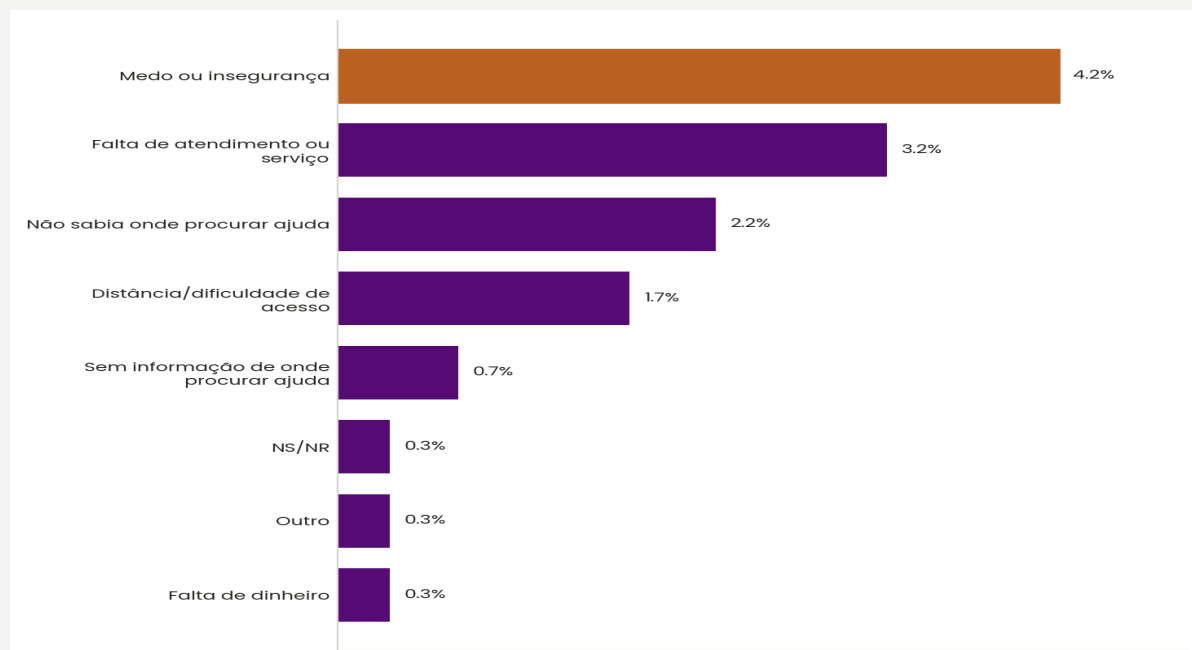
Gráfico 65 – Você já se envolveu em situação de violência que teve dificuldade para conseguir ajuda?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

A análise do indicador “mudanças climáticas e violência contra a mulher” considera a percepção das mulheres sobre a relação entre eventos climáticos e aumento dos conflitos, e não a ocorrência objetiva dessa associação. Ainda assim, os resultados oferecem evidências relevantes para a formulação de políticas públicas por indicarem como as entrevistadas percebem a interação entre vulnerabilidades ambientais, tensões sociais e violência de gênero.

Gráfico 66 – Qual foi a principal dificuldade em uma situação de violência?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

A pesquisa investigou se, na percepção das mulheres de Igarapé-Miri, problemas associados às mudanças climáticas, como enchentes, secas, calor intenso e tempestades, contribuem para o aumento dos conflitos ou da violência. Os resultados mostram que 62,0% das entrevistadas não percebem essa relação, enquanto 33,1% afirmam que os eventos climáticos contribuem para intensificar conflitos e situações de violência. Outros 4,9% não souberam responder.

Embora a maioria não estabeleça essa associação, o fato de cerca de uma em cada três mulheres perceber que os eventos climáticos podem intensificar situações de conflito representa um dado relevante. Esse resultado indica que a relação entre mudanças climáticas e violência já aparece na experiência cotidiana de uma parcela expressiva da população feminina entrevistada.

Essa percepção dialoga com estudos recentes sobre mudanças climáticas e gênero, que demonstram que eventos extremos tendem a ampliar vulnerabilidades sociais preexistentes. Situações de perda de renda, insegurança alimentar, deslocamentos, interrupção das atividades produtivas e dificuldades de acesso aos serviços públicos podem aumentar o estresse familiar e comunitário, favorecendo conflitos interpessoais e, em alguns casos, episódios de violência doméstica e de gênero. Nesse sentido, o cruzamento por área de residência revela diferenças importantes na percepção dessa relação.

Na zona urbana, 38,8% das mulheres acreditam que os problemas climáticos aumentam conflitos ou violência, percentual superior ao registrado na zona rural (28,4%). Em contrapartida, 66,2% das mulheres rurais responderam que não percebem

essa relação, contra 56,8% das residentes na área urbana. Essa diferença pode refletir distintas formas de vivenciar os impactos climáticos.

Nas áreas urbanas, eventos como alagamentos, sobrecarga dos serviços públicos, interrupção do abastecimento, dificuldades de mobilidade e concentração populacional podem tornar os conflitos mais visíveis. Já no meio rural, conquanto os impactos econômicos das mudanças climáticas sejam mais intensos, sobretudo na agricultura familiar, no extrativismo e na pesca, eles podem ser percebidos prioritariamente como problemas produtivos e não necessariamente associados ao aumento da violência.

Na análise por faixa etária, a percepção de que os eventos climáticos podem aumentar conflitos concentra-se, principalmente, entre mulheres adultas. As maiores proporções encontram-se nas faixas de 30 a 39 anos (23,9%), 20 a 29 anos (23,1%) e 40 a 49 anos (15,7%). Esses grupos correspondem ao período da vida em que, normalmente, as mulheres acumulam maiores responsabilidades familiares, participação no mercado de trabalho e cuidado com crianças e idosos, conforme já mencionado anteriormente. Diante disso, tendem a vivenciar de forma mais intensa os efeitos econômicos e sociais provocados pelos eventos climáticos.

Integrado aos demais resultados do diagnóstico, os achados da pesquisa tornam-se ainda mais significativos, pois o diagnóstico demonstrou que 86,4% das mulheres percebem que o clima mudou nos últimos cinco anos; 53% afirmaram que os eventos climáticos já afetaram sua saúde; 64% relataram impactos do clima sobre seu bem-estar; 43,2% afirmaram que as condições climáticas afetam sua renda em algum grau (muito, moderadamente, pouco ou totalmente); 26,2% relataram falta de alimentos em pelo menos uma das refeições nos últimos três meses; 66,2% não possuem renda própria e 18% afirmaram já ter sofrido algum tipo de violência.

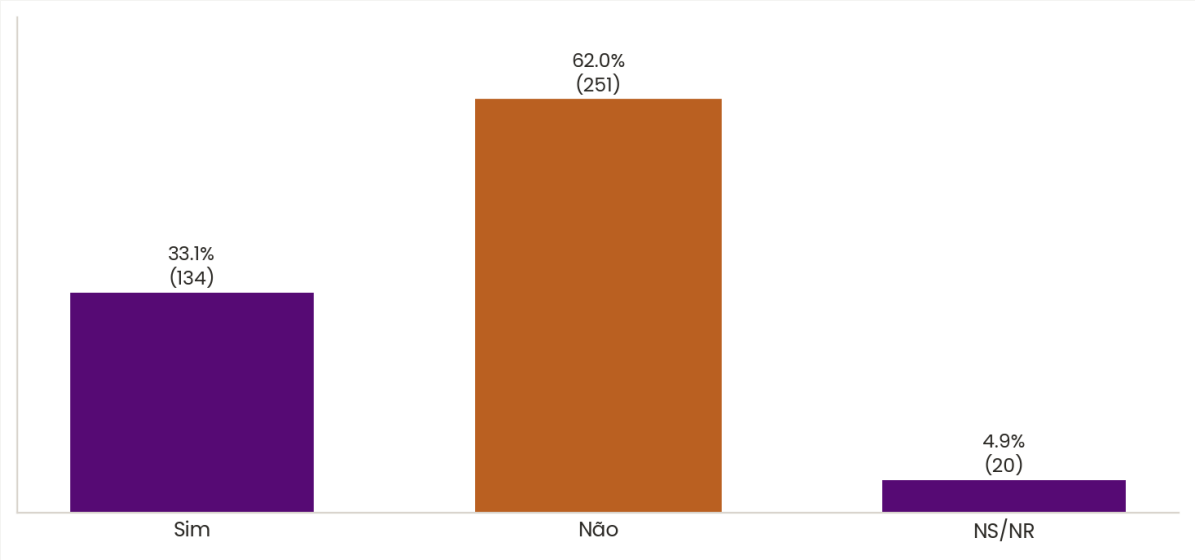
Esses indicadores sugerem que, mesmo quando a relação entre clima e violência não é percebida pela maioria das entrevistadas, os impactos climáticos atuam sobre diversos fatores de vulnerabilidade que podem favorecer tensões familiares e comunitárias. A redução da renda, a insegurança alimentar, o agravamento das condições de saúde, as dificuldades de mobilidade e a sobrecarga das mulheres configuram um contexto que pode intensificar conflitos sociais.

Essa interpretação é consistente com organismos internacionais, como a ONU Mulheres (2022) e o IPCC (2022)⁴⁹, que apontam que as mudanças climáticas não produzem automaticamente violência, mas tendem a agravar desigualdades e

49. – O documento da UN WOMEN afirma que as mudanças climáticas são um agravante (“serious aggravator”) das diferentes formas de violência contra mulheres e meninas, sobretudo em situações de crise, deslocamento, insegurança alimentar e escassez de recursos e o documento do IPCC – Relatório do Grupo de Trabalho II – reconhece que as mudanças climáticas ampliam vulnerabilidades sociais existentes, afetando de forma desproporcional grupos já vulneráveis, entre eles mulheres e meninas, e aumentando a exposição a riscos, inclusive de violência baseada em gênero.

vulnerabilidades existentes, aumentando o risco de violência baseada em gênero em determinados contextos (Gráfico 67 e Tabelas 135 e 136).

Gráfico 67 – Problemas causados pelo clima, como enchentes, secas, calor forte ou tempestades, aumentam conflitos ou violência?



Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 135 – Cruzamento: área delimitada versus problemas causados pelo clima, como enchentes, secas, calor forte ou tempestades, aumentam conflitos ou violência?

Área	Problemas causados pelo clima, como enchentes, secas, calor forte ou tempestades, aumentam conflitos ou violência?		
	Sim	Não	NS/NR
Rural – 222 respostas	28,4% – 63 respostas	66,2% – 147 respostas	5,4% – 12 respostas
Urbana – 183 respostas	38,8% – 71 respostas	56,8% – 104 respostas	4,4% – 8 respostas

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Tabela 136 – Cruzamento: problemas causados pelo clima, como enchentes, secas, calor forte ou tempestades, aumentam conflitos ou violência versus qual a sua idade?

Problemas causados pelo clima, como enchentes, secas, calor forte ou tempestades, aumentam conflitos ou violência?	Qual a sua idade?					
	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 ou mais
NS/NR – 20 respostas	25,0% – 5 respostas	20,0% – 4 respostas	20,0% – 4 respostas	5,0% – 1 resposta	20,0% – 4 respostas	10,0% – 2 respostas
Não – 251 respostas	15,1% – 38 respostas	20,3% – 51 respostas	20,3% – 51 respostas	20,7% – 52 respostas	12,0% – 30 respostas	11,6% – 29 respostas
Sim – 134 respostas	10,4% – 14 respostas	23,1% – 31 respostas	23,9% – 32 respostas	15,7% – 21 respostas	13,4% – 18 respostas	13,4% – 18 respostas

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

Quando articulado à experiência de violência, o cruzamento apresentado na Tabela 136 revela um dos achados mais relevantes do eixo de violência. Entre as mulheres que já sofreram violência, 45,9% percebem relação entre eventos climáticos e aumento de conflitos ou situações de violência, percentual superior ao observado entre aquelas que não relataram essa experiência, com 30,2%.

A diferença de 15,7 pontos percentuais, equivalente a um aumento relativo de aproximadamente 52%, indica que a percepção da relação entre clima e violência é mais acentuada entre mulheres que já vivenciaram situações de violência. Esse resultado evidencia a sobreposição entre vulnerabilidade climática e de gênero, sugerindo que determinados grupos de mulheres podem estar mais expostos aos efeitos combinados das mudanças climáticas e das desigualdades sociais.

Entre as mulheres que já sofreram ou sofrem algum tipo de violência moral, física, psicológica ou de outra natureza, 45,9% afirmam que problemas causados pelo clima, como enchentes, secas, calor intenso ou tempestades, aumentam os conflitos ou a violência. Entre aquelas que não vivenciaram situações de violência, esse percentual é significativamente menor, correspondendo a 30,2%.

Da mesma forma, enquanto 64,7% das mulheres que nunca sofreram violência não percebem relação entre mudanças climáticas e aumento dos conflitos, entre aquelas que já sofreram violência esse percentual reduz-se para 50%. Esse resultado sugere que a experiência prévia de violência influencia a forma como as mulheres interpretam os impactos sociais das mudanças climáticas. Mulheres que vivenciaram situações de violência parecem reconhecer com mais facilidade que períodos de crise econômica, perda de renda, insegurança alimentar, dificuldades de mobilidade e maior estresse familiar, agravados por eventos climáticos extremos, podem favorecer o aumento das tensões e dos episódios de violência.

Embora o levantamento não permita estabelecer relação de causalidade entre mudanças climáticas e violência de gênero, os dados apontam uma associação importante do ponto de vista da percepção social. A literatura internacional tem demonstrado que eventos climáticos extremos não produzem violência de forma direta, mas intensificam fatores estruturais de vulnerabilidade, como pobreza, insegurança econômica, deslocamentos forçados, sobrecarga do trabalho de cuidado e redução do acesso às redes de proteção social, condições que podem ampliar o risco de violência contra mulheres e meninas.

Os resultados da pesquisa evidenciam, ainda, que a realidade das mulheres de Igarapé-Miri é marcada pela sobreposição de diferentes dimensões de vulnerabilidade social, econômica, ambiental e territorial, que se manifestam de forma interdependente. Ainda que o município apresente importantes potencialidades associadas à sociobiodiversidade amazônica, à economia do açaí, à organização

comunitária e à presença ativa das mulheres nas atividades produtivas e familiares, persistem desafios estruturais relacionados à baixa renda, à limitada autonomia econômica, ao acesso desigual às políticas públicas, à violência de gênero, às fragilidades da infraestrutura urbana e rural e aos impactos crescentes das mudanças climáticas.

Tabela 137 – Cruzamento: você já sofreu ou sofre algum tipo de violência moral, física, psicológica ou de qualquer outra forma versus problemas causados pelo clima, como enchentes, secas, calor forte ou tempestades, aumentam conflitos ou violência?

Você já sofreu ou sofre algum tipo de violência moral, ou física, ou psicológica, ou de qualquer outra forma?	Problemas causados pelo clima, como enchentes, secas, calor forte ou tempestades, aumentam conflitos ou violência?		
	Sim	Não	NS/NR
Não – 331 respostas	30,2% – 100 respostas	64,7% – 214 respostas	5,1% – 17 respostas
Sim – 74 respostas	45,9% – 34 respostas	50,0% – 37 respostas	4,1% – 3 respostas

Fonte: Elaborado por SG Consultores Associados com base na pesquisa de campo (2026).

A pesquisa indica também que as mulheres exercem papel preponderante na reprodução econômica e social das famílias, assumindo responsabilidades no trabalho produtivo, no cuidado, na administração doméstica e, em muitos casos, no próprio sustento familiar. Entretanto, esse protagonismo convive com baixos níveis de renda, elevada informalidade, reduzida participação nos espaços de decisão e persistentes desigualdades de gênero. Os resultados também evidenciam que as condições territoriais, como a dispersão das comunidades rurais e ribeirinhas, a dependência da mobilidade fluvial e a limitada oferta de serviços públicos, influenciam o acesso à educação, à saúde, à proteção social, ao saneamento e às oportunidades de desenvolvimento.

Outro aspecto significativo refere-se à crescente percepção dos impactos das mudanças climáticas sobre a vida cotidiana das mulheres. Eventos extremos já afetam a saúde, a mobilidade, o acesso aos serviços públicos, a produção econômica e a segurança alimentar, reforçando a necessidade de incorporar a perspectiva de gênero às políticas de adaptação climática. Da mesma forma, os resultados elucidam que, embora haja avanços na percepção sobre a importância da educação ambiental e da participação feminina nas questões ambientais, ainda permanecem desafios relacionados à ampliação do protagonismo das mulheres nos processos decisórios e na governança territorial.

Os dados também demonstram que as desigualdades observadas decorrem da interação entre condições econômicas, gênero, território, escolaridade, raça, acesso às políticas públicas e capacidade institucional do poder público municipal. Essa constatação reforça a necessidade de políticas públicas integradas, intersetoriais e

territorializadas, capazes de articular desenvolvimento econômico, justiça social, igualdade de gênero e adaptação às mudanças climáticas.

Ademais, o conjunto de evidências produzidas pela pesquisa secundária, pela pesquisa de campo e pelas observações realizadas permite afirmar que as mulheres de Igarapé-Miri devem ser compreendidas como grupo social vulnerável e como sujeitas estratégicas do desenvolvimento territorial sustentável. Seu protagonismo na economia familiar, na gestão dos recursos naturais, na organização comunitária e na transmissão de conhecimentos tradicionais constitui ativo fundamental para a construção de políticas públicas mais inclusivas, resilientes e comprometidas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Mediante o exposto, os resultados apresentados neste diagnóstico oferecem subsídios técnicos para o planejamento governamental e para o fortalecimento das políticas municipais voltadas à promoção da autonomia econômica, da justiça climática, da igualdade de gênero e da melhoria das condições de vida das mulheres mirienses.

5. MULHERES EM REDE EM IGARAPÉ-MIRI: PROTAGONISMO FEMININO, TERRITÓRIO E JUSTIÇA CLIMÁTICA



Foto: João Ramid

Os resultados da pesquisa revelam que as mudanças climáticas já fazem parte do cotidiano das mulheres de Igarapé-Miri e afetam as condições de vida das famílias. Longe de serem percebidas apenas como um problema ambiental, elas se manifestam na redução da renda, na insegurança alimentar, nas dificuldades de acesso à educação e no aumento das vulnerabilidades sociais.

Os dados mostram que 51,6% das mulheres entrevistadas afirmaram que as condições climáticas afetam sua renda de alguma forma. Esse achado é relevante em um município cuja economia está associada à agricultura familiar, à pesca artesanal e à cadeia produtiva do açaí, atividades interdependentes das condições ambientais. Alterações no regime de chuvas, períodos prolongados de estiagem, mudanças nos ciclos produtivos e eventos climáticos extremos repercutem na capacidade de produção e na geração de renda das famílias, ampliando situações de vulnerabilidade econômica.

Os impactos não se limitam à esfera produtiva. A pesquisa identificou que 26,2% das entrevistadas relataram ter passado por situações de falta de comida em alguma refeição nos três meses anteriores ao levantamento. Ao mesmo tempo, 75,6% das mulheres dependem, principalmente, da compra de alimentos para garantir a alimentação familiar. O cruzamento desses indicadores evidencia uma contradição presente em muitos territórios amazônicos: mesmo inseridas em uma região marcada pela abundância de recursos naturais e reconhecida nacionalmente pela produção de açaí, parcela significativa das famílias enfrenta dificuldades para garantir sua segurança alimentar.

Essa realidade demonstra que a riqueza produzida pelo território não se converte automaticamente em bem-estar social para sua população. Pelo contrário, as mulheres encontram-se expostas simultaneamente às oscilações do mercado, às vulnerabilidades socioeconômicas e aos impactos das mudanças climáticas, fatores que se reforçam mutuamente e ampliam as desigualdades existentes.

A pesquisa também evidencia que os efeitos da crise climática ultrapassam as dimensões econômicas e alimentares, alcançando direitos fundamentais como a educação. Entre as entrevistadas, 45,4% afirmaram que eventos climáticos já impediram alguém da família de frequentar a escola. Trata-se de um dado significativo por mostrar de que modo enchentes, alagamentos, dificuldades de mobilidade e outros eventos associados ao clima afetam a permanência escolar e o acesso à educação.

A situação torna-se ainda mais preocupante quando observada em conjunto com outro indicador identificado pelo estudo: para 48,6% das entrevistadas, a alimentação escolar representa a principal refeição diária das crianças. Isso significa que qualquer interrupção das atividades escolares causada por eventos climáticos afeta os processos de aprendizagem, além de comprometer o acesso à alimentação e à proteção social de milhares de crianças.

Os resultados demonstram, portanto, que a crise climática em Igarapé-Miri não pode ser compreendida apenas como uma questão ambiental. Ela afeta a renda, a alimentação, a educação e as condições de reprodução da vida cotidiana, atingindo,

de forma mais intensa, mulheres e famílias em situação de vulnerabilidade social. Nesse contexto, fortalecer a organização coletiva das mulheres torna-se uma estratégia fundamental para ampliar a capacidade de adaptação dos territórios, promover a justiça climática e construir respostas comunitárias para enfrentar os desafios impostos pelas transformações ambientais em curso.

Mais do que uma estratégia de organização social, a rede representa a possibilidade de transformar experiências individuais em ação coletiva, fortalecendo a participação feminina nos processos de decisão que afetam os territórios onde vivem. Os dados do diagnóstico realizado com as 405 mulheres em 25 localidades do município revelam a existência de um potencial significativo para essa mobilização.

Entre as entrevistadas, 59% afirmaram que gostariam de participar mais das decisões comunitárias, 64% disseram sentir-se seguras para participar de reuniões, 73,6% acreditam que possuir renda própria facilita sua participação social e política e 45,4% percebem a presença de mulheres nos processos de decisão relacionados ao meio ambiente e ao clima. Esses indicadores salientam que a base para a formação de uma rede já existe, de modo que o desafio está em criar mecanismos que fortaleçam essa capacidade de articulação e liderança.

A necessidade dessa articulação torna-se ainda mais evidente quando se observam as condições socioeconômicas das mulheres mirienses. O diagnóstico mostra que 72,6% vivem em famílias com renda de até um salário-mínimo, 66,2% não possuem renda própria e 56,3% encontram-se sem ocupação ou desempregadas. Ao mesmo tempo, 70% dependem de benefícios sociais e 51,4% recebem o Bolsa Família.

Esses números indicam que as políticas de transferência de renda funcionam como complemento financeiro e como instrumentos fundamentais de proteção social e de resiliência climática, ajudando as famílias a enfrentar perdas econômicas associadas à sazonalidade da produção, aos eventos climáticos extremos e às vulnerabilidades do território.

Outro aspecto identificado pelo diagnóstico refere-se ao protagonismo feminino existente no território, visto que as mulheres já atuam em associações comunitárias, grupos produtivos, organizações religiosas, conselhos escolares, iniciativas ambientais e movimentos ligados à agricultura, à pesca e ao açaí. Essas lideranças são inestimáveis na defesa de direitos, na mediação de conflitos e na articulação de demandas junto ao poder público. O estudo identifica a existência de um núcleo importante de liderança feminina que pode ser ampliado por meio de processos de formação, intercâmbio de experiências e fortalecimento do capital social comunitário.

A construção dessa rede torna-se ainda mais relevante quando se observa que as desigualdades de gênero não se expressam isoladamente. Elas se articulam às condições de pobreza, às vulnerabilidades territoriais e às dificuldades de acesso às

políticas públicas. O próprio diagnóstico destaca a violência contra a mulher como um fator que compromete a autonomia econômica, a participação social e a capacidade de adaptação às mudanças climáticas.

A justiça climática, portanto, configura-se como uma agenda socioambiental e política. No contexto amazônico, seu alcance depende do enfrentamento das desigualdades de gênero, do fortalecimento da autonomia econômica feminina, da ampliação da participação política e da valorização dos conhecimentos produzidos pelas mulheres nos territórios.

Nesse sentido, formar uma rede de mulheres em Igarapé-Miri significa criar condições para que experiências dispersas se transformem em força coletiva. Significa conectar lideranças, promover trocas de saberes, ampliar o acesso à informação, fortalecer a participação nos espaços de decisão e construir estratégias comuns de enfrentamento aos desafios climáticos.

Em um município onde as mulheres já são protagonistas na produção, no cuidado, na organização comunitária e na manutenção da vida cotidiana, fortalecer suas conexões representa um passo decisivo para a construção de territórios mais resilientes, democráticos e socialmente justos. A justiça climática se concretiza quando as mulheres afetadas pelas mudanças do clima participam, de forma organizada, das decisões que definem o futuro de seus territórios.

À luz da literatura contemporânea sobre riscos, a análise desses dados permite compreender que a realidade observada em Igarapé-Miri ultrapassa a lógica dos impactos climáticos isolados. O que emerge do diagnóstico é um cenário típico de risco sistêmico, no qual diferentes vulnerabilidades interagem, acumulam-se e amplificam-se mutuamente. Conforme assinala o *Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction (GAR) (2025)*, os riscos contemporâneos caracterizam-se cada vez mais por sua natureza interligada, produzindo efeitos que se propagam através de diferentes dimensões da vida social e dos territórios.

Em Igarapé-Miri, as alterações das condições climáticas produzem perdas na produção agrícola, na pesca e na cadeia do açaí. Esses impactos econômicos repercutem na capacidade das famílias de adquirir alimentos e ampliam situações de insegurança alimentar, com efeitos sobre a saúde e o desenvolvimento familiar. Simultaneamente, os eventos climáticos dificultam o acesso à escola, dado que, quando as atividades escolares são interrompidas, também se compromete o acesso à alimentação infantil. Esse encadeamento evidencia como os efeitos da crise climática atravessam múltiplas dimensões da vida cotidiana e recaem de forma mais acentuada sobre as mulheres, tradicionalmente responsáveis pela gestão do cuidado, da alimentação e da proteção familiar.

Trata-se, de um processo de encadeamento de riscos. O problema inicial não permanece restrito à sua origem. Pelo contrário, desencadeia efeitos sucessivos que atravessam diferentes sistemas sociais. A redução da renda familiar, por exemplo, atua como fator de insegurança alimentar, vulnerabilidade educacional e fragilização das capacidades adaptativas da família. Assim, o risco climático assume também dimensão social, alimentar, educacional e territorial.

Essa interpretação aproxima-se das reflexões de Ulrich Beck (1992) sobre a sociedade de risco e das contribuições mais recentes da UNDRR acerca da natureza sistêmica dos riscos contemporâneos. No “novo normal” climático, os riscos assumem caráter permanente e manifestam-se como processos que reorganizam as condições de vida, ampliam desigualdades históricas e expõem, de forma diferenciada, grupos sociais já vulnerabilizados.

Nesse cenário, as mulheres de Igarapé-Miri encontram-se numa posição relevante para compreender a dinâmica dos riscos sistêmicos. Sob tal viés, Mendes (2010) ensina que os riscos não atingem todos de forma homogênea. A exposição, a capacidade de resposta e as possibilidades de recuperação são condicionadas por fatores sociais, econômicos, culturais e territoriais. Mulheres com baixa renda, dependentes de atividades econômicas sensíveis às condições ambientais, responsáveis pelo cuidado familiar e residentes em territórios com limitações de acesso a políticas públicas experimentam os impactos climáticos de forma mais intensa e prolongada.

O diagnóstico evidencia precisamente essa sobreposição de vulnerabilidades, porquanto a crise climática atua como um fator multiplicador de desigualdades. As mudanças nos regimes climáticos ampliam dificuldades econômicas já presentes, quais sejam: a pobreza aumenta a exposição aos impactos ambientais; a insegurança alimentar reduz a capacidade de adaptação das famílias; e a fragilidade institucional limita as respostas disponíveis. Forma-se, assim, um ciclo cumulativo de vulnerabilidades que caracteriza os riscos sistêmicos do novo clima.

É precisamente nesse contexto que a formação de redes de mulheres adquire relevância estratégica. Se os riscos operam em rede, produzindo efeitos encadeados sobre diferentes dimensões da vida social, as respostas também precisam ser construídas de forma relacional. A capacidade de adaptação resulta da combinação entre informação técnica, respostas institucionais e vínculos comunitários. Relações de confiança, mecanismos de cooperação, circulação de conhecimentos, apoio mútuo e articulação local são dimensões indispensáveis para que as comunidades respondam aos impactos climáticos.

A construção de uma rede de mulheres em Igarapé-Miri pode ser compreendida, portanto, como uma estratégia de fortalecimento da resiliência territorial diante dos

riscos sistêmicos do novo normal climático. Trata-se, portanto, da criação de uma infraestrutura relacional capaz de conectar experiências, fortalecer lideranças, ampliar a participação nos processos decisórios e produzir respostas coletivas para desafios que já não podem ser enfrentados de forma fragmentada. Em um contexto cujos riscos se tornaram permanentes, interdependentes e cumulativos, a construção de redes se configura, também, como uma forma de governança climática baseada nas pessoas, nos territórios e nas relações sociais.

6. DAS EVIDÊNCIAS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS: PROPOSIÇÕES E RECOMENDAÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DA AÇÃO PÚBLICA



Foto: João Ramid

- As mudanças climáticas não afetam todas as pessoas da mesma forma. Em Igarapé-Miri, os resultados do diagnóstico evidenciam que seus impactos tendem

a incidir de forma mais intensa sobre as mulheres, em razão das desigualdades sociais, econômicas, territoriais e de gênero que já marcam suas condições de vida. Além de dependerem, em grande medida, de atividades produtivas sensíveis às variações climáticas, as mulheres assumem a maior parte das responsabilidades relacionadas ao cuidado das famílias e enfrentam maiores barreiras de acesso à renda, aos serviços públicos e aos espaços de participação e decisão.

- Os indicadores produzidos pelo diagnóstico revelam essa realidade: 51,6% das mulheres afirmaram que as mudanças climáticas já afetam sua renda; 26,2% relataram ter vivenciado situações de falta de alimentos nos três meses anteriores à pesquisa; 45,4% informaram que algum membro da família deixou de frequentar a escola em decorrência de eventos climáticos; e, para 48,6%, a alimentação escolar representa a principal refeição diária das crianças. Os dados também evidenciam desafios relacionados à autonomia e à participação: 59% das mulheres manifestaram o desejo de participar mais das decisões comunitárias; 66,2% não possuem renda própria; e 72,6% vivem em domicílios com renda de até um salário mínimo.
- Esses resultados demonstram que as mudanças climáticas ampliam vulnerabilidades já existentes e reforçam a necessidade de políticas públicas integradas, territorializadas e orientadas pela equidade de gênero. Ao mesmo tempo, o diagnóstico e o processo de escuta evidenciaram que as mulheres mirienses possuem conhecimentos, experiências e capacidades fundamentais para a construção de respostas locais, constituindo-se como protagonistas na promoção da adaptação, da resiliência e da justiça climática.
- As proposições e recomendações apresentadas a seguir dialogam com os resultados do diagnóstico e com os referenciais nacionais de saúde, mudanças climáticas e justiça climática, buscando fortalecer políticas públicas territorializadas e orientadas pela equidade de gênero. Estão organizadas por eixos temáticos e foram elaboradas a partir da articulação entre as evidências produzidas pelo diagnóstico, os aprofundamentos decorrentes das formações e a literatura especializada. Seu propósito é subsidiar o planejamento, a implementação, o monitoramento e o aperfeiçoamento das políticas públicas nos âmbitos municipal, estadual e federal, contribuindo para a promoção dos direitos das mulheres e para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável em Igarapé-Miri.

6.1 EIXO I – EDUCAÇÃO COMO FATOR DE ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA

As mudanças climáticas já afetam o direito à educação em Igarapé-Miri. O diagnóstico revelou que 45,4% das mulheres afirmaram que eventos climáticos impediram algum membro da família de frequentar a escola. Além disso, para 48,6% das famílias participantes, a alimentação escolar representa a principal refeição diária das crianças. Esses dados demonstram que os impactos climáticos ultrapassam a dimensão ambiental e comprometem diretamente a permanência escolar, a segurança alimentar e o desenvolvimento infantil.

Nos territórios rurais e ribeirinhos, chuvas intensas, cheias, secas, dificuldades de navegação e problemas de acesso por rios e ramais podem interromper o calendário escolar, dificultar o transporte de estudantes e professores e comprometer o funcionamento das unidades de ensino. Assim, quando uma escola deixa de funcionar em razão de eventos climáticos, não se interrompe apenas o processo de aprendizagem: também são afetados o acesso à alimentação escolar, à proteção social e a um espaço fundamental de convivência e desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Sob a perspectiva da justiça climática, a educação constitui simultaneamente um direito e uma estratégia de adaptação. Escolas resilientes, infraestrutura adequada, transporte escolar compatível com as características territoriais, segurança alimentar e educação ambiental contextualizada fortalecem a capacidade das comunidades de enfrentar os impactos das mudanças climáticas e de construir respostas sustentáveis para o futuro.

Nesse contexto, promover a justiça climática significa assegurar que meninas e meninos, independentemente do território onde vivem, tenham acesso contínuo à educação de qualidade e que a escola seja também um espaço de formação para a cidadania, a sustentabilidade, a valorização dos saberes amazônicos e a preparação das novas gerações para conviver e responder aos desafios impostos pelas mudanças climáticas.

As proposições apresentadas a seguir buscam fortalecer a educação como instrumento de promoção da equidade, da adaptação climática e do desenvolvimento sustentável, considerando as especificidades territoriais de Igarapé-Miri e o papel estratégico da escola na proteção social, na segurança alimentar e na formação de cidadãos comprometidos com a justiça climática.

1. Acesso, permanência e inclusão educacional

- Expandir e fortalecer a Educação de Jovens e Adultos, ampliando sua oferta nas áreas urbanas, rurais, ribeirinhas e quilombolas, com horários compatíveis com a rotina de trabalho e de cuidados familiares das mulheres.
- Desenvolver políticas permanentes de acesso, permanência e retorno à escola para mulheres, meninas e demais estudantes em situação de vulnerabilidade, assegurando transporte escolar, alimentação, creches, bolsas de incentivo, acompanhamento da frequência e estratégias específicas para mulheres que interromperam sua trajetória escolar em razão da maternidade, do casamento, do trabalho doméstico ou das dificuldades econômicas.
- Implantar programas permanentes de monitoramento da evasão e da infrequência escolar, utilizando indicadores desagregados por gênero, idade, raça/cor, território e condição socioeconômica.
- Desenvolver estratégias de busca ativa para identificação de crianças, adolescentes e mulheres fora da escola, priorizando comunidades rurais, ribeirinhas, quilombolas e localidades de maior vulnerabilidade social.

2 Educação profissional, Ensino Superior e inclusão digital

- Expandir a oferta de cursos técnicos, profissionalizantes e de qualificação voltados às cadeias produtivas locais, especificamente bioeconomia, agroindústria do açaí, turismo sustentável, economia solidária, empreendedorismo feminino e tecnologias digitais.
- Fortalecer parcerias entre o município, universidades, institutos federais, Sistema S e organizações da sociedade civil para ampliar a oferta de cursos de qualificação profissional, extensão universitária e interiorização do ensino superior.
- Incentivar programas de alfabetização digital e inclusão tecnológica, ampliando o acesso das mulheres às tecnologias da informação, aos serviços públicos digitais, ao comércio eletrônico e às oportunidades de geração de renda.
- Integrar ações de qualificação profissional às políticas municipais de desenvolvimento econômico, bioeconomia, assistência técnica, empreendedorismo e inclusão produtiva.

3 Primeira infância e políticas do cuidado

- Ampliar a oferta de vagas em creches e pré-escolas nas comunidades rurais, ribeirinhas e quilombolas.
- Integrar a expansão da Educação Infantil ao planejamento territorial do município, considerando a distribuição da população e as especificidades da mobilidade amazônica.
- Fortalecer políticas públicas de cuidado, ampliando programas de apoio às mães trabalhadoras e estudantes e articulando educação, assistência social e geração de renda como estratégia de promoção da igualdade de gênero.
- Monitorar, continuamente, os indicadores de matrícula, cobertura e permanência na Educação Infantil, permitindo identificar territórios com menor acesso aos serviços educacionais.

4. Educação climática, ambiental e desenvolvimento sustentável

- Incorporar a educação climática e ambiental ao currículo escolar e aos processos de educação não formal, valorizando os conhecimentos tradicionais das mulheres ribeirinhas, extrativistas, agricultoras familiares e quilombolas.
- Promover formação continuada dos profissionais da Educação em mudanças climáticas, sustentabilidade, justiça climática, gestão de riscos e adaptação ambiental.
- Desenvolver materiais didáticos contextualizados à realidade amazônica, abordando rios, açaí, pesca, agricultura familiar, biodiversidade, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável.
- Incentivar atividades pedagógicas práticas, como hortas escolares, viveiros de mudas, recuperação de nascentes, compostagem, coleta seletiva, monitoramento ambiental comunitário e educação alimentar.
- Integrar as políticas educacionais às estratégias municipais de desenvolvimento rural, bioeconomia, agricultura familiar e conservação ambiental, fortalecendo a educação como instrumento de desenvolvimento territorial sustentável.

5. Infraestrutura escolar e adaptação às mudanças climáticas

- Elaborar um Plano Municipal de Resiliência da Educação, incorporando estratégias de adaptação às mudanças climáticas na gestão da rede municipal de ensino.
- Realizar diagnóstico técnico das unidades escolares localizadas em áreas sujeitas a alagamentos, a erosão, a enchentes e a outros riscos climáticos.
- Ampliar investimentos em drenagem, recuperação das edificações escolares, elevação de pisos, abastecimento de água, infraestrutura sanitária, acessibilidade e sistemas alternativos de energia, priorizando comunidades rurais e ribeirinhas.
- Estabelecer programas permanentes de manutenção preventiva das unidades escolares, reduzindo interrupções das atividades por problemas estruturais.
- Implantar protocolos municipais para funcionamento das escolas durante eventos climáticos extremos, integrando sistemas de monitoramento, alerta e gestão de riscos.
- Fortalecer a articulação entre Educação, Defesa Civil, infraestrutura, meio ambiente e transportes para garantir respostas rápidas diante de eventos climáticos que comprometam o acesso às escolas.

6. Mobilidade escolar e acessibilidade territorial

- Fortalecer o transporte escolar terrestre e fluvial, assegurando embarcações adequadas, manutenção permanente, segurança da navegação e regularidade das rotas destinadas às comunidades rurais e ribeirinhas.
- Ampliar a infraestrutura de embarque e desembarque, com construção e manutenção de trapiches, portos comunitários e pontos seguros de acesso ao transporte escolar.
- Implantar sistemas de monitoramento das condições de navegabilidade e das rotas escolares durante os períodos de maior vulnerabilidade climática.

7. Igualdade de gênero e proteção da trajetória escolar das meninas

- Desenvolver campanhas permanentes de valorização da permanência das meninas na escola durante os períodos de safra do açaí e de maior demanda por trabalho familiar.
- Promover ações educativas voltadas à divisão mais equilibrada das responsabilidades domésticas e de cuidados entre homens e mulheres, reduzindo fatores que contribuem para a evasão escolar feminina.
- Fortalecer ações intersetoriais entre educação, assistência social e proteção à infância para identificar, precocemente, situações de trabalho infantil, sobrecarga

doméstica e outras violações de direitos que comprometam a permanência escolar.

- Implantar sistema municipal de monitoramento da educação das mulheres, utilizando indicadores desagregados por idade, raça/cor, território, escolaridade e condição socioeconômica, subsidiando o planejamento das políticas públicas.

8. Alimentação escolar, segurança alimentar e desenvolvimento local

- Ampliar e garantir a regularidade da alimentação escolar em todas as unidades da rede municipal, fortalecendo-a como política estratégica de segurança alimentar e redução das desigualdades sociais.
- Ampliar a aquisição de produtos da agricultura familiar, da pesca artesanal, das associações comunitárias e da sociobiodiversidade amazônica, conforme previsto no Programa Nacional de Alimentação Escolar, valorizando alimentos regionais como açaí, mandioca, pescado, frutas e hortaliças.
- Fortalecer a qualidade nutricional dos cardápios escolares, considerando as especificidades culturais e alimentares da população amazônica.
- Implantar mecanismos permanentes de monitoramento da insegurança alimentar entre estudantes, especialmente nas comunidades rurais, ribeirinhas e quilombolas.
- Integrar as políticas de alimentação escolar, educação nutricional, educação ambiental, agricultura familiar e assistência social, promovendo hábitos alimentares saudáveis, sustentáveis e valorizando a produção local.

6.2 EIXO II – SAÚDE E RESILIÊNCIA CLIMÁTICA

- As mudanças climáticas já produzem efeitos sobre as condições de saúde das populações amazônicas e tendem a intensificar riscos relacionados à qualidade da água, às doenças transmitidas por vetores, às ondas de calor, aos eventos extremos e às dificuldades de acesso aos serviços de saúde. Em Igarapé-Miri, esses impactos assumem características próprias em razão da forte dependência dos rios, da dispersão territorial das comunidades e das condições de mobilidade entre áreas rurais, ribeirinhas e a sede do município.
- Sob a perspectiva da justiça climática, esses efeitos não atingem todas as pessoas da mesma maneira. As mulheres encontram-se entre os grupos mais expostos, tanto porque participam de atividades produtivas desenvolvidas em estreita relação com o ambiente — como a agricultura, a pesca, o extrativismo e a cadeia do açaí — quanto porque assumem, majoritariamente, as responsabilidades

relacionadas ao cuidado de crianças, pessoas idosas, familiares adoecidos e da própria organização da vida doméstica.

- O processo de escuta realizado durante as formações reforçou essa realidade ao evidenciar que, diante do adoecimento de um membro da família ou da dificuldade de acesso aos serviços de saúde, são, em geral, as mulheres que organizam deslocamentos, acompanham consultas, administram tratamentos e conciliam essas responsabilidades com o trabalho produtivo e o cuidado cotidiano. A escuta também trouxe à tona preocupações relacionadas à saúde mental, indicando que ansiedade, sobrecarga e insegurança diante das dificuldades econômicas e das mudanças ambientais já fazem parte da experiência de muitas mulheres.
- Nesse contexto, fortalecer a resiliência climática do sistema de saúde significa ampliar sua capacidade de prevenir, responder e adaptar-se aos impactos das mudanças climáticas, assegurando acesso oportuno aos serviços, continuidade do cuidado, vigilância em saúde, promoção da saúde mental e atenção às especificidades dos territórios rurais e ribeirinhos.
- Assim, promover a justiça climática também significa garantir que todas as comunidades tenham acesso a um sistema de saúde preparado para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas, reduzindo desigualdades e fortalecendo a capacidade de adaptação das pessoas, das famílias e dos territórios.
- As proposições apresentadas a seguir buscam fortalecer a saúde como um direito fundamental e como componente estratégico da adaptação climática, articulando prevenção, promoção da saúde, proteção social e organização dos serviços de acordo com as características territoriais de Igarapé-Miri.

1. Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde

- Fortalecer a Estratégia Saúde da Família, ampliando a cobertura nas áreas urbanas, rurais, ribeirinhas, insulares e quilombolas.
- Ampliar as equipes multiprofissionais, garantindo atendimento médico, de enfermagem, odontológico, psicológico, fisioterapêutico, nutricional e assistência social.
- Expandir as ações itinerantes de saúde por meio de unidades móveis terrestres e fluviais para comunidades de difícil acesso.
- Fortalecer o acompanhamento das mulheres ao longo do ciclo de vida, contemplando adolescentes, mulheres em idade reprodutiva, gestantes, puérperas, adultas e idosas.

2. Promoção da saúde e prevenção

- Desenvolver programas permanentes de promoção da saúde, prevenção de doenças e incentivo aos hábitos saudáveis.
- Fortalecer campanhas de vacinação, prevenção de doenças infecciosas e controle das doenças crônicas não transmissíveis.
- Incentivar programas municipais de atividade física, alimentação saudável e educação em saúde.
- Desenvolver ações de educação em saúde voltadas ao autocuidado e à prevenção da automedicação.

3. Saúde da mulher

- Ampliar o acesso aos exames preventivos, fundamentalmente preventivo do câncer do colo do útero, mamografia e exames laboratoriais periódicos.
- Fortalecer o planejamento reprodutivo, assegurando acesso contínuo aos métodos contraceptivos e às informações sobre saúde sexual e reprodutiva.
- Desenvolver ações educativas permanentes sobre prevenção das ISTs, gravidez não planejada e direitos sexuais e reprodutivos.
- Implantar estratégias de busca ativa para mulheres que interrompem o acompanhamento preventivo.

4. Saúde e mudanças climáticas

- Elaborar um Plano Municipal de Saúde e Resiliência Climática, integrado ao Plano Municipal de Defesa Civil, reconhecendo saúde e clima como agendas indissociáveis
- Incorporar a adaptação às mudanças climáticas no planejamento da rede municipal de saúde.
- Fortalecer a vigilância epidemiológica para doenças relacionadas ao calor extremo, às enchentes, à qualidade da água, aos vetores e aos eventos climáticos.
- Desenvolver campanhas permanentes sobre prevenção dos impactos das mudanças climáticas na saúde.

5. Acesso aos serviços em situações climáticas extremas

- Garantir que a Rede de Mulheres para o Clima e a Vida de Igarapé-Miri esteja em articulação com outras redes.
- Garantir a continuidade do atendimento durante enchentes, cheias, estiagens e demais eventos extremos.
- Fortalecer o transporte sanitário terrestre e fluvial para comunidades isoladas.

- Implantar protocolos de resposta rápida para atendimento em situações de emergência climática.
- Integrar saúde, Defesa Civil, assistência social, transporte e meio ambiente na gestão dos riscos climáticos.

6. Infraestrutura e equipamentos de saúde

- Priorizar investimentos na adaptação climática das Unidades de Saúde, garantindo o abastecimento de água, energia, drenagem e acessibilidade.
- Implantar sistemas alternativos de energia e abastecimento de água nas unidades localizadas em áreas vulneráveis.
- Estabelecer programas permanentes de manutenção preventiva da infraestrutura das Unidades de Saúde.

7. Atenção às mulheres com condições crônicas e Pessoas com Deficiência (PcD)

- Fortalecer o acompanhamento contínuo das mulheres com hipertensão, diabetes, doenças respiratórias e outras condições crônicas.
- Desenvolver programas específicos para pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e doenças incapacitantes, viabilizando acesso integral aos serviços.
- Implantar estratégias de acompanhamento domiciliar para mulheres em situação de maior vulnerabilidade.

8. Vigilância, informação e monitoramento

- Implantar sistema municipal de monitoramento dos indicadores de saúde das mulheres, desagregado por idade, território, raça/cor e condição socioeconômica.
- Produzir estudos periódicos sobre os impactos das mudanças climáticas na saúde da população feminina.
- Fortalecer a integração entre os bancos de dados da saúde, assistência social, Defesa Civil e meio ambiente para subsidiar o planejamento das políticas públicas.

9. Governança e participação social

- Fortalecer os Conselhos Municipais de Saúde e de Direitos da Mulher, estimulando a participação das mulheres na formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas de saúde.
- Incentivar parcerias entre Prefeitura, universidades, organizações da sociedade civil e instituições de pesquisa para desenvolvimento de ações de promoção da saúde e adaptação climática.
- Integrar as políticas de saúde às políticas de educação, de assistência social, de segurança alimentar, de saneamento, de meio ambiente e de desenvolvimento territorial, fortalecendo uma abordagem intersetorial da resiliência climática.

6.3. EIXO III – RENDA, AUTONOMIA E GÊNERO

- As mudanças climáticas afetam diretamente as bases econômicas de Igarapé-Miri. A agricultura familiar, o extrativismo, a pesca artesanal e a cadeia produtiva do açaí — atividades fundamentais para a economia local — dependem dos ciclos naturais, do regime de chuvas, dos rios e das condições ambientais. Alterações nesses ciclos repercutem sobre a produção, a comercialização, a segurança alimentar e a renda das famílias.
- Os resultados do diagnóstico demonstram que esses impactos já fazem parte da realidade das mulheres mirienses. 51,6% das participantes afirmaram que as mudanças climáticas já afetam sua renda. Ao mesmo tempo, 66,2% não possuem renda própria e 72,6% vivem em domicílios com renda de até um salário mínimo, evidenciando elevada vulnerabilidade socioeconômica.
- Sob a perspectiva da justiça climática, essas informações revelam que os impactos econômicos das mudanças climáticas não decorrem apenas da redução da produção ou das perdas provocadas por eventos extremos. Eles também refletem desigualdades estruturais relacionadas ao acesso das mulheres à renda, ao crédito, à assistência técnica, aos mercados, à regularização da produção, à proteção social e aos espaços de decisão econômica.
- O processo de escuta realizado nas formações aprofundou essa compreensão ao evidenciar que muitas mulheres participam ativamente da agricultura, da pesca, do extrativismo, da produção de alimentos e da cadeia do açaí, mas frequentemente seu trabalho permanece invisibilizado ou é percebido apenas como apoio às atividades familiares. A escuta também revelou que a sobrecarga do trabalho doméstico e do cuidado reduz o tempo disponível para atividades produtivas, qualificação profissional, empreendedorismo e participação em organizações econômicas.
- Nesse contexto, fortalecer a autonomia econômica das mulheres significa ampliar sua capacidade de adaptação às mudanças climáticas, reduzindo vulnerabilidades e fortalecendo a resiliência das famílias e dos territórios. A promoção da justiça climática exige reconhecer o trabalho das mulheres, valorizar sua contribuição para a economia amazônica, ampliar oportunidades de geração de renda e fortalecer atividades produtivas sustentáveis compatíveis com as características socioambientais de Igarapé-Miri.
- Fortalecer a autonomia econômica das mulheres significa fortalecer a capacidade de adaptação das famílias e das comunidades às mudanças climáticas. Investir na renda das mulheres, na valorização do seu trabalho e no fortalecimento da bioeconomia amazônica não é apenas uma estratégia de desenvolvimento

econômico, mas também uma política de justiça climática, redução das desigualdades e promoção do desenvolvimento sustentável.

- As proposições apresentadas a seguir buscam fortalecer a autonomia econômica das mulheres como estratégia de redução das desigualdades de gênero, promoção do desenvolvimento sustentável e ampliação das capacidades locais de adaptação às mudanças climáticas.

1. Geração de trabalho, renda e autonomia econômica

- Ampliar programas municipais de geração de trabalho, emprego e renda voltados às mulheres, priorizando aquelas em situação de vulnerabilidade social, chefes de família, residentes em áreas rurais, ribeirinhas, quilombolas e urbanas periféricas.
- Fortalecer políticas de inclusão produtiva e empreendedorismo feminino, estimulando a criação e a consolidação de pequenos negócios liderados por mulheres.
- Desenvolver ações permanentes de qualificação profissional articuladas às demandas econômicas do município, ampliando as oportunidades de inserção das mulheres no mercado de trabalho formal e no trabalho autônomo.

2. Bioeconomia, agricultura familiar e cadeia produtiva do açaí

- Fortalecer as cadeias produtivas da bioeconomia amazônica, especificamente a cadeia do açaí, promovendo maior agregação de valor, diversificação da produção e inserção qualificada das mulheres nas etapas de beneficiamento, comercialização e gestão.
- Incentivar o fortalecimento da agricultura familiar, do extrativismo sustentável e das atividades da sociobiodiversidade, ampliando a participação econômica das mulheres.
- Estimular a implantação de agroindústrias familiares, cooperativas e empreendimentos coletivos voltados ao beneficiamento da produção local.

3. Crédito, assistência técnica e desenvolvimento produtivo

- Ampliar o acesso das mulheres ao microcrédito produtivo orientado, assistência técnica, extensão rural e instrumentos de financiamento voltados ao empreendedorismo feminino.
- Desenvolver programas específicos de apoio às mulheres produtoras rurais, extrativistas, pescadoras artesanais e empreendedoras urbanas.
- Integrar políticas de crédito, assistência técnica, comercialização e inovação tecnológica, fortalecendo a sustentabilidade econômica dos empreendimentos femininos.

4. Cooperativismo, economia solidária e organização produtiva

- Incentivar a criação e o fortalecimento de cooperativas, associações e redes de economia solidária lideradas por mulheres.
- Apoiar processos de comercialização coletiva, certificação, acesso a mercados institucionais e participação em feiras, ampliando a autonomia econômica das mulheres.
- Promover estratégias de formalização dos pequenos empreendimentos femininos, reduzindo a informalidade e ampliando o acesso às políticas públicas.

5. Economia do cuidado e divisão sexual do trabalho

- Reconhecer o trabalho doméstico e de cuidados como componente fundamental da economia local, incorporando essa perspectiva nas políticas públicas municipais.
- Ampliar a oferta de creches, Educação Infantil e equipamentos públicos de cuidado, reduzindo a sobrecarga doméstica das mulheres e ampliando sua participação no mercado de trabalho.
- Desenvolver campanhas educativas voltadas à corresponsabilidade entre homens e mulheres nas atividades domésticas e no cuidado familiar.

6. Proteção social e segurança alimentar

- Fortalecer as políticas de assistência social, segurança alimentar e nutricional voltadas às mulheres e às famílias em situação de vulnerabilidade.
- Priorizar mulheres chefes de família nas ações de proteção social, de inclusão produtiva e de acesso aos programas públicos de geração de renda.
- Integrar ações de assistência social, saúde, educação e desenvolvimento econômico, reduzindo as múltiplas dimensões da pobreza feminina.

7. Justiça climática, desenvolvimento sustentável e autonomia econômica

- Integrar as políticas de desenvolvimento econômico, igualdade de gênero e adaptação às mudanças climáticas, considerando que a vulnerabilidade econômica reduz a capacidade das famílias de responder aos eventos climáticos extremos.
- Incentivar atividades produtivas sustentáveis compatíveis com os princípios da bioeconomia amazônica, promovendo conservação ambiental, geração de renda e fortalecimento da autonomia feminina.
- Desenvolver programas de adaptação econômica das cadeias produtivas locais frente às mudanças climáticas nas atividades ligadas ao açaí, agricultura familiar, pesca e extrativismo.

8. Governança e monitoramento

- Implantar sistema municipal de monitoramento da autonomia econômica das mulheres, utilizando indicadores de renda, emprego, empreendedorismo, formalização, acesso ao crédito e participação nas cadeias produtivas.
- Fortalecer a articulação entre as Secretarias Municipais, organizações da sociedade civil, cooperativas, universidades e instituições financeiras para implementação integrada das políticas de autonomia econômica.
- Promover mecanismos permanentes de participação das mulheres na formulação, no acompanhamento e na avaliação das políticas municipais de desenvolvimento econômico e inclusão produtiva.

6.4 EIXO IV – MEIO AMBIENTE, CLIMA E VULNERABILIDADE TERRITORIAL

- Igarapé-Miri possui sua dinâmica social, econômica e cultural profundamente relacionada aos rios, às florestas, às áreas de várzea e aos ciclos naturais que sustentam a agricultura familiar, a pesca artesanal, o extrativismo e a produção de açaí. Esses elementos estruturam os modos de vida das comunidades e constituem a base da economia e da identidade territorial do município.
- As mudanças climáticas vêm alterando esses ciclos, modificando períodos de chuva e estiagem, influenciando os níveis dos rios e afetando a produção, a mobilidade, a segurança alimentar, o abastecimento de água e as condições de vida das famílias. Esses impactos recaem de forma mais intensa sobre populações

que dependem diretamente dos recursos naturais para sua subsistência e geração de renda.

- Sob a perspectiva da justiça climática, essas transformações não devem ser compreendidas apenas como fenômenos ambientais. Elas ampliam vulnerabilidades sociais já existentes e afetam de maneira diferenciada grupos que possuem menor acesso a recursos, infraestrutura, renda e serviços públicos. As mulheres, em especial, vivenciam esses impactos em múltiplas dimensões: na produção, no abastecimento de água, no cuidado com a família, na segurança alimentar e na organização da vida comunitária.
- O processo de escuta realizado nas formações evidenciou que as mulheres possuem profundo conhecimento sobre o território e são capazes de identificar mudanças nos rios, nas chuvas, nos ciclos produtivos, na pesca, na disponibilidade do açaí e em outros elementos da paisagem amazônica. Esses saberes, construídos ao longo de gerações e permanentemente atualizados pela experiência cotidiana, constituem patrimônio coletivo e representam importante contribuição para o planejamento territorial e para a adaptação às mudanças climáticas.
- Nesse contexto, promover a justiça climática significa reconhecer que as mulheres não são apenas afetadas pelas mudanças ambientais, mas também protagonistas na construção de soluções. Valorizar seus conhecimentos, ampliar sua participação nos processos de gestão ambiental e incorporar suas experiências ao planejamento das políticas públicas fortalece a capacidade de adaptação dos territórios e contribui para um modelo de desenvolvimento mais sustentável, inclusivo e resiliente.
- Fortalecer a gestão ambiental e territorial em Igarapé-Miri significa reconhecer que a adaptação às mudanças climáticas depende da articulação entre conhecimento científico, saberes tradicionais, participação social e políticas públicas integradas. As mulheres, por sua relação cotidiana com os recursos naturais e por seu protagonismo nas atividades produtivas e comunitárias, ocupam posição estratégica nesse processo. Incorporar seus conhecimentos e ampliar sua participação na governança ambiental representa não apenas uma medida de equidade de gênero, mas uma condição essencial para promover a justiça climática, fortalecer a resiliência dos territórios amazônicos e construir um modelo de desenvolvimento comprometido com a sustentabilidade e com os direitos das presentes e futuras gerações.
- Assim, as proposições apresentadas a seguir buscam fortalecer a gestão ambiental, a adaptação climática e a governança territorial, reconhecendo o papel

estratégico das mulheres na conservação dos recursos naturais e na construção de respostas aos desafios impostos pelas mudanças climáticas.

1. Governança climática e planejamento territorial

- Elaborar e implementar um Plano Municipal de Adaptação às Mudanças Climáticas, integrado ao planejamento territorial e às políticas de desenvolvimento sustentável.
- Incorporar critérios de adaptação climática nos instrumentos municipais de planejamento, como o Plano Diretor, o Plano Plurianual, as Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Municipal de Saneamento Básico.
- Fortalecer a articulação entre as Secretarias de Meio Ambiente, Saúde, Educação, Assistência Social, Agricultura, Infraestrutura e Defesa Civil, promovendo uma gestão intersetorial da adaptação climática.

2. Redução da vulnerabilidade climática

- Mapear as áreas de vulnerabilidade socioambiental mais acentuada, identificando comunidades mais expostas a enchentes, a alagamentos, à erosão, às secas, ao calor extremo e a outros eventos climáticos.
- Implantar sistemas comunitários de monitoramento e alerta para eventos climáticos extremos, priorizando comunidades rurais, ribeirinhas, insulares e quilombolas.
- Desenvolver planos comunitários de redução de riscos e fortalecimento da capacidade de resposta das populações locais.

3. Saúde ambiental e resiliência climática

- Fortalecer a vigilância em saúde ambiental para monitorar doenças relacionadas às mudanças climáticas, à qualidade da água, ao calor extremo e aos vetores.
- Desenvolver campanhas permanentes de prevenção voltadas à hidratação, à exposição solar, à qualidade ambiental dos domicílios e à prevenção de doenças associadas aos eventos climáticos.
- Implantar ações específicas de proteção à saúde das mulheres que desenvolvem atividades produtivas ao ar livre, como agricultoras, extrativistas, pescadoras e trabalhadoras informais.
- Integrar as políticas de saúde, assistência social, Defesa Civil e adaptação climática na proteção das populações mais vulneráveis.

4. Gestão de resíduos sólidos e saneamento ambiental

- Ampliar a cobertura da coleta regular de resíduos sólidos nas áreas urbanas, rurais, ribeirinhas e insulares.
- Implantar sistemas comunitários de coleta e transporte de resíduos adaptados às características fluviais do município.
- Fortalecer programas municipais de compostagem doméstica, comunitária e aproveitamento dos resíduos orgânicos.
- Incentivar cooperativas, associações e empreendimentos voltados à reciclagem e à economia circular.
- Desenvolver estratégias para reduzir, de forma progressiva, a queima de resíduos sólidos, oferecendo alternativas ambientalmente adequadas às comunidades.
- Integrar as políticas de resíduos sólidos, de saneamento básico, de saúde pública e adaptação às mudanças climáticas.

5. Educação ambiental e participação comunitária

- Fortalecer programas permanentes de educação ambiental nas escolas e nas comunidades, valorizando a realidade amazônica.
- Desenvolver campanhas educativas sobre mudanças climáticas, gestão dos resíduos sólidos, conservação dos recursos hídricos e prevenção de queimadas.
- Incentivar a participação das mulheres nas ações comunitárias de gestão ambiental, conservação dos recursos naturais e adaptação climática.
- Valorizar os conhecimentos tradicionais das comunidades ribeirinhas, quilombolas e agricultoras familiares como instrumentos de adaptação às mudanças climáticas.

6. Conservação ambiental e bioeconomia

- Fortalecer ações de conservação dos ecossistemas amazônicos, como as áreas de várzea, igarapés, rios e matas ciliares.
- Incentivar práticas produtivas sustentáveis compatíveis com a bioeconomia amazônica, promovendo geração de renda e conservação ambiental.
- Estimular sistemas agroflorestais, recuperação de áreas degradadas e uso sustentável dos recursos naturais.
- Integrar as políticas ambientais às cadeias produtivas do açaí e da agricultura familiar, fortalecendo práticas sustentáveis de produção.

7. Infraestrutura resiliente

- Priorizar investimentos em drenagem urbana, manejo das águas pluviais e proteção das áreas sujeitas a alagamentos.
- Melhorar a infraestrutura de transporte terrestre e fluvial, garantindo mobilidade durante eventos climáticos extremos.
- Fortalecer a infraestrutura hídrica e o abastecimento de água nas comunidades mais vulneráveis.
- Desenvolver soluções baseadas na natureza para mitigar riscos ambientais e aumentar a resiliência do território.

8. Monitoramento e governança

- Implantar sistema municipal de monitoramento dos impactos das mudanças climáticas, utilizando indicadores ambientais, sociais e territoriais.
- Produzir diagnósticos periódicos sobre vulnerabilidade climática, permitindo atualização permanente das políticas públicas.
- Fortalecer os Conselhos Municipais de Meio Ambiente e demais espaços participativos, ampliando a participação das mulheres nas decisões relacionadas à gestão ambiental e à adaptação climática.
- Estabelecer parcerias com universidades, instituições de pesquisa e organizações da sociedade civil para produção de conhecimento e inovação em adaptação climática.

6.5. EIXO V – PROTAGONISMO FEMININO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

- A participação social constitui um dos pilares da justiça climática. Em Igarapé-Miri, o diagnóstico revela que 59% das mulheres gostariam de participar mais das decisões comunitárias, demonstrando o interesse em ampliar sua atuação nos espaços coletivos e nos processos de construção das políticas públicas. Ao mesmo tempo, 64% afirmaram sentir-se seguras para participar de reuniões, indicando que a principal barreira não está, necessariamente, na disposição para participar, mas nas condições concretas que favorecem ou limitam esse exercício. Essa percepção é reforçada pelo fato de que 73,6% das mulheres acreditam que possuir renda própria facilita sua participação, evidenciando a estreita relação entre autonomia econômica, cidadania e protagonismo feminino.
- As formações aprofundaram essa compreensão ao demonstrar que as mulheres já exercem papel relevante na organização comunitária, nas associações, nos

grupos religiosos, nas iniciativas produtivas e nas redes de solidariedade existentes nos territórios. Muitas atuam como lideranças informais, mobilizam suas comunidades e participam da solução de problemas locais, embora essa atuação nem sempre seja reconhecida ou se traduza em presença efetiva nos espaços formais de decisão.

- Sob a perspectiva da justiça climática, ampliar a participação das mulheres significa reconhecer que aquelas que vivenciam cotidianamente os impactos das mudanças climáticas também devem participar da formulação das respostas. Seus conhecimentos sobre os rios, as chuvas, a produção, o abastecimento de água, o cuidado, a alimentação e a organização comunitária constituem contribuições essenciais para o planejamento territorial, para a gestão ambiental e para a construção de estratégias de adaptação climática.
- Fortalecer o protagonismo feminino significa, portanto, criar condições para que as mulheres possam exercer plenamente seus direitos, ampliar sua representação nos espaços de decisão e contribuir, em igualdade de oportunidades, para a definição das políticas públicas que influenciam o presente e o futuro de Igarapé-Miri.
- As proposições apresentadas a seguir buscam fortalecer a participação social das mulheres, ampliar sua presença nos processos de governança local e consolidar uma gestão pública mais democrática, inclusiva e comprometida com a justiça climática.

1. Fortalecimento da participação social

- Fortalecer a participação das mulheres nos processos de planejamento, de implementação, de monitoramento e de avaliação das políticas públicas municipais.
- Criar mecanismos permanentes de participação social que garantam representação das mulheres urbanas, rurais, ribeirinhas, quilombolas, jovens, idosas e chefes de família.
- Estimular processos participativos descentralizados, realizando reuniões, audiências públicas e consultas comunitárias nas comunidades rurais e ribeirinhas.

2. Formação de lideranças femininas

- Implantar programas permanentes de formação de lideranças femininas voltados à gestão comunitária, à participação política, aos direitos das mulheres e ao controle social.
- Desenvolver cursos de formação cidadã para mulheres, incentivando sua participação em associações, cooperativas, sindicatos, conselhos e demais organizações comunitárias.
- Promover ações específicas para incentivar a participação de mulheres jovens nos espaços de liderança comunitária e política.

3. Fortalecimento das organizações de mulheres

- Apoiar técnica e institucionalmente associações, cooperativas, coletivos e organizações de mulheres existentes no município.
- Incentivar a criação de novas organizações femininas nas comunidades nas quais ainda não existam espaços organizados de representação.
- Estimular redes de cooperação entre organizações de mulheres urbanas, rurais, ribeirinhas e quilombolas, fortalecendo a troca de experiências e o desenvolvimento territorial.

4. Governança local e controle social

- Fortalecer os Conselhos Municipais, especialmente o Conselho dos Direitos da Mulher, ampliando sua capacidade de atuação e participação social.
- Incentivar a presença das mulheres nos Conselhos de Saúde, Educação, Meio Ambiente, Assistência Social, Desenvolvimento Rural e Defesa Civil.
- Promover mecanismos de transparência e controle social que facilitem o acompanhamento das políticas públicas pelas mulheres.

5. Mulheres, clima e gestão territorial

- Garantir a participação efetiva das mulheres na elaboração e na implementação das políticas municipais de adaptação às mudanças climáticas.
- Incentivar a participação feminina nas decisões relacionadas à gestão ambiental, a recursos hídricos, à Defesa Civil, à bioeconomia e ao planejamento territorial.
- Valorizar os conhecimentos tradicionais das mulheres sobre manejo dos recursos naturais, agricultura familiar, extrativismo, pesca artesanal e adaptação climática.

6. Inclusão digital e acesso à informação

- Ampliar o acesso das mulheres às tecnologias digitais, aos meios de comunicação e às plataformas de participação eletrônica.
- Desenvolver programas de inclusão digital que fortaleçam o acesso à informação, aos serviços públicos e às oportunidades de qualificação e empreendedorismo.
- Produzir materiais informativos acessíveis sobre direitos, políticas públicas e mecanismos de participação social.

7. Autonomia, igualdade e fortalecimento institucional

- Integrar as políticas de participação social às ações de geração de renda, de Educação, de saúde, de assistência social e de enfrentamento da violência contra as mulheres.
- Incorporar a perspectiva de gênero no planejamento e no orçamento municipal, fortalecendo mecanismos de orçamento sensível ao gênero.
- Desenvolver estratégias para reduzir barreiras de participação relacionadas à mobilidade, ao cuidado com crianças, ao trabalho doméstico e às desigualdades territoriais.

8. Monitoramento e avaliação

- Implantar sistema municipal de monitoramento da participação social das mulheres, utilizando indicadores de liderança, representação e participação nos espaços de decisão.
- Produzir diagnósticos periódicos sobre participação política e protagonismo feminino, subsidiando o aperfeiçoamento das políticas públicas.
- Estabelecer parcerias com universidades, organizações da sociedade civil e instituições públicas para desenvolver pesquisas, formação de lideranças e avaliação permanente das políticas voltadas às mulheres.

6.6 EIXO TRANSVERSAL – ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A violência contra a mulher constitui uma das expressões mais persistentes das desigualdades de gênero e atravessa todos os eixos deste diagnóstico. Embora suas causas sejam estruturais e estejam relacionadas às relações desiguais de poder entre homens e mulheres, estudos nacionais e internacionais demonstram que situações de crise, desastres e eventos climáticos extremos podem agravar fatores de risco já

existentes, ampliando a exposição das mulheres a diferentes formas de violência e dificultando o acesso às redes de proteção e aos serviços públicos.

Em Igarapé-Miri, o diagnóstico identificou que 18% das mulheres declararam ter sofrido algum tipo de violência. Conforme discutido ao longo deste estudo, esse resultado deve ser interpretado com cautela, pois representa o percentual de mulheres que relataram essa experiência nas condições em que a pesquisa foi realizada, não permitindo afirmar, por si só, a inexistência de outras situações de violência não reconhecidas, não reveladas ou não registradas.

As formações aprofundaram essa compreensão ao evidenciar que autonomia econômica, participação social, acesso à informação, fortalecimento das redes comunitárias e ampliação das políticas públicas de proteção são dimensões diretamente relacionadas ao enfrentamento da violência. A escuta também mostrou que relações de controle, restrições à participação das mulheres em espaços públicos e dependência econômica podem limitar o exercício de direitos e dificultar o rompimento de ciclos de violência.

Sob a perspectiva da justiça climática, fortalecer a proteção das mulheres significa reconhecer que os impactos das mudanças climáticas podem intensificar vulnerabilidades sociais preexistentes, especialmente em contextos de perda de renda, interrupção de serviços públicos, deslocamentos forçados e fragilização das redes de apoio. Assim, políticas de adaptação climática devem incorporar medidas de prevenção e enfrentamento da violência, assegurando proteção integral às mulheres em situações de emergência e no cotidiano.

O enfrentamento da violência contra a mulher não constitui apenas uma política de segurança ou de assistência social; trata-se de uma condição indispensável para a promoção da igualdade de gênero, da cidadania e da justiça climática. Ao integrar a proteção das mulheres às estratégias de adaptação às mudanças climáticas e de desenvolvimento territorial, Igarapé-Miri fortalece sua capacidade de enfrentar vulnerabilidades de forma articulada, amplia a efetividade das políticas públicas e reafirma o compromisso com a dignidade, os direitos humanos e a construção de comunidades mais resilientes, seguras e inclusivas.

Assim, promover justiça climática também significa fortalecer a autonomia econômica das mulheres, ampliar sua participação social, garantir acesso aos serviços públicos e consolidar redes de proteção capazes de responder às diferentes formas de violência de maneira articulada e territorialmente sensível.

As recomendações apresentadas a seguir buscam integrar a prevenção e o enfrentamento da violência às políticas de desenvolvimento, adaptação climática e promoção dos direitos das mulheres.

1. Prevenção da violência e promoção da igualdade de gênero

- Desenvolver ações permanentes de prevenção da violência contra as mulheres, promovendo a educação em direitos humanos, igualdade de gênero e cultura de paz nas escolas, nas comunidades, nas igrejas e nos demais espaços públicos.
- Implementar campanhas educativas contínuas voltadas ao enfrentamento da violência psicológica, moral, física, patrimonial, sexual e institucional, ampliando o conhecimento da população sobre os direitos das mulheres.
- Desenvolver estratégias específicas de enfrentamento ao racismo, ao sexismo e às demais formas de discriminação, adotando abordagem interseccional que considere raça, território, renda, idade e demais fatores de vulnerabilidade.

2. Fortalecimento da rede de proteção

- Fortalecer a rede municipal de enfrentamento à violência contra a mulher, integrando os serviços de saúde, assistência social, segurança pública, educação, Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário e organizações da sociedade civil.
- Ampliar a oferta de atendimento especializado às mulheres residentes nas áreas rurais, ribeirinhas, insulares e quilombolas, por meio de equipes itinerantes e estratégias territorializadas.
- Implantar protocolos intersetoriais de atendimento que assegurem acolhimento humanizado, atendimento integrado e redução da revitimização das mulheres.

3. Acesso à informação e canais de denúncia

- Fortalecer a divulgação permanente da rede municipal de atendimento, dos canais de denúncia e dos serviços especializados disponíveis.
- Produzir materiais informativos em linguagem acessível e distribuí-los em escolas, nas Unidades de Saúde, nas igrejas, em associações comunitárias e nos demais espaços públicos.
- Desenvolver estratégias comunitárias de divulgação dos direitos das mulheres, fortalecendo o papel das lideranças locais como multiplicadoras de informação.
- Ampliar mecanismos seguros e acessíveis de denúncia, considerando as especificidades territoriais do município.

4. Atenção integral às mulheres em situação de violência

- Ampliar a oferta de atendimento psicológico, jurídico, social e de saúde às mulheres em situação de violência.
- Fortalecer os serviços municipais de saúde mental, assegurando acompanhamento contínuo das vítimas.
- Implantar estratégias de acompanhamento pós-atendimento, favorecendo a reconstrução da autonomia das mulheres e prevenindo novas situações de violência.

5. Capacitação institucional

- Desenvolver programas permanentes de capacitação para profissionais da saúde, da Educação, da assistência social, da Segurança Pública e dos demais órgãos da rede de proteção.
- Qualificar os profissionais para a identificação precoce da violência psicológica, doméstica, sexual, institucional e de situações de risco.
- Promover formação continuada sobre atendimento humanizado, acolhimento, escuta qualificada e prevenção da revitimização.

6. Autonomia econômica e ruptura do ciclo da violência

- Integrar as políticas de enfrentamento da violência às políticas de geração de renda, à qualificação profissional, ao empreendedorismo feminino e à inclusão produtiva.
- Priorizar mulheres em situação de violência nos programas municipais de emprego, microcrédito, economia solidária e assistência social.
- Fortalecer políticas públicas de cuidado, Educação Infantil e proteção social, reduzindo fatores que dificultam o rompimento do ciclo da violência.

7. Violência, território e justiça climática

- Incorporar a perspectiva de gênero nos planos municipais de adaptação às mudanças climáticas, reconhecendo que eventos extremos podem ampliar situações de vulnerabilidade e violência.
- Integrar as políticas de Defesa Civil, assistência social, Saúde e proteção às mulheres durante enchentes, secas, tempestades e demais eventos climáticos extremos.
- Priorizar mulheres em situação de vulnerabilidade mais expressivas nos programas municipais de resposta a desastres e à adaptação climática.
- Incorporar indicadores de violência de gênero nos sistemas municipais de monitoramento dos impactos das mudanças climáticas.

8. Participação social e fortalecimento institucional

- Fortalecer os organismos municipais de políticas para as mulheres, ampliando sua capacidade institucional, técnica e orçamentária.
- Incentivar a participação das mulheres na formulação, na implementação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas de enfrentamento à violência.
- Estimular a atuação das organizações comunitárias, das associações de mulheres e dos movimentos sociais no acompanhamento das políticas de proteção às mulheres.

9. Monitoramento, produção de dados e avaliação

- Implantar sistema municipal integrado de monitoramento da violência contra a mulher, produzindo indicadores desagregados por idade, raça/cor, território, renda, escolaridade e tipo de violência.
- Monitorar, periodicamente, a efetividade das denúncias, do fluxo de atendimento e das medidas protetivas, reduzindo a impunidade e a revitimização.
- Produzir diagnósticos periódicos sobre violência contra as mulheres, subsidiando o planejamento, a avaliação e o aperfeiçoamento das políticas públicas municipais.
- Estabelecer parcerias com universidades, instituições de pesquisa e organizações da sociedade civil para produção de estudos e avaliações sobre violência de gênero no município.

CONCLUSÃO



Foto: João Ramid

O presente diagnóstico objetivou conceber a realidade das mulheres de Igarapé-Miri mediante a integração entre pesquisa secundária, pesquisa de campo e observação territorial, produzindo evidências para subsidiar o planejamento, a implementação e o monitoramento de políticas públicas voltadas à promoção da igualdade de gênero, do desenvolvimento territorial sustentável e da adaptação às mudanças climáticas.

Os resultados demonstram que as desigualdades vivenciadas pelas mulheres não decorrem de um único fator, mas da interação entre escolaridade, renda, território, acesso aos serviços públicos, divisão sexual do trabalho, participação social, violência de gênero e vulnerabilidades decorrentes das mudanças climáticas. Esses fatores atuam de forma articulada, reforçando a necessidade de políticas públicas

integradas, intersetoriais e territorialmente sensíveis, de modo a responder às especificidades da realidade amazônica.

A pesquisa evidencia que a Educação constitui uma das principais políticas estruturantes para ampliar as capacidades das mulheres, fortalecer sua autonomia econômica, favorecer sua participação social e política e ampliar sua capacidade de adaptação às mudanças climáticas. Em Igarapé-Miri, a permanência escolar, a Educação de Jovens e Adultos, a qualificação profissional, a expansão do Ensino Técnico e Superior, a inclusão digital e a educação ambiental representam instrumentos estratégicos para reduzir desigualdades e promover oportunidades de desenvolvimento.

Os resultados revelam, ainda, que os eventos climáticos já interferem na frequência escolar, reforçando a necessidade de integrar adaptação climática, infraestrutura educacional, transporte escolar e planejamento territorial. Nesse contexto, a alimentação escolar reafirma seu papel como importante política de segurança alimentar, permanência na escola, fortalecimento da agricultura familiar e valorização da bioeconomia amazônica.

No campo da saúde, o diagnóstico demonstra a centralidade do SUS para a população feminina do município e a necessidade de amplificar sua capacidade de resposta diante das especificidades territoriais amazônicas. Conquanto exista uma cultura relativamente consolidada de acompanhamento da saúde, permanecem desafios relacionados ao acesso aos exames preventivos, ao planejamento reprodutivo, ao cuidado das doenças crônicas e aos impactos crescentes das mudanças climáticas na saúde das mulheres. Os resultados reforçam que adaptação climática e saúde pública constituem agendas indissociáveis, exigindo ações integradas entre vigilância em saúde, Atenção Básica, Defesa Civil e proteção social.

No eixo da renda e da autonomia econômica, os resultados indicam que a baixa renda, a elevada informalidade e a limitada inserção produtiva representam importantes fatores de vulnerabilidade. Apesar de as mulheres assumirem papel cada vez mais relevante no sustento das famílias, em particular nas áreas urbanas, esse protagonismo ainda acontece em condições marcadas por baixos rendimentos e sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados. O fortalecimento da bioeconomia, da agricultura familiar, do empreendedorismo feminino, da qualificação profissional e da agregação de valor às cadeias produtivas locais, como a do açaí, constitui oportunidade estratégica para ampliar a autonomia econômica e reduzir desigualdades.

A análise ambiental demonstra, por sua vez, que as vulnerabilidades climáticas assumem diferentes formas conforme o território. À medida que as áreas urbanas apresentam exposição mais acentuada a problemas de infraestrutura e alagamentos,

as áreas rurais enfrentam impactos mais intensos sobre os meios de subsistência, como agricultura, pesca e extrativismo. Da mesma forma, a destinação dos resíduos sólidos revela importantes desigualdades territoriais, indicando a necessidade de fortalecer políticas de saneamento, gestão de resíduos, educação ambiental e adaptação climática. Ao mesmo tempo, a pesquisa identifica práticas já desenvolvidas pelas próprias mulheres, como o reaproveitamento de resíduos, a manutenção de hortas familiares e outras iniciativas de cuidado ambiental, demonstrando que elas são inestimáveis na construção da sustentabilidade local.

O diagnóstico comprova, ainda, que a participação social das mulheres representa um dos principais ativos para o desenvolvimento territorial de Igarapé-Miri. Embora a participação efetiva nos espaços de decisão ainda seja limitada, observa-se elevado interesse das mulheres em expandir seu envolvimento comunitário. A pesquisa constata que educação, autonomia econômica e fortalecimento das organizações sociais constituem fatores decisivos para ampliar a liderança feminina, fortalecer a governança local e assegurar a participação das mulheres na formulação das políticas públicas, inclusive nas agendas relacionadas às mudanças climáticas.

No eixo transversal da violência contra a mulher, os resultados indicam que o enfrentamento desse problema exige ações que vão além da ampliação da rede de atendimento. Isto posto que persistem desafios relacionados ao conhecimento dos serviços disponíveis, à confiança nas instituições, ao acesso das mulheres residentes em áreas rurais e ribeirinhas e à efetividade dos mecanismos de denúncia e proteção. O estudo notabiliza, ainda, que a violência deve ser compreendida em sua relação com outras dimensões da vulnerabilidade social, como dependência econômica, isolamento territorial, dificuldades de mobilidade e impactos decorrentes das mudanças climáticas, reforçando a necessidade de políticas integradas que articulem proteção social, geração de renda, saúde, educação e justiça climática.

Em conjunto, os resultados realçam que as mulheres de Igarapé-Miri exercem papel decisivo na organização das famílias, na produção econômica, na segurança alimentar, na conservação dos recursos naturais, na educação das novas gerações e na vida comunitária. Entretanto, esse protagonismo ainda não encontra correspondência na distribuição das oportunidades econômicas, na ocupação dos espaços de decisão e no acesso equitativo às políticas públicas.

O diagnóstico também frisa que a efetividade das políticas públicas depende da disponibilidade de recursos financeiros e da capacidade institucional do município para planejar, executar, monitorar e avaliar ações de forma contínua e integrada. A estabilidade político-administrativa mais expressiva observada nos últimos anos representa oportunidade para consolidar políticas públicas estruturantes, fortalecer a capacidade estatal e ampliar a governança local nas áreas de igualdade de gênero, desenvolvimento territorial e adaptação às mudanças climáticas.

Mais do que identificar vulnerabilidades, este estudo ressalta as potencialidades femininas, porquanto as mulheres de Igarapé-Miri detêm conhecimentos, capacidades produtivas, redes comunitárias e saberes tradicionais que as posicionam como protagonistas do desenvolvimento sustentável da Amazônia. O fortalecimento de sua autonomia econômica, da participação social, do acesso às políticas públicas e de sua capacidade de adaptação às mudanças climáticas é indispensável para tornar o município mais justo, resiliente e sustentável.

Em vista do exposto, este diagnóstico consolida-se como instrumento de planejamento estratégico para a gestão pública municipal. As evidências produzidas oferecem subsídios para orientar políticas públicas integradas, fortalecer a capacidade institucional do município e apoiar processos permanentes de monitoramento e avaliação. Espera-se que este trabalho contribua para a consolidação de uma agenda pública comprometida com a promoção da igualdade de gênero, da justiça climática, da inclusão social e do desenvolvimento territorial sustentável, tendo as mulheres de Igarapé-Miri como protagonistas desse processo.

REFERÊNCIAS

- ARRETCHE, Marta. Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2000.
- ARRETCHE, Marta. "Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia." São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004.
- BARRETO, Bianca Leão. Perfil epidemiológico da mortalidade materna no Brasil no período de 2015 a 2019. Revista Enfermagem Contemporânea, Olinda, v. 10, n. 1, p. 138-146, 2021. DOI:
- BECKER, Bertha K. A Amazônia e a política ambiental brasileira. Estudos Avançados, [S.l.], v. 19, n. 53, 2005.
- BECKER, Bertha K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BECKER, Bertha K. A Urbe Amazônida: a floresta e a cidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: . Acesso em: 10 maio 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. Retrato da Educação Infantil no Brasil – Relatório de Análises (2025). Brasília, DF: MEC, 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Mudanças climáticas para profissionais da saúde: guia de bolso. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: . Acesso em: 11 jun. 2026.
- BRASIL. Ministério da Igualdade Racial. Monitoramento e avaliação nº 3. Edição Censo Demográfico 2022. Brasília: Ministério da Igualdade Racial, 2023. Disponível em: . Acesso em: 11 ago. 2026.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo: Editora 34; Brasília, DF: ENAP, 1998.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. Revista do Serviço Público, Brasília, DF, v. 47, n. 1, p. 7-40, 1996.
- BRUSCHINI, Maria Cristina A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. Cadernos de Pesquisa, [S.l.], . 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007.
- CASTRO, Edna Cidades amazônicas Belém: NAEA, 2024. 255 p. Disponível em: . Acesso em: 19 jul. 2026.
- CASTRO, Edna Ramos de. Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional. Belém: NAEA/UFPA.

- CASTRO, Edna Ramos de. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. *Papers do NAEA*, Belém, n. 92, 1998. Disponível em: . Acesso em: 19 jul. 2026.
- CASTRO, Edna Ramos de. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: CASTRO, Edna Ramos de (Org.). *Cidades na floresta*. São Paulo: Annablume, 2008.
- CASTRO, Edna Ramos de. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, Edna Ramos de (Org.). *Territórios, biodiversidade e saberes de populações tradicionais*. Belém: NAEA/UFPA, 2018.
- CASTRO, Edna Ramos de. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: *Cidade amazônicas*. Belém: NAEA, 2024. Disponível em: <https://naea.website/editora-naea/Livros/isbn/978-85-7143-227-7.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2026.
- CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). *Violência contra mulher*. In: BRASIL. *Atlas da violência 2024*. Brasília, DF: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: . Acesso em: 19 jul. 2026 .
- COSTA, Francisco de Assis. *Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável*. Belém: NAEA/UFPA, 2012.
- COSTA, Francisco de Assis. *Mercados de terras e trajetórias tecnológicas na Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 2012.
- COSTA, Francisco de Assis. *Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo: teoria e prática nos sistemas agroflorestais amazônicos*. Belém: NAEA/UFPA, 2019.
- CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Trad. de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.
- FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.
- FEITOSA, Maria Antonia Paixão. *A Constituição da Identidade de “Aluno Saudável”: percepções de conduta e controle da educação e(m)sauúde no Programa Saúde na Escola*. 2020. Dissertação (Mestrado em Cidades, Territórios e Identidades) – Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Abaetetuba, 2020.
- FELDMAN; Ariel; RODRIGUES, Sara Cardoso. A relação Executivo-Legislativo no processo de cassação do prefeito de Igarapé-Miri (Pará, Brasil, 2017–2020). *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, [S.l.], v. 10, n. 1, 2022. DOI:
- FERREIRA, Augusto Lima. Pesquisa quantitativa e qualitativa: perspectivas para o campo da educação. *Revista Mosaico*, v. 8, n. 2, p. 173-182, jul./dez. 2015.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. 18. v. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: . Acesso em: 13 maio 2024.
- FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS. *Estatística Municipal de Igarapé-Miri*. Belém: FAPESPA, 2024.
- FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS. *Nota técnica: o contexto econômico e ambiental do açaí*. Belém: FAPESPA, 2026. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2026/03/Nota-Tecnica-O-CONTEXTO-ECONOMICO-E-AMBIENTAL-DO-ACAI.VERSAO-PUBLICACAOdocx-1-1.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2026.

- GONÇALVES, Lissany Braga. Trabalhadoras e economia solidária na associação de mulheres do município de Igarapé-Miri/ASMIM-Pará: da resistência à estratégia de desenvolvimento local. 2011. 137 f. Dissertação (Mestrado Em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Belém, 2011.
- GUIGINSKI, Janaína; WAJNMAN, Simone. A penalidade pela maternidade: participação e qualidade da inserção no mercado de trabalho das mulheres com filhos. *Revista Brasileira de Estudos de População*, [S.l.], v. 36, n. e0090, p. 1-26, 2019. DOI:
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun. 2014. DOI:
- HIRATA, Helena. O trabalho de cuidado: comparando Brasil, França e Japão. *Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, v. 13, n. 24, p. 53-64, 2016. Disponível em: . Acesso em: 9 jun. 2026.
- INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). *Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: .
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2022: Nupcialidade e Família – resultados preliminares da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2022: População residente, por sexo e idade*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em:. Acesso em: 1 maio 2026.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil – notas técnicas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em:. Acesso em: 17 mai. 2026.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Mapas Municipais de Igarapé-Miri*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Atlas da Violência 2024*. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em:. Acesso em: 13 maio 2026.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público*, Brasília, DF, v. 56, n. 2, p. 137-160, abr./jun. 2005. Disponível em:. Acesso em: 10 jun. 2026.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. 3. ed. Campinas: Alínea, 2006.
- MEDEIROS, Jimmy. *Estatísticas populacionais: censo demográfico como fonte para planejamento de políticas públicas*. Portal FGV, Rio de Janeiro, 26 out. 2021. Disponível em:. Acesso em: 1 maio 2026.
- MINAYO, M. C. O desafio da pesquisa social. In: Minayo, M. C. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. *Dados do Sinesp sobre feminicídio no primeiro trimestre de 2026*. Brasília, 2026. Disponível em: . Acesso em: 09 ago. 2026.

- MIRANDA, Cynthia M.; BARROSO, Milena F. Gênero e desenvolvimento na Amazônia: acesso das mulheres às políticas públicas nos estados do Amazonas, do Pará e do Tocantins. *Revista Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 23, n. 2, p. 107-130, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/7184/6493>. Acesso em: 12 maio 2026.
- OBSERVATÓRIO OBSTÉTRICO BRASILEIRO. Painel de Vigilância da Saúde Materna. Vitória: UFES; São Paulo: USP, 2023. Disponível em: . Acesso em: 1 maio 2024.
- OLIVERA, Margarita; PODCAMENI, Maria Gabriela; LUSTOSA, Maria Cecília; GRAÇA, Letícia. A dimensão de gênero no Big Push para a sustentabilidade no Brasil: as mulheres no contexto da transformação social e ecológica da economia brasileira. Brasília, DF: Nações Unidas (CEPAL); Fundação Friedrich Ebert (FES), 2021. 100 p. Disponível em: . Acesso em: 10 jun. 2026.
- PARÁ. Anuário Estatístico do Pará 2024. Belém: FAPESPA, 2024.
- PARÁ. Secretaria de Estado das Mulheres. Relatório de gestão 2025. Belém: SEMU, 2025.
- IGARAPÉ-MIRI. História. Igarapé-Miri, 2025. Disponível em: . Acesso em 19 jul. 2026.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Amazônia, Amazônias. São Paulo: Contexto, 2001.
- RAMIREZ, Carla. As políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher em Belém (PA): entre o desejo e o imprevisto. 2020. 138 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.
- RIOS, Flavia; LIMA, Marcia. Lélia Gonzalez: uma intelectual negra no pensamento brasileiro. In: GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Org. Flavia Rios e Marcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 7-18.
- RODRIGUES, João Augusto Lobato. Negócios de impacto social e economia circular: convergências, possibilidades e desafios a partir da cadeia de produção do açaí. 2022. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade da Amazônia, Belém, 2022.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006. (1ª edição: 1996).
- SANTOS, Sales Augusto dos. Interseccionalidade: uma abordagem conceitual para entender o entrecruzamento de opressões. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 253-256, abr. 2017.
- SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SILVA, Giovana Rodrigues; RAMOS, Edson Marcos Leal Soares. Perfil das vítimas e agressores dos feminicídios tentados e consumados no Pará, nos anos de 2015 a 2023. Belém: Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, 2024. 1 infográfico. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/746787/2/Infografico%20perfil%20da%20vitima%20de%20feminicidios%20no%20Par%C3%A1.jpeg>. Acesso em: 20 jul. 2026.
- SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA. Mapa Planimétrico do Município de Igarapé-Miri. Belém: Sipam, 2024. Disponível em: . Acesso em: 19 jul. 2026.

- SOUSA FILHO, Nilson Almeida de; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Mulheres no Poder: entre os espaços privados de convivência e a arena pública e política. *Gênero na Amazônia*, Belém, n. 4, p. 153-188, jul./dez. 2013.
- TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. A cidade e o rio na Amazônia: mudanças e permanências face às transformações sub-regionais. In: CASTRO, Edna Ramos de (Org.). *Cidades na floresta*. São Paulo: Annablume, 2008. p. 97-134.
- TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Cidades na floresta: os "grandes objetos" como expressão do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 51, p. 113-137, set./mar. 2010.
- TURQUET, Laura et al. *Gender, climate & security: sustaining inclusive peace on the frontlines of climate change*. Nova York: UN Women; UNEP; DPPA, 2023.
- UN WOMEN; INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE (IUCN). *Tackling violence against women and girls in the context of climate change*. New York: UN Women, 2022.
- UN WOMEN. UN DESA. *Progress on the Sustainable Development Goals: The gender snapshot 2025*. New York: UN Women; United Nations Department of Economic and Social Affairs, 2025. Disponível em:.. Acesso em: 14 maio 2026.
- VALE, Michele de Souza et al. Sub-representação feminina na política amazonense: a história da luta feminista pela inserção de mulheres junto ao parlamento brasileiro. *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*, [S.l.], v. 18, n. 6, 2025.
- VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. *As relações raciais no Brasil e o pensamento de Lélia Gonzalez*. 2006. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- VICENTE, Paula. *Estudos de Mercado e de Opinião: Princípios de amostragem*. 1ª edição Sílabo, Lisboa, 2012.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. UNICEF. *Progress on drinking water and sanitation: 2014 update*. Genebra: WHO; UNICEF, 2014.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 - GLOSSÁRIO

Termo	Definição
Adaptação climática baseada em comunidades	estratégia de enfrentamento das mudanças climáticas que valoriza conhecimentos locais, participação comunitária e soluções construídas pelas próprias populações afetadas, fortalecendo sua capacidade de adaptação aos impactos ambientais.
Agenda 2030	plano de ação global adotado pelas Nações Unidas em 2015, composto por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que orientam ações voltadas à erradicação da pobreza, proteção ambiental e promoção da justiça social.
Agricultura familiar	forma de produção agrícola baseada predominantemente no trabalho da própria família, caracterizada pela diversificação produtiva, forte vínculo com o território e relevante contribuição para a segurança alimentar.
Agroecologia	abordagem que integra conhecimentos científicos e saberes tradicionais para promover sistemas agrícolas sustentáveis, socialmente justos e ambientalmente equilibrados.
Autonomia econômica das mulheres	capacidade das mulheres de gerar renda, acessar recursos produtivos, tomar decisões sobre sua vida financeira e exercer seus direitos com independência econômica.
Bem viver	concepção de desenvolvimento inspirada em saberes tradicionais e comunitários, baseada na harmonia entre pessoas, comunidades e natureza, valorizando a qualidade de vida coletiva.
Bioeconomia	modelo de desenvolvimento baseado no uso sustentável da biodiversidade, agregando valor aos recursos naturais por meio do conhecimento, da inovação e da geração de renda.
Bioeconomia amazônica	conjunto de atividades econômicas que utilizam, de forma sustentável, os recursos da biodiversidade amazônica, promovendo desenvolvimento local, conservação ambiental e inclusão social.
Comunidades solidárias	grupos sociais organizados por relações de cooperação, ajuda mútua, reciprocidade e pertencimento territorial, fundamentais para a resiliência comunitária.

Termo	Definição
Clima	conjunto das condições atmosféricas observadas em uma região durante longos períodos, incluindo temperatura, precipitação, umidade e ventos.
Comunidades ribeirinhas	populações que vivem às margens dos rios amazônicos e mantêm modos de vida vinculados aos recursos hídricos, à pesca, ao extrativismo e à agricultura familiar.
Conhecimentos tradicionais	saberes, práticas e experiências acumulados por povos e comunidades ao longo das gerações, relacionados ao manejo dos recursos naturais, à saúde, à alimentação, à cultura e à organização social.
Crise ambiental	processo de degradação dos ecossistemas decorrente da exploração insustentável dos recursos naturais, da poluição, do desmatamento e das mudanças climáticas.
Desenvolvimento	processo de transformação social, econômica, ambiental e institucional que busca ampliar oportunidades, reduzir desigualdades e melhorar a qualidade de vida da população.
Desenvolvimento territorial	abordagem que considera as especificidades sociais, culturais, econômicas e ambientais de cada território para promover desenvolvimento sustentável e inclusivo.
Direitos humanos	conjunto de direitos fundamentais internacionais inerentes a todas as pessoas, garantindo dignidade, liberdade, igualdade, proteção e participação social.
Economia do cuidado	conjunto de atividades relacionadas ao cuidado de pessoas, famílias e comunidades, incluindo tarefas domésticas, cuidado de crianças, idosos e pessoas dependentes, realizadas por mulheres e ainda pouco reconhecidas economicamente.
Equidade	princípio que reconhece as diferenças e as desigualdades existentes entre grupos sociais, buscando garantir condições justas para que todos consigam exercer seus direitos.
Extrativismo	atividade econômica baseada na coleta e na utilização de recursos naturais, como frutos, sementes, fibras, madeira, pesca e outros produtos da biodiversidade, geralmente realizada por populações tradicionais.
Gênero	categoria analítica que permite compreender como as sociedades constroem papéis, responsabilidades, oportunidades e relações de poder entre homens e mulheres.
Governança territorial	processo de tomada de decisões sobre o uso, a gestão e a proteção dos territórios, envolvendo instituições públicas, organizações sociais, comunidades locais e demais atores interessados.

Termo	Definição
Guia de conceitos essenciais	termos importantes que dialogam com o estudo ou estão mencionados nesta publicação para facilitar a leitura dos capítulos seguintes.
Insegurança alimentar	situação em que indivíduos ou famílias não têm acesso regular e permanente a alimentos suficientes, seguros e nutritivos.
Interseccionalidade	perspectiva que analisa como diferentes formas de desigualdade e discriminação, como gênero, raça, classe social, idade e território, articulam-se e produzem experiências específicas de vulnerabilidade.
Justiça climática	princípio que reconhece que os impactos das mudanças climáticas afetam, de forma desigual, diferentes grupos sociais, sendo mais intensos para populações que menos contribuíram para a crise climática.
Mobilidade fluvial	conjunto dos deslocamentos realizados por rios, furos, igarapés e demais vias navegáveis. Na Amazônia, é imprescindível para o acesso a serviços públicos, a mercados, à educação e à saúde.
Mudanças climáticas	alterações de longo prazo nos padrões climáticos globais, associadas, principalmente, às emissões de gases de efeito estufa decorrentes das atividades humanas.
Mulheres amazônicas ou amazônidas	mulheres que vivem em contextos urbanos, rurais, ribeirinhos, quilombolas, indígenas ou extrativistas da Amazônia e são protagonistas na economia, na reprodução social e na conservação dos territórios.
Participação social	processo por meio do qual indivíduos, grupos e comunidades participam da formulação, da implementação, do monitoramento e da avaliação de políticas públicas e decisões que afetam suas vidas.
Protagonismo territorial	capacidade das populações locais de participar, ativamente, das decisões sobre o uso, a gestão e o futuro de seus territórios.
Racismo ambiental	forma de desigualdade que expõe determinados grupos sociais, como populações negras, indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, a mais riscos ambientais e baixo acesso à proteção e aos benefícios do desenvolvimento.
Resiliência comunitária	capacidade de indivíduos e comunidades de enfrentar, adaptar-se e recuperar-se de crises, desastres e transformações sociais, econômicas ou ambientais, preservando suas formas de organização e bem-estar.
Segurança alimentar e nutricional	direito de todas as pessoas ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais.

Termo	Definição
Segurança hídrica	condição que assegura disponibilidade, acesso, qualidade e gestão sustentável da água para consumo humano, produção de alimentos, atividades econômicas e manutenção dos ecossistemas.
Serviços ecossistêmicos	benefícios fornecidos pelos ecossistemas à sociedade, incluindo regulação climática, produção de alimentos, fornecimento de água, polinização, conservação da biodiversidade e proteção contra desastres naturais.
Soberania alimentar	direito dos povos e comunidades de definir seus próprios sistemas alimentares, priorizando a produção local, o acesso à terra, aos recursos naturais e a alimentos culturalmente adequados.
Sustentabilidade amazônica	modelo de desenvolvimento que concilia conservação ambiental, valorização sociocultural, inclusão econômica e bem-estar das populações amazônicas.
Territorialidade	conjunto de práticas, relações, identidades e significados que vinculam indivíduos e grupos ao território em que vivem.
Território	espaço socialmente construído, marcado por relações de poder, identidades, formas de uso dos recursos naturais e vínculos culturais estabelecidos por diferentes grupos sociais.
Territorialidades amazônicas	formas diversas pelas quais populações urbanas, rurais, ribeirinhas, indígenas, quilombolas e extrativistas vivem, utilizam e atribuem significados aos territórios amazônicos.
Transição ecológica	processo de transformação dos modelos de produção, consumo e desenvolvimento em direção a práticas ambientalmente sustentáveis, socialmente justas e economicamente viáveis.
Vulnerabilidade climática	grau em que indivíduos, famílias ou comunidades estão expostos e são suscetíveis aos impactos das mudanças climáticas, considerando fatores sociais, econômicos e ambientais.
Violência contra a mulher	qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, dano, sofrimento físico, sexual, psicológico, moral ou patrimonial às mulheres.

2026



Promoção:



Realização:



Execução técnica:



Comunicação
Socioambiental:



Apoio:

